

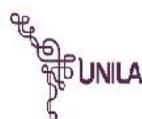
# REVISTA ORBIS LATINA

racionalidades. desenvolvimento & fronteiras

ISSN 2237-6976



Volume 9, Número 1  
Janeiro - Junho  
2019



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Edição Especial  
Cooperativismo e Desenvolvimento Local





REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

---

#### **Conselho Editorial**

Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)  
Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)  
Dirceu Basso (UNILA)  
Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)  
Gilcélia Aparecida Cordeiro (UNILA)  
Gilson Batista de Oliveira, **Editor** (UNILA)  
Janine Padilha Botton (UNILA)  
Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)  
Luiz Alberto Esteves (UFPR)  
Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)  
Regis Cunha Belém (UNILA)  
Rodrigo Bloot (UNILA)

---

#### **Edição e Capa**

Gilson Batista de Oliveira

---

#### **Revista Orbis Latina**

web site: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> e ou <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

**Volume 9, Número 1, Janeiro – Junho de 2019. Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local**

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

#### **Periodicidade Semestral.**

Multidisciplinar. Interdisciplinar. Planejamento Urbano e Regional.

**ISSN 2237-6976**

I. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento, fronteiras, planejamento urbano e regional.

II. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras – GIRA.

III. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD/UNILA.

---

#### **Endereço para correspondência:**

*Revista Orbis Latina* – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)  
Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 04, Espaço 03, Sala 10  
CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil  
Tel.: +55(45)3529 2830 / E-mail: [orbislatina@gmail.com](mailto:orbislatina@gmail.com) e ou [gilson.oliveira@unila.edu.br](mailto:gilson.oliveira@unila.edu.br)

---

*Revista Orbis Latina, vol.9, nº 1, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), Janeiro – Junho de 2019. ISSN: 2237-6976*

Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> e ou <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

---



REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

## **APRESENTAÇÃO**

Um dos objetivos da Revista Orbis Latina é divulgar os trabalhos de pesquisadores que ajudem no processo de desenvolvimento da sociedade e, desde 2016, com a instalação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), passou a incorporar, no seu escopo de publicação, temas associados ao planejamento urbano e regional.

Nesse sentido, no âmbito do Curso de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, através do professor Doutor Dirceu Basso, que trabalha a temática do “Cooperativismo e do Desenvolvimento”, surge a proposta de um número especial para divulgar os vários trabalhos elaborados, ao longo desses últimos dois anos, pelos discentes, bem como outros pesquisadores que colaboram com os projetos de pesquisa do professor.

Especificamente, essa edição especial da Revista Orbis Latina traz dezenove artigos científicos que, direta ou indiretamente, tratam da relação entre o cooperativismo e o desenvolvimento local.

A ordem dos artigos foi sugestão do professor Basso que, também, é coautor de vários trabalhos.

Finalmente, a todos os colaboradores dessa edição especial, nossos agradecimentos pela confiança. E, esperamos que, no futuro, outros docentes do PPGPPD/UNILA se inspirem para propor novos números da Revista Orbis Latina, com os trabalhos de pesquisas nas suas temáticas de especialidade.

Boa leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira ( Editor)



## SUMÁRIO

### ARTIGOS CIENTÍFICOS

- APLICAÇÃO DE CONCEITOS DE ADMINISTRAÇÃO EM UM PROGRAMA DE ATER PARA COOPERATIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES**  
Marcos Roberto Pires Gregolin, Graciela Caroline Gregolin, Luís Fernando Tividini de Oliveira, Valdecir José Zonin e Wilson João Zonin.....04
- PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES COOPERATIVISTAS DO PARANÁ EM MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICO E ECONÔMICOS**  
Aline Saggin e Adilson Francelino Alves.....27
- CONEXÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO**  
Alcdir Mazutti Zanco, Fábio Corbari e Adilson Francelino Alves.....43
- FATORES QUE INFLUENCIAM NA CONTINUIDADE DE UMA AÇÃO COLETIVA: O CASO DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR COOAFASG DE GUARANIÁ - PR**  
Andreia Helena Pasini Guareski, Marlowa Zachow, Dirceu Basso e Marinês Luiza Guerra Dotto.....57
- ESTRUTURA E ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE PRODUTORES AGROECOLÓGICOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU-PR**  
Josiane Wolff, Yogo Kubiak Canquerino, Antonio Maria da Silva Carpes, Marcos Roberto Pires Gregolin, Nilson Padilha e Geysler Rogis Flor Bertolini.....76
- CONTRIBUIÇÕES DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO PARA AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
Carli Freitag, Hedson Mauro Klesener e Clério Plein.....95
- A CRISE DAS COOPERATIVAS DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ E AS INSTITUIÇÕES DAS PRÁTICAS DE GESTÃO**  
Aline Milioni de Melo, Clério Plein e Geysler Rogis Flor Bertolini.....110
- A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO COOPERATIVISMO NO MUNDO**  
Eduardo Dalcin Castilha.....128
- MUTIRÃO COMO FORMA DE COOPERAÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS DA POPULAÇÃO POBRE**  
Fernanda Sobral Rocha.....143
- O COOPERATIVISMO ENQUANTO INSTITUIÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO À DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MEIO RURAL**  
Maíra Soalheiro Grade e Dirceu Basso.....157
- EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E COOPERATIVISMO: UM ELO IMPORTANTÍSSIMO PARA AS MIGRAÇÕES**  
Elaine Cristina Cardoso Freitas.....172
- COMPRAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR**  
Marinalva de Lima.....191
- O COOPERATIVISMO E AS REDES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DA COOPAZÇU NA COMUNIDADE DE NAZARÉ – AMAZONAS**  
Wendell Lima Bandeira.....203



|   |     |
|---|-----|
| <b>ROBERT OWEN: O “PAI DA COOPERAÇÃO”, A EDUCAÇÃO ESCOLAR (ADULTO E INFANTIL) E O MOVIMENTO SOCIALISTA</b><br>Aline Ribeiro Rosa e Dirceu Basso.....  | 218 |
| <b>ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS COM RACIONALIDADE EM TRANSIÇÃO QUE VIVENCIARAM O PROGRAMA DE EXTENSÃO RURAL DA CRESOL BASER</b><br>Dirceu Basso, Nardel Luiz Soares da Silva e Ari de David.....                          | 231 |
| <b>A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO EDUCACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b><br>Angélica Mosele Siqueira.....   | 249 |
| <b>CONTRIBUIÇÕES DE KARL POLANYI E ALEXANDER CHAYANOV PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA</b><br>Fabíola Graciele Besen, Clério Plein, Dirceu Basso e Valdir Serafim Junior.....  | 256 |
| <b>UM ESTUDO SOBRE A ADERÊNCIA DO PROJECT MANAGEMENT FOR DEVELOPMENT PROFESSIONALS (PMD PRO) A PROJETOS COOPERATIVOS DE AGRICULTURA FAMILIAR</b><br>Alessandra de Sant’Anna e Dirceu Basso.....   | 270 |
| <b>A PERCEÇÃO DO COOPERATIVISMO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSOCIADOS DA COOPERATIVA MISTA AGROFAMILIAR DE VERA CRUZ DO OESTE - A TULHA</b><br>Caroline Monique Tietz Soares, Juliane Vanderlinde Hort, Renée Bejamini e Dirceu Basso..... | 296 |
| <b><u>ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO</u></b> .....   | 320 |



## **APLICAÇÃO DE CONCEITOS DE ADMINISTRAÇÃO EM UM PROGRAMA DE ATER PARA COOPERATIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES**

### **APPLICATION OF CONCEPTS OF ADMINISTRATION IN AN ATER PROGRAM FOR COOPERATIVES OF FAMILY FARMERS**

Marcos Roberto Pires Gregolin<sup>\*</sup>  
Graciela Caroline Gregolin<sup>\*\*</sup>  
Luís Fernando Tividini de Oliveira<sup>\*\*\*</sup>  
Valdecir José Zonin<sup>\*\*\*\*</sup>  
Wilson João Zonin<sup>\*\*\*\*\*</sup>

#### **Resumo**

Este artigo aborda as principais demandas e resultados da execução do "MAIS GESTÃO", projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, executado entre 2012 a 2016, que atendeu 471 cooperativas de agricultores familiares. Este estudo se propõe a fazer paralelos entre o planejamento de ações nas seis áreas de gestão do programa e os referenciais teóricos da escola da administração. Para tanto, empreendeu-se pesquisa bibliográfica, análise de documentos institucionais, bem como entrevistas e observação participante. Observou-se que as áreas de gestão organizacional, comercialização e marketing e finanças e custos foram as mais demandadas pelas cooperativas analisadas. Conclui-se que a administração por dimensão ou área de gestão se adéqua as necessidades das cooperativas, especialmente por facilitar a condução com foco empresarial. No caso do "Mais Gestão" foi possível priorizar e classificar ações de acordo com o grau de importância de sua execução bem como na distribuição de responsabilidades entre os integrantes do quadro social.

**Palavras-chave:** Política Pública; Cooperativismo; Gestão.

#### **Abstract**

*This paper is about the main demands and the results of MAIS GESTÃO programme, of Agrarian Development Ministry, accomplished among 2012 to 2016 that benefited 471 family farmer cooperatives. The methodology is organize on six management areas and this study do a comparison of them with administration theories approaches. For this, institutional documents of the official Programme was utilized and other information were collected by interviews and participant observations. This study found that the most demands areas by cooperatives were, in this sequence: organizational management, commercial management and marketing, and last, financial and cost management. Finally, it is concluded that an administration by area of management presents more proper for realities of the family farmer cooperatives, especially for give a guidance with a business focus, prioritizing and classifying action of more or less attention, as well in a distribution of the responsibilities among the social team members.*

**Keywords:** Public Policy; Cooperativism; Management.

<sup>\*</sup> Bacharel em Comunicação Social, Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, Doutorando em Extensão Rural pela UFSM. E-mail: [marcosgregolin@yahoo.com.br](mailto:marcosgregolin@yahoo.com.br).

<sup>\*\*</sup> Graduada em Nutrição pela FADEP, Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE, Professora do Curso de Nutrição da FADEP e da UFFS - Campus Realeza. E-mail: [gracigregolin@hotmail.com](mailto:gracigregolin@hotmail.com).

<sup>\*\*\*</sup> Tecnólogo em Cooperativismo, Acadêmico de Administração IESB, Mestre em Extensão pela UFSM. Analista de Transferência de Tecnologia da Agência Nacional de Extensão Rural – ANATER. E-mail: [tividini71@gmail.com](mailto:tividini71@gmail.com).

<sup>\*\*\*\*</sup> Engenheiro Agrônomo pela UFSM, Mestre em Engenharia de Produção pela UNISINOS, Doutor em Agronegócios pela UFRGS, Professor Adjunto A do Curso de Agronomia da UFFS Campus de Chapecó. [valdecirzonin@terra.com.br](mailto:valdecirzonin@terra.com.br).

<sup>\*\*\*\*\*</sup> Engenheiro Agrônomo, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGDRS - UNIOESTE - Marechal Cândido Rondon. E-mail: [wzonin@yahoo.com.br](mailto:wzonin@yahoo.com.br).



## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho utiliza-se o termo “MAIS GESTÃO”, tendo por base a expressão instituída pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), para designar um conjunto de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), direcionadas ao fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar. Essa metodologia baseia-se na oferta de serviços, ferramentas e consultorias para intervenção sistêmica e melhorias nas áreas de organização, gestão e comercialização.

Conforme MDA (2016), o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural “MAIS GESTÃO” se firmou como a primeira iniciativa governamental desenvolvida para pessoas jurídicas da agricultura familiar. No período de 2012 a 2016 foram atendidos 471 empreendimentos cooperativos, por meio de quatro chamadas públicas<sup>1</sup>, envolvendo 18 unidades federativas do país, com uma equipe de mais de 170 profissionais. Ao todo já foram investidos mais de R\$ 57,7 milhões em serviços de ATER destinados às cooperativas da agricultura familiar. Para concorrer e receber os atendimentos, as cooperativas deveriam estar habilitadas com a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Pessoa Jurídica. À época essa política alcançou cerca de 50% das cooperativas detentoras de DAP Jurídica no país.

Os atendimentos executados via MAIS GESTÃO tinham como objetivo ampliar as condições socioeconômicas dos empreendimentos, especialmente através de medidas como: i) Ampliação do conhecimento e acesso às políticas e fontes de financiamento disponibilizadas pelas várias áreas de governo; ii) Qualificação da oferta de produtos das cooperativas para os mercados institucionais, prioritariamente PNAE e PAA; iii) Melhorias técnico-gerenciais e tecnológicas nos empreendimentos; iv) Incremento no desempenho e performance da gestão dos empreendimentos; v) Apoio a formação de redes entre os empreendimentos; vi) Promoção de iniciativa de capacitação e inovação de processos produtivos, organizativos, comerciais, entre outros.

Ainda de acordo com MDA (2015), as cooperativas representam uma oportunidade para os agricultores familiares, por oferecerem uma série de vantagens competitivas. Dentre elas destaca-se: Negociação coletiva e formação de escala; Formalização das atividades e melhoria nas relações comerciais; Agregação de valor aos seus produtos; Qualificação nas áreas de registros obrigatórios, marcas, embalagens e uniformização de produção; Partilha ou redução de custos operacionais; Otimização/racionalização do uso de investimentos/bens;

---

<sup>1</sup> Chamada pública é instrumento legal para seleção e contratação de entidade ou empresa de prestação de serviços de ATER, de acordo com o estabelecido pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (Lei de ATER), que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Representatividade e governança, controle administrativo, redução da superveniência aos intermediários, entre outras.

Por outro lado, a constituição de uma cooperativa também implica em investimentos humanos, financeiros e de tempo que torna o processo complexo e de dedicação permanente. Se for considerada a realidade da maioria dos agricultores familiares brasileiros, a organização de uma cooperativa exigirá um esforço adicional de tempo e conhecimento, obrigado ao agricultor/sócio maior esforço para equalizar as necessidades das suas atividades produtivas na unidade familiar e na organização social em que faz parte (OLIVEIRA, 2015).

Essa situação de dupla jornada demanda dos componentes da direção dos empreendimentos além da disponibilidade e dedicação ao trabalho, certa gama de conhecimentos específicos, sem os quais a gestão do empreendimento coletivo torna-se difícil se não impossível de se realizar em padrões adequados. Nesse contexto que se justifica a existência do “MAIS GESTÃO”, que tem como premissa apoiar os agricultores familiares na condução e superação dos desafios de comercialização, gestão e organização dos seus empreendimentos.

A prestação de serviços de ATER “MAIS GESTÃO” baseou-se na metodologia de realização de diagnósticos, elaboração de plano de ação plurianual, oferta e aplicação de técnicas gerenciais - visando qualificação de processos administrativos internos - e momentos de avaliação e recondução dos trabalhos. Todas as etapas executadas foram pactuadas e validadas com anuência das representações das cooperativas atendidas.

As áreas de gestão abordadas durante a execução da “MAIS GESTÃO” foram:

- Gestão Organizacional;
- Gestão de Pessoas;
- Gestão de Finanças e Custos;
- Comercialização e Marketing;
- Gestão Industrial; e
- Gestão Ambiental;

Tendo por base o exposto, o presente trabalho tem por objetivo discutir as áreas de gestão preconizadas pelo programa “MAIS GESTÃO” bem como apontar as principais demandas e ações desenvolvidas no âmbito do projeto. Para tanto buscou-se respaldo em referências como ABNT (2001), Assaf Neto (2007), Balcão (1965), Batalha (1995), Batalha e Sthakberg (1994), Bialoskorski Neto (2006), Chiavenato (1999 e 2003), Churchill Júnior e Peter (2000), Crúzio (2003), Desroche (2006), Dias (2002), Dotti, Valejo e Russo (2012), Dowbor (2013), Gregolin, Patzlaff e Patzlaff (2011), Heinzmann et al (2008), Jabbour (2012), Kotler (1991 e 2000), Maximiano (2000), McCarthy e Perreault Junior (1997), Milkovich e Boudreau (2000), Patzlaff e Patzlaff (2009), Pereira e Curi (2012), Safanelli et al (2011), Santos e



### Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Marion (1996), Singer (2002), Siqueira et al (2013), Souza et al (2011), Strobino, Teixeira e Nakatami (2009), Toledo, Batalha e Amaral (2000), Vargas e Junquillo (2013), Vasconcelos (1981) e Zylbersztajn (2013) além de pesquisa exploratória em documentos institucionais e públicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e em outros documentos produzidos e sistematizados durante a execução dos atendimentos de ATER. Também se lançou mão de entrevistas com representantes de cooperativas beneficiadas as quais se complementaram por meio da observação direta empreendida pelos. Para garantir a confidencialidade e sigilo dos beneficiários, não serão expostos dados individuais das cooperativas acompanhadas, apenas resultados, sistematizações e generalizações coletivas.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Para Dias (2002), a utilização do termo gestão cada vez mais se propaga, e seu uso é associado a diversos delimitadores, tais como gestão ambiental, de produção, de riscos, recursos humanos e outros. De acordo com o entendimento desse autor, a sua utilização acaba por ofuscar outro termo, clássico e tido por muitos como superior, a saber, o vocábulo “administrar”.

Para se discorrer sobre o termo “administrar”, referencia-se Chiavenato (2003), o qual afirma que, enquanto nos Estados Unidos, sob a batuta de Taylor e seus seguidores, emergia a “Administração Científica”, na França e, posteriormente, pela Europa, propagava-se no mesmo período a “Teoria Clássica da Administração”. Conforme Chiavenato (2003, p. 79), “se a administração científica se caracterizava pela ênfase na tarefa realizada pelo operário, a Teoria Clássica se caracterizava pela ênfase na estrutura que a organização deveria possuir para ser eficiente”.

Quadro 01 – Comparativo das funções organizacionais de Fayol e as denominações da atualidade

| Teoria Clássica da Administração | Exemplo de Nomenclaturas contemporâneas                                |
|----------------------------------|--|
| Funções Técnicas                 | Gestão de Produção   |
| Funções Comerciais               | Gestão de Vendas e Marketing   |
| Funções Financeiras              | Gestão de Custos   |
| Funções de Segurança             | Gestão de Pessoas, Segurança no Trabalho e Manutenção de Equipamentos. |
| Funções Contábeis                | Gestão Contábil  |
| Funções Administrativas          | Administração Geral  |

Fonte: Chiavenato (2003), organizado pelos autores.

De acordo com a teoria de Fayol, toda organização é composta por seis “departamentos”, denominados de funções, a saber: *Funções Técnicas; Comerciais; Financeiras; Funções de Segurança; Contábeis e Administrativas*. Segundo a Teoria Clássica da Administração, as cinco primeiras funções estão subordinadas à última,



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

à qual compete "formular o programa de ação geral da empresa, de construir o seu corpo social, de coordenar os esforços e de harmonizar os atos" (CHIAVENATO, 2003, p. 80).

É inegável o fato de que as funções postuladas por Fayol, em meados de 1916, podem, na atualidade, receber outros atributos e nomenclaturas diferenciadas. Nesse sentido, propõe-se o Quadro 01, o qual apresenta, não de maneira irrefutável, um exemplo de comparativo entre esses momentos.

Um significativo incremento que a interpretação da Teoria Clássica da Administração oferece é a preocupação com a Gestão de Pessoas. Cabe referenciar que, no presente, ganha força a valorização do papel das pessoas nas organizações. Um reflexo disso é a dedicação, em meio acadêmico, ao promover estudos direcionados ao tema, bem como em grande parcela das empresas, as quais passam a valorizar as pessoas e considerá-las um dos capitais primordiais para o seu bom andamento. De acordo com Heinzmann et al (2008), a Gestão de Recursos Humanos pode potencializar a *performance* de uma organização ou também dificultar o seu bom desempenho.

Ainda, conforme a teorização da Fayol, a sexta função em uma organização, a de administrar, é composta pelos seguintes atributos: Prever, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar e, de acordo com Chiavenato (2003, p. 82), tais atribuições "nas empresas convencionais ficam alocadas em níveis hierárquicos mais elevados".

Por fim, é preciso ressaltar a não pertinência de uma separação entre os termos Administração e Gestão, e sim o entendimento de que são processos semelhantes, dotados de intersecção e dependência mútua.

Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar pessoas para atingir de forma eficiente e eficaz os objetivos de uma organização. Gestão é lançar mão de todas as funções (técnica, contábil, financeira, comercial, segurança e administração) e conhecimentos (psicologia, antropologia, estatística, mercadologia, ambiental, etc.) necessários para através de pessoas atingir objetivos de uma organização de forma eficiente e eficaz. (DIAS, 2002, p.11).

Sendo assim, os verbos "administrar" e "gerir", para efeito deste trabalho, foram tratados não como sinônimo, mas como conceitos complementares. Desse modo, compete à administração exercer o papel de aglutinadora das diversas facetas da gestão, as quais não acontecem de maneira estática e isolada do mundo, e sim, são resultados da interação dos gestores em um cenário, dinâmico, mutável, que não se constitui como um sistema formalizado, mas mediado por informalidades, negociações e especulações.

Desse modo, a ideia de gestão passa a contemplar dilemas socioculturais que os gestores lidam no cotidiano complexo e dinâmico das organizações, no qual eles interagem com outros sujeitos que com eles constroem práticas



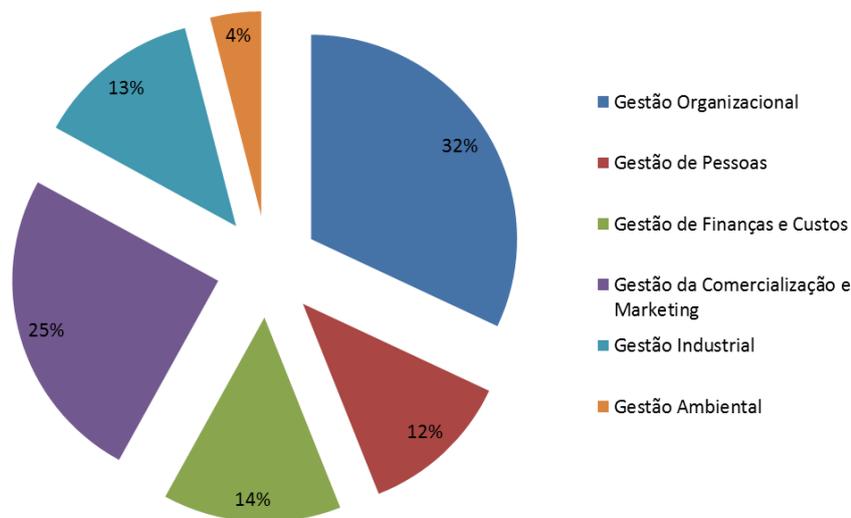
**Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local**

provisórias, improvisadas, ou muitas vezes até contraditórias que resultam na gestão. (VARGAS; JUNQUILHO, 2013, p. 183).

Tendo por base a ferramenta de diagnóstico do programa "MAIS GESTÃO", o presente estudo aborda conceitos de gestão, os correlacionando com a concepção e a prática de gestão aplicada durante a execução do programa, bem como produz algumas considerações a partir de resultados empíricos divulgados ou produzidos pelo MDA.

De acordo com Oliveira (2015) os números do "MAIS GESTÃO" revelam mais de 270 tipos de serviços ou atividades demandadas pelas cooperativas em seus planos de ação. Esta demanda demonstra a situação e necessidades destes empreendimentos no que diz respeito às seis áreas tidas como base no programa.

Gráfico 1 – Percentuais de serviços ou atividades demandadas pelas cooperativas de acordo com as áreas de gestão do programa.



Fonte: Oliveira, 2015

Tendo por base as informações constantes no gráfico 01, nota-se uma concentração de tipos de serviços ou ações demandadas pelas cooperativas, as quais se materializaram nos planos de ação e dão indícios de que o maior foco de atuação no programa foi na área de "Gestão Organizacional", posteriormente "Gestão da Comercialização e Marketing" ficando a área de "gestão ambiental" como de menor indicação pelas cooperativas aos técnicos atuantes na ação em questão.

Daqui por diante faz-se um empenho em abordar e correlacionar as áreas de gestão tendo por base autores e conceitos advindos da administração empresarial, estando voltado o interesse para a realidade das cooperativas e os resultados constatados em dados, relatórios e avaliação do programa "MAIS GESTÃO".



## 2.1. GESTÃO ORGANIZACIONAL

Entende-se o planejamento como um dos pontos fortes da Gestão Organizacional, o qual se apresenta como a primeira função administrativa, "determina antecipadamente quais são os objetivos a serem atingidos e como se deve fazer para alcançá-los" (CHIAVENATO, 2003, p. 94; 167; 180; 183). Por isso, a importância da Missão, da Visão e dos Valores para a organização, uma vez que dão subsídios aos gestores, a fim de que possam saber para onde caminhar, que rumo tomar, quais decisões são melhores para que se logre êxito, não apenas em aspectos financeiros, mas também no respeito à cultura organizacional e à visão de mundo.

Outro alicerce dessa área do diagnóstico é a Estrutura Organizacional, que, de acordo com Jabbour (2012), deve atuar em sincronia com o planejamento estratégico. Compreende-se por estrutura organizacional uma ferramenta pela qual a autoridade e as funções são distribuídas dentro de uma organização em todos os departamentos e níveis hierárquicos. Para Maximiano (2000), uma das maiores dificuldades da administração é definir a estrutura organizacional. A falta de estrutura organizacional definida acarreta às organizações dificuldade em estabelecer responsabilidades e autoridade.

Responsabilidades são as obrigações, funções, papéis, deveres ou tarefas das pessoas ou grupos de trabalho. Autoridade é o poder de decisão investido numa pessoa ou grupo, que possibilita mobilizar o comportamento alheio para a realização das tarefas. (MAXIMIANO, 2000, p. 266).

Uma ferramenta disponível para as organizações demonstrarem a sua estrutura organizacional é o organograma. De acordo com Vasconcelos (1981), quando o nível de autoridade e responsabilidades não é definido de forma adequada, os conflitos aumentam, e a organização se fragiliza. Nesse sentido, a construção de um organograma e a sua posterior assimilação constitui uma ferramenta importante para a manutenção do clima, estratégia e desempenho organizacional. Vale evidenciar que a existência de um organograma em si não salva a organização de problemas, contudo, o processo de sua construção, a assimilação das funções e a sua operacionalização constitui o grande diferencial, pois, como o próprio nome da ferramenta já demonstra, organograma é uma representação gráfica da estrutura da organização (BALCÃO, 1965).

Outra ferramenta indispensável e condicionante do sucesso da estrutura organizacional é a comunicação. Segundo Maximiano (2000), é por meio dela que as unidades de trabalho se relacionam, que as informações necessárias ao bom andamento da organização circulam e as ações são coordenadas. Ademais, de acordo com Desroche (2006), o segredo do êxito na gestão de organizações



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

cooperativas está em estabelecer um eficiente processo de comunicação entre os sócios, administradores, gerentes e empregados.

Tão importante quanto a comunicação interna em uma organização são os processos de educação e capacitação. Por mais que tais processos sejam comumente tratados quando se aborda a gestão de recursos humanos, no que se refere ao cooperativismo e às empresas autogeridas, tal discussão é oportuna nos meandros da gestão organizacional. À medida que, nas empresas convencionais, a participação dos funcionários e acionistas nas decisões, frequentemente, acontece de acordo com o interesse do gestor maior, nas cooperativas a participação constante é uma premissa condicional do empreendimento. Para Safanelli *et al* (2011), a participação é exigência do próprio modelo cooperativista, em que o cooperado é, além de fornecedor, dono e cliente da cooperativa. Segundo o autor, além de garantir a participação, faz-se necessário que ela seja consciente e responsável, e, para que isso aconteça, a maneira mais eficiente é a promoção de um processo continuado de educação e capacitação.

Por fim, além da comunicação e da capacitação, ressalta-se aqui a importância da motivação pessoal em participar dos processos democráticos de decisão em uma cooperativa. Diversos teóricos postularam suposições e realizaram estudos para entender os processos motivacionais do ser humano, sobretudo em ambiente de trabalho. Para as teorias cognitivas, o homem guia as suas atitudes de acordo com sua visão de mundo; já para Maslow, o ser humano se motiva em atender às suas necessidades, na medida em que elas são importantes, tendo por base uma hierarquia previamente concebida, assim como para Tolman o conhecimento dos benefícios de uma ação podem exercer um grande papel motivacional na sua realização. Contudo, para Gooch e McDowell, a motivação é intimamente ligada ao desejo de cada um, e o que pode acontecer é, por alguma ação, esse desejo ser despertado. “Sendo assim, a razão pela qual uma pessoa segue ou não uma direção dada por alguém é a intensidade do desejo que ela possui” (GREGOLIN; PATZLAFF; PATZLAFF, 2011, p. 68).

Pela própria natureza do empreendimento, percebe-se que as cooperativas são ambientes de participação e, conseqüentemente, conflitos ou disputas de interesses particulares. Dessa forma, a gestão organizacional adquire fundamental importância, pois ajuda a determinar comportamentos ou atitudes aceitáveis coletivamente, que devem ser conhecidas na formalidade (estatutos, regimentos, outros) e na prática dos *Stakeholders*<sup>2</sup>.

A partir da listagem das principais atividades nessa área, se observa no contexto do cooperativismo da agricultura familiar, que atividades de qualificação nos processos de gestão organizacional estão relacionadas a ajustes ou

---

<sup>2</sup> Conforme Edward Freeman o termo Stakeholders representa os elementos essenciais ao planejamento estratégico de negócios. O sucesso de qualquer empreendimento depende da participação de partes interessadas e, por isso, é necessário assegurar que suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas. Entre os principais Stakeholders estão clientes, fornecedores, gestores, empregados e sociedade.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

formulações de condições que permitam desenvolvimento econômico do empreendimento, aliadas aos processos de promoção social para o associado. Em sua maioria, as atividades contempladas nessa área estão voltadas para promoção de convívio coletivo, pactuação e validação de medidas administrativas de médio e longo prazo, definição de responsabilidades diretas, bem como aspectos de governança institucional e de manutenção do credenciamento do empreendimento dentro dos aspectos preconizados pela Lei nº. 11.326/2006 (Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais).

Conforme se observa no gráfico 01, nesta área foi onde se incidiu a maior parte das demandas apresentadas nos planos de ação das cooperativas atendidas, representando 32% do conjunto de atividades demandada aos técnicos.

Neste conjunto destaca-se:

- Debate e formulação de planejamento estratégico;
- Elaboração ou atualização de organograma da cooperativa;
- Revisão ou formulação de missão, visão e valores do empreendimento;
- Capacitação para conselhos (fiscal e administrativo);
- Elaboração de normas, regimento interno e revisão de estatuto; e
- Atividades de formação cooperativista para associados.

Salienta-se que ações dessa envergadura tendem a potencializar características importantes das cooperativas, as quais são essenciais para o desempenho de suas atividades e o mantimento do caráter democrático e participativo, a exemplo das formações para associados, conselhos fiscais e administrativos. Destaca-se também que investimentos na área de gestão organizacional contribuem para afirmar as diferenças fundamentais entre cooperativas e outros tipos de organização econômica.

## **2.2. GESTÃO DE PESSOAS**

A segunda área utilizada no diagnóstico analisado é a Gestão de Pessoas. De acordo com Milkovich e Boudreau (2000), as pessoas têm brilho e criatividade, "planejam e produzem os produtos e serviços, controlam a qualidade, vendem os produtos, alocam recursos financeiros e estabelecem as estratégias e objetivos para a organização" (MILKOVICH e BOUDREAU, 2000, p. 19).

Outra abordagem fortemente presente no âmbito da gestão de recursos humanos é a valorização dos colaboradores, os quais são tratados como parceiros das instituições. A lógica dessa perspectiva é de que o produto final resulta da união de esforços entre todos os envolvidos, desde o acionista que investe capital, o fornecedor que disponibiliza matéria-prima e o funcionário que operacionaliza a produção (CHIAVENATO, 1999).

Presume-se que, para haver sinergia no âmbito das equipes, é imprescindível o mínimo de conhecimento das funções que cada um desempenha. Nesse sentido,



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

os treinamentos e o desenvolvimento das pessoas cumprem um papel fundamental para que cada colaborador exerça a sua função de maneira satisfatória.

Em uma visão rápida e simplória, é possível que não se perceba a diferença entre treinar e promover o desenvolvimento das pessoas, contudo tal observação pode ser determinante não só para o quadro funcional das empresas, mas, no caso das cooperativas, também para o quadro social.

Para Milkovich e Boudreau (2000), o treinamento é uma ação pontual, rápida, que cumpre um papel momentâneo na formação técnica dos colaboradores, ao passo que o desenvolvimento de pessoas é um processo planejado para execução em longo prazo, que aperfeiçoa não só as capacidades técnicas, mas também motiva os colaboradores. Sendo assim, tem-se que o treinamento faz parte do desenvolvimento das pessoas, contudo outras ações dos gestores são também fundamentais, como o plano de carreiras, ações motivacionais, benefícios, participação nas decisões e outras experiências.

Os apontamentos realizados nos planos de aprimoramento das cooperativas atendidas, através da análise das atividades e metas específicas, revelam que o contexto da gestão de pessoal neste público está relacionada às demandas de amparo, normatização e segurança jurídica nas relações trabalhistas, incluindo a forma associada e diretiva que, via de regra, não está condicionada a contratos ou regulamentos claros de dedicação de horas e remuneração. Em muitas situações os dirigentes não têm horários ou agendas fixas para tratar exclusivamente da gestão do empreendimento e desta forma também não criam expectativas econômicas no desempenho dessa função. Uma prática observada é a existência de incentivos das próprias cooperativas para que jovens (geralmente filhos de associados) se envolvam como voluntários, estagiários ou representantes da família associada em trabalhos coletivos necessários à administração do empreendimento. O que pode representar uma via dupla para a cooperativa: positivamente promove formas alternativas e acessíveis de prestação de serviços e a inserção da juventude nos rumos do empreendimento e negativamente, por outro lado, pode haver ampliação dos riscos de questionamentos judiciais de direitos e vínculos trabalhistas.

De acordo com Oliveira (2015) apenas 18% dos empreendimentos atendidos declararam possuir funcionários permanentes registrados. A condição de reduzida capacidade financeira da maioria dos empreendimentos atendidos pelo MAIS GESTÃO foi apontada também como uma das condições limitadoras para contratos permanentes, especialmente por significar custos fixos, com salários e encargos de pessoal.

Neste contexto tem-se que a maior força de trabalho para a gestão observada no conjunto das cooperativas beneficiárias é de contratos temporários, específicos e eventualmente cedidos por organismos governamentais ou de extensão, ou provém do envolvimento direto e gratuito dos próprios dirigentes e associados.

Afirma-se que os tipos diferentes de ações nessa área de gestão compõem 12% do total demandado, destacando-se entre elas:



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

- Preparação dos associados e direção para rotinas administrativas;
- Realização de cursos específicos para qualidade de atendimento, relacionamento com clientes e fornecedores;
- Elaboração de planos de cargos e salários;
- Treinamento e estágios para jovens agricultores, principalmente filhos de associados;
- Estudos e prospecção de oferta de consultorias e assessorias em geral; e
- Regularização de relação de trabalho entre sócios e cooperativa.

Ao se analisar as especificidades das cooperativas, as quais na grande maioria não possuem funcionários, pode-se avaliar que a área não tenha considerável importância, contudo, mesmo não estando com um grande percentual de tipos de ações demandadas, nota-se que há sim preocupação por parte dos gestores dos empreendimentos em se qualificar ou implementar rotinas administrativas, regularizar as relações de trabalho bem como preparar os jovens da base cooperada para desempenhar funções na gestão do negócio. A inexistência de força de trabalho contratada permanentemente pode determinar a não realização de medidas para ampliar comprometimento ao trabalho desempenhado – impactando nos resultados gerais de produtividade e motivação de colaboradores e equipe.

### **2.3. GESTÃO DE FINANÇAS E CUSTOS**

Segundo Assaf Neto (2007), a administração financeira é um campo, teórico e prático, que tem por objetivo proporcionar uma eficiente captação e alocação de recursos, ou seja, ocupa-se com a busca e a sua melhor aplicação com vistas a tornar a organização mais eficiente. De acordo com a concepção do autor, essa área dentro da organização ocupa-se com o planejamento financeiro, controle financeiro, administração de ativos e administração de passivos.

Doutrinária e legalmente as cooperativas são organizações que não visam lucros ou dividendos, entretanto, suas operações devem ser sustentáveis do ponto de vista econômico e devem ser desenvolvidas objetivando remunerar adequadamente os serviços ou produtos realizados pelos seus sócios.

Bialoskorski Neto (2006) discute três questões primárias sobre a economia das cooperativas, considerando-as fundamentais para a sobrevivência da organização. A primeira se relaciona basicamente com a gestão da cooperativa em um ambiente econômico competitivo; a segunda se refere à autogestão, tendo por vistas o alcance dos objetivos sociais; e a terceira está atrelada ao acesso aos financiamentos e a capitalização do empreendimento.

Um dos apontamentos deste autor faz alusão direta à atuação do conselho fiscal, bem como a ampliação da responsabilidade de tal conselho, além de que a boa atuação desse órgão contribui densamente para a autogestão do empreendimento. Acrescenta-se que a partir da Constituição Federal de 1988 os



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Conselhos Fiscais das cooperativas ficaram mais soberanos e empoderados acerca das questões relacionadas a gestão interna, inclusive questões financeiras.

O acesso aos financiamentos constitui uma grande oportunidade para as cooperativas, principalmente para aquelas que almejam promover beneficiamento ou transformação das matérias-primas, uma vez que os produtores individuais não possuem recursos para fazê-lo, porém toda e qualquer operação de financiamento necessita um planejamento prévio e de um estudo de viabilidade econômica para a atividade que se pretende instalar.

As cooperativas da agricultura familiar, sobretudo as ligadas à economia solidária, têm a função social muito presente no seu dia a dia. Para Bialoskorski Neto (2006, p. 191), "não é reconhecido o crescimento econômico dessas organizações em direção ao mercado, sob a alegação de que esse crescimento poderia levar à concentração de renda e à lógica capitalista".

Todavia, há de se considerar outro aspecto, e ele deve estar presente no cotidiano da gestão financeira, da administração e do controle dos custos. Esse desafio, para as cooperativas da economia solidária, está em não focar apenas a sua atuação na solidariedade e na representação política, mas também focar na atenção ao mercado e à gestão eficiente, considerando que a estrutura da organização – por mais que seja enxuta e econômica – gera custos, os quais precisam ser supridos pelas sobras decorrentes do exercício. Em outras palavras, as cooperativas de economia solidária precisam compreender que promover ação social e solidariedade não significa necessariamente deixar de lado posturas profissionais e atuação consciente no gerenciamento do empreendimento. As atividades agrícolas, sejam elas de produção, beneficiamento ou transformação, serão mais promissoras a partir do momento em que a profissionalização ultrapasse os limites da produção e cheguem até a gerência (SANTOS; MARION, 1996).

Os diagnósticos realizados com as cooperativas descrevem **três fatos** interessantes sobre finanças e custos. Primeiro, que muitos custos não são contabilizados por serem recursos de fácil acesso a cooperativa ou disponibilizados de maneira gratuita, tais como espaço para colocação sede administrativa ou agroindustrial que normalmente é cedido por órgão público, entidade pública ou empréstimo de associados; mão-de-obra voluntária ou de pagamento conforme fluxo de caixa; produção e capital de giro autofinanciável - quando o associado espera a concretização do negócio para posteriormente receber sua parte -, entre outras despesas e custos. É provável que se estes custos fossem mensurados o ponto de equilíbrio para negócio dessas cooperativas tornar-se-ia impraticável sob o ponto de vista concorrencial.

Segundo fato é que boa parte das cooperativas estão participando das políticas públicas do PNAE e PAA, que são formadoras de preço e permitem uma reserva de mercado, ademais partir destes aspectos as cooperativas promovem ajustes de seus custos e investimentos até o limite da rentabilidade mínima do negócio.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Por último, as cooperativas atendidas em programas públicos de ATER possuem alguns receios sobre abrir e manter dados formais de finanças e custos, por entenderem que poderão ser tributadas se exporem a realidade formal e informal de suas contas.

Durante a execução do MAIS GESTÃO percebeu-se que esta área é muito sensível e pouco apurada dentro das organizações da agricultura familiar. A fragilidade ou ausência de dados constitui um impeditivo ou no mínimo um limitante para a confecção de análises mais assertivas sobre o desempenho financeiro e econômico dos empreendimentos.

Conforme análise realizada nos planos de melhorias, as cooperativas, em sua maioria, dispõem de reduzidos recursos técnicos, ferramentas e pessoal capacitado para essa área de finanças e custos, situação esta, que se pode relacionar tanto com a gestão organizacional, quanto com a gestão de pessoas.

As atividades prospectadas pelo conjunto de cooperativas nesta área de gestão equivalem a 14% do total dos tipos diferentes de ações pactuadas nos planos de ação, e dentre elas destacam-se:

- Implementação de rotinas administrativas e financeiras, com controles e apontamentos periódicos;
- Formação de preços de produtos elaborados, cálculos de custos e necessidades de investimentos;
- Estudo de ponto de equilíbrio das operações em fluxo de caixa;
- Aquisição e implementação de software de finanças e custos; e
- Adequação ou orientação de registros contábeis;

Segundo Oliveira (2015) nesta área, por mais que o percentual de tipos de ações não seja o mais elevado, documentos de avaliação do programa registram alguns casos em que a adequação de documentos e práticas contábeis resultou em significativa economia no faturamento anual do empreendimento. Em vários casos foi constatado que esta ineficiência era produto da inadequada apresentação de documentos fiscais e tributários, fato este que resultava em cooperativas estarem registrando e recolhendo tributos de forma equivocada.

Portanto, a decisão de constituir uma cooperativa, seja ela de grande porte e competitiva ou pequena e vinculada à economia solidária, deve estar subsidiada pela ciência de que a gestão das Finanças e Custos é primordial e pode constituir diferencial para o sucesso ou o fracasso do empreendimento e por consequência, do grupo de cooperados.

## **2.4. GESTÃO DA COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING**

Outra área de grande importância para a administração das empresas, sejam elas urbanas ou rurais, capitalistas ou solidárias, é o *Marketing*. Como afirma Maximiano (2000), o principal papel do *Marketing* é administrar as relações da instituição com o mercado. Ademais,



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

o marketing é mais do que uma função empresarial específica. Seus efeitos sobre a sociedade são profundos e tem atraído muitos elogios e críticas. O marketing é um instrumento capaz de exercer importante influência em questões sociais, culturais e internacionais. (KOTLER, 1991, p. 1043).

Ainda de acordo com Maximiano (2000), as principais funções do marketing são analisar e escolher mercados, identificar as necessidades desses mercados, analisar quais os produtos representam oportunidade para a empresa, estudar a concorrência, administrar as vendas e gerenciar publicidade e propaganda. No que se refere ao *Marketing* de Produtos, pode-se afirmar que a comercialização é o resultado de um bom planejamento e de uma boa aplicação das ferramentas do *Marketing Mix*.

Pode-se considerar que algumas das decisões mais importantes para uma empresa encontram-se relacionadas com o *Mix de Marketing*, o qual é muito conhecido no mundo acadêmico e profissional como os 4P's. Ou seja, Produto, Preço, Ponto de Venda e Promoção dão origem a essa expressão muito utilizada e que representa o cerne dos trabalhos de *Marketing*.

Não é sem razão que o primeiro item do composto de *Marketing* é o produto, mas, devido ao fato de que esse é o centro de todo o processo, é para ele que será definido um preço, providenciado o melhor ponto de venda, é dele que será falado na promoção e, se não for despertado o interesse para ele, todas as ações terão sido desnecessárias. Patzlaff e Patzlaff (2009) afirmam que o produto "é aquilo que a empresa produz ou desenvolve, e posteriormente oferece ao cliente".

Sobre o preço, afirma-se que ele é definido tendo por base alguns fatores, sobretudo a sua oferta e procura, entretanto, não há de se desprezar a concorrência, o interesse dos clientes, a mão de obra e os recursos empregados, bem como a capacidade de produzir lucro (Maximiano, 2000).

Nesse aspecto, levando em consideração que "o planejamento do preço deve ser coordenado com o planejamento financeiro" (Maximiano, 2000, p. 242), esforços devem ser empreendidos para que a comercialização tenha um estreito relacionamento com as áreas de controle e gestão de custos, visto que um preço mal definido, para mais, pode inviabilizar a permanência de um produto no mercado, ou, para menos, pode inviabilizar a sua produção. Para Churchill Júnior e Peter (2000), o preço determina se a compra será feita, o tamanho dessa compra e se será lucrativa para quem produziu os produtos.

Seguindo a descrição dos 4P's, o ponto de venda, ou praça, significa o acesso do cliente ao bem que ele deseja ou não adquirir. Um bom ponto de venda pode sim despertar o desejo no consumidor, fazendo com que ele adquira o produto sem, de fato, ter uma predisposição para isso. Ademais, o planejamento da praça está diretamente relacionado a decisões logísticas de transporte, armazenamento, público-alvo e consequentes custos (MAXIMIANO, 2000) relacionados a essas estruturas. Nesse sentido, um minucioso estudo de ponto de venda e de distribuição é necessário e condicionante para a viabilidade da comercialização dos produtos,



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

pois afeta significativamente a determinação do preço final e de ações de propaganda.

Para compreender a posição da propaganda dentro do composto de *marketing*, pode-se fazer o uso de três definições. Para Kotler (2000) e McCarthy e Perreault Junior (1997), propaganda é a apresentação remunerada de ideias, bens ou serviços, ou seja, propaganda envolve um financiador, o qual possui interesses em veicular o seu produto. Já para Churchill Júnior e Peter (2000), uma característica relevante da propaganda é o conteúdo persuasivo. De acordo com Patzlaff e Patzlaff (2009), a propaganda é a última tarefa do *mix* de *marketing* e ela surge para comunicar a existência de um produto, suas qualidades, o seu preço e o local onde ele se encontra.

No universo das Cooperativas, em algumas, o marketing aparece como uma ferramenta bem empregada; já em outras não se consolida de maneira tão eficiente. Para as cooperativas de grande porte, denota-se que a conquista de amplo mercado no ambiente interno e fatias significativas no mercado externo é resultado de uma eficiente aplicação do composto de Marketing. Contudo, ressalta-se que essa eficiência mercadológica não deve ser preconizada por estas cooperativas se tiver como sustentáculo a degradação do meio ambiente, a exploração das pessoas, a heterogestão, em suma, sem primar pelos princípios básicos da doutrina cooperativista. Nessa ótica, o grande desafio para as cooperativas está em

[...] dirigir, gerenciar e executar o composto de marketing e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento social, político e econômico dos associados, empregados, familiares e membros da comunidade local. Significa, ademais, prezar a honestidade (veracidade, integridade e confiabilidade) nas relações produtivas, comerciais ou de serviços dentro e fora da cooperativa, bem como a equidade (justiça e imparcialidade) nas transações financeiras com associados, empregados, fornecedores, consumidores, agentes financeiros, membros da comunidade local e o público em geral. E, por fim, honrar os regulamentos estatutários, as leis que regulamentam o cooperativismo e as demais leis civis e relativas às organizações. (CRÚZIO, 2003, p.17).

Sobre a comercialização dos produtos da agricultura familiar, conclui-se que os agricultores sempre foram subordinados aos compradores, sendo esse condicionamento um grande gargalo para o desenvolvimento sustentável do segmento (SIQUEIRA et al, 2013). Agrava esse quadro o fato de que, nas principais cadeias produtivas, o domínio é exercido por um grupo muito restrito de empresas ou organizações, as quais dominam o mercado, não possibilitando um mercado justo, ou, como preconiza Dowbor (2013), uma democracia econômica.

Como já abordado anteriormente, o mercado institucional consiste em uma grande oportunidade de comercialização para os agricultores familiares, levando-se em conta a eliminação do atravessador e a maior aplicabilidade das premissas solidárias na comercialização. Nesse sentido, as cooperativas são primordiais no apoio ao acesso a esses e outros mercados aos agricultores familiares, constituindo



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

verdadeiras ferramentas para a liberdade das pessoas, principalmente no que se refere à comercialização, a qual não precisa necessariamente ser colossal, pois “um desenvolvimento alternativo é centrado nas pessoas e no seu ambiente, mais do que na produção e nos lucros” (DOWBOR, 2013, p. 52).

De acordo com Oliveira (2015) esta área de gestão é sinalizada pelas cooperativas como importante, e esta centralidade é atribuída tendo por base o percentual de tipos de ações demandadas nos planos. Do total de 25% (o segundo maior percentual) destacam-se as seguintes ações demandadas aos técnicos:

- Desenvolvimento de registro de produto e marcas comerciais;
- Organização ou estruturação de setor específico de comercialização;
- Formulação de parcerias comerciais com outras cooperativas, estimulando a constituição de redes de comercialização;
- Elaboração de projetos de solicitação ou utilização de equipamentos e infraestruturas públicas para comercialização entre cooperativas;
- Ações de promoção e marketing dos produtos da agricultura familiar em âmbito regional;
- Ampliação da participação em mercados institucionais;
- Conformidades legais e fiscais para comercialização;
- Ações de agregação de valor aos produtos e serviços da agricultura familiar;
- Elaboração de materiais e mídias de divulgação; e
- Promoção de rotinas de marketing interno.

Outrossim, salienta-se que no tocante a comercialização e marketing, as cooperativas atendidas se caracterizam como dependentes do mercado institucional em grande parcela e que em muitos dos casos, as ações propostas tiveram por objetivo a inserção ou a qualificação da atuação em mercados diversificados.

## **2.5. GESTÃO INDUSTRIAL**

O diagnóstico do programa de ATER “Mais Gestão” preconiza a análise da área industrial dos empreendimentos, porém, ao se vasculhar a literatura de administração, os conceitos mais praticados são “administração da produção e operações” e “administração de materiais”.

Tendo por base o entendimento de Souza et al (2011), a função das áreas de administração da produção e operações é gerir os recursos, humanos e materiais, para, da maneira mais rentável à organização, produzir bens ou serviços aos clientes. Por conseguinte, esse conceito corrobora os itens apresentados no diagnóstico aplicado nas cooperativas, pois abordava minúcias localizadas em diferentes estágios do processo de Agroindustrialização dos produtos.

Para tais autores, o *layout*, ou seja, o arranjo físico da unidade industrial, cumpre um papel muito importante, pois “visa à redução do espaço para o estoque, matéria-prima e produtos acabados, a fim de que não haja retrabalho permitindo



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

assim um fluxo contínuo e mais organizado do processo. Objetivando o aumento da produção, porém com área reduzida” (SOUZA et al, 2011, p. 38).

Como asseveram Toledo, Batalha e Amaral (2000), uma cadeia de produção agroindustrial pode ser organizada em três macros segmentos, os quais não são estanques e absolutamente definidos, podendo variar de acordo com a linha de atuação. São eles: i) produção de matéria-prima; ii) industrialização; e iii) comercialização. Para os autores, um dos aspectos que deve ser respeitado e alvo da gestão agroindustrial é o controle de qualidade, uma vez que esse aspecto não mais se constitui como um diferencial e sim uma condição de existência ou de aceitação do público consumidor. De acordo com Batalha (1995), a engenharia de produção agroindustrial surge para se preocupar com as especificidades de cada um dos macros segmentos, tendo por base a óptica do *agrobusiness commodity system*.

Para Zylbersztajn (2013), por mais que, empiricamente, produção agrícola seja desassociada dos conceitos de indústria ou produção industrial, a literatura científica do agronegócio apresenta argumentos contrários. Essa teoria que se

[...] baseia no conceito de sistemas agroindustriais mostra justamente o contrário, a atividade agrícola gera impactos não desprezíveis nos setores a ela conectados, como máquinas agrícolas, insumos de sanidade vegetal, equipamentos industriais, serviços. (ZYLBERSZTAJN, 2013, p. 204).

Diante disso, pode-se afirmar que, em uma concepção mais “acertada”, o processo industrial agrícola compreende o cultivo de produtos *in natura*, a produção de beneficiados, de minimamente processados e de processados. A partir de então, conclui-se que “agroindustrialização” é todo e qualquer processo cultivador de produtos agrícolas, voltados para a comercialização.

Por fim, cabe ressaltar que o processo de gestão industrial, ou de gestão agroindustrial pode existir com base em duas modalidades de fluxo, o “empurrado” ou o “puxado”, sendo também possível uma combinação de ambas. Na primeira, a produção se dedica a ofertar para o mercado o resultado do processo, sem ter certeza da real demanda; na segunda, o processo de produção é acelerado ou freado de acordo com os pedidos e com a demanda do mercado. Tanto as duas modalidades quanto a combinação delas são repletas de oportunidades e desafios, porém, cabe ressaltar que “um bom sistema de gestão da produção ajuda a pilotar e a controlar uma organização, mas não resolve todos os problemas de ineficiência produtiva” (BATALHA; STHAKBERG, 1994, p. 57).

Nota-se que parte das cooperativas não possui processos industriais centralizados, ficando as poucas iniciativas de beneficiamento a cargo dos seus cooperados. Nos casos onde as cooperativas protagonizavam processos de agroindustrialização constatou-se demandas de ação principalmente desta envergadura:



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

- Planejamento de ações de ATER para qualificação da produção e matéria-prima;
- Qualificação de layout e de processos agroindustriais;
- Elaboração ou revisão de manuais de boas práticas de fabricação;
- Qualificação de processos logísticos.

Constatou-se que no conjunto de cooperativas que, dedicadas a comercialização dos produtos beneficiados nas unidades produtivas de seus cooperados, houve também demandas nesta área de gestão e em sua grande maioria consistia em formalizar ou legalizar as agroindústrias familiares bem como aprimorar o processo de agroindustrialização nestas “unidades descentralizadas”.

## **2.6. GESTÃO AMBIENTAL**

Para a sexta e última área do diagnóstico, intitulada de Gestão Ambiental, é pertinente organizar a discussão em dois fragmentos, o primeiro, chamado de Política Ambiental, o qual reflete a consciência e preocupação dos diretores e cooperados com a temática do meio ambiente e, posteriormente, a Regularização Ambiental, em que se materializam as ações em favor do tema.

Em relação ao item “política ambiental”, confere-se o fato de que a consciência ambiental surgiu de maneira diferenciada ao longo do tempo, porém diz-se que o marco inicial se encontra na segunda metade século XX. O despertar da consciência ambiental volta os olhares da sociedade para os impactos do mau uso dos recursos naturais (PEREIRA; CURTI, 2012), não obstante esse despertar ainda não tenha calhado em alguns setores da sociedade – considerando que muitos atores, mormente os envolvidos na agricultura, afirmam não degradar o meio ambiente e não produzir resíduo. Tema contraditório entre diversos autores.

Nesse sentido, nota-se a aplicação prática da diferenciação conceitual de *percepção* e *consciência* ambiental. A primeira enquadra a natureza como um recurso a serviço do homem, não escasso e disponível à dominação da exploração. A segunda, também conhecida como o novo paradigma ecológico, assume a fragilidade do meio ambiente e o caráter não renovável de muitos dos seus recursos (STROBINO; TEIXEIRA; NAKATAMI, 2009).

Sobre a regularização ambiental, afirma-se que ela apresenta diversos regulamentos, contudo, atualmente, a Lei 12.651/2012 (mais conhecida como o “Novo Código Florestal”) é o que há de mais recente para as atividades agrícolas.

De acordo com o Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental (CB-38), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os requisitos legais para a operação de uma organização são definidos pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente em parceria e consonância com órgãos federais e estaduais relacionados à área. Para o CB-38, as condições legais que

[...] influenciem a operação e/ou levam a controles/monitoramento de aspectos e impactos ambientais são considerados aplicáveis aos aspectos



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

ambientais das atividades, produtos e serviços da organização. São também considerados aplicáveis os requisitos legais que definem ações administrativas, tais como obtenção/publicação de licenças, outorgas, cadastros e autorizações. (ABNT, 2001, p. 04).

Por fim, para Dotti, Valejo e Russo (2012), a maneira de minimizar os problemas com licenciamento ambiental e promover a regularização ambiental das propriedades é a conscientização dos produtores. No estudo por eles realizado, ficou evidente que a maior parte dos produtores rurais não sabia o que significava uma reserva legal, assim como desconheciam a importância da qualidade da água para a produção ambientalmente correta na piscicultura.

Observa-se que durante o MAIS GESTÃO a área de gestão ambiental esteve mais relacionada ao atendimento de normas e regulamentos do que propriamente a elaboração de medidas ou projetos de incentivos para ações de promoção ambiental.

A área gestão ambiental foi a que teve o menor percentual de demandas apresentadas pelas cooperativas, em torno de 4% do total das ações incorporadas aos planos de melhoramento das cooperativas eram relativas ao tema. Entre as atividades de ATER apresentadas nesta área destaca-se a elaboração do “Cadastro Ambiental Rural (CAR)” e orientação técnica aos cooperados sobre o tema. Essa atividade representou a maioria das demandas nessa área justamente porque o período de execução do MAIS GESTÃO coincidiu com os prazos para regularidade das propriedades rurais no aspecto ambiental, conforme a Lei nº. 12.615/2012.

Tendo a ATER pública como uma das premissas o desenvolvimento sustentável, especialmente pactuado durante a formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável/PNDRSS é possível que a metodologia do MAIS GESTÃO não tenha estimulado ou provocado o desenvolvimento de ações nesta área como fez nas demais.

### **3. CONCLUSÃO**

A partir da análise dos documentos finais do MAIS GESTÃO, desenvolvido entre os anos 2012 a 2016, é possível asseverar que essa metodologia provocou mudanças significativas no conhecimento e concepção acerca de processos de gestão para os empreendimentos acompanhados. Entretanto, a avaliação da evolução nos processos gerenciais nas cooperativas depende diretamente do aproveitamento e intensidade de utilização das técnicas e ferramentas disponibilizadas pelos extensionistas para resolução de problemas administrativos. Uma das críticas mais assertivas para a metodologia MAIS GESTÃO é a inexistência de indicadores comuns na área de gestão para todas as áreas atendidas, limitando a mensurações quantitativas, porém principalmente de caráter descritivo, sem possibilitar aferir o grau de eficácia da ação de ATER.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

O ATER MAIS GESTÃO protagonizou a execução de uma política inédita e inovadora para esses empreendimentos, contudo esta vanguarda impede de se avaliar resultados comparativamente com outras políticas ou atuações públicas anteriores.

Conclui-se que houve satisfação por parte das cooperativas ao atendimento, satisfação esta externalizada (e formalizada ao MDA) por meio de opinião dos beneficiários e constatada por fiscais e avaliadores do programa. Tanto os *feedbacks* dos gestores das cooperativas quanto os relatórios dos gestores sinalizaram melhorias a partir das intervenções dos extensionistas, contribuindo para solução de problemas técnicos e gerenciais e ampliando as condições de competitividade e sustentabilidade social e econômica dos empreendimentos. Dentre as áreas que tiveram mais ações figura em primeiro lugar Gestão Organizacional, seguida pela Gestão de Comercialização e Marketing e a área onde se constatou maiores depoimentos de mudanças concretas foi na Gestão de Finanças e Custos.

A perspectiva de atuação ou organização administrativa por dimensão ou área de gestão, de acordo com a metodologia MAIS GESTÃO, parece ser adequada para a gestão nas cooperativas da agricultura familiar, especialmente por facilitar a condução no foco empresarial, priorizando, modulando e classificando ações de maior ou menor atenção, bem como na distribuição de responsabilidades com maior número de integrantes do quadro social. Contudo, neste sentido, o grande desafio para estas cooperativas é mobilizar pessoal, seja ele contratado ou do quadro social para desempenhar as funções e os encaminhamentos originados pelo programa, impactando positivamente nos resultados econômicos e sociais destes empreendimentos.

## REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Interpretação NBR ISO 14001 (1996) JULHO 2001**, Rio de Janeiro, 2001.
- BALCÃO, Yolanda Ferreira. Organograma: representação gráfica da estrutura. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 17, p. 108-125, out./dez., 1965.
- BATALHA, Mário Otávio. Gestão do sistema agroindustrial: a formação de recursos humanos para o agribusiness brasileiro. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 2, n. 3, p. 321-330, dez., 1995.
- BATALHA, Mário Otávio; STHALBERG, Penido. A gestão da produção em firmas agroindustriais. **Produção**, São Paulo, v. 4, n. spe, p. 51-57, 1994.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos econômicos das cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos. 2006.

BRASIL. Lei nº. 11.326/2006 - **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Casa civil Subchefia para Assuntos Jurídicos: 2006.

BRASIL. Lei nº. 12.118/2010 - **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.** Casa civil Subchefia para Assuntos Jurídicos: 2010.

BRASIL. Lei nº. 12.651/2012 - **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.** Casa civil Subchefia para Assuntos Jurídicos: 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Últimos dias de inscrição para Ater Mais Gestão.** 2016. Disponível em: <  
[http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/últimos-dias-de-inscrição-para-ater-mais-gestão](http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/ultimos-dias-de-inscricao-para-ater-mais-gestao)> Acesso em: 02 jul. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHURCHILL JUNIOR, Gilbert A.; PETER, J. Paul. **Marketing: criando valor para o cliente.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Marketing social e ético nas Cooperativas.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DESROCHE, Henri. **Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética.** In: THIOLENT, Michel. (Org.). Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. São Carlos: EdUFSCAR, 2006, p.131-154.

DIAS, Emerson de Paulo. **Conceitos de Gestão e Administração: Uma Revisão Crítica.** *Revista Eletrônica de Administração*, FACEF, v. 1, n. 1, jul./dez., 2002.

DOTTI, Alinny.; VALEJO, Paulo André Poliano; RUSSO, Márcia Regina. **Licenciamento ambiental na piscicultura com enfoque na pequena propriedade: uma ferramenta de gestão ambiental.** *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, Aquidabã, v.3, n.1, p.6-16, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica: Alternativas de Gestão Social.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; PATZLAFF, Airton Carlos; PATZLAFF, Priscila Maria Gregolin. Motivação para o trabalho e o comportamento humano nas organizações. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 11, p. 59-71, 2011.

HEINZMANN, Lígia Maria; RECHZIEGEL, Waldir; BACH, Tatiana Marceda. A importância das práticas de administração de recursos humanos para a sustentabilidade: uma análise das empresas onde foram realizados estágios supervisionados em administração período de 2005 a 2007 da Unioeste/Campus Marechal C. Rondon - PR. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Marechal Cândido Rondon, v. 8, n. 15, p. 125-139, 2008.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopes de Sousa; STEFANELLI, Nelson Oliveira; TEIXEIRA, Adriano Alves. Gestão ambiental e estrutura organizacional: estudo de múltiplos casos. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 359-372, jul./set., 2012.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: análise, planejamento e controle**. Tradução de Meyer Stilman e Danilo A. Nogueira. São Paulo: Atlas, 1991.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 5ª Edição. Revisada e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2000. 546 p.

MCCARTHY, Edmund Jerome; PERREAULT JUNIOR, William D. **Marketing Essencial: uma abordagem gerencial e global**. São Paulo: Atlas, 1997.

MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. **Administração de recursos humanos**. 1. ed., 4. tir. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Luís Fernando Tividini de. **Documento contendo análise e recomendações a partir de 04 estudos de analíticos sobre desenvolvimento gerencial das cooperativas atendidas pelo MAIS GESTÃO, considerando aspectos da gestão, comercialização e organização social**. Programa PNUD SAF 09/2011, 2015.

PATZLAFF, Priscila Maria Gregolin; PATZLAFF, Airton Carlos. A influência das estratégias do mix de marketing na conquista do mercado-alvo. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Cascavel, v. 9, p. 1-26, 2009.

PEREIRA, Suellen Silva, CURI, Rosires Catão. Meio ambiente, impacto ambiental e desenvolvimento sustentável: conceituações teóricas sobre o despertar da consciência ambiental. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 2, n. 4, p. 35-57, set./dez., 2012.

SAFANELLI, Arcângelo dos Santos et al. A educação cooperativa: valorização do ser humano. In: **Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 11. Congresso Internacional IGLU, 2**. 2011, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em:



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/32873/8.21.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos. **Administração de custos na agropecuária**. São Paulo: Atlas, 1996.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação PercecuAbramo, 2002.

SIQUEIRA, Halloysio Miguel de et al. Comercialização solidária da produção familiar de alimentos em Alegre-ES. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 3, set./dez., 2013.

SOUZA, Auriza Carvalho et al. Análise de layout do sistema produtivo de panificações: o caso de um empreendimento em Sítio do Quinto, Bahia. **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquidabã, v. 2, n. 2, p. 37-48, 2011.

STROBINO, Márcia Regina de Campos; TEIXEIRA, Rivanda Meira; NAKATANO, Marcia Shizue Massukado. Responsabilidade socioambiental e aquisição da consciência ambiental: um estudo de caso de uma pequena empresa do setor da construção civil. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 16, n. 03, p. 375-391, set./dez., 2009.

TOLEDO, José Carlos de; BATALHA, Mário Otávio; AMARAL, Daniel Capaldo. Qualidade na indústria agroalimentar: situação atual e perspectivas. **Revista Administração de Empresas**. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 90-101, jun., 2000.

VARGAS, Roberta Alvarenga de Almeida; JUNQUILHO, Gelson Silva. Funções administrativas ou práticas? As Artes do Fazer gestão na escola mirante. **RCA**, v.15, n.35, p. 180-195, abr. 2013.

VASCONCELLOS, Eduardo; KRUGLIANSKAS, Isak; SBRAGIA, Roberto. Organograma linear: um instrumento para o delineamento da estrutura. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 16, n. 4, out./dez., 1981.

ZYLBERSTAJN, Decio. Administração de sistemas de base agrícola: análise de fatores críticos. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 48, n. 2, jun., 2013.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 15/01/2019



**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES COOPERATIVISTAS DO PARANÁ EM  
MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICO E ECONÔMICOS**

**PARTICIPATION OF WOMEN COOPERATIVISTS OF PARANA IN SOCIAL,  
POLITICAL AND ECONOMIC MOVEMENTS**

Aline Saggin\*  
Adilson Francelino Alves\*\*

**RESUMO**

Ao longo da história a mulher viveu, e em alguns casos ainda vive a mercê da sociedade, submissa ao patriarcado e excluída das tomadas de decisões. No ocidente essa situação começou a mudar, quando no final do século XIX algumas mulheres de classe média, se organizaram e passaram a reivindicar por direitos políticos e sociais. Essa organização passou a ser conhecida como movimento feminista. Desde o surgimento o movimento feminista vem se configurando de acordo com o grupo social ao qual é aderido. Em seu início, o movimento feminista era representado por mulheres brancas e de classe média que possuíam conhecimento acadêmico e que viviam na zona urbana, atualmente percebemos que o movimento feminista está se pluralizando, estando presente em todas as classes sociais bem como no meio urbano e no meio rural. A mulher enquanto ator social vem desempenhando importante papel na luta pela garantia de direitos e pela igualdade social. Buscando compreender essa ligação da mulher com os movimentos sociais, o presente artigo busca traçar o perfil dos movimentos aos quais as mulheres do cooperativismo solidário estão inseridas. A partir desse perfil, procuramos compreender melhor sua participação nas arenas públicas e políticas pela luta para a melhoria social.

**Palavras-chave:** Feminismo; Movimentos Sociais; Gênero

**ABSTRACT**

The long history of women lives, and in some cases still lives the mercy of society, submits to patriarchy and excludes decision-making. At the time of change, when there was no end of the nineteenth century, some middle-class women organized and began to claim political and social rights. This organization came to be known as the feminist movement. Since the emergence of the feminist movement has been configured according to the social group to which it is adhered. In the beginning movement, the feminist movement was represented by white and middle-class women who had academic knowledge and who lived in the urban zone. We verified that the feminist movement is being pluralized, having in all social classes as well as in the urban environment and not countryside. Women as social actors have been playing an important role in the fight for the guarantee of rights and social equality. Seeking the knowledge of the connection of the woman with the social movements, the present article seeks to trace the sense of the sense of the movements as women of solidarity cooperativism are inserted. From this profile, we seek to improve their participation in the public arenas and to make campaigns to improve the social.

**Keywords:** Feminism; Social Movements; Gender

---

\* Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Campus Francisco Beltrão. Bolsista PIBIC da Fundação Araucária. E-mail: alinessaggin@gmail.com

\*\* Sociólogo, doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor Associado da UNIOESTE – Francisco Beltrão, membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Risco e Sustentabilidade (IRIS), docente do PPGDRS mestrado/doutorado e orientador PIBIC. E-mail: adilsonfalves@gmail.com



## **Introdução**

Durante muito tempo as mulheres se encontravam, e muitas vezes ainda se encontram socialmente invisíveis, excluídas da tomada de decisões e subordinadas ao patriarcado. Frente essa conjuntura e ao crescente processo de industrialização, iniciou-se no final de século XIX e início do século XX, um movimento organizado e vivido por mulheres, o qual buscava a garantia de direitos sociais e políticos. Uma das primeiras conquistas desse movimento foi o direito ao voto.

Esse movimento de luta exercido pelas mulheres, na garantia de seus direitos, passou a se chamar genericamente de “movimento feminista”. Segundo (ALVES; ALVES, 2013, p.117) “a principal luta do movimento feminista é combater a opressão a que estão sujeitas as mulheres, as quais almejam alcançar autonomia e protagonismo na sociedade, defendendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres”.

Partindo dessa união das mulheres, o movimento feminista se faz presente nos mais diversos âmbitos sociais. Podendo ser observado nos movimentos sociais aos quais as mulheres estão inclusas. Frente a essa característica, os objetivos das mulheres vão se configurar de acordo com os interesses do grupo aos quais as mesmas estão vinculadas, podendo dessa forma ocorrer ajustes e diferenciações nas agendas de luta.

### **Feminismo como movimento**

O feminismo configura-se pelo movimento das mulheres na luta pela garantia de direitos e pela igualdade social. Além disso, o feminismo caracteriza-se por possuir uma teoria e uma reflexão crítica própria. Como diz Soares ((SOARES, p.33-34,1998):

“[...] o feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. [...] O feminismo se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política.”.

Tendo início no final do século XIX e começo do século XX, o movimento feminista pode ser caracterizado em três grandes ondas. A primeira ocorreu no final do século XIX e início do século XX, tendo como ênfase a luta pela garantia do direito ao voto. Essa onda do movimento ficou conhecida através das sufragistas. A segunda onda ocorreu nas décadas de 1960 a 1980, se caracterizando pela defesa ao direito do corpo e ao prazer e, também pela luta por igualdade e fim da discriminação. Já a terceira onda feminista inicia-se na metade da década de 1980, surgindo como resposta às falhas da segunda onda, questionando o que é bom e o que é ruim para a mulher.

De acordo com (PINTO, 2010) a primeira onda do movimento feminista se dá no fim do século XIX e começo do século XX, iniciou com a mobilização das



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

mulheres na Inglaterra, que reivindicavam por direitos sociais e políticos, sendo o direito ao voto o mais popularizado. As mulheres desse período do movimento ficaram conhecidas como sufragistas, justamente pelo fato de a luta pelo direito ao voto ter sido mais popularizado, as mesmas são consideradas as primeiras ativistas do feminismo no século XIX e XX. Nesse período as mulheres operárias também passaram a reivindicar por melhores condições de trabalho nas fábricas, inclusive no Brasil.

A segunda onda do movimento feminista ocorre durante as décadas de 1960 a 1980. Esse período foi marcado por grandes mudanças sociais como o surgimento do movimento “hippie” que propagou o lema “paz e amor” e que contrariava os valores morais e de consumo imposto pelas sociedades burguesas, particularmente a norte-americana onde o movimento foi muito forte. Outro marco importante desse período foi o lançamento da pílula anticoncepcional, a qual proporcionou um maior poder da mulher sobre seu próprio corpo, além disso, a disponibilidade da pílula anticoncepcional possibilitou uma maior autonomia às mulheres. Assim sendo, nessa segunda onda o feminismo:

“[...] aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. [...]” (PINTO, p.16).

No Brasil nessa época, vivia-se um período de repressão, ocasionado pela ditadura militar que olhava com desconfiança as manifestações feministas. Em nível internacional um marco importante que ocorreu nesse período foi no ano de 1975 declarado pelas Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional da Mulher.

A terceira onda do feminismo iniciou em meados da década de 1980 a 1990, atuou como resposta as falhas da segunda onda. Nesse momento nota-se uma maior consideração pelas especificidades da mulher. A partir de então, o movimento feminista que era um movimento urbano de mulheres brancas e com agendas da classe média passa a valorizar os diferentes tipos de mulheres, considerando seus aspectos culturais, étnicos e sociais. É somente a partir da terceira onda do feminismo, que percebemos a participação mais ampla das diversas faces de mulheres.

Como podemos perceber, o movimento feminista possui diversas características. Características, estas, que variam de acordo com a localidade e grupo social ao qual as mulheres estão inseridas. Sendo assim, podemos notar algumas diferenças em manifestações no meio urbano e no meio rural, como também na nomenclatura dos movimentos, onde alguns levam o termo “movimento feminista” e outros levam o termo “movimento de mulheres”.



## **Feminismo urbano no Brasil**

O movimento feminista em seu início, no final do século XIX e começo do século XX, ficou caracterizado pela participação de mulheres brancas, de classe média e instruídas. De acordo com (SOARES, 1994) no ano de 1975 o movimento feminista ressurgiu nos principais centros urbanos. Nesse período as mulheres vinculadas ao movimento, passam a atuar nos bairros e comunidades periféricas da zona urbana, tendo como pauta questões cotidianas.

Uma parcela dos movimentos de mulheres contemporâneos, no Brasil, nasceu dos grupos de vizinhança nas periferias dos grandes centros urbanos. As mulheres dos bairros populares construíram uma dinâmica política própria. Através de seus papéis socialmente designados de esposas e mães, fizeram os primeiros protestos contra o regime militar. Lutaram contra o aumento do custo de vida, demandaram escolas adequadas, centros de saúde, água corrente, transportes, eletrificação, moradia, legalização de terrenos e outras necessidades de infraestrutura urbana, exigiram condições adequadas para cuidar de sua família, educar suas crianças. [...]. (SOARES, 1994,p.16).

É no espaço urbano que presenciamos um feminismo cada vez mais plural, inserido nas diversas camadas da sociedade, sendo porta voz de luta para as mulheres negras, periféricas, de todas as classes econômicas. Utilizado para a defesa dos interesses de cada grupo, respeitando suas especificidades.

## **O feminismo no meio rural**

No Brasil o movimento de mulheres no meio rural ganhou grande visibilidade com a Marcha das Margaridas<sup>1</sup>, pelo Movimento das Mulheres Camponesas - MMC e pelas mulheres do Movimento dos Sem Terra - MST. Com uma agenda voltada a questão agrária, meio ambiente, água e crítica ao latifúndio, o movimento feminista rural se diferencia do movimento feminista urbano que possui uma agenda que luta por melhores condições de trabalho nas indústrias, melhores condições de infraestrutura urbana, entre outros. Mesmo com essas diferenças, ambos lutam pela garantia de direitos as mulheres.

Os movimentos de mulheres no meio rural surgem na década de 1980, período em que ocorre a organização de diversos movimentos sociais no campo. O

---

<sup>1</sup> A Marcha das Margaridas tem esse nome para homenagear a trabalhadora rural e líder sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada, em 1983, quando lutava pelos direitos dos trabalhadores na Paraíba. A primeira edição da marcha ocorreu em 2000 e reunindo cerca de 20 mil agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas brasileiras. A Marcha Das Margaridas é articulada pela Confederação nacional dos trabalhadores da agricultura- CONTAG, com a participação de mulheres dos STRs de todo o Brasil.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

movimento de mulheres do campo, articulado em diversos estados do Brasil, recebeu nomes distintos, porém possuíam as mesmas bandeiras de luta, como o reconhecimento e valorização da mulher trabalhadora rural, além da defesa e garantia de direito às mulheres. Esses movimentos de mulheres surgiram com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)<sup>2</sup>, que possuíam grupos de oração e clube de mães, o qual proporcionava à seus participantes um espaço de discussão e reflexão sobre temas de interesse dos mesmos. Uma conquista muito importante desse período foi a garantia dos direitos previdenciários às mulheres rurais, como a aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e aos 60 para os homens, auxílio doença, salário maternidade dentre outros (GADELHA, 2017, p.120).

Buscando articular as lutas das mulheres dos movimentos autônomos, bem como, as mulheres dos movimentos mistos do campo, consolida-se na década de 1990 a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR. Já em 2004 consolida-se o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) que possui dois eixos de luta: Gênero e Classe, ou seja, são mulheres que lutam pela igualdade nas relações sociais e no reconhecimento como trabalhadora rural.

Outro marco importante na visibilidade do movimento feminista no campo é a Marcha das Margaridas, a qual é realizada desde o ano 2000. A Marcha das Margaridas é uma ação das mulheres do campo, da floresta e das águas, que lutam pela sua visibilidade, reconhecimento e garantia da cidadania. Muitas foram às conquistas alcançadas pela Marcha das Margaridas, algumas dessas conquistas foram: formação do Grupo de Trabalho (GT) sobre Gênero e Crédito e a criação do Pronaf Mulher; Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) em nome do casal; criação da Coordenadoria de Educação do Campo no MEC; Campanha Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, entre outras conquistas de grande importância para o campo. Tais conquistas são resultados da luta conjunta os diversos movimentos do campo, como MST, MMC, dentre outros.

Como visto, o movimento das mulheres do campo é bastante amplo, tendo grande influência na sociedade através dos movimentos citados a cima. Mas esses feminismos vão além, ele se fazem presentes nas organizações de base que podem ser relacionadas às associações de clube de mães, nos movimentos de igreja, entre outros, que possuem ampla abrangência no meio rural. É um feminismo que luta por direitos considerados básicos as mulheres, como aposentadoria e licença maternidade, entre outros.

Mesmo com diferenças em relação ao movimento feminista urbano mais visível na sociedade, o movimento rural pode ser tido como exemplo de mobilização pelos direitos das mulheres. Como diz Faria (FARIA, 2007) “Os movimentos de mulheres do campo são um dos movimentos mais enraizados, contam com maior

<sup>2</sup> “As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos.” [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro\\_betto\\_o\\_que\\_e\\_cebs.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf), acessado em 31 de julho de 2017.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

organicidade e capacidade de mobilização [...]”. Essa organização das mulheres do meio rural possibilitou que, as mesmas, mostrassem seu potencial de reivindicação pelo seu reconhecimento como cidadã e trabalhadora. Esse fato se caracteriza na fala de Soares (SOARES, p. 42 apud LAVINAS e CAPPELLIN, 1991, p. 28) que relata que as mulheres do campo “[...] vêm transformando o cenário político e social da agricultura brasileira ao mostrar sua combatividade e determinação na luta pela conquista de uma nova identidade social, a de mulheres trabalhadoras rurais”. Na dimensão econômica, além do acesso ao crédito é importante observar quais são as opções disponíveis para a autonomia da mulher rural. Quando olhamos para esse aspecto o cooperativismo desponta como uma das possibilidades viáveis, seja por seu caráter inclusivo, seja pelas possibilidades de arranjos sociais e econômicos que ele pode propiciar, sendo assim no próximo tópico discutiremos alguns elementos sobre a temática.

### **Cooperativismo de economia solidária e agenda feminista**

O cooperativismo desde seu surgimento busca proporcionar o desenvolvimento e a autonomia de seus envolvidos, possuindo assim, importante papel no quesito de visibilidade da mulher. Neste sentido, o cooperativismo juntamente com a economia solidária busca a não divisão sexual de trabalho, possibilitando que a mulher também seja dona da produção, proporcionando sua autonomia econômica.

Embora tímida a presença da mulher no cooperativismo se faz presente desde o surgimento da primeira cooperativa, no ano de 1844. A partir de então, sua participação tem aumentado e adquirido maior visibilidade, porém a presença do homem nas presidências das cooperativas ainda é majoritária. Mesmo com a diretiva que exige que pelo menos 30% dos conselhos administrativos sejam formados por mulheres, são poucas as cooperativas que possuem mulheres no cargo de presidência. No ano de 2009, a partir da parceria criada entre a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES e a CRESOL Baser, juntamente com a ONG Trias e com o Instituto Nacional de Formação do Cooperativismo Solidário – INFOCOS, criou-se o Programa Gênero e Geração, o qual tem por missão a “Busca pela melhor participação de mulheres e jovens no processo de desenvolvimento do Cooperativismo Solidário, visando a adoção de políticas igualitárias.”(Gênero e Geração do Cooperativismo Solidário, 2013).

O Programa Gênero e Geração realiza trabalhos de formação política e social, além de cursos técnicos que pretende gerar melhorias da produção das mulheres como cursos de panificação, alimentação saudável, gestão familiar, finanças entre outros. Em suas cartilhas, utilizadas nos encontros de formação, são abordados diversos temas como Relações Culturais e Sociais (2011), Gestão Participativa (2011), Modelos de Organização (2015), Agricultura Familiar e seus Desafios (2015),



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

entre outros. Outra ação de grande importância do Programa Gênero e Geração é o Encontro Estadual da Mulher Rural, realizado no dia 15 de outubro, no qual é comemorado o Dia Internacional da Mulher Rural. Esse encontro, além dos aspectos comemorativos, objetiva o compartilhamento das experiências que as mulheres adquiriram nos encontros regionais realizados durante o ano.

Nos dias atuais além da mulher participar de cooperativas mistas, onde há a presença do homem, existem também cooperativas exclusivas de mulheres. Os movimentos de inserção da mulher no cooperativismo solidário, juntamente com ações como as do Programa Gênero e Geração, proporcionam a mulher uma melhoria na sua autoestima, além de possibilitar sua autonomia, proporcionando que ela seja transformadora da sociedade e possibilitando que ela seja vista como trabalhadora e cidadã.

### **Materiais e métodos**

O presente artigo foi elaborado a partir do relatório sobre a percepção das mulheres filiadas às cooperativas da agricultura familiar presentes no Congresso dos 10 anos de criação da UNICAFES realizado em Francisco Beltrão no mês de dezembro de 2015.

A definição do tamanho da amostra foi realizada pelos pesquisadores responsáveis pela sua elaboração e aplicação em negociação com a entidade. Segundo, proposta apresentada à UNICAFES a para desenvolver a pesquisa, o primeiro passo foi determinar uma amostra, selecionada aleatoriamente o tamanho da amostra (384 entrevistadas) foi determinada com base nas equações (1) e (3). De acordo com Alvarez (2008), a equação (1) é a mais utilizada pelos institutos de pesquisa, dentre eles o IBOPE e o VOX POPULI.

$$n = \frac{Z_{((1-\alpha)/2)}^2}{4e^2} \quad (1)$$

Onde,  $n$  é o tamanho da amostra;  $Z_{((1-\alpha)/2)}^2$  é o valor do quadrado da estatística da normal padronizada;  $(1-\alpha)$  é o nível de confiança; e  $e$  é a margem de erro. Além da equação (1), utilizou-se a equação (3), apresentada por Scheunemann (2008), uma vez que esta última acrescenta a informação do tamanho da população a ser pesquisada:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

(2)



$$n = \frac{N.n_0}{N + n_0}$$

(3)

onde  $n_0$  é a primeira aproximação do tamanho da amostra;  $E_0$  é o erro amostral tolerável;  $N$  é o número de elementos da população; e  $n$  é o tamanho da amostra final.

A pesquisa que serviu de base para esse artigo foi fruto de duas demandas distintas que ao se encontrarem produziram um processo de reflexão sobre a visão das mulheres vinculadas de alguma forma ao cooperativismo da agricultura familiar no cenário Paranaense. A primeira demanda refere-se à necessidade da UNICAFES compreender melhor o pensamento das mulheres em relação ao cooperativismo; a segunda se refere à preocupação de verificar o porquê da baixa participação das mulheres nas atividades das cooperativas.

### **Os atores do cooperativismo solidário no Paraná**

Buscando compreender as mulheres integrantes do cooperativismo solidário do estado do Paraná, neste tópico focamos nossa análise sobre a participação feminina em: Movimento de Mulheres, Movimento de Jovens, Movimento Estudantil, Produção Agroecológica, Feiras Livres, ONG's, Grupos de Igreja Católica, Grupo de Igreja Evangélica e participação de partidos políticos. Para analisar os mesmos, traçaremos os seguintes dados: idade e movimento social.

Podemos observar na Tabela I que apenas 30,4% das mulheres presentes no Congresso participam de algum movimento de mulheres. A faixa etária mais participativa encontra-se entre 41 a 65 anos, constituindo 63,24% das mulheres que afirmaram participar de movimentos de mulheres e apenas 19,27% do total de entrevistadas. Por outro lado percebe-se que as mulheres mais jovens (de 16 a 35 anos) apenas 6,51% participam de algum movimento.

De acordo com a tabela II, podemos perceber a baixa participação das mulheres em movimentos de jovens é ainda menor sendo representada por somente 2,34% das entrevistadas.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Tabela I – Participação das mulheres presentes no Congresso de 10 anos da UNICAFES em Movimentos de Mulheres, com relação à idade.

| Idade           | Movimentos de Mulheres |            | Total      |
|-----------------|------------------------|------------|------------|
|                 | Sim                    | Não        |            |
| - de 16 anos    | 1                      | 7          | 8          |
| De 17 a 21 anos | 2                      | 19         | 21         |
| De 22 a 25 anos | 3                      | 17         | 20         |
| De 26 a 30 anos | 7                      | 19         | 26         |
| De 31 a 35 anos | 12                     | 27         | 39         |
| De 36 a 40 anos | 14                     | 35         | 49         |
| De 41 a 50 anos | 36                     | 65         | 101        |
| De 51 a 65 anos | 38                     | 70         | 108        |
| + de 65 anos    | 4                      | 8          | 12         |
| <b>Total</b>    | <b>117</b>             | <b>267</b> | <b>384</b> |

Fonte: Banco de dados pesquisa Congresso de 10 anos da UNICAFES – 2015

Tabela II – Participação das mulheres presentes no Congresso de 10 anos da UNICAFES em Movimentos de Jovens, com relação à idade.

| Idade           | Movimentos de Jovens |            | Total      |
|-----------------|----------------------|------------|------------|
|                 | Sim                  | Não        |            |
| - de 16 anos    | 3                    | 5          | 8          |
| De 17 a 21 anos | 2                    | 19         | 21         |
| De 22 a 25 anos | 0                    | 20         | 20         |
| De 26 a 30 anos | 0                    | 26         | 26         |
| De 31 a 35 anos | 1                    | 38         | 39         |
| De 36 a 40 anos | 2                    | 47         | 49         |
| De 41 a 50 anos | 0                    | 101        | 101        |
| De 51 a 65 anos | 0                    | 108        | 108        |
| + de 65 anos    | 1                    | 11         | 12         |
| <b>Total</b>    | <b>9</b>             | <b>375</b> | <b>384</b> |

Fonte: Banco de dados pesquisa Congresso de 10 anos da UNICAFES – 2015

Na tabela III, no que se percebe a participação das mulheres em movimentos estudantis também é baixíssima, sendo representado por um percentual de 0,52%



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

das entrevistadas. Este aspecto era esperado, pois além do enfraquecimento do movimento em si a tradição de movimentos estudantis no meio rural é historicamente bastante baixa.

Tabela III – Participação das mulheres presentes no Congresso de 10 anos da UNICAFES em Movimento Estudantil, com relação à idade.

| Idade           | Movimento Estudantil |            | Total      |
|-----------------|----------------------|------------|------------|
|                 | Sim                  | Não        |            |
| - de 16 anos    | 1                    | 7          | 8          |
| De 17 a 21 anos | 0                    | 21         | 21         |
| De 22 a 25 anos | 0                    | 20         | 20         |
| De 26 a 30 anos | 0                    | 26         | 26         |
| De 31 a 35 anos | 0                    | 39         | 39         |
| De 36 a 40 anos | 0                    | 49         | 49         |
| De 41 a 50 anos | 0                    | 101        | 101        |
| De 51 a 65 anos | 1                    | 107        | 108        |
| + de 65 anos    | 0                    | 12         | 12         |
| <b>Total</b>    | <b>2</b>             | <b>384</b> | <b>384</b> |

Fonte: Banco de dados pesquisa Congresso de 10 anos da UNICAFES – 2015

Na tabela IV, procurando observar como as mulheres se inserem nas atividades produtivas, sobretudo na produção de alimentos, foi perguntado se elas participam de alguma forma da produção agroecológica, percebemos que a participação das mulheres na produção agroecológica representa 2,86% das entrevistadas, estando às mesmas na faixa etária de 26 a mais de 65 anos. Apesar de percentualmente pequeno em relação à amostra, este dado está em consonância com o percentual nacional de produção agroecológica apresentado pelo Censo agropecuário de 2016 (Lourenço; Schneider e Gazolla , 2017).

Na tabela V procurando observar como as mulheres se inserem nas atividades econômicas, sobretudo de redes curtas foi perguntado se elas participam de alguma forma de feiras de produtores podemos perceber que a participação das mulheres em Feiras Livres representa 6,25% das entrevistadas. Este é um espaço econômico que as mulheres poderiam ocupar, mas que necessita ser melhor trabalhado pelos dirigentes de cooperativas.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Tabela IV – Participação das mulheres presentes no Congresso de 10 anos da UNICAFES mulheres em Produção Agroecológica, com relação à idade.

| Idade           | Produção Agroecológica |            | Total      |
|-----------------|------------------------|------------|------------|
|                 | Sim                    | Não        |            |
| - de 16 anos    | 0                      | 8          | 8          |
| De 17 a 21 anos | 0                      | 21         | 21         |
| De 22 a 25 anos | 0                      | 20         | 20         |
| De 26 a 30 anos | 1                      | 25         | 26         |
| De 31 a 35 anos | 1                      | 38         | 39         |
| De 36 a 40 anos | 2                      | 47         | 49         |
| De 41 a 50 anos | 2                      | 99         | 101        |
| De 51 a 65 anos | 4                      | 104        | 108        |
| + de 65 anos    | 1                      | 11         | 12         |
| <b>Total</b>    | <b>11</b>              | <b>373</b> | <b>384</b> |

Fonte: Banco de dados pesquisa Congresso de 10 anos da UNICAFES – 2015

Tabela V – Participação das mulheres presentes no Congresso de 10 anos da UNICAFES em Feiras Livres, com relação à idade.

| Idade           | Feiras Livres |            | Total      |
|-----------------|---------------|------------|------------|
|                 | Sim           | Não        |            |
| - de 16 anos    | 1             | 7          | 8          |
| De 17 a 21 anos | 3             | 18         | 21         |
| De 22 a 25 anos | 0             | 20         | 20         |
| De 26 a 30 anos | 3             | 23         | 26         |
| De 31 a 35 anos | 1             | 38         | 39         |
| De 36 a 40 anos | 2             | 47         | 49         |
| De 41 a 50 anos | 6             | 95         | 101        |
| De 51 a 65 anos | 7             | 101        | 108        |
| + de 65 anos    | 1             | 11         | 12         |
| <b>Total</b>    | <b>24</b>     | <b>360</b> | <b>384</b> |

Fonte: Banco de dados pesquisa Congresso de 10 anos da UNICAFES – 2015



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Tabela VI – Participação das mulheres presentes no Congresso de 10 anos da UNICAFES em ONG, com relação à idade.

| Idade           | ONG      |            | Total      |
|-----------------|----------|------------|------------|
|                 | Sim      | Não        |            |
| - de 16 anos    | 0        | 8          | 8          |
| De 17 a 21 anos | 0        | 21         | 21         |
| De 22 a 25 anos | 0        | 20         | 20         |
| De 26 a 30 anos | 0        | 26         | 26         |
| De 31 a 35 anos | 0        | 39         | 39         |
| De 36 a 40 anos | 0        | 49         | 49         |
| De 41 a 50 anos | 1        | 100        | 101        |
| De 51 a 65 anos | 4        | 104        | 108        |
| + de 65 anos    | 0        | 12         | 12         |
| <b>Total</b>    | <b>5</b> | <b>379</b> | <b>384</b> |

Fonte: Banco de dados pesquisa Congresso de 10 anos da UNICAFES – 2015

Na tabela VI percebemos que a participação das mulheres em ONG's é muito baixa representando apenas 1,30% das entrevistadas e concentradas na faixa etária de 51 a 65 anos.

Tabela VII – Proporção da participação das mulheres em Grupos de Igreja Católica, com relação à idade.

| Idade           | Grupos da Igreja Católica |            | Total      |
|-----------------|---------------------------|------------|------------|
|                 | Sim                       | Não        |            |
| - de 16 anos    | 2                         | 6          | 8          |
| De 17 a 21 anos | 8                         | 13         | 21         |
| De 22 a 25 anos | 7                         | 13         | 20         |
| De 26 a 30 anos | 14                        | 12         | 26         |
| De 31 a 35 anos | 22                        | 17         | 39         |
| De 36 a 40 anos | 31                        | 18         | 49         |
| De 41 a 50 anos | 70                        | 31         | 101        |
| De 51 a 65 anos | 73                        | 35         | 108        |
| + de 65 anos    | 9                         | 3          | 12         |
| <b>Total</b>    | <b>236</b>                | <b>148</b> | <b>384</b> |

Fonte: Banco de dados pesquisa Congresso de 10 anos da UNICAFES – 2015



Já na tabela VII, percebe-se a forte presença das mulheres em grupos e atividades ligadas a Igreja Católica cuja participação das mulheres em suas atividades representa 61,45% das entrevistadas. Este dado sinaliza uma característica regional, mas também o protagonismo da Igreja Católica nos movimentos sociais do campo. Protagonismo esse que foi determinante para as organizações do campo nas décadas de 1970 a 1990, sobretudo com o surgimento das pastorais.

Tabela VIII – Participação das mulheres presentes no Congresso de 10 anos da UNICAFES em Grupo de Igreja Evangélica, com relação à idade.

| Idade           | Grupo de Igreja Evangélica |            | Total      |
|-----------------|----------------------------|------------|------------|
|                 | Sim                        | Não        |            |
| - de 16 anos    | 0                          | 8          | 8          |
| De 17 a 21 anos | 0                          | 21         | 21         |
| De 22 a 25 anos | 0                          | 20         | 20         |
| De 26 a 30 anos | 1                          | 25         | 26         |
| De 31 a 35 anos | 0                          | 39         | 39         |
| De 36 a 40 anos | 1                          | 48         | 49         |
| De 41 a 50 anos | 2                          | 99         | 101        |
| De 51 a 65 anos | 2                          | 106        | 108        |
| + de 65 anos    | 0                          | 12         | 12         |
| <b>Total</b>    | <b>6</b>                   | <b>378</b> | <b>384</b> |

Fonte: Banco de dados pesquisa Congresso de 10 anos da UNICAFES – 2015

Na tabela VIII sobre a participação de mulheres em Movimentos de Igreja Evangélica, percebemos que a participação da mesma representa apenas 1,56% das entrevistadas.

Na tabela IX, sobre a porcentagem de mulheres filiadas a partidos políticos, 14,32% das entrevistadas afirmam serem filiadas a algum partido político. Entretanto 7,03% das entrevistadas, não sabem se são filiadas a algum partido político. Esse dado nos faz questionar sobre qual a concepção que a mulher possui em relação aos partidos políticos e até mesmo, sobre a política. Das mulheres filiadas a algum partido político 23 são filiadas ao PT, 13 ao PMDB e três ao PSDB.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Tabela IX – Participação das mulheres presentes no Congresso de 10 anos da UNICAFES em partido político, com relação à idade.

| Idade           | É filiado a algum partido político |            |           | Total      |
|-----------------|------------------------------------|------------|-----------|------------|
|                 | Sim                                | Não        | Não sei   |            |
| - de 16 anos    | 0                                  | 7          | 1         | 8          |
| De 17 a 21 anos | 1                                  | 20         | 0         | 21         |
| De 22 a 25 anos | 3                                  | 17         | 0         | 20         |
| De 26 a 30 anos | 0                                  | 25         | 1         | 26         |
| De 31 a 35 anos | 6                                  | 32         | 1         | 39         |
| De 36 a 40 anos | 9                                  | 38         | 2         | 49         |
| De 41 a 50 anos | 17                                 | 75         | 9         | 101        |
| De 51 a 65 anos | 16                                 | 80         | 12        | 108        |
| + de 65 anos    | 3                                  | 8          | 1         | 12         |
| <b>Total</b>    | <b>55</b>                          | <b>302</b> | <b>27</b> | <b>384</b> |

Fonte: Banco de dados pesquisa Congresso de 10 anos da UNICAFES – 2015

Os dados abordados nos mostram quais os movimentos sociais representam as mulheres vinculadas ao cooperativismo solidário no estado do Paraná.

Temos como resultado uma alta participação das mulheres nos movimentos da Igreja Católica, representado por 236 (61,43%) das entrevistadas. Esse resultado fortalece o dado apresentado referente ao surgimento de alguns dos movimentos feministas no campo, que surgiram com o apoio das CEB's vinculados a Igreja Católica. O segundo movimento com maior participação das mulheres é o Movimento de Mulheres o qual é representado pela participação de 117 (30,46%) das entrevistadas.

### Considerações Finais

Como salientado, os movimentos feministas se configura de acordo com os interesses de seus envolvidos, os quais se fazem presentes nos mais diversos âmbitos sociais, tanto no meio rural como no meio urbano, no qual se originou.

Ao longo de seu desenvolvimento o movimento feminista sofreu alterações para que melhor seja empregado na sociedade, visando à representatividade dos interesses das mulheres dos variados grupos sociais. Em seu início ele era representado por mulheres de classe media, instruídas e da zona urbana. Com o passar do tempo o movimento feminista foi aderido pelas mulheres do meio rural, o qual tem por base os grupos de mulheres que surgiram atrelados as CEB's da Igreja Católica. Ambas vertentes do movimento feminista lutam pela garantia de direitos



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

sociais e políticos e pela igualdade social, mas se diferenciam em alguns aspectos, visto que as realidades sociais são diferentes.

Mesmo o cooperativismo solidário com seu caráter de igualdade social e luta pela melhoria das condições de vida, e das ações de formação realizadas com seus cooperados, ainda possui um grande desafio para angariar a autonomia e empoderamento da mulher.

A baixa participação das mulheres nos movimentos sociais e nas atividades econômicas nos remete que é necessário fazer uma melhor formação de base, onde a mulher possa compreender a importância da sua participação nos movimentos sociais, através dos quais poderá ampliar direitos e melhoria de vida, como também o seu reconhecimento como protagonistas das conquistas sociais, econômicas e políticas.

### Referências

ADÃO, Nilton Manoel Lacerda. **Movimento das mulheres camponesas: a origem religiosa e o “cuidado” na estrutura familiar.** Congresso de Teologia da PUCPR. Curitiba, p.174-186, 2011.

Alvarez, F. A. Pesquisas de opinião em campanhas eleitorais. 2008. Disponível em <<http://www.inf.ufsc.br/~fred/inferencia/Aulas%20PB/Aula%202%20-%20pb.ppt>>. Acesso em: 15 de maio de 2009

ALVES, Adilson F. **Diagnóstico da percepção das mulheres cooperativistas do estado do Paraná em relação às cooperativas de economia social e solidária /** Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2016.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. AS TRAJETÓRIAS E LUTAS DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E O PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES. In: Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 4, 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, UECE, 2013, p.113–121.

CINELLI, Catiane. **Movimento de mulheres camponesas: 30 anos de História na construção de novas relações.** *Revista Grifos*, N.34/35, p.34-49, 2013.

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural: A economia dominante e a invisibilidade das mulheres.** 2007.

GADELHA, Renata Rocha. **Recampesinização e Ressignificação do Campesinato: Histórias de Vida no Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR) /254 f.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul, 17 de fevereiro de 2017.

INFOCOS, Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Org.). **Gestão**



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

**Participativa:** Cartilha. Programa Gênero e Geração do Cooperativismo Solidário. Francisco Beltrão: Grafisul, v.II, p.1-52, 2011.

INFOCOS, Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Org.). **Relações Culturais e Sociais.** Programa Gênero e Geração do Cooperativismo Solidário. Francisco Beltrão: Grafisul, v.II, p.1-52, 2011.

LOURENÇO Andréia Vigolo, SCHNEIDER, Sergio e GAZOLLA, Marcio. **A agricultura orgânica no Brasil:** um perfil a partir do censo agropecuário 2006. *Extensão Rural*, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.1, jan./mar. 2017. 42-61 p.

MAGALHÃES, Manuela de Sousa. **Trajetórias em movimentos:** a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras Rurais em Minas Gerais / 202 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 04 de agosto de 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder.** *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, Jun. 2010.

Programa de Gênero e Geração da Unicafes Paraná (Org.). **Coletânea De Gênero em Geração Levando Sabor a sua Mesa**, Francisco Beltrão: Gráfica Berzon, v.1, p.1-20, 2015.

SOARES, Vera. **Movimentos feministas:** paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas Especial*, Florianópolis, a.2, p.11-24, 1994.

SOARES, V. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres e política:** Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, 3. p.33–54.

União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná (Org.). **Gênero e geração do cooperativismo solidário:** Agricultura Familiar e seus Desafios. UNICAFES/Paraná; INFOCUS. Francisco Beltrão: Grafisul, v.2, p. 1-32, 2015.

\_\_\_\_\_. **Gênero e geração do cooperativismo solidário:** Modelos de Organização. UNICAFES/Paraná; INFOCUS. Francisco Beltrão: Grafisul, v.2, p. 1-28, 2015.

<https://forumdemulheres.com/a-marcha-das-margaridas/>. Acessado em 31 de julho de 2017.

Scheunemann, E. Amostra. 2008. Disponível em <<http://risk.learnhub.com/lesson/5826-amostra>>. Acesso em: 15 de maio de 2009.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 15/01/2019



## **CONEXÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO**

### **CONNECTION BETWEEN FAMILY AGRICULTURE AND COOPERATIVISM**

Alcidir Mazutti Zanco\*  
Fábio Corbari\*\*  
Adilson Francelino Alves\*\*\*

#### **RESUMO**

A Agricultura Familiar tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico e social não apenas das áreas rurais, mas contribuindo muito para a economia do país como um todo. Reconhecida pela sociedade e governos, como segmento estratégico para diversificação produtiva e segurança alimentar. Os diferenciais culturais, produtivos e econômicos deste público, tem obtido destaque também na formação de ações de cooperação, com resultados importantes para a construção do desenvolvimento rural sustentável. Este texto tem como foco a análise da conexão existente entre a Agricultura Familiar e o Cooperativismo Solidário, verificando as potencialidades das ações coletivas e os limites deste processo organizativo. O grupo de cooperativas pesquisadas é vinculado a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES, entidade representativa que aponta avanços positivos na organização socioeconômica deste segmento. Neste ensaio afirmam-se estes apontamentos, demarcando a necessidade de inovações comportamentais e institucionais para a maior participação dos atores na construção do desenvolvimento local e para melhor conexão entre as diversidades e potencialidades dos associados com as cooperativas.

**Palavras-chave:** Cooperativismo, Agricultura familiar, Redes.

#### **ABSTRACT**

Family Agriculture has been a key element for the economic and social development of rural areas, and is recognized by the Society and Governments as a strategic segment for the diversification of production and food security of mankind. The cultural, productive and economic differentials of this public have been highlighted in the formation of cooperation actions, with important results for the construction of sustainable rural development. This theoretical essay focuses on the analysis of the connection between Family Agriculture and Solidary Cooperativism, verifying the potentialities of collective actions and the limits of this organizational process. The group of cooperatives surveyed in this essay is linked to UNICAFES - National Union of Cooperatives of Family Agriculture and Solidarity Economy, a representative entity that points out positive advances in the socioeconomic organization of this segment. This essay affirms these notes, marking the need for behavioral and institutional innovations for the greater participation of the actors in the construction of local development and for a greater connection between the diversities and potentialities of the associates with the cooperatives.

**Keywords:** Cooperativism, Family farming, Networks.

---

\*Doutorando do PPGDRS/Unioeste Campus de Marechal Cândido Rondon e Bolsista da CAPES. E-mail: alcidirmz@yahoo.com.br

\*\* Doutorando do PPGDRS/Unioeste Campus de Marechal Cândido Rondon e Bolsista da CAPES. E-mail: fabio.corbari@hotmail.com

\*\*\* Sociólogo, doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor Associado da UNIOESTE – Francisco Beltrão, membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Risco e Sustentabilidade (IRIS), docente do PPGDRS mestrado/doutorado. E-mail: adilsonfalves@gmail.com



## 1. Introdução

A Agricultura Familiar brasileira tem se destacado como fator fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos territórios rurais. Diversos estudos (SCHNEIDER, 2003; BUAINAIN, 2006; FAO, 2014) que abordam os contextos e realidade da Agricultura Familiar tem demonstrado que esta possui adjetivos vinculados à diversidade cultural e produtiva, elementos que possibilitariam contribuir significativamente com a segurança alimentar, redução da pobreza no campo e do desenvolvimento rural sustentável. Contudo, esse processo raramente ocorre sem que outros fatores auxiliares estejam conectados, dentre eles as políticas públicas, associações e cooperativas. Quanto mais dinâmicas e interconexões entre agricultura familiar e fatores indutivos maiores serão as chances de sucesso de ela contribuir com os fatores citados acima. Dentre as atuais possibilidades, nesse texto destacaremos a conexão entre os agricultores e Cooperativas Solidárias como forma de ampliar suas potencialidades social, econômica e política da Agricultura Familiar.

Por ser classificada como peça fundamental para o desenvolvimento das áreas rurais é importante que a Agricultura Familiar também amplie sua organização, principalmente através da promoção de iniciativas coletivas, como estratégia para inserção nos mercados, tornando possível sua adaptação aos padrões competitivos contemporâneos (BUAINAIN, 2006). Estudar a base teórica que fundamenta a conexão entre os Agricultores Familiares e as redes de cooperação é fundamental para melhorar as formas de organização, participação e governança destes empreendimentos uma vez que se verifica que a grande maioria dos agricultores familiares ainda não se encontra cooperativada.

Neste texto analisaremos os desafios e potencialidades do processo organizativo da Agricultura Familiar, considerando a organização coletiva como peça fundamental. A adoção de ações coletivas é entendida como um mecanismo que possibilita a inserção da Agricultura Familiar na produção, escoamento e acesso aos mercados. As ações coletivas implementadas até aqui têm demonstrado que podem contribuir para que os produtores se adaptem aos novos padrões competitivos, sendo fundamental a consolidação de conexões estáveis e permanentes entre a Agricultura Familiar e suas Cooperativas.

## 2. Reconhecimento dos diferenciais da Agricultura familiar

A Agricultura Familiar está presente em todos os países, com reconhecimento mais expressivo em regiões com relevo acidentado que solicitam maior utilização de mão de obra e limitam a utilização de métodos de produção extensiva. Devido às condições específicas esse segmento pode ser considerado ator fundamental para a produção de alimentos saudáveis e para a soberania alimentar. Este reconhecimento pode propiciar a proposição de políticas públicas



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

desenhadas para atender as especificidades do setor, contudo é necessário ampliar a visibilidade da importância desse setor para que a sociedade possa pressionar os governos a executarem políticas estruturantes.

A denominação Agricultura Familiar é recente na literatura científica brasileira adquirindo força e notoriedade nos anos 1990, pela ação de movimentos sociais e também a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

No Brasil a afirmação da agricultura familiar avançou com a luta das organizações populares pela construção de políticas, programas e Leis que melhorassem as condições de vida deste segmento, tal como a aprovação da Lei 11.326/2006 - Lei da Agricultura Familiar, que caracteriza o empreendimento familiar rural e estabelece critérios de classificação do que pode ser legalmente considerado agricultura familiar.

A Agricultura Familiar brasileira se destaca pela sua diversidade cultural e produtiva. Essa diversidade é resultado da formação histórica dos grupos, da herança cultural variada, da experiência profissional e particular dos produtores, além do acesso diferenciado aos recursos naturais, capital humano e social, ao mercado e à inserção socioeconômica. Contudo, apesar de sua importância há estudos na literatura científica que indicam pressão da dinâmica dos grandes mercados em relação à Agricultura Familiar. Esta situação é resultado de um histórico nacional que dificulta a atuação do produtor rural de menor porte e desenha um padrão de crescimento assimétrico na agricultura brasileira (BUAINAIN; GARCIA, 2013), a FAO (2014) aponta que a Agricultura Familiar é peça importante no desenvolvimento sustentável das próximas décadas. Nesse cenário, dentre os grandes desafios estão o de atender simultaneamente a uma maior demanda por alimentos em consequência do aumento da população e cuidar da preservação dos recursos naturais. As pesquisas importantes têm demonstrado que isso só será possível se houvesse ampliação dos processos de cooperação que começa na esfera local e se estende para a arena global.

Estudos de Batalha (2004); Buainain, Garcia (2013) evidenciam os reflexos das diferenças regionais e apontam que estratégias precisam ser pensadas para que haja geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais. Segundo Schneider (2010), as unidades de produção rural podem optar por cinco mecanismos para fortalecimento familiar: ampliar o portfólio de produtos; reduzir a dependência externa; reorganizar ações técnico-produtivas; ampliar a pluriatividade e criação de empreendimentos cooperativos.

Para Abramovay (1992, p. 19), "(...) é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas (...)", sendo basilar a valorização deste segmento social.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

No V Congresso a UNICAFES (2017) destacou as cooperativas como ator fundamental para o desenvolvimento rural, sendo essencial para que isso ocorra ampliar a conexão entre os atores e as organizações coletivas.

## 2.1 Agricultura Familiar e desenvolvimento rural

Segundo Veiga (2000), a definição de desenvolvimento que predominou nas últimas décadas foi a de “crescimento econômico”, medido com base na renda *per capita* e na taxa de emprego. Na década de 1960 eram consideradas nações desenvolvidas aquelas que haviam enriquecido pela industrialização. Esse modelo foi adotado por vários países, mas o crescimento econômico gerado pela industrialização nos países menos desenvolvidos não se traduziu em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais.

A transição entre este modelo de desenvolvimento econômico para um modelo de crescimento integral que busque a redução da pobreza, só poderá ocorrer mediante uma combinação de mudanças nas políticas governamentais e por iniciativas da sociedade. Neste meio o “desenvolvimento rural é um fenômeno intrinsecamente regional” marcado pela participação dos atores na construção deste processo (VEIGA, 1997).

Amartya Sen (2004) propõe pensar o desenvolvimento como liberdade de acordo com o autor desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. O desenvolvimento não pode ser determinado apenas pela acumulação de riqueza e o crescimento do Produto Interno Bruto de uma nação. A riqueza não pode ser vista como um fim, mas como um meio desejado de se ter mais liberdade.

O desenvolvimento deve relacionar-se com a melhoria da qualidade de vida e das liberdades das pessoas. Assim, observa-se que a liberdade exerce dois papéis fundamentais: o da expansão da capacidade das pessoas viverem a vida desejada e como determinante na iniciativa individual na eficácia social.

Sen (2004) entende que a vida acontece no local e cada localidade tem uma forma diferente de manifestação de vida. Na abordagem orientada ao ator Long e Ploeg (1994) destacam que os atores são totalmente capazes de transformar a realidade, traçar suas estratégias e responder diferentemente às circunstâncias similares. Embora esta abordagem não exclua a ideia de estrutura não nega o significado das relações sociais de produção e nem dispensam o conceito de relação social de produção, mas apenas enfatizam que as relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. O ponto importante de referência é a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores (LONG e PLOEG, 1994).

A abordagem orientada ao ator permite ver atrás dos mitos, dos modelos, das políticas de desenvolvimento e das instituições, explorar os valores locais e



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

conhecimentos, descortinar os detalhes do “vivido nos mundos da gente”. Para Long (2001), esta perspectiva pode servir como um antídoto contra os excessos das explicações estruturalistas e como um novo modo de conceituar a vida social.

Long e Ploeg (1994) igualmente criticam as intervenções planejadas, na medida em que estas não dão conta do conhecimento detalhado e do domínio das situações locais altamente diversas e heterogêneas. O empoderamento não depende de características das pessoas beneficiadas ou da intervenção de experts que objetivam desenvolver habilidades adequadas, mas depende, crucialmente, das redes e das capacidades estratégicas que inter-relacionam os projetos dos atores particulares com outros e da expansão do espaço de negociação (LONG, 1995).

Na estrutura social é necessário seguir uma abordagem mais dinâmica para o entendimento das mudanças sociais, a qual saliente a interação e determinação mútua de fatores e relações internas e externas, e reconheça o papel principal desempenhado pela ação e pela consciência humana. Os atores não são vistos como meras categorias sociais vazias, ou recipientes passivos de intervenção, mas como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações. Os atores são detentores de conhecimento e capazes. Eles procuram resolver problemas, aprender a intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar suas próprias ações (ZANCO, 2016).

Abramovay (1996) afirma que a principal diretriz na busca do desenvolvimento rural deve ser o envolvimento dos atores e a consolidação da Agricultura Familiar, pois ela representa uma forma de ocupação geradora de renda e a possibilidade de fixação desses produtores no campo, contendo o êxodo rural. Nessa perspectiva, Bialoskorski Neto e Balieiro (2000) sustentam que o associativismo e o cooperativismo são ferramentas importantes capazes de viabilizar a permanência de pequenos produtores no campo e identificar instrumentos que possam promover o desenvolvimento nas dimensões econômica, social e humana.

## **2.2 Organização coletiva da agricultura familiar**

O desenvolvimento econômico, como discutido sob a ótica de vários autores, advém, entre outros fatores, de um processo de geração e distribuição de renda, de forma justa e igualitária entre os indivíduos de uma população. Em outras palavras, o desenvolvimento não deve ser entendido apenas como desenvolvimento econômico, deve também considerar dimensões sociais de geração e distribuição de renda (BIALOSKORSKI NETO, 2004).

A cooperação pode então ser entendida como um benefício aos indivíduos envolvidos, porém sabe-se que as ações coletivas também exigem esforços para que os resultados sejam positivos. De maneira geral é perceptível que a ação coletiva é um grande facilitador para a viabilidade da Agricultura Familiar, no entanto grande percentual deste segmento não se encontra organizado em cooperativas ou outros empreendimentos coletivos e os que se encontram cooperativados enfrentam



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

dificuldades. Quando um grupo social, por um motivo qualquer, deixa de tomar parte diretamente nos sistemas sociais estabelecidos, pode fazê-lo de forma indireta, por meio de associações, que são agrupamentos sociais constituídos para mediar a participação entre este grupo social e a sociedade. As associações “são grupamentos voluntários formados para agir sobre o sistema político, as relações de classe ou o sistema de ação histórica” (TOURAINÉ, 1973, p. 252).

### **3. Metodologia e materiais**

A abordagem escolhida neste ensaio foi um levantamento bibliográfico sobre as diretrizes de participação social no Cooperativismo Solidário, sistematizando a forma como a UNICAFES concebe a conexão entre sócio - cooperativa, com sistematização de dados coletados no PECSOL, 2016 (Programa de Educação do Cooperativismo Solidário) sobre a situação da relação social das cooperativas e a forma como os sócios concebem e realizam seus processos participativos.

Também realizamos debates com diretores da UNICAFES que coordenam redes de cooperativas nos diversos Estados do Brasil. Estes debates também foram feitos com assessores de redes que atuam na gestão destas iniciativas em 20 Estados do Brasil (RS, SC, PR, MS, MT, GO, ES, RJ, MG, RO, TO, PA, AM, BA, AL, SE, PE, MA, CE, RN).

As informações sobre a situação das cooperativas foram coletadas através de pesquisa *on line* enviada às cooperativas participantes do programa de Redes de Cooperação – Parceria UNICAFES e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para organização de centrais de cooperativas nas diversas regiões do Brasil, principalmente em territórios com menor desenvolvimento.

### **4. Resultados da pesquisa**

A UNICAFES tem como princípio e diferencial organizativo, a constituição de cooperativas locais articuladas em redes e ou centrais regionais. Essa orientação está presente em todos os documentos institucionais. Em todas as ações formativas realizadas a organização por relações de proximidade e a articulação em redes territoriais são destacadas como diretrizes fundamentais para o processo de sustentabilidade das cooperativas e de participação social, no entanto, verifica-se que em todos os ramos cooperativos a diminuição expressiva da participação dos sócios, fatos que de alguma forma diminuíram o potencial de organização das cooperativas locais e das redes territoriais.

#### **4.1 O perfil organizativo das cooperativas**

Antes avançar na análise da conexão sócio - cooperativas apresenta-se o perfil com dados médios das Cooperativas filiadas a UNICAFES Nacional. Estes



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

dados mostram a situação organizacional das mesmas e influencia na gestão social, cultural, política e organizacional. Os números das cooperativas são fundamentais para compreensão dos desafios enfrentados cotidianamente pelas lideranças para manter e fortalecer as iniciativas locais de organização, gestão e comercialização. O perfil mostra uma intensa luta dos Agricultores Familiares para manter-se nos processos organizativos, demonstrando a potencialidade do segmento e também o engajamento político presente junto ao público associado, fato que pode ser considerado importante na relação sócio – cooperativa.

Tabela I - Perfil das Cooperativas

| Indicadores                          | Homens      | Mulheres        | Jovens             |
|--------------------------------------|-------------|-----------------|--------------------|
| Número de Sócios                     | 68%         | 24%             | 8%                 |
| Número de Sócios ativos              | 62%         | 36%             | 2%                 |
|                                      | Cadastrados | Não cadastrados | Situação irregular |
| Vínculo com Economia Solidária       | 27%         | 73%             | 12%                |
| Vínculo com Agricultura Familiar     | 78%         | 22%             | 9%                 |
|                                      | Sim         | Não             | Outros             |
| Utilização de Software de Gestão     | 56%         | 34%             | 12%                |
| Realiza reuniões regulares do CA     | 67%         | 22%             | 11%                |
| Faturamento mensal                   | Até 50 mil  | De 50 a 300 mil | Mais de 300 mil    |
|                                      | 38%         | 54%             | 8%                 |
| Sobras em 2014                       | Positivo    | Negativo        | Regular            |
|                                      | 78%         | 20%             | 2%                 |
|                                      | Possui      | Não possui      | Terceirizados      |
| Funcionários liberadas para serviços | 47%         | 53%             | 10%                |
| Direção liberada de forma integral   | 38%         | 43%             | 19%                |
|                                      | Possui      | Não possui      | Terceirizados      |
| Estrutura de logística               | 36%         | 11%             | 53%                |
| Estrutura de agroindustrial          | 22%         | 53%             | 25%                |
|                                      | Possui      | Não possui      | Já amortizados     |
| Empréstimos                          | 38%         | 62%             | 52%                |
| Capitalização                        | 43%         | 34%             | 23%                |

FONTE: UNICAFES, 2016.

Os dados acima demonstram um perfil de cooperativas com baixo nível de desenvolvimento organizacional, com presença expressiva de homens, com base social amplamente vinculada a Agricultura Familiar e pouca interlocução com Economia Solidária, com pouca estrutura e instrumentos para gestão técnica e humana, com poucas iniciativas agroindustriais e de capitalização.

No que se refere a estrutura e capacidade de multiplicação do conhecimento, mostra-se com poucas condições para ampliar ações de fomento a participação social, sendo necessária a construção de políticas que valorizem a construção de redes (ZANCO, 2016).



## 4.2 A participação social nas cooperativas

Na relação sócio - cooperativa é fundamental assegurar a participação democrática dos atores. A busca pelo Lucro simples sob a forma de maior renda pessoal, os membros podem obter através de suas atividades e não com base nos lucros da empresa cooperativa. Neto (2006), afirma que nesses ambientes ditados pela doutrina da cooperação poderá haver restrição à maximização de resultados econômicos para alcance de resultados sociais. Desta forma, tem-se o desafio de atrelar desenvolvimento econômico com o social no contexto das cooperativas para que os atores se sintam envolvidos e praticantes da construção.

Outro empecilho encontrado no modelo cooperativista de participação social está na autogestão na relação contratual sócio cooperativa. Em relação à forma de coordenação participativa sabe-se que ela é efetivada com votações e manifestações dos associados, mas o quórum das assembleias gerais ordinárias precisa se mais deliberativo. E como a relação contratual entre cooperativa - sócio não existe, se ao não se sentir participante nas tomadas de decisões a sociedade tende a não avançar de forma consistente e este pode ser considerado um dos principais desafios das cooperativas (ZANCO, 2016).

A forma de organização, resultados e gestão estão intrinsecamente ligados a formato de sua constituição e formação social. Partindo dessa ideia, pode-se pensar na sociedade cooperativa não apenas como produto de um capital social historicamente acumulado (PUTNAM, 2002), mas também como uma experiência de criação e difusão de capital social numa comunidade, em que o conhecimento mútuo e as relações sociais ajudam no estabelecimento de confiança na realização de objetivos comuns.

Neste meio uma sociedade cooperativa pode desempenhar um duplo papel no que se refere à questão da participação. Primeiramente, como um agente de intermediação participativa entre os membros, permitindo a sua inserção nos processos de produção, gestão e usufruto dos bens e serviços e também ao propiciar o exercício da participação política e democrática, internamente, através do seu funcionamento cotidiano, pelo processo da autogestão (ARAÚJO, 1982).

A formação desse capital social pode se transformar na mola propulsora da participação social dos membros de uma sociedade cooperativa. Abramovay (2000) denomina de “aquisição de poder” pelos associados, elemento que vai interferir diretamente na correlação de forças existente na condução das cooperativas.

Nas cooperativas que orientam este estudo verifica-se que a participação pode ser ampliada, no entanto o principal problema das Cooperativas deste segmento não se encontra diretamente na participação e sim na compreensão dos mercados, que impõe articulação com os segmentos pré e pós-porteira e das novas formas de negociação e práticas de gestão do processo produtivo. A dificuldade em compreender e enfrentar este processo acaba distanciando os



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

associados do processo organizativo, sendo fundamental encontrar um ponto de equilíbrio entre a articulação com os agentes do Sistema produtivo e a consequente perda de poder decisório, em troca da maior rentabilidade e estabilidade.

A aplicação das tecnologias de gestão no âmbito da Agricultura Familiar pode se dar relacionada às organizações cooperativas e à própria gestão da propriedade rural, nas quais se verificam potenciais de fortalecimento da gestão e da comercialização interpretadas de forma mais abrangente, como um processo contínuo entre produção, transformações, escoamento e mercados. A diversidade do comportamento dos consumidores, as diversas situações e tipologias de mercado, as particularidades inerentes à distribuição de produtos alimentares e à organização dos canais de venda justificam a existência de um número elevado de formas organizacionais e no cooperativismo esse aspecto necessita ser aprimorado para que a relação entre sócio – cooperativa avance.

#### **4.3 As oportunidades da perspectiva orientada aos atores**

As teorias organizacionais do mundo empresarial defendem a utilização de técnicas modernas de gestão e de avaliação econômica. Paralelamente a esta forma de organização.

No Cooperativismo Solidário se defende a ampla participação social, a gestão democrática, as relações de proximidade e o empoderamento dos associados para o controle social dos empreendimentos econômicos. A Perspectiva “deste Cooperativismo” orientou a fundação e organização de Cooperativas populares em todo Brasil que se mantêm convictas de que esta perspectiva é fundamental para construção do desenvolvimento rural, no entanto a falta de liberdade, para a organização, produção, investimentos e representação, diminui a força deste movimento e limita o crescimento das iniciativas locais, sendo fundamental rever o formato de ação e orientação destes empreendimentos.

Na Perspectiva Orientada aos Atores – POA, Long e Ploeg (1994) destacam que os atores são totalmente capazes de transformar a realidade, traçar suas estratégias e responder diferentemente às circunstâncias similares. Embora esta abordagem não exclua a ideia de estrutura o ator não nega o significado das relações sociais de produção e nem dispensa o conceito de relação social de produção, mas enfatiza que as relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. O ponto importante de referência é a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores.

A abordagem orientada ao ator permite ver atrás dos mitos, dos modelos, das políticas de desenvolvimento e das instituições, os valores locais e conhecimentos, descortinar os detalhes do “vivido nos mundos da gente”. Para Long, esta perspectiva pode servir como um antídoto contra os excessos das explicações estruturalistas e como um novo modo de conceituar a vida social,



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

podendo ser utilizada para revigorar as metodologias de relação social e formação executadas pelas cooperativas.

Long e Ploeg (1994) criticam as intervenções planejadas, na medida em que estas não dão conta do conhecimento detalhado e do domínio das situações locais altamente diversas e heterogêneas. O empoderamento não depende de características das pessoas beneficiadas ou da intervenção de experts que objetivam desenvolver habilidades adequadas, mas depende, crucialmente, das redes e das capacidades estratégicas que inter-relacionam os projetos dos atores e da expansão do espaço de interface e de negociação.

Essa perspectiva necessita ser estudada profundamente pelas cooperativas, pois somente com o conhecimento particular os indivíduos poderão ser construídas iniciativas inovadoras e adequadas a realidade dos Agricultores Familiares e estas medidas podem ampliar o nível de reconhecimento sobre os desafios e demandas dos associados. Para atuação com esta perspectiva as cooperativas necessitam ter claro o seu projeto de desenvolvimento, avaliar suas condições para alcance dos seus objetivos sociais, mas acima de tudo, fortalecer seus diferenciais organizativos, pois somente com clareza da sua missão é que poderá ser ampliada a construção de iniciativas que amplie de forma coletiva a participação social.

No âmbito da participação percebe-se que a cooperação tem proporcionado aos Agricultores Familiares melhores condições para inserção na sociedade e nos mercados, superando as inseguranças, potencializa as virtudes e habilidades de criação e socialização do conhecimento. Os crescentes desafios impostos pelo mercado desafiam os agricultores a mudarem seu comportamento de produtor-fornecedor para a diversificação de suas redes de relacionamento em busca de novos mercados estáveis e rentáveis (UNICAFES, 2017).

#### **4.4 As oportunidades do desenvolvimento como liberdade**

As cooperativas são organizações fundadas a partir de princípios que garantem a horizontalidade e a participação democrática. Um destes princípios é o da livre adesão. Esse princípio foi instaurado para garantir a autonomia das pessoas na construção das cooperativas e fortalecer a autonomia das cooperativas para execução dos seus objetivos sociais. Neste sentido a liberdade é um princípio fundacional das cooperativas, compreender a amplitude da liberdade é um desafio. Na visão de Sen (2004) promoção do desenvolvimento está intrinsecamente vinculada às oportunidades de escolha que permitem a cada indivíduo ter a qualidade de vida almejada.

O cooperativismo é uma organização capaz de mudar comportamentos, atuar com outra racionalidade, e condicionar novos hábitos, ações, posturas e regras, podendo ser um instrumento importante para a construção do desenvolvimento. Duas lacunas limitam essa perspectiva, uma está vinculada a concentração exclusiva das pessoas na riqueza econômica e outra a



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

conceituação do desenvolvimento, sendo necessário que a sociedade cooperativista passe a indagar sobre as razões que lhe motivam a busca pela riqueza. A riqueza não é desejável por si mesma, mas meio para a liberdade (SEN, 2004, p. 23).

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza, uma compreensão mais plena do desenvolvimento relaciona-se com a melhora da vida e das liberdades que desfrutamos (SEN, 2004, p. 25).

Para Sen (2004) as pessoas precisam de determinadas liberdades que promovam o bem-estar social e a opção de escolha. A utilidade da riqueza está nas possibilidades que ela permite, ou seja, as liberdades substantivas que ela proporciona. Neste contexto os sócios das cooperativas necessitam ampliar a compreensão sobre as liberdades que as cooperativas lhe proporcionam, mensurar as liberdades existentes no processo organizativo e as liberdades que como sócios podem utilizar diante da vida das cooperativas.

A compreensão social sobre o papel das cooperativas pode ser a chave para a construção do desenvolvimento local, pois o Agricultor Familiar isolado, mesmo com liberdade não possui condições de reagir diante das armadilhas que o capital lhe proporciona, um grupo de Agricultores Familiar agindo em cooperação possui melhores condições para fortalecer suas liberdades, compreender a sociedade de forma livre, construir meios para manter condições sociais, alimentares, econômicas e políticas de liberdade. Esse fato é o principal indicador da importância da liberdade para o desenvolvimento da cooperação.

O cerceamento da liberdade social pode ser algo voluntário ou até involuntário norteado pelas óticas do capital, sendo fundamental que os gestores destes empreendimentos se mantenham críticos quanto a forma de gestão, participação e orientação das ações organizacionais, pois ações que não promovam a liberdade social e econômica dos associados podem diminuir a força das Cooperativas e da Agricultura Familiar.

## **5. Considerações Finais**

Este estudo teve como objetivo a análise das conexões entre Sócio – Cooperativa entre a Agricultura Familiar e as Cooperativas da Agricultura Familiar, recuperando os referenciais teóricos e orientando possível perspectivas para melhorar essa conexão social. A construção verificou que as diretrizes sobre os associados e sobre o Cooperativismo Solidário, apresentadas pela UNICAFES, se assemelham as afirmações dos teóricos da Agricultura Familiar e do Cooperativismo Popular, enfatizando-se a necessidade de aprimorar a forma de executar os princípios e teorias que orientam sua viabilidade organizacional.

A cooperação é percebida como uma forma eficaz de maximizar a organização popular para a construção do desenvolvimento rural, sendo necessário



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

aprofundar formas de conexão com o tecido social da agricultura familiar. No momento da sua constituição as Cooperativas necessitam fortalecer a identificação do perfil dos participantes e nas suas ações cotidianas é fundamental fortalecer perspectivas orientadas aos atores, com ações articuladas entre os actantes e as redes, gerando iniciativas de promoção do desenvolvimento como liberdade, ampliando a possibilidade de os atores participarem desta construção de forma autônoma. Esse processo é o grande potencial das cooperativas.

Em termos comportamentais, a ação da Cooperativa se fez notar na conduta dos associados, tanto no aspecto individual, quanto no aspecto coletivo. Nesse caso, aponta-se para uma mudança de comportamento pessoal e nas relações como tecido social estabelecida entre os sócios, entre sócios e diretores, entre funcionários, sócios e diretores, sendo vital um processo de revitalização do tecido social cooperativista buscando ampliar a força destas organizações dentro da sociedade cooperativas e nas relações externas.

O contato com o meio externo propicia transações comerciais e parcerias para garantia da sua sobrevivência da cooperativa. Dessas relações e das ações coletivas do grupo de associados se fortalece o empoderamento social, elemento que vai interferir diretamente na correlação de forças existente na condução desta organização sócio econômica.

Neste ensaio teórico se verifica que as ações desenvolvidas pelo Cooperativismo Solidário podem ser consideradas modelos para a organização da Agricultura Familiar, sendo importante a realização de novos estudos que ampliem a construção teórica sobre a viabilidade social, econômica e institucional do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária para que as ações deste segmento continuem promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

### Referências

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** *Revista Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.
- ARAÚJO, S. M. P. **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação.** Curitiba: Projeto, 1982.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; FILHO, H. M. De S. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar.** In: 42º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá, Anais. Cuiabá, 2004.
- BIALOSKORSKI NETO, S.; BALIEIRO, C. F. **Capital social e cooperativas na Agricultura do Estado de São Paulo: um ensaio analítico.** Texto para Discussão – Comissão de Pesquisa e Publicações da FEA-RP/USP. Ribeirão Preto, 2000.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

BRASIL. **Lei 11.326**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. **Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores?** In: A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of food and agriculture: innovation in family farming**. FAO: Roma, 2014.

LOURENZANI, W. L. **Modelo sistêmico para gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos, 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2005.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural**. Ruris, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, A. L.; LOURENZANI, A. E. B. S. **Modelo sistêmico de ocorrência de ações coletivas: um estudo multicaso na comercialização de frutas, legumes e verduras**. Gestão de Produção, v. 18, n. 1, p. 159-174, 2011.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

VEIGA, J. E. da. **Uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil**. In: CD-ROM dos Anais do Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1997.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2000.

UNICAFES - União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Documento Base V Congresso**. Brasília. 2017. Disponível: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em: 15 agosto de 2017.



REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



*página 56*

*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

ZANCO, Alcidir, Mazutti. A **contribuição do PECSOL para aprendizagem dos diretores como multiplicadores do conhecimento no cooperativismo** (Dissertação de Mestrado UNIOESTE, PPGDR) Francisco Beltrão, 2016. Disponível: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3033/5/Alcidir%20M.%20Zanco2017.pdf>.

*Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 15/01/2019*



**FATORES QUE INFLUENCIAM NA CONTINUIDADE DE UMA AÇÃO  
COLETIVA: O CASO DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR  
COOAFASG DE GUARANIAÇU - PR**

**FACTORS INFLUENCING THE CONTINUITY OF A COLLECTIVE ACTION:  
THE CASE OF THE COOPERATIVE FAMILY AGRICULTURE COOAFASG OF  
GUARANIASSU - PR**

Andreia Helena Pasini Guareski\*  
Marlowa Zachow\*\*  
Dirceu Basso\*\*\*  
Marinês Luiza Guerra Dotto\*\*\*\*

**RESUMO**

As ações coletivas surgem da necessidade de um grupo de pessoas em conseguir algum benefício comum. Nesse sentido, o cooperativismo tem se mostrado uma opção para a manutenção de produtores da agricultura familiar. Para entender os fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva na cooperativa de agricultura familiar de Guaraniaçu-PR, foi conduzido um estudo de caso, realizando entrevistas com os gestores e também com cooperados. Foram sistematizados de acordo com a literatura 16 (dezesseis) fatores que garantem a continuidade da ação coletiva. A COOAFASG tem 11 desses pontos positivos, e mesmo os outros 5 fatores não atendidos, não foram considerados como empecilho para a continuidade da cooperativa, apesar da literatura alertar para perigos futuros. Os cooperados confiam na cooperativa, nos outros cooperados e nas instituições envolvidas. A comunicação flui de maneira aberta. Os produtores são próximos uns dos outros, em alguns casos são inclusive da mesma família, e estão sempre dispostos a cooperar. A cooperativa procura manter sua história viva através de relatos textuais e fotográficos. Existe reciprocidade entre os cooperados, as entidades e a cooperativa. Os fatores que garantem a continuidade estão relacionados ao compromisso que os cooperados tem em manter a organização funcionando, e isso ocorre porque percebem a melhoria na qualidade de vida pessoal, através da associação com outros produtores, reorganização das atividades dentro da família e a possibilidade de revenda de seus produtos com uma renda justa.

**Palavras-chave:** fatores, continuidade, ação coletiva, cooperativismo, agricultura familiar.

---

\*Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela (UNIOESTE). Professora da FAG e UNOPAR. E-mail: andreiahpasini@hotmail.com

\*\*Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela (UNIOESTE). Professora da UNIOESTE, atuando no Centro de Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: marlowaz@hotmail.com

\*\*\*Doutor em Desenvolvimento Rural e docente da Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA), com atuação no Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Unila e Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. E-mail: dirceu.basso@unila.edu.br

\*\*\*\*Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da UNIOESTE, atuando no Centro de Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: ml.dotto@terra.com.br



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

**ABSTRACT**

Collective actions arise from the need for a group of people to achieve some common benefit. In this sense, cooperativism has been an option for the maintenance of producers of family agriculture. In order to understand the factors that influence the continuity of collective action in the family farming cooperative of Guaraniaçú, a case study was conducted, conducting interviews with the managers and also with cooperatives. Sixteen (16) factors that guarantee the continuity of collective action were systematized according to the literature. COOAFASG has 11 of these positive points, and even the other 5 factors not met, were not considered as an obstacle to the continuity of the cooperative, although the literature warns of future hazards. The members trust on the cooperative, in the other members and the institutions involved. Communication flows openly. The producers are close to each other, in some cases they are even from the same family, and are always willing to cooperate. The cooperative seeks to keep its history alive through textual and photographic reports. There is reciprocity between the members, the entities and the cooperative. The factors that guarantee continuity are related to the commitment that the members have to keep the organization functioning, and this is because they perceive the improvement in personal quality of life, through the association with other producers, reorganization of activities within the family and the possibility of resale your products with a fair income.

**Keywords:** factors, continuity, collective action, cooperativism, family farming.

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem grande importância no Brasil, ela produz a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros. Em 2015, 70% dos alimentos consumidos no país foram produzidos pela agricultura familiar (PORTAL BRASIL, 2015). Segundo relatório da ONU no ano de 2014, as propriedades geridas por famílias detêm cerca de 80% da produção de alimentos e ressalta a importância dessas propriedades para o desenvolvimento sustentável e erradicação da insegurança alimentar (ONUBR, 2014).

A agricultura familiar é uma forma preponderante de produção agrícola em várias áreas do país, e é a condição fundamental para que exista sobrevivência para a economia da grande parte dos municípios brasileiros. Assim, a ela é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial, e conseqüentemente dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil (SANTOS, 2001).

No entanto, apesar de sua importância no contexto brasileiro, sua sobrevivência é um desafio constante. É justamente na agricultura familiar que se encontra grande parte dos brasileiros que estão em situação de risco, vivendo abaixo da linha da pobreza (ALTAFIN, 2007).

Porém, um dos desafios que a agricultura familiar enfrenta é a sua permanência no meio capitalista, onde grandes multinacionais dominam o mercado. Como forma de sobrevivência, alguns produtores familiares buscam como solução para o enfrentamento da concorrência a coletividade, através de associações ou cooperativas.

As cooperativas são uma forma de associativismo que tem como propósito reunir produtores com objetivos comuns, potencializando seus resultados, sendo a maneira encontrada por pequenos produtores para obter melhores resultados para suas atividades. Conforme Pinho (1966) as cooperativas tem como objetivo suprir



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

seus membros de bens e serviços e realizar programas educativos e sociais. Segundo a autora as cooperativas se baseiam nos “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”, a saber: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações e dinheiro, neutralidade política, religiosa e étnica e desenvolvimento do ensino.

Neste contexto, o presente artigo teve como objeto de estudo a COOAFASG da Cidade de Guaraniaçu – PR. A cooperativa foi fundada em 2010, devido à necessidade que os agricultores da Associação dos Agricultores Familiares do Município de Guaraniaçu encontravam para a comercialização dos seus produtos. Como objetivo de estudo tem-se: apresentar quais os fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva da COOAFASG de Guaraniaçu – PR.

A metodologia apresentou uma abordagem qualitativa descritiva, sendo desenvolvida através de um estudo de caso, na COOAFASG. A pesquisa classifica-se ainda como de campo, bibliográfica e documental. Os dados primários foram coletados dias 14 e 15/06/2018, foram coletados por 22 pesquisadores que fizeram o mapeamento dos produtores que fazem parte COOAFASG. Os pesquisadores tiveram como apoio a Secretaria de Agricultura de Guaraniaçu além da Emater. Foram realizadas 28 entrevistas com produtores. Além das entrevistas com os produtores, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os gestores da COOAFASG, para buscar informações sobre a história, estrutura e organização da cooperativa. Para a análise, foi utilizado o sistema SPSS, que possibilitou o cruzamento das informações quantitativas, e as respostas das entrevistas permitiram que os fatores que influenciam na continuidade da ação coletiva fossem apresentados.

A justificativa da pesquisa está pautada na importância que a agricultura familiar tem para o Estado do Paraná, sendo responsável por 80% dos estabelecimentos agropecuários existentes no Estado, além de ser responsável por 40% do valor bruto da produção agropecuária e principal responsável pela produção de alimentos como mandioca, milho, aves, suínos, para o abastecimento interno (PEREIRA, BAZOTTI, 2010). E principalmente na importância que as cooperativas têm para o estado e para as agroindústrias familiares da Cidade de Guaraniaçu. Neste sentido, a COOAFASG vem ao encontro dos agricultores familiares, pois o município tem um número elevado de desempregados, devido a pouca oferta de empregos no local, e ainda pela falta de indústrias no município, que apresenta apenas pequenos comércios que são baseados no trabalho familiar, e ofertam pouca oportunidade (GUARANIAÇU, 2014).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Este artigo está dividido em cinco capítulos a partir da introdução. O próximo capítulo apresenta o referencial teórico que serviu de base para a elaboração do artigo. O capítulo três apresenta o encaminhamento metodológico. O capítulo quatro apresenta os resultados e suas discussões. O capítulo seguinte apresenta as considerações finais acerca do assunto, e finalmente são apresentadas as referências utilizadas para a elaboração desse artigo.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A agricultura familiar trata-se de uma categoria social, que têm tamanhos e condições sociais diferentes. Sua existência está ligada a forma de escolher e gerir as diversas estratégias produtivas agrícolas. Apesar de sua existência estar fundamentalmente ligada a condições internas, ou seja, a forma como o agricultor e sua família fazem a gestão dos recursos em geral, esses agricultores também são afetados pelo contexto social e econômico (SCHNEIDER, 2016).

Para Abramovay (1998, p. 146): “A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantem entre si laços de sangue ou de casamento.”.

A agricultura familiar é de grande importância para o país, pois auxilia tanto no desenvolvimento social quanto no desenvolvimento econômico do país. O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância da absorção de emprego e na produção de alimentos, voltada especialmente para o autoconsumo. O segmento familiar da agricultura brasileira, ainda que muito heterogêneo, responde por uma parcela da produção agropecuária, apresentando, em importantes atividades, inter-relações estreitas com o segmento industrial e de serviços, o que implica uma importante participação no produto gerado pelo agronegócio (GUILHOTO, ET AL, 2007).

Neste sentido, a agricultura familiar responde por mais de 74% do pessoal ocupado no campo, e por mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Ela desempenha um papel estratégico no abastecimento alimentar, por sua capacidade de resposta na ampliação da produção de alimentos, inclusive em períodos de crises globais (IPEA, 2011).

Complementando, a agricultura familiar traz a oportunidade de trabalho local, reduz o êxodo rural, diversifica os sistemas de produção, e possibilita que a atividade econômica esteja em harmonia com o meio ambiente na maior das vezes, e assim, contribuindo para o desenvolvimento dos pequenos e dos médios municípios (LIMA, WILKINSON, 2002).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

No entanto, apesar de sua importância, sua sobrevivência é um desafio. É na agricultura familiar que se encontram grande parte dos brasileiros que estão vivendo em situação de risco, vivendo abaixo da linha da pobreza (ALTAFIN, 2007). Como a agricultura familiar presume que o trabalho vem de mão de obra familiar, em geral a quantidade produzida por essas propriedades não é grande suficiente para se inserir no mercado. Neste contexto, para atender essa demanda de mercado, existem estratégias que podem ser utilizadas para que se possa alcançar um melhor grau de integração na cadeia produtiva, atendendo as exigências do mercado consumidor, quanto a qualidade, ao preço e a disponibilidade. Uma dessas estratégias está pautada nas formas de ações coletivas (BATALHA ET AL, 2009).

As ações coletivas podem ser consideradas as interações sociais que envolvem indivíduos com objetivos comuns que requerem ações conjuntas (HARDIN, 1994). Ela é uma estrutura que requer a coordenação de esforços, evidenciando uma forte interdependência entre os indivíduos envolvidos (SANDLER, 1995; SCHMIDT, 2010). Corroborando, elas podem ser apresentadas como diferentes formas de associativismo, onde os pequenos produtores possuem diversas dificuldades que podem ser superadas por meio das iniciativas coletivas (SACHS, 2003).

A cooperação horizontal tem desempenhado papel importante na fixação do homem no campo e na distribuição de renda nacional, favorecendo formas igualitárias. Conforme Valente (1999) e Martinez e Pires (1999), a cooperação horizontal proporciona um aumento no poder de barganha por parte dos produtores, de forma a agregar valor. Rompem barreiras em mercados específicos, promovem a diversificação e desempenham dessa forma função de destaque na promoção do desenvolvimento (NETO; ZYLBERSZTAJN, 1994).

A ação coletiva como forma de organização, busca a defesa da lucratividade dos participantes, buscando pressionar para mudanças no ambiente institucional, a partir de uma representação dos interesses dos participantes da ação coletiva junto ao governo e a sociedade (MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 1998). Dessa forma, a ação coletiva busca melhorias para todos os que fazem parte de sua ação.

A ação coletiva não deve ser entendida como um fenômeno natural, mas sim, como uma construção social, na qual os seus atores estão ligados entre si por uma rede ou um sistema de relações sociais, as quais são permeadas pela cooperação, pelos conflitos e pelas contradições (LISBOA, 2001).

A ação coletiva pode ser definida como a interação entre um grupo de indivíduos que buscam interesses comuns, isso requer uma ação conjunta e não individual, com coordenação de esforços de dois ou mais indivíduos, onde os resultados para uma pessoa dependem da ação das outras (HARDIN, 1994).

A adoção de uma ação coletiva tem se apresentado como uma estratégia viável para os pequenos produtores que tem participado e se envolvido em iniciativas de cooperação horizontal para o desenvolvimento de suas atividades econômicas (PASINI, 2013; SCHMIDT, 2012).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

As estratégias da ação coletiva podem ser classificadas de acordo com a finalidade que se propõe que são: melhorar os ingressos ou a dimensão do bem estar material dos envolvidos; modificar as relações sociais no interior da população rural e nas relações de poder e influenciar as políticas públicas, para ampliar as oportunidades de desenvolvimento e enfraquecer ou superar os sistemas de exclusão e de discriminação (RAMÍREZ; BERDEGUÉ, 2003).

Além disso, para os autores é possível adicionar outros tipos de objetivos para a ação coletiva que são: o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos; o fortalecimento organizacional; a construção de redes e alianças sociais; e o aprofundamento das normas e valores como reciprocidade, confiança e solidariedade, que contribuem para o alcance do bem estar comum.

É possível assim apresentar a finalidade da ação coletiva no quadro 1 de acordo com os autores.

Quadro 1: Finalidades da ação coletiva

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>Finalidades da ação coletiva</b> | <ol style="list-style-type: none"><li>1- Melhorar os ingressos ou a dimensão do bem estar material dos envolvidos;</li><li>2- Modificar as relações sociais no interior da população rural;</li><li>3- influenciar sobre as políticas públicas;</li><li>4- Desenvolvimento das capacidades dos indivíduos;</li><li>5- Fortalecimento Organizacional;</li><li>6- Construção de redes e alianças sociais;</li><li>7- Aprofundamento das normas e valores como reciprocidade.</li></ol> |
|-------------------------------------|--|

Fonte: Ramírez; Berdegué, 2003.

Em 1965, Mancur Olson estabelece pela primeira vez uma explicação econômica para a formação de grupos, na obra “*The logic of Collective Action*” (NASSAR, 2001).

A Teoria da Ação Coletiva de Olson discute as razões que levam os indivíduos a agirem coletivamente, uma vez que poderiam prover suas necessidades individualmente. Este argumento está pautado na afirmação de que essas necessidades individuais teriam mais dificuldade ou seria impossível de se alcançar se não fosse à ação coletiva (OLSON, 1999).

O dilema da ação coletiva segundo Olson (1999) é que mesmo que os indivíduos de um grupo sejam racionais e centrados em seus próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns e grupais.

Dessa forma, a ação coletiva somente acontecerá se existirem elementos de coerção ou incentivos individuais, para além do ganho possível com o alcance do objetivo comum. E ainda, o comportamento do indivíduo vai depender das características do grupo (OLSON, 1999).

Assim, não é apenas a necessidade suficiente para fazer o indivíduo cooperar, são necessários mais fatores para influenciar nessa decisão. Neste



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

sentido, para o autor, um indivíduo poderá fazer parte da ação coletiva e não contribuir com ela, e ficar esperando que os outros indivíduos o façam. Esse indivíduo é chamado de *free rider*, um agente racional, que é motivado pelo auto interesse. Sua ação é esperar que os outros cooperassem para a produção do bem comum, e ele irá usufruir o bem sem ter feito nenhuma atividade (OLSON, 1999). O *free rider* é um indivíduo racional que defende seus interesses individuais, ele é egoísta, deseja ganhar com a promoção do bem público.

Em 1973 e em 1985 Granovetter apresenta contribuições para o estudo da ação coletiva. A obra de Granovetter de 1973 *The strenght of wear ties* (A força dos Laços), o autor apresenta a existência de laços fortes e fracos na formação dos grupos, a força do laço é responsável pela maior ou menor possibilidade de ligação entre os indivíduos, influenciando a difusão das informações e a formação de estruturas complexas. Já em sua publicação de 1985 *Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness* (Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão), nesta obra o autor apresenta que o comportamento e as instituições estão imersos ou enraizados em uma estrutura social de contínuas relações, que não podem ser analisadas como elementos independentes.

Elionor Ostrom (2007) apresenta também contribuições para a ação coletiva. Em sua obra ela apresenta uma reflexão sobre os motivos que levam os indivíduos a cooperarem em dilemas sociais se eles poderiam ser caronas e se aproveitar dos benefícios gerados pelos demais indivíduos do grupo. Em sua segunda obra, Ostrom apresenta que os fatores reputação, confiança e reciprocidade como fatores que influenciam no surgimento e também na manutenção das ações coletivas. Segundo ela, esses três fatores são influenciados por oito variáveis: a) o número de participantes envolvidos na ação coletiva; b) a forma da divisão de benefícios coletivos; c) a heterogeneidade dos participantes; d) a comunicação face a face; e) a forma da função de produção; e) a presença de informações sobre as situações passadas; g) a forma como os indivíduos estão ligados; h) a possibilidade de entrar e sair voluntariamente no grupo.

Para Ramírez; Berdegué (2003) a sustentabilidade das estratégias da ação coletiva dependem de três tipos de fatores: a) os internos, que são as relações entre os participantes e entre eles e os grupos ou organizações que são responsáveis por canalizar a ação coletiva; b) os fatores externos, que são as relações entre as organizações que realizam a ação coletiva e outros atores que tem uma incidência direta sobre ela; c) fator de contexto, ou seja, que está relacionado com o marco de incentivos, oportunidades e restrições onde nasce, planifica-se e realiza-se a ação coletiva.

Assim as cooperativas constituem uma alternativa de grande interesse para os produtores que acabam por ter maior poder maior poder de negociação na compra de insumos, e na comercialização da produção, e principalmente na busca de incentivos públicos (VALENTE 1999). Em tese, apresentam-se como alternativa



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

importante para os produtores aumentarem sua competitividade no mercado agrícola.

A participação dos produtores em ações coletivas, do tipo associação e cooperativa, tem impacto direto como meio de melhorar a capacidade produtiva e o uso eficiente dos recursos (BATALHA, ET AL, 2004). A cooperação tem uma importante contribuição para a coordenação e para o aumento da competitividade dos sistemas produtivos (SAES; FARINA, 1998).

As cooperativas são organizações onde um grupo de pessoas se une buscando fins comuns. A ideia base desses empreendimentos é conseguir força e competência para superar em conjunto o que individualmente seria muito difícil (CORNELIAN, 2006).

As cooperativas de produção agrícola ou agropecuária são cooperativas de produção que podem ser organizadas pelos próprios trabalhadores agrícolas. Podem ser formadas para utilizar seus recursos de forma comum, ou até mesmo para obter crédito para iniciar suas atividades. Podem ser cooperativas simples, ou seja, onde os trabalhadores se ajudam em algumas atividades da produção, ou podem ser cooperativas integrais, que reúne os associados para a produção desde a fase de produção até a distribuição (PINHO, 1966).

De acordo com Utumi (1982), as cooperativas agrícolas em geral têm como objetivo organizar serviços econômicos e assistenciais de interesse dos produtores. Algumas atividades que as cooperativas podem fazer:

- a) venda em comum, recebendo produtos colhidos ou elaborados, podendo ainda proceder algum tipo de beneficiamento ou industrialização;
- b) fornecimento de bens em geral, seja para realização da atividade do produtor, ou até mesmo bens de consumo pessoal;
- c) proporcionar serviços tais como assistência administrativa, técnica e social;
- d) promover serviços de utilização mútua.

É possível a partir da literatura apresentar os fatores que podem influenciar a continuidade de uma ação coletiva. O quadro 2 apresenta esses fatores.

Quadro 2: Fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva

|   |  |
|---|--|
| Confiança<br>Comunicação face a face;<br>Disposição a cooperar;<br>Fatores internos e externos;<br>Função de produção;<br><i>Free rider</i> ;<br>Forma da divisão de benefícios coletivos;<br>Forma como os indivíduos estão ligados;<br>Grupos maiores e menores;<br>Heterogeneidade dos participantes;<br>Homogeneidade do grupo; | Laços fortes e fracos;<br>Número de participantes envolvidos na ação coletiva;<br>Presença de informações sobre as situações passadas;<br>Possibilidade de entrar e sair voluntariamente no grupo;<br>Reputação;<br>Reciprocidade; |
|---|--|

Fonte: Olson, 1999; Ostrom, 2007; Granovetter, 1973; 1985; Ramírez; Berdegué (2003).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Acredita-se que as abordagens teóricas apresentadas são importantes para se compreender os fatores que influenciam na continuidade da ação coletiva. E além desses fatores, compreende-se que em uma ação coletiva tem-se a presença de um líder que influencia nas ações coletivas (NASSAR, 2001), por esse motivo, o líder será considerado um fator de continuidade da ação coletiva. E ainda, é importante destacar que foram escolhidas apenas algumas abordagens que tratam da ação coletiva, mas não se esgota aqui toda a literatura disponível.

### 3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Este artigo teve como finalidade apresentar os fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva da COOFASG de Guaraniaçu – PR. A pesquisa proposta neste estudo apresenta uma abordagem qualitativa, do tipo descritivo, sendo desenvolvida a partir de um estudo de caso.

A pesquisa qualitativa é predominantemente descritiva, pois os dados coletados são mais palavras do que números (TRIVINÕS, 1987). Segundo o autor, esse tipo de abordagem tem como foco principal a compreensão, descrição, interpretação dos significados que as pessoas projetam no fenômeno em estudo (TRIVINÕS, 1990). Dessa forma, elegeram-se a pesquisa qualitativa para se compreender quais os fatores influenciam na continuidade da ação coletiva da COOFASG.

Elegeram-se o estudo de caso por tratar-se de investigação de um caso específico, que está dentro do seu contexto da vida real. O estudo de caso baseia-se em várias fontes de evidência, bem como se beneficia da prévia revisão teórica para condução da coleta e análise de dados (YIN, 2001).

Em relação à coleta de dados, os procedimentos definidos para a pesquisa compreenderam inicialmente o levantamento teórico das ações coletivas, que possibilitou a condução da coleta de dados, e o levantamento dos documentos existentes sobre a história da cooperativa, seu surgimento, classificando a pesquisa como bibliográfica e documental. A coleta de dados mais relevantes se deu a partir da coleta dos dados primários, por meio de entrevistas e questionários realizados com os produtores e gestores da cooperativa.

Os dados primários foram coletados nos dias 14 e 15/06/2018, foram coletados por 22 pesquisadores que fizeram o mapeamento dos produtores que fazem parte COOFASG. Os pesquisadores tiveram como apoio a Secretaria de Agricultura de Guaraniaçu além da Emater. Nos dias citados, os pesquisadores foram subdivididos em cinco equipes que fizeram as visitas nas propriedades. As propriedades foram organizadas de acordo com a proximidade, pelos técnicos da Emater. Cada equipe contava com um guia que conhecia os produtores, e as propriedades. Esse levantamento foi realizado em conjunto com o programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. O objetivo de todos os



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

pesquisadores é realizar o levantamento de diversos aspectos elencados durante as aulas do programa.

Após as entrevistas realizadas com os produtores, nestes dias foi possível realizar visitas a 28 famílias que fazem parte da cooperativa. Não foram realizadas mais visitas devido ao tempo na ocasião, e devidos a problemas que impediram alguns produtores de conversar com os pesquisadores.

Além das entrevistas realizadas com os produtores, os pesquisadores realizaram uma entrevista semiestruturada com os gestores da COOFASG, para buscar informações sobre a história, estrutura e organização dos cooperados na cooperativa. Também foi realizada a observação pelos pesquisadores do processo de recebimento, controle e comercialização da Cooperativa.

Para auxiliar na análise, foi utilizado o sistema SPSS, que possibilitou o cruzamento das informações quantitativas, e as respostas das entrevistas que permitiu apresentar os fatores que influenciam na continuidade da ação coletiva.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Neste capítulo são apresentadas as informações coletadas durante as entrevistas realizadas com os produtores, e com os gestores da Cooperativa. Como forma de responder ao objetivo proposto pelo estudo.

A Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Guaraniaçu – COOAFASG foi fundada em 16 de janeiro de 2010. Seu surgimento está relacionado à necessidade dos produtores em comercializar os produtos nos canais de distribuição disponíveis. Esses produtores já estavam organizados através de uma associação que se chamava Associação dos Agricultores Familiares do Município de Guaraniaçu – AAFAMIG, essa associação existe a mais de dez anos. A associação auxiliava na consolidação da comercialização direta dos produtos, tanto para comercialização no segmento institucional, através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em que os alimentos são fornecidos para a merenda escolar de ensino infantil e fundamental, e instituições mantidas pelo município; e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em que a produção tem como destino a merenda escolar de escolas de ensino fundamental e médio. Além da venda direta dos produtos para os consumidores locais, através do Celeiro do Agricultor.

A história da COOAFASG começa com a AAFAMIG, que surgiu com a necessidade dos produtores de se associarem para revender seus produtos. Inicialmente, os produtores faziam uma feira no centro da cidade, porém ficavam expostos às intempéries do tempo. Conseguiram em parceria com a prefeitura um barracão para que a feira não fosse feita ao ar livre. Porém esse barracão não tinha paredes laterais, apenas uma cobertura. Com o tempo e auxílio da prefeitura e outras instituições fizeram uma estrutura completamente fechada, onde além de estarem protegidos do tempo, também poderiam armazenar móveis e produtos.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

O Celeiro do agricultor iniciou suas atividades no ano de 2005, com 22 associados. O Celeiro foi um projeto desenvolvido em parceria com a prefeitura da Cidade, que cedeu o lugar onde os produtores pudessem deixar seus produtos para que fossem comercializados (NAZZARI ET AL, 2010).

Os produtores começaram a perceber que a associação deveria evoluir, de uma forma que eles pudessem obter maiores benefícios. Segundo eles, a associação trazia benefícios, mas eles precisavam de mais. Neste sentido, observa-se que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas que buscam seus interesses e sua constituição irá permitir melhores condições para se realizar o trabalho (MAPA, 2012). A Lei nº 10.406/2002, em seu art. 53, define associação como: “Constitui-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”.

Neste sentido, transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária, é uma alavanca e um mecanismo que apresenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, o que auxilia na melhor situação para viabilizar suas atividades. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilita explorar o potencial de cada um e, conseqüentemente conseguir maior retorno financeiro (MAPA, 2012).

Os associados perceberam que apesar de obterem os benefícios por fazerem parte da associação, poderiam ter mais caso se tornassem uma cooperativa, para eles isso foi considerado uma evolução, um salto, para melhorar suas condições. A cooperativa neste caso é interessante porque ela tem finalidade essencialmente econômica, e tem como principal objetivo viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado, ela é adequada para desenvolver uma atividade em média ou grande escala, ou de forma coletiva (CARDOSO, 2014).

Assim surgiu a Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Guaraniaçu, buscando auxiliá-los os produtores na comercialização de seus produtos, viabilizando seus negócios. A missão é a luta pela sobrevivência no meio rural de forma justa, solidária, e com maior qualidade de vida.

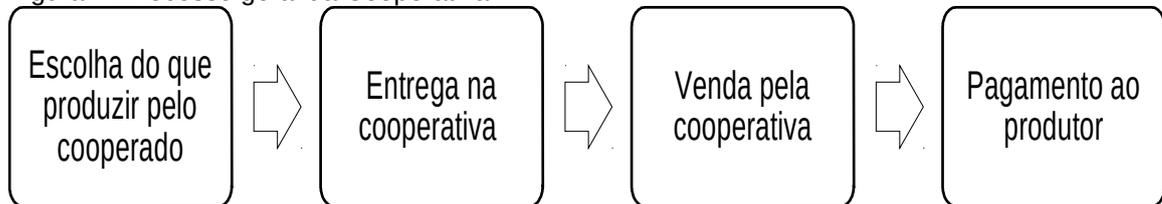
A cooperativa tem hoje cento e cinquenta famílias cooperadas e um centro de comercialização dos produtos da agricultura familiar, o Celeiro do Agricultor. Iniciativa que beneficia tanto o agricultor por estar vendendo seu produto diretamente, sem atravessadores, bem como a população em geral que tem a possibilidade de adquirir produtos frescos e de boa qualidade direto do campo.

Atualmente a cooperativa colabora com um grande número de produtores rurais, não somente agricultores, mas também agroindústrias familiares rurais. Atua como revendedora de produtos, porém tem um sistema de gestão diferente do que é visto em outras cooperativas.

A cooperativa não compra a produção do cooperado, ela recebe, controla e vende. Quando o produto é vendido ao consumidor final, é feito o acerto financeiro com o produtor. O processo pode ser melhor entendido na figura 1.



Figura 1: Processo geral da Cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A escolha do que produzir é feita pelo produtor, porém a cooperativa tenta sempre incentivar a escolha de produtos que não estejam saturados. Conforme os gestores, a tendência do produtor é escolher produções que ele domina melhor, que exigem menor investimento e tem o retorno mais rápido. Exemplos são a alface e mandioca, que são produzidos em abundância na região, portanto a cooperativa pede para não se focarem nessas culturas.

A entrega é feita na cooperativa conforme a demanda. Os produtores se comunicam com a cooperativa, para saber se precisa repor algum tipo de produto. Após essa conversa o produtor realiza a entrega dos produtos. A organização nas gôndolas das cooperativas é feita pelos próprios produtores.

O valor de revenda é definido pelos produtores. A cooperativa auxilia nessa formação de preço, opinando sobre o que os consumidores têm procurado e estão dispostos a pagar, porém a decisão final é sempre do produtor. Conforme esclarecido na entrevista, inclusive, há algumas surpresas. Em algumas situações a cooperativa opinou para baixar um preço, e o produtor manteve o preço mais elevado, e mesmo assim o produto teve excelente saída.

Para o controle, existe além de um sistema de informática próprio, também alguns controles manuais. Conforme os entrevistados isso ocorre por segurança, e também para ficar mais acessível e visível ao produtor. Quando o produto chega na cooperativa, além da entrada no sistema, também é preenchido um bloco manual, com o produto e quantidade. Para que o produto seja comercializado é então impressa uma etiqueta com descrição do produto, código de barra e valor. Cada produtor tem um código de produto (bem como código de barra) específico, sendo controlada a movimentação de cada produto de cada produtor de forma independente. Esses controles podem ser visualizados na figura 2.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Figura 2: Bloco manual de controle e código de barra por produto

**Celeiro do Agricultor** Cód PRODUTOR \_\_\_\_\_

**CONTROLE DE ENTRADA DE MERCADORIAS**

DATA 31 / 01 / 18

NOME DO PROD. \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

FUNCIONÁRIO RESP.: \_\_\_\_\_

| QUANT.           | DISCRIMINAÇÃO | PESO   | UNIT. | VALOR |
|------------------|---------------|--------|-------|-------|
| 16               | Afaca         |        | 2,00  | 32,00 |
| 2                | diag. de ovos |        | 5,50  | 11,00 |
| 9                | chicão verde  |        | 1,50  | 13,50 |
| 2                | Tomate        |        | 1,50  | 3,00  |
|                  | Bruialho      | 4,940  | 5,00  | 24,71 |
| 4                | Kagem         |        | 3,00  | 12,00 |
|                  | alobinho      | 6,560  | 2,00  | 13,12 |
|                  | pepino        | 2,605  | 2,00  | 5,21  |
| 13               | couve         |        | 2,00  | 26,00 |
|                  | limão         | 14,000 | 1,50  | 21,00 |
| <b>TOTAL R\$</b> |               |        |       |       |

ASS. PRODUTOR \_\_\_\_\_ ASS. RECEPÇÃO Claudio

**CUCA DE ROYAL 862**  
CELEIRO DO AGRICULTOR  
R\$ 8.500,00 Prd: 00862  
0 000000 033534

Fonte: Acervo dos pesquisadores, 2018.

No momento da venda, quando é passado o produto pelo caixa, o sistema gera um controle financeiro para pagar ao produtor. Do valor vendido (que foi escolhido pelo produtor) a cooperativa retém 20% (vinte por cento), para que a cooperativa consiga se manter bem como reinvestir e crescer.

A cooperativa tem apresentado sobras, e conforme os gestores, até o momento os cooperados sempre concordaram em manter esses valores investidos na própria cooperativa, ao invés de distribuir. Com esses valores tem sido possível melhorar a estrutura física e a gestão da cooperativa.

Atualmente há 5 (cinco) funcionários contratados e mantidos pela própria organização, mas há ainda 2 (dois) funcionários cedidos pela prefeitura municipal. O apoio da prefeitura se dá através da cessão do espaço onde funciona a cooperativa, sem cobrança de aluguel, IPTU e lixo, e também através desse empréstimo de pessoal que trabalha no administrativo.

Através do estudo feito na história e funcionamento da cooperativa, e das entrevistas realizadas com os produtores e com os gestores da Cooperativa, é



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

possível abstrair alguns fatores para a continuidade da ação coletiva, como pode ser observado no quadro 3:

Quadro 3: Finalidades da ação coletiva

|   |  |
|---|--|
| 1- Melhorar os ingressos ou a dimensão do bem estar material dos envolvidos | A associação foi fundada com objetivo de melhorar a comercialização de produtos, bem como melhorar as condições de trabalho na comercialização, já que a feira era feita ao ar livre.  |
| 2- Modificar as relações sociais no interior da população rural             | As relações sociais são modificadas pelo pertencimento à cooperativa de várias maneiras. O papel da mulher e dos filhos na família passa a ser mais atuante, já que eles têm a possibilidade de empoderamento ao exercer novas atividades (agroindústria por exemplo) apoiadas pela cooperativa. A relação entre os agricultores e o urbano passa a ser fortalecida, uma vez que o Celeiro propiciou que os consumidores procurassem os produtos de agricultores específicos, valorizando o trabalho no campo. |
| 3- Influenciar sobre as políticas públicas                                  | A associação e posteriormente a COOAFASG conseguem diversas vantagens com a prefeitura, desde o espaço utilizado pelo Celeiro, bem como funcionários para auxiliar na gestão da cooperativa.   |
| 4- Desenvolvimento das capacidades dos indivíduos                           | A cooperativa tem procurado incentivar a inovação, desafiando os produtores a procurarem novos nichos de mercado, bem como conseguindo parcerias para cursos e treinamentos.   |
| 5- Fortalecimento Organizacional  | O que antes da cooperativa eram apenas produtores isolados, agora estão unidos em uma única organização, que mantém maior poder de negociação comercial e política.  |
| 6- Construção de redes e alianças sociais                                   | A construção da cooperativa permitiu que fossem organizados eventos e cursos para todos os cooperados. Esses momentos propiciam a amizade e troca de experiências entre os produtores. É importante apresentar ainda que os produtores estão se unindo a Secretaria de Turismo da cidade para que seja criado um circuito turístico na cidade, com o objetivo de fortalecer o cooperativismo e as propriedades, principalmente aquelas que possuem atrativos que podem ser visitados por turistas.             |
| 7- Aprofundamento das normas e valores como reciprocidade                   | Foi possível observar que os cooperados tem uma grande preocupação em relação as normas (se pensarmos na parte sanitária da produção de alimentos) e nas normas que estão relacionadas ao funcionamento da cooperativa. O sentimento de pertencimento dos produtores a cooperativa, faz com que os mesmos sigam as normas e regras para que tenham a possibilidade de garantir sua renda e o funcionamento da cooperativa.   |

Fonte: Ramírez; Berdegué, 2003.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Quadro 4: Fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva

|  |   |
|--|---|
| 1-Confiança  | Os integrantes da cooperativa confiam na cooperativa. Isso é demonstrado através do sistema de trabalho, onde o produto é entregue e só é vendido posteriormente. Outra evidência da confiança é na autorização de reinvestimento de sobras que tem sido de forma unânime desde o início da cooperativa. E ainda a confiança nos órgãos como Prefeitura, Emater.  |
| 2-Comunicação face a face                                  | A cooperativa recebe diariamente seus cooperados, estando sempre abertos ao diálogo.  |
| 3-Disposição a cooperar                                    | O comportamento dos cooperados demonstra sua disposição, sempre dispostos a auxiliar no que for preciso.  |
| 4-Fatores internos e externos                              | De acordo com o levantamento realizado, os participantes têm relações próximas entre eles, são responsáveis por organizar os acontecimentos da cooperativa, e são atuantes, buscando sempre a coletividade. Em relação aos fatores externos, pode-se perceber que existe uma relação próxima entre a cooperativa, os cooperados, a Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) que auxilia em algumas atividades na Cidade de Guaraniaçu, entre a prefeitura, e Emater. |
| 5-Free rider   | Os cooperados de uma maneira geral, não percebem que existe a presença do <i>free rider</i> , pois acreditam que todos devem cooperar para que ela continue dando certo. Eles ainda acreditam que se o produtor não entrega, ele que sai perdendo, pois os clientes podem passar a comprar a mercadoria do outro produtor e ele pode acabar perdendo a fidelidade do seu cliente.   |
| 6-Forma de divisão de benefícios coletivos                 | Todas as vantagens conseguidas pela cooperativa estão disponíveis da mesma forma para os cooperados. Porém quem mais participa, acaba tendo maior acesso a essas vantagens.   |
| 7-Forma como os indivíduos estão ligados                   | Observou-se que os indivíduos que fazem parte da cooperativa estão ligados. Em algumas propriedades foram encontrados graus de parentescos com outras, ainda foram encontrados famílias que são amigas de outras, o que apresenta um grau de comprometimento de ambos os lados, pois todos se conhecem e sabem que fazer parte da mesma cooperativa e comunidade.   |
| 8-Grupos maiores e menores                                 | A cooperativa pode ser considerada um grupo maior, pois tem mais de 150 famílias que fazem parte da cooperativa. Apesar disso, os cooperados relatam não terem conhecimento da presença do <i>free rider</i> . Para a literatura, ser um grupo grande pode ser considerado um fator negativo para a continuidade da ação coletiva.  |
| 9-Heterogeneidade dos participantes                        | Observou-se que a maioria dos participantes da ação coletiva tem uma mesma descendência, o que para a ação coletiva pode ser considerado um fator negativo.   |
| 10-Homogeneidade do grupo                                  | Observou-se que o grupo é bem homogêneo, que também pode ser considerado um fator negativo, pois a homogeneidade do grupo pode ser responsável pela falta de inovação dentro da ação coletiva.  |
| 11-Laços fortes e fracos                                   | Da mesma forma que fora apresentado no item Forma como os indivíduos estão ligados, observou-se que os indivíduos que fazem parte da cooperativa estão ligados. Em algumas propriedades foram encontrados graus de parentescos com outras, ainda foram encontrados famílias que são amigas de outras, o que apresenta um grau de comprometimento de ambos os lados, pois todos se conhecem e sabem que fazer parte da mesma cooperativa e comunidade.                           |
| 12-Número de participantes envolvidos na ação coletiva     | O número de participantes já foi mencionado no item grupos maiores e menores. A cooperativa pode ser considerada um grupo maior, pois tem mais de 150 famílias que fazem parte da cooperativa. Apesar disso, os cooperados relatam não terem conhecimento da presença do <i>free rider</i> . Para a literatura, ser um grupo grande pode ser considerado um fator negativo para a continuidade da ação coletiva.  |
| 13-Presença de informações sobre as situações passadas     | A cooperativa mantém um histórico textual e fotográfico, que permite aos cooperados acompanharem a evolução da cooperativa. Isso faz com que os cooperados se mantenham motivados para dar continuidade ao trabalho.  |
| 14-Possibilidade de entrar e sair voluntariamente no grupo | A cooperativa mantém a política de livre adesão, sendo possível a qualquer produtor entrar ou sair do grupo quando assim quiser.  |
| 15-Reputação   | A cooperativa ganhou um patamar de respeito na região, pela organização e confiabilidade do seu trabalho.   |
| 16-Reciprocidade   | Em relação a reciprocidade, foi possível perceber que existe muita troca em os cooperados, as entidades, e a cooperativa. É notória a interdependência que existe entre eles, e a cumplicidade entre os elos.   |



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

O quadro 4 apresenta os fatores que influenciam na continuidade da ação coletiva conforme fora apresentado no capítulo de revisão de literatura. É importante salientar que, alguns fatores são apresentados por mais de um autor, e que por isso será adotada a mesma explicação. A opção em deixar todos os fatores é para que seja possível visualizar de acordo com as características levantadas por todos os autores utilizados.

É importante apresentar ainda que as políticas públicas são fundamentais para que a ação coletiva tenha continuidade na Cidade. Foi através da prefeitura que os canais de comercialização foram disponibilizados aos produtores e principalmente a possibilidade de comercializar sem a presença de mais elos na cadeia produtiva. Observou-se que os produtores tem uma grande confiança na Emater, na Unioeste, na Prefeitura Municipal e nos órgãos que estão relacionados à prefeitura e que são responsáveis pelo atendimento dos cooperados e produtores.

## **5 CONCLUSÕES**

Esse artigo deve como objetivo apresentar quais os fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva da COOAFASG de Guaraniaçu – PR. A história da cooperativa está intimamente ligada a associação dos produtores que existia antes e principalmente a criação do Celeiro do Agricultor. A parceria entre os pequenos produtores e os órgãos públicos foi fundamental para que os cooperados visualisassem uma possibilidade de melhoria de renda, de qualidade de vida, etc.

Observou-se com as entrevistas realizadas que os produtores compreendem a importância dessa ação coletiva para a continuidade de suas atividades no campo. Os fatores apresentados na literatura comprovam que na COOAFASG a cooperativa se mantém justamente porque os produtores acreditam que sozinhos não teriam as mesmas possibilidades.

A cooperativa possibilita aos produtores uma melhoria na qualidade de vida, e uma atuação mais intensa das mulheres e dos filhos, ao exercer novas atividades, por exemplo, dentro da agroindústria.

É notório que a cooperativa influencia as políticas públicas, uma vez que os produtores buscam e conseguem vantagens para a cooperativa, por exemplo, através de cursos, treinamentos, além da presença dos funcionários na cooperativa que auxiliam na gestão.

Existe na associação uma aliança muito forte em os cooperados, eles são incentivados uns dos outros, realizam cursos coletivamente, seguem normas, trocam informações, tem confiança entre eles e estão dispostos a cooperar. Esse fato, é importante, pois ele confirma que os cooperados percebem benefícios quando estão unidos, trabalhando juntos.

Mesmo que a literatura apresente que os grupos grandes tenham a possibilidade da presença do *free rider*, os entrevistados acreditam que todos os



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

cooperados trabalham, uma vez que cada um é responsável pela sua produção, para eles, o *free rider* não teria possibilidade de obter lucros da forma como eles trabalham. Observa-se então, que mesmo sendo considerado um grupo grande, isso não pode ser considerado como um fator negativo para a continuidade da ação coletiva.

São diversos fatores considerados positivos na cooperativa COOAFASG de Guaraniáçu – PR, o que permite a continuidade dessa ação. Os cooperados se sentem motivados e valorizados, eles acreditam que a cooperativa é uma ótima oportunidade para que eles possam comercializar seus produtos, ter um acréscimo de renda, e para algumas famílias, ser a única renda. Dessa forma, é possível compreender que, na visão dos cooperados a COOAFASG sempre terá continuidade, pois, eles reconhecem que ela tem inúmeros benefícios.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 137–157, 1998. Disponível em: <seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8932/5051>.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; SOUZA FILHO, H. M. de; Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: **ANAIS DO CONGRESSO DA SOBER**, 42. 2004, Cuiabá. Anais... Cuiabá: SOBER, 2004. v. 1. p. 1-20.

BATALHA, Mário Otávio (Coordenador). **Gestão Agroindustrial**. GEPAL: Grupo de Estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo: Atlas, v. 1, 3ed, 2009.

CADOSO, Univaldo Coelho. **Associação**. Brasília: Sebrae, 2014.

CORNELIAN, A. R. **A concepção de “economia solidária” em Paul Singer**: descompassos, contradições e perspectivas. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2006. Disponível em: <[http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/anderson\\_ricardo\\_cornelian.pdf](http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/anderson_ricardo_cornelian.pdf)>. Acesso em 25 jul. 2018.

GUARANIÁÇU (2014). Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (2014/2015). Disponível em: <http://www.consea.pr.gov.br/arquivos/File/PLANOSANGUARANIACU.pdf>. Acesso em 20 jul. 2018.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; DINIZ, B. P. C.; MOREIRA, G. R. C. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. In: XXXV Encontro Nacional de Economia, Anpec, 2007.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

HARDIN, R. One for All: **The Logic of Group Conflict**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agricultura, agricultura em família (2011). Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2512:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2512:catid=28&Itemid=23). Acesso em 20 jul. 2018.

LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq / Paralelo 15, 2002. p 85 - 94.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro; ZYLBERSZTAJN, Décio. **Ações coletivas: o papel das associações de interesse privado no agribusiness**. São Paulo, 1998.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Associativismo rural**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MARTINEZ I. B.; PIRES, M. L. **Cooperativas e desenvolvimento rural: as recentes discussões no campo da “nova geração de cooperativas”**. Perspectiva econômica: v.34 n°46 (série cooperativismo), 1999.

NAZZARI, R.; RAMIRES, A. R.; SOUZA, A. M; OLIVEIRA, E.; OLIVIERA, E. D.; BERTOLINI, G. R. L.; BRANDALISE, L. T.; REIS, M. R.; RAIZEL, T. **A agricultura familiar no Oeste do Paraná**. 2ed. Cascavel: EDUUNIOESTE, 2010.

OLSON, M. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Edusp: São Paulo, 1999.

ONUBR. (2014). Agricultura familiar é vital para segurança alimentar e desenvolvimento sustentável globais, diz FAO. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agricultura-familiar-e-vital-para-seguranca-alimentar-e-desenvolvimento-sustentavel-globais-diz-fao/>>. Acesso em 04 set. 2017.

PASINI, A. H. A ação coletiva como forma de agregação no sistema agroindustrial da aquicultura de Maripá – PR. Toledo, 2013. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2013.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista: suas modificações e sua utilidade**. 2. ed., rev.amp. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966

PORTAL BRASIL. (2015). Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em 04 set. 2017.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

SAES, M.S.M.; FARINA, E. M. M. Q. Associação Brasileira da Indústria de Café – Abic Ações conjuntas e novos desafios frente a reestruturação de mercado. In: VIII Seminário Internacional Pensa de Agribusiness, 1998.

SANTOS, M. J. **Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável.** Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 225-238, 2001.

SCHMIDT, C. M. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

SCHNEIDER, S. a Presença E As Potencialidades Da Agricultura Familiar Na América Latina E No Caribe Presence and Potentials of Family Farming in Latin America and the Caribbean. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 11–33, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8390>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

UTUMI, A. Comercialização agrícola cooperativa. in PINHO, D. B. (Org.) **Manual de Cooperativismo** - Tipologia Cooperativista. v. 4. São Paulo: CNPq, 1982. p. 67-76.

VALENTE, E. Coordenação via cooperação: uma abordagem histórico-institucionalista. Rio de Janeiro, 1999. (Tese) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso** – planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 15/01/2019



**ESTRUTURA E ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO  
EM UMA COOPERATIVA DE PRODUTORES AGROECOLÓGICOS DO  
TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PR**

**STRUCTURE AND ORGANIZATIONAL STRATEGY: A CASE STUDY IN A  
COOPERATIVE OF AGROECOLOGICAL PRODUCERS OF THE  
CANTUQUIRIGUASSU - PR**

Josiane Wolff\*  
Yogo Kubiak Canquerino\*\*  
Antonio Maria da Silva Carpes\*\*\*  
Marcos Roberto Pires Gregolin\*\*\*\*  
Nilson Padilha\*\*\*\*\*  
Geysler Rogis Flor Bertolini\*\*\*\*\*

**Resumo**

A preocupação das organizações em serem competitivas dentro do ambiente onde estão inseridas se intensifica cada vez mais, para que nele possam permanecer por um longo período este trabalho buscou analisar a configuração da estrutura e estratégia organizacional de uma cooperativa de produtores agroecológicos da região Centro-Sul do Estado do Paraná, bem como identificar qual configuração estratégica e estrutural a cooperativa atua. Os dados obtidos foram através de estudo de caso na cooperativa e através de um roteiro de entrevista aplicado a seis membros da cooperativa em estudo, os dados foram analisados a partir de um elo entre teoria e prática, possibilitando um entendimento de que uma depende da outra. Este trabalho tem como método qualitativo que busca profundidade nas respostas. Os resultados obtidos mostram que as relações entre estrutura e estratégia caracterizadas na organização estão complementares, ou seja, a cooperativa está se desenvolvendo bem, porém aos poucos.

**Palavras-chave:** Estrutura; Estratégia; Cooperativa; Configuração organizacional.

**Abstract**

The concern of organizations to be competitive within the environment where they are inserted is intensifying more and more, so that they can remain in it for a long period. This work sought to analyze the configuration of the organizational structure and strategy of an agroecological cooperative of the Central-South region of the State of Paraná, as well as to identify the strategic and structural configuration of the cooperative. The data obtained were through a case study in the cooperative and through an interview script applied to six members of the cooperative under study, the data were analyzed from a link between theory and practice, allowing an understanding that one depends on the other. This work has as qualitative method that seeks depth in the answers. The results show that the relationships between structure and strategy characterized in the organization are complementary, that is, the cooperative is developing well, but gradually.

**Keywords:** Structure; Strategy; Cooperativa; Organizational configuration.

---

\*FACEOPAR. Administração. E-mail: josiane\_wolff@sicredi.com.br.

\*\*UNIOESTE-PPGDRS. Ciências Econômicas. E-mail: yogoykc@hotmail.com.

\*\*\*UFFS. Contabilidade. E-mail: carpes.antonio@gmail.com.

\*\*\*\*UFSM. Comunicação social. E-mail: marcosgregolin@yahoo.com.br.

\*\*\*\*\*UNIOESTE. Tecnólogo em Administração Rural. E-mail: nilsonpadilha@hotmai.com.

\*\*\*\*\*UNIOESTE. Administração de Empresas. E-mail: Geysler.Bertolini@unioeste.br.



## 1. INTRODUÇÃO

Diante de um contexto em que as cooperativas se enquadram, para auxiliar no desenvolvimento agrícola sustentável e agregar valor na produção, O “cooperativismo é de grande importância para a economia nacional, principalmente no setor agrícola que é responsável por uma grande fatia do PIB nacional, e tem grande participação nas exportações, equilibrando a balança comercial” (SCHMIDT et al., 2005, p. 3).

Este estudo considera a importância da produção e comercialização de alimentos agroecológicos em uma cooperativa da região Centro-Sul do Paraná, para o desenvolvimento local, contextualizando e trazendo conceitos relacionados com o objetivo da pesquisa. Em relação à metodologia do estudo, caracteriza-se por pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa, onde a profundidade nas respostas é fator determinante na análise, será utilizado um roteiro de entrevista para a obtenção de informações da empresa, além da observação não participante e análise de documentos.

Este trabalho traz em primeiro momento um histórico da agroecologia, como proposta eficaz voltado ao modelo da agricultura tradicional, ou seja, a agricultura familiar. Faz-se necessário abordar que o cooperativismo pode proporcionar aos produtores familiares a produção e comercialização de alimentos agroecológicos e orgânicos, gerando renda e resultando em desenvolvimento regional.

As cooperativas são um meio para propagar objetivos em comum de um determinado grupo de pessoas, através do envolvimento voluntário e participativo. Assim este grupo ganha força no mercado para alcançar seus objetivos. O sistema ou modelo cooperativo tem como sua finalidade principal a melhoria da condição econômico-social de seus cooperados (SILVA, 1994). Bialoskorski Neto (2001) aponta que o grande objetivo de uma cooperativa é a prestação de serviços a seus associados, ou seja, o objetivo é trabalho, não lucro como nas empresas de capital. Neste sentido as cooperativas são qualificadas como sociedades de pessoas, que cada associado pode apresentar seu direito a um único voto nas tomadas de decisão, o que se diferencia de sociedades de capital, nas quais o voto é proporcional ao capital de cada investidor, além de não possuírem uma existência autônoma e



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

independente de seus membros, do ponto de vista econômico, como ocorre nas sociedades de capital.

Cabe então saber como é caracterizada a estrutura da organização bem como a estratégia utilizada por ela no dia a dia organizacional?

Em meio a isso o objetivo deste trabalho é analisar a configuração da estrutura e estratégia organizacional de uma cooperativa de produtores agroecológicos da região Centro-Sul do Estado do Paraná. Para isso foi necessário elencar os objetivos específicos: caracterizar a cooperativa em estudo bem como sua forma de produção agroecológica; analisar a estrutura organizacional da cooperativa; analisar a estratégia utilizada pela cooperativa; observar a relação entre estrutura e estratégia organizacional.

Justifica-se então que o tema possui relevância social, pois o meio de produção de alimentos que prevalece no mundo é o chamado convencional, onde agricultores plantam em quantidades grandes um só tipo de produto, um exemplo é a soja, e assim, visando o aumento de produção os proprietários utilizam de insumos químicos ou minerais, agrotóxicos e herbicidas. No entanto esses meios de “salvação” de lavouras tornam-se um tormento para o meio ambiente, uma vez que contaminam o ar, água, solo e até mesmo o produtor, ao prejudicar a sua saúde (GAIOVICZ; SAQUET, 2009).

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O Cooperativismo

Segundo Alves *et al.* (2010), o cooperativismo tem ocupado um espaço cada vez maior na sociedade, onde diversas políticas públicas têm sido orientadas na lógica do cooperativismo contribuindo na questão jurídica, operacional e no sentido da união dos processos cooperativistas e de agricultura familiar. Na afirmação de Planas (2009) o cooperativismo se desenvolveu através de modelos associativos. Do mesmo modo Picolotto (2011) diz que “as associações rurais existentes deram início à formação de cooperativas para defesa da produção”.

Na visão de Leonello (2010, p. 42) o associativismo caracteriza-se pelo sentimento solidário, da convivência e de troca, onde atua procurando uma relação com a realidade “contribuindo para a construção de uma sociedade com mais dignidade e para fortalecer as identidades”.

A Lei 5.764/71 é a qual ampara as cooperativas e associações, assim como o Art. 5º da constituição, este prevê “sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se lhes o direito exclusivo e exigindo-se lhes a obrigação do uso da expressão “cooperativa” em sua denominação” (BRASIL, 2009).



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

As sociedades cooperativas possuem características específicas distintas de outras sociedades econômicas, pode-se perceber a responsabilidade que a mesma adota perante a sociedade, pois em um dos seus princípios regidos traz a preocupação com o meio ambiente, onde criam-se formas para o cuidado ou uma atenção maior com o mesmo, até mesmo traz a preocupação com a capacitação dos cooperados para a contribuição no desenvolvimento da mesma e o desenvolvimento local. Neste mesmo contexto Spanevello e Lago (2007), apontam que é através destas organizações que muitos dos agricultores conseguem aumentar sua renda, especialmente com a introdução das diversas formas de produção, melhoramento técnico que irão agregar valor à sua produção e inserção no mercado.

Neste mesmo sentido Spanevello e Lago (2007) apontam que a maior parte dos estudos feitos acerca do cooperativismo o trazem como importantes instrumentos de mercado, considerando que sua atuação visa garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade dos associados e das cooperativas, sendo assim o desenvolvimento da região também ocorrerá, por isso o cooperativismo apresenta-se como alternativa para pequenos, médios e até mesmo grandes produtores para que os mesmo alcancem eficiência e inserção nos mercados.

#### 2.1.1 Gestão de cooperativas

A gestão de cooperativas se dá pela participação entre os cooperados/associados, mas cabe ressaltar que as técnicas administrativas também estão presentes na forma organizacional das cooperativas, no gerenciamento dos processos, de informações, de relações com o mercado e de interação com os *stakeholders*.

Segundo o Oliveira (2006, p. 25), em um trabalho junto a SESCOOP, as “práticas de gestão são atividades executadas regularmente a fim de gerenciar de acordo com os padrões de trabalho”, são exemplos de práticas de gestão o planejamento estratégico, a avaliação da satisfação dos clientes, a capacitação dos colaboradores, a seleção dos fornecedores, entre outros.

Neste aspecto as cooperativas enfrentam grandes desafios no mercado competitivo no qual estão inseridas, desta forma a adoção de um sistema de gestão efetivo é fundamental para o bom desempenho de suas atividades (ROSSÉS *et al.*, 2010).

O planejamento é a primeira etapa a ser percorrida, segundo Alday (2000) o planejamento estratégico deve ser visto como um instrumento dinâmico de gestão, pois, contém decisões antecipadas sobre a linha de atuação seguida pela organização para o cumprimento de sua missão.

Sendo assim a estrutura organizacional é o segundo passo, de acordo com Orlickas (2011, p. 57) “a estrutura organizacional refere-se ao conceito de uma organização que deve ser estruturada, criada e ter sua metodologia adequada à sua atuação”. Nunes (2000 p. 135) diz que o processo decisório segue o fluxo da escala



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

hierárquica da organização e uma característica é o “elevado grau de formalização de normas e regras prescritas de procedimentos pela utilização dos manuais de organização”. Para Oliveira (2006) o processo diretivo é aquele pelo qual uma pessoa é capaz por suas características observar o que deve ser feito a fim de alcançar as metas e objetivos estabelecidos. O mesmo autor conceitua o processo de avaliação como sendo um meio para medir e controlar o resultado das estratégias, projetos e ações tendo a finalidade de corrigir ou reforçar este desempenho a fim de assegurar que os resultados satisfaçam às metas e aos objetivos estabelecidos.

A partir deste modelo de gestão fica evidente que é um processo contínuo que necessita da organização como um todo para que seja possível o alcance dos objetivos propostos. Para implantação deste é necessário um gestor e segundo Braga (2002, p. 49):

Ao Gestor de cooperativas compete gerenciar e assessorar cooperativas e organizações similares, como as Organizações Não-Governamentais (ONG's), observando-se os princípios democráticos, a igualdade, a equidade e a solidariedade no processo de constituição e desenvolvimento dessas organizações. Compete também a este profissional desenvolver a educação cooperativista e promover o desenvolvimento das cooperativas e suas comunidades, orientar e assistir aos empreendimentos dos associados. Além disso, o gestor de cooperativas é capaz de caracterizar e interpretar as diversas formas do movimento cooperativista, teorizar as questões cooperativistas, enfocando-as na dupla dimensão (econômica e social), apoiar e reforçar iniciativas cooperativistas no plano da promoção humana e da transformação das estruturas sociais, estimular a pesquisa e prestar assessoria a cooperativas.

Com a contribuição do gestor e o modo como trabalha, acarretará no desenvolvimento dos associados/cooperados assim como da cooperativa, complementando Rossés *et al.* (2010) afirmam que a cooperativa necessita da sua competitividade e que para isso necessita-se profissionalizar sua gestão, na busca de garantir o desempenho econômico da sociedade.

Contudo para que se possa ser bem administrada a cooperativa necessita de uma administração participativa, deste modo Orlickas (2011, p. 84) trata a gestão participativa como um modelo de gestão, pois, é um processo pelo qual os colaboradores sentem o seu envolvimento com as decisões relacionadas ao trabalho, ou seja, tem influência no processo de tomada de decisão, a autora destaca que “esse modelo de gestão exige que haja flexibilidade por parte da alta direção e permite que todos tenham acesso às informações necessárias para que possam tomar a decisão mais adequada possível”.



## 2.1.2 Cooperativas de produtores

Os pequenos produtores trabalhando de forma individualizada são menos competitivos no processo de produção e estabelecem um alto grau de dependência perante as indústrias de processamento e os atacadistas que comercializam a fruta *in natura*. Neste processo a organização em cooperativa pode ser uma estratégia para esses pequenos produtores, pois, por um lado agrega valor aos produtos, por outro a produção orgânica abre portas para “nichos de mercado”, ampliando a competitividade dos produtores (TUPY; MANCINELI; COSTA, 2009).

A partir da busca dos pequenos produtores por competitividade, o cooperativismo, a produção orgânica e o comércio justo se apresentam como alternativas favoráveis de organização e de estruturação do processo produtivo (TUPY; MANCINELI; COSTA, 2009).

Neste mesmo sentido Fornazier e Waquil (2011) dizem que o movimento cooperativista se origina da solidariedade entre os colonos, para fazer frente aos obstáculos naturais e as precárias condições de suprimento dos indivíduos e da coletividade e o que dificulta os produtores no acesso aos mercados é a heterogeneidade. Na forma de produção e organizações de grupos de produtores podem ajudar neste ingresso tendo como principal função promover ganhos de escala para que os produtores possam direcionar seus produtos para mercados mais distantes.

Com a agricultura familiar inclusa no processo agroecológico é possível obter produtos de qualidade, desenvolvimento sustentável, rural e econômico, pois através da do cultivo tradicional o produtor contribui na preservação do meio ambiente e auxilia em seu desenvolvimento por conta do retorno financeiro que terá.

## 2.2 Estrutura e estratégia

### 2.2.1 Estrutura

No início dos estudos da teoria da administração, surgiram relações a questões estruturais como uma das formas indispensáveis ao se observar, para almejar os objetivos organizacionais.

Ao estudar sobre administração e as organizações, pioneiros como Henri Fayol e Frederick Winslow Taylor são logo lembrados, pela teoria Clássica da Administração (Administração Científica e Escola Clássica). A Administração científica tinha como objetivo principal a eliminação de desperdícios e ainda aumentar a produtividade por meio da eficiência dos operários. Já a Escola Clássica, tem sua abordagem nas questões estruturais da organização, como principal ferramenta para garantir a eficiência em todos os departamentos visando também a inter-relação entre os departamentos.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Segundo Taylor (2006, p.24) a administração deve ter por objetivo “assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado”, para Fayol (2007, p. 26) a administração não é “privilegio exclusivo nem encargo pessoal do chefe ou dos dirigentes da empresa; é uma função que se reparte, como as outras funções essenciais, entre a cabeça e os membros do corpo social [...] prever, organizar, comandar, coordenar e controlar”. Um administrador para realizar seus objetivos necessita de uma organização a qual “é um grupo de pessoas que se constitui de forma organizada para atingir objetivos comuns” (LACOMBE; HEILBORN, 2008, p. 13).

De acordo com Weber (1999) ele trabalha nas organizações a racionalização que transcorre a sociedade moderna, com um enfoque no conhecimento técnico-científico, nas estruturas formais de autoridade, na crescente regulamentação, na profissionalização, na ênfase no mérito como forma de ascensão social e legitimação da autoridade e na impessoalização, para ele o processo de racionalização social possui três tipos de sociedade que correspondem a três tipos de autoridade que são: tradicional, carismática e burocrática.

#### 2.2.2 Estratégia

De acordo com Mintzberg e Quinn (2001, p. 21) a estratégia “é um modelo ou plano que integra os objetivos, as políticas e as ações sequenciais de uma organização, em um todo coeso”. Segundo Gramkow (2002, p. 22) a estratégia “é composta por duas partes: **formação**, que seria mais um histórico que procura captar as características passadas e presentes e **formulação** que se refere à escolha de alternativas para o futuro da organização, ou seja, decisão do que fazer”.

Como a estratégia faz parte da empresa é necessária uma administração estratégica, que nada mais é do que uma administração do futuro onde consolida um conjunto de princípios, normas e funções que ajudem no processo de planejamento de determinada situação desejada pela empresa (OLIVEIRA, 2012). Já para Bethlem (2009, p. 7) o conceito de estratégia e o que ele traz como ações relativas que é o “planejamento, elaboração, execução, implantação, acompanhamento, controle, avaliação etc. – têm que ser ensinados aos atores e não só aprendidos, como também adotados por eles como válidos e úteis”.

Para que seja possível uma melhora no meio organizacional é necessária a busca de melhoria no ambiente bem como seu alinhamento, assim o quadro seguinte mostra os quatro tipos de estratégias tomadas pelas organizações.



### 3. METODOLOGIA

A metodologia é um caminho percorrido para atingir um determinado objetivo. É o modo de resolver problemas e buscar respostas ao problema apontado (MICHEL, 2005).

Caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa/descritiva através do estudo de caso, onde para Araújo et al. (2008) o estudo de caso caracteriza-se como uma abordagem de investigação adequada quando a procura é compreender, explorar ou descrever acontecimentos, onde estão envolvidos vários fatores.

Para a realização deste estudo será necessária a utilização da pesquisa exploratória, pois, terá a parte bibliográfica, o levantamento de dados e a exposição final destes buscando responder o objetivo do estudo. De acordo com Gil (2008) pesquisa exploratória proporciona familiarizar-se com o problema, isto é explicá-lo, envolvendo entrevistas e levantamentos bibliográficos.

Também se caracteriza por pesquisa descritiva, no sentido de descrever aspectos ou comportamentos de determinada população analisada. No entanto, quando não há muito aprofundamento, as pesquisas descritivas, aproximam-se dos estudos exploratórios, principalmente quando os assuntos forem pouco explorados (RAUPP; BEUREN, 2009).

Para a obtenção de dados buscou-se o levantamento bibliográfico, e em seguida feita a coleta dos dados através de um roteiro de entrevista já utilizado por Gramkow (2002), este foi aplicado a seis membros da cooperativa em estudo, onde se buscou identificar qual tipo de estratégia utilizado pela organização bem como sua característica estrutural. Também foram feitas análises de documentos internos da empresa, caracterizando então dois tipos de dados: primário e secundário (primário as entrevistas e secundário os documentos).

Quanto aos procedimentos da pesquisa adotou-se o estudo de caso, que segundo Raupp e Beuren (2009) caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso, para aprofundar conhecimentos, sobre determinado caso específico. Dessa forma a pesquisa é realizada *in loco* para verificar os fenômenos podendo qualificar-se como um estudo de grande valia.

A coleta de dados será realizada presencialmente na cooperativa a partir de visitas periódicas, observação não participante e obtenção de relatórios gerenciais e documentos para análises.

Para análise dos dados, deve-se responder cada uma das variáveis questionadas dentro de suas respectivas dimensões, ou seja, estrutural ou estratégica, em seguida analisar sua caracterização baseando nas dimensões através das variáveis, segundo os modelos de Mintzberg e Quinn (2001), Miles e Snow (1978) e Conant, Mokwa e Vadarajan (1990).



#### 4. RESULTADOS

Através do levantamento de dados, possível a partir de um roteiro de entrevista composto por questões acerca da variável da dimensão estrutural e estratégica, primeiramente com a **dimensão de estrutura** que é composta por: mecanismo de coordenação, formalização, grau de especialização dos funcionários, centralização, foco da estrutura e objetivos, aplicado a seis pessoas, cinco ocupantes de cargo direto a cooperativa e um associado.

Com relação à variável mecanismo de coordenação que se refere a forma como as tarefas são sincronizadas e ordenadas, possível através da pergunta: através de qual mecanismo a cooperativa busca obter a coordenação das tarefas? A cooperativa tem características de configuração empreendedora, pois, possui uma supervisão direta, onde uma pessoa coordena um determinado grupo.

“Normalmente são realizadas reuniões com a participação dos diretores e responsáveis pelos projetos, todas as tarefas e atividades a desenvolver, depois é posto em prática, cada um repassa a seus representantes diretos o que foi discutido em reunião”. (ENTREVISTADO 02)

“Por ser uma cooperativa, tem seus associados, então qualquer decisão que for tomada dentro da cooperativa tem que passa pela aprovação da diretoria e conseqüentemente dos associados, assim repassar a todos o que foi decidido”. (ENTREVISTADO 03)

“Tem coisas que a própria diretoria poderá decidir, mas também tem coisas que é só com aprovação na assembleia, como aprovação de alguma coisa ou alteração do estatuto, isso é através da assembleia”. (ENTREVISTADO 06)

Com relação a variável grau de formalização a qual representa o nível de normas e procedimentos dentro da cooperativa, foi realizada a seguinte questão: como você caracteriza o volume de procedimentos e normas dentro da cooperativa (alto, médio, baixo)? Conforme a resposta dos entrevistados é média, pois, há a necessidade de normas, porém não possuem muitas, caracterizando-se como alta dentro das unidades.

“Depende muito do cargo porque os cargos administrativos tem um alinhamento que tem que ser seguido daquela forma e não pode muda, já os técnicos que vão a campo adaptam conforme precisam, então acredito que seja médio”. (ENTREVISTADO 03)

“Acredito que é médio, porque tem que ter, não existe não ter normas e em uma cooperativa há esta necessidade, pois as coisas não vão para frente se não tiver, mas é claro que bem menos do que necessário, mais tem sim e tem que ser seguido”. (ENTREVISTADO 06)



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A partir da questão sobre variável: grau de especialização dos funcionários que permite observar como é feita a divisão de tarefas dentro da cooperativa, foi questionado como se dá a divisão/organização do trabalho dentro da cooperativa? Neste aspecto foi possível observar que busca trabalhar com equipes multifuncionais de especialistas.

“Tem que ter uma especificação, não tem como tirar alguém responsável por algum cargo e manda responde por outro, porém há uma interrelação entre os cargos nesta questão de aderir um projeto ou até mesmo na organização, um ajuda o outro para melhorar o desempenho da cooperativa”. (ENTREVISTADO 06)

Neste caso a cooperativa enquadra-se como uma organização inovadora, que busca com a interligação das funções um resultado melhor para a cooperativa.

Sobre a variável centralização que se refere o grau de concentração de poder da tomada de decisão, foi questionado se os funcionários possuem uma certa autonomia (poder) para a tomada de decisão ou ela é centralizada nas chefias? A partir da resposta nota-se que os colaboradores possuem certo grau de poder, porém a palavra final não parte deles e sim do pessoal da diretoria.

“Nós até podemos ter iniciativa, porém deve ser repassado para a diretoria e eles que vão dar a palavra final”. (ENTREVISTADO 03)

“Como existe uma hierarquia, na gestão do dia a dia algumas decisões são tomadas de primeira linha, ou seja, por setor, porém decisões que abranjam campos maiores aí então é através da diretoria mesmo”. (ENTREVISTADO 04)

Neste contexto a cooperativa caracteriza-se por organização empreendedora, pois, possui uma centralização vertical e horizontal, uma vez que cada nível saiba seu papel dentro da organização, sendo que é visível a todos os principais objetivos da empresa, neste caso da cooperativa.

Referente ao grau do foco da estrutura, a partir da questão indagada: dentro da estrutura organizacional, qual parte é considerada o foco da cooperativa (parte que ela prioriza e valoriza para se desenvolver)? Pela resposta dos entrevistados levou ao nível operacional que é onde é feita a ação do planejamento definido pela diretoria da empresa e por os valores e ideologia uma vez que estes retratam o objetivo que esta foi criada.

“A gente busca de todas as formas trabalhar com os pequenos agricultores e com o agricultor familiar, e o operacional é o que a gente ta conseguindo desenvolver, por mais que seja reduzido essa questão de estrutura mas essa forma de comercialização e a extensão de mercado nós estamos conseguindo alcançar”. (ENTREVISTADO 02).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A partir das respostas, a cooperativa encaixa-se em uma organização profissional, por preocupar-se com o desenvolvimento dos colaboradores e uma organização missionária, por caracterizar os objetivos da cooperativa uma vez que busca seus valores ideológicos para continuar trabalhando.

A última pergunta sobre as variáveis da dimensão estrutural foi questionado se os objetivos organizacionais são estabelecidos para alcançar, em geral, um determinado foco, para a qual a cooperativa está voltada (empreendedorismo, eficiência, crescimento, inovação, excelência ou poder). Qual seria este foco, dentre os elencados, e para o qual os objetivos são estabelecidos? Pose- verificar que o principal objetivo da cooperativa é o crescimento.

“Se os agricultor conseguissem cresce a cooperativa também vai cresce, então nós estamos buscando ajudar o agricultor para que ele também nos ajude. Então a busca pelo crescimento de mercado e a melhoria na administração é um sonho”. (ENTREVISTADO 06)

Referente a esta questão a cooperativa se enquadra em uma organização empreendedora, sendo que os meios que levam a busca pelo crescimento parte de reuniões dentre os diretores, a partir de planejamentos ou conversas em busca de resultados eficazes.

A partir do roteiro de entrevista também se observou que a cooperativa em um primeiro momento com a antiga gestão municipal conseguia um maior retorno financeiro, pois, naquele tempo entregavam maior quantidade de produtos nos programas municipais como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), porém na administração atual entregam praticamente a metade do que entregavam antes, tendo de diminuir a quantia entregue por cada agricultor, gerando menos renda. Isso foi possível a partir da pergunta: que fatos/acontecimentos mais marcaram, segundo sua ótica, a evolução da estrutura na cooperativa de 2009 até o momento?

“Oferecemos pro município 155 toneladas de produtos, que era pras escolas municipais e pras pessoas carentes, destes eles fizeram as conta e ficaram apenas com 67 [...] aí nós tivemos que mexer de cada um agricultor diminuir a quantia de cada agricultor pra fechar certinho a quantia que eles ficaram”. (ENTREVISTADO 06).

A seguir são questões referentes às variáveis da **dimensão da estratégia**, os elencados são: domínio de produtos e mercados, postura de sucesso, monitoramento ambiental, crescimento, objetivos, amplitude e anteparos tecnológicos, coalizão dominantes, planejamento, estrutura e controle.

Sendo então a primeira questão aplicada foi referente ao domínio de produtos e mercados: qual a participação de mercado dos produtos da cooperativa? Os produtos são ofertados para uma área de mercado: ampla, restrita ou segmentada?



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Quantas linhas de produtos a empresa oferece? Dentro de cada linha há quantos produtos/modelos?

“Estamos entregando para mais locais/mercados, então ela ta ampla em variedades, porém em expansão de mercado ainda estamos crescendo”. (ENTREVISTADO 06)

“A cooperativa surgiu de uma necessidade, e vem trabalhando desde 2009 com projetos institucionais, então ela pega do agricultor, seleciona e manda para as escolas/entidades. Agora com a produção das hortas do projeto PAIS, nós estamos começando a inserir os produtos no mercado, então ainda sua participação no mercado ainda está pequena. A cooperativa trabalha nas linhas de produtos de hortifrutigranjeiros e panificados, na linha dos hortifrutis, são mais de 30 produtos como: alface, almeirão, abobrinha, pepino, chuchu, beterraba, cenoura e de panificação ela já comercializou, pão, cuca, bolacha e macarrão”. (ENTREVISTADO 04)

A partir da análise a cooperativa se caracteriza como prospectora sendo que possui um domínio de mercado e sempre busca expansão, crescimento.

Com relação a variável postura de sucesso procurou saber: qual a postura da cooperativa frente ao ambiente em que está inserida? Dentre as respostas pode-se observar que é adaptativa e oportunista, sendo que busca sempre as oportunidades buscando se adaptar conforme os projetos que aderem.

“Dependendo da oportunidade que surge, por exemplo algum projeto, nós nos adaptamos e aproveitamos a oportunidade”. (ENTREVISTADO 03)

“Geralmente os projetos nós na verdade não estamos esperando vim mas estamos correndo atrás para conseguir. Temos alguns projetos já inclusos na cooperativa, mas nós analisamos antes ver se vai ter retorno para a cooperativa e acabamos tomando a decisão, então a gente se adapta também mas correndo atrás das oportunidades, porque também sozinhas eles não vem”. (ENTREVISTADO 05)

A cooperativa caracteriza-se então como uma organização de estratégia reativa que busca mudanças somente quando necessário.

De acordo com a variável de monitoramento ambiental a cooperativa busca cada vez mais pelo crescimento de mercado, ampliando sua área de comercialização, buscando por um espaço maior no mercado, isso foi possível identificar com a questão: a cooperativa procura monitorar esporadicamente ou frequentemente o mercado? Este monitoramento é orientado para?

“Mercado sim, porque os nossos agricultores eles não produzem apenas através das hortas, mas eles também tem o gado de corte e de leite, então eles precisam também um auxílio para compra de ração ou vacina. Muitos deles em reuniões já falaram que se tivesse esses produtos aqui na cooperativa para vender eles comprariam aqui mesmo, então acho que é uma oportunidade de crescimento de mercado”. (ENTREVISTADO 03).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

“Nós estamos focando no mercado mesmo, como a comercialização diretamente no mercado é uma novidade para cooperativa e é uma novidade para nós também”. (ENTREVISTADO 04).

A partir da resposta do entrevistado fica clara a busca de mercado pela cooperativa, sendo então esta característica de uma cooperativa de estratégia prospectora que busca ampliar sua linha de atuação através da inserção de seus produtos a uma área de mercado relativamente ampla.

Com relação a variável crescimento foi questionado se: a cooperativa procura investir em P&D? Qual tempo médio para lançar um novo produto? A cooperativa tem tido aumento na produtividade? Em que indicador a cooperativa se baseia para avaliar a produtividade? Como tem se comportado a participação de mercado da cooperativa (aumentou, diminuiu ou se manteve)?

“Só ontem foi pro mercado 600kg. De repolho e mais outras coisas, então tá começando a ir, e está um produto muito bonito, cenoura, beterraba, brócolis, couve flor, mais tem coisa assim que não vai. E nós estamos conseguindo aumentar nossa área de entrega, assim o mercado com uma variedade de produtos sendo entregue. A grandeza desse projeto das hortas é você aproveita no máximo o que tem na propriedade, o esterco como adubo a folharaça, folha seca, fazer todos os produtos aqui, a uréia natural os inseticidas, então isso gera diminuição de custo e aumenta o valor do produto em si”. (ENTREVISTADO 06).

A cooperativa tem característica então de uma organização que busca a estratégia defensiva, uma vez que, seu produto ganhou mais força no mercado por conta da amplitude de mercado.

Em busca da variável objetivo tecnológico a pergunta aplicada foi a seguinte: os investimentos em aquisição e desenvolvimento de tecnologia tem como finalidade principal?

“Sim a cooperativa busca investir em tecnologia, até mesmo agora vai vim duas balanças pra continuação do projeto. Então a tecnologia vem pra ajudar na conclusão dos projetos”. (ENTREVISTADO 03)

Com base na resposta do entrevistado nota-se que visa investir em tecnologia para gerar desenvolvimento e conclusão de projetos, sendo assim caracteriza-se em estratégia reativa sedo que ao invés de investir em novos produtos ela se mantém com o já caracterizado, uma vez que juntamente com a tecnologia será capaz de finalizar os projetos existentes ao invés de investir sem planejamento em algo novo.

Na variável amplitude tecnológica foi explorada a questão: a cooperativa procura adquirir e desenvolver tecnologia focada na sua expertise, múltiplas e que avançam em outras áreas, interrelacionadas com outras áreas correlatas (parceiras) ou mutáveis (primam pela flexibilidade e minimizam a padronização)?



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

“Nós temos vários parceiros, que através dos cursos as pessoas vão se especializando e cada vez produzindo melhor”. (ENTREVISTADO 05).

“A gente tem diversas parcerias, e tem SEBRAE que agora está dando assistência pra gente, fazendo um projeto para conseguir o selo de produtos do Paraná, que é pra conseguir comercializar panificados, então vamos ter que muda muita coisa e investir em tecnologia maquina assim dizendo pra que possamos ter esse apoio, e isso é uma coisa que vai ajuda no desenvolvimento da cooperativa”. (ENTREVISTADO 04).

Desta maneira nota-se que a cooperativa busca parcerias para que possa obter desenvolvimento tecnológico e expansão de mercado, sendo assim por caracterizar a forma de interrelação com parceiras tem, pois, uma estratégia analítica sendo que, busca se estabilizar no mercado de forma pacifica com a ajuda de parceiros.

Referente a variável anteparos tecnológicos foi questionado sobre qual anteparo é utilizado pela cooperativa para ajudar nas atividades ligadas a aquisição/desenvolvimento de tecnologia e resolução de problemas?

“A relação entre os parceiros e o pessoal da cooperativa neste projeto das hortas é um diferencial da cooperativa, então a gente busca sempre aproveitar o que os parceiros nos trazem e repassar ao mesmo tempo nosso conhecimento”. (ENTREVISTADO 02)

Fica claro que a cooperativa busca por integrar as áreas onde todos saibam o que, onde e como fazer, sempre buscando uma interrelação entre os membros da cooperativa, juntamente com os associados. Sendo assim caracteriza-se por estratégia variável uma vez que busca uma sinergia entre as áreas, sempre em forma de cooperação.

De acordo com a variável coalizão dominante buscou saber qual (is) área (s) ou grupos de pessoas que possui (em) maior poder sobre a alocação de recursos e a tomada de decisão estratégia dentro da cooperativa?

“Hoje a cooperativa optou trabalhar só com os sócios, então até o ano passado nós trabalhava com sócios e não sócios, onde a diferença acarretava no valor do produto, pra sócios era uma coisa e pra não sócios era outra referente a taxa de administração [...] neste sentido os sócios como dono da cooperativa ele tem poder de decisão sobre a cooperativa sendo que isso foi pra aprovação em assembleia, mas na tomada de decisão do dia a dia da cooperativa a gente sempre procura o grupo de diretores, mas no geral quem toma definição mesmo são os associados. (ENTREVISTADO 02).

No que se refere esta variável configura uma empresa com estratégia reativa, uma vez que há necessidade de votação por parte dos sócios para a implantação de projetos ou decisões mais elencadas ao desenvolvimento de tecnologia ou



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

crescimento de mercado, uma vez que, uma cooperativa busca o desenvolvimento dos seus associados elencado ao seu desenvolvimento.

Referente a variável planejamento foi questionado aos entrevistados como você caracteriza o processo de planejamento dentro da cooperativa? Nesta questão houve duas formas de caracterizar o planejamento da cooperativa.

“Ela prioriza a oportunidade e a resolução de problemas, geralmente ela se planeja mesmo de uma forma menos rígida, pra tentar solucionar um problema que apareceu. (ENTREVISTADO 04)

“Com a crise eu vi que a gente avança mais, porque no ano de 2014 e 2015 que foi momento assim que a situação econômica assim do país teve mudanças, a gente evolui mais que em outros momentos, porque na crise assim você busca desenvolve mais e busca mais soluções”. (ENTREVISTADO 02).

Sendo assim a cooperativa se enquadra em dois tipos de estratégia: prospectora e reativa, pois, busca acatar oportunidades, neste caso os projetos aderidos e também é orientada por crises, pois, conforme a necessidade é realizada uma conversa para se planejar o que é necessário mudar ou melhorar.

Relacionada a variável estrutura a questão aplicada foi: como você caracterizaria a estrutura da cooperativa?

“A gente tá apostando na venda no mercado, porque passando cada vez mais produto pela cooperativa, mais giro vai ter, sendo que ela sobrevive também de taxa administrativa” (ENTREVISTADO 06).

Busca-se então uma estrutura voltada a atender um produto/mercado onde os próprios cooperados e os colaboradores buscam juntos por um desenvolvimento total da cooperativa, sendo assim caracterizada por uma estratégia prospectora, aonde aos poucos vai tomando espaço no mercado buscando sempre a ampliação da organização.

Sendo então a última questão aplicada sobre controle onde foi questionado: como você caracteriza o controle efetuado dentro da cooperativa? Em relação a esta questão foi observado que a cooperativa busca o desempenho no mercado e no volume de vendas e também a resolução de problemas ou até mesmo evitar problemas.

“Ela prioriza a oportunidade o que vai acontecendo e o que vai vindo e busca a resolução dos problemas geralmente em aspectos financeiros [...] e volume de vendas porque agora que ela tá engatinhando a comercialização convencional, nos mercados fora dos projetos, e isso tudo pra ajudar no crescimento”. (ENTREVISTADO 04).

Mais uma vez ela possui característica prospectora e reativa, sendo que busca através da expansão de mercado o aumento nas vendas, gerando mais



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

retorno financeiro para a cooperativa e também busca a resolução de problemas ou até mesmo evitá-los, pois, assim conseguirão maior desempenho e lucratividade.

A cooperativa de 2009 ano de sua fundação até 2015 ano atual teve vários percursos, algumas iniciativas foram boas e ajudaram e com relação ao seu desenvolvimento perguntei: que fatos/acontecimentos mais marcaram, segundo sua ótica, a evolução na estratégia da cooperativa de 2009 até o momento?

“Foi a questão das hortas e agora que os agricultor tão se adequando a essa estrutura, a essa produção e outra foi nós deixa de foca só nessa parte institucional nos PAA e PNAE sendo que o ano passado nós tinha uma visão de mercado e quando a cooperativa foi fundada ela foco muito nesta questão e não buscou outras áreas, mas agora nós já estamos buscando entregar mais no mercado digamos assim mercado convencional”.  
(ENTREVISTADO 02).

Fica claro então que a estratégia da adoção do projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) que é o projeto das hortas agroecológicas, a cooperativa passou a ter mais giro e produtividade, além de introduzir no município uma forma mais sustentável e saudável na produção de alimentos, porém viés todos tem em qualquer organização, mas, perceberam que é melhor para o desenvolvimento da cooperativa e associados a entrega de alimentos não mais só para projetos e sim começando a expandir no mercado.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi elencado para pesquisa um estudo de caso de uma cooperativa de produtores agroecológicos da região Centro-Sul do estado do Paraná, no entanto foi apresentada uma contextualização sobre cooperativas e agroecologia, bem como as dimensões de estrutura e estratégia que foram a chave para a pesquisa.

Buscou-se com a aplicação de perguntas (através de um roteiro de entrevista) qual a característica da estrutura da organização bem como a estratégia utilizada por ela no dia a dia organizacional, apresentando um objetivo de analisar a configuração da estrutura e estratégia organizacional utilizada em uma cooperativa de produtores agroecológicos da região Centro-Sul do Estado do Paraná. Foi possível então elencar os dados obtidos e a teoria utilizada.

Com base nas análises foi possível identificar que a cooperativa possui uma estrutura empreendedora uma vez que se caracteriza como empresas de pequeno porte onde não utiliza o planejamento sendo que o comportamento do indivíduo é pouco formalizado sua coordenação é centralizada a uma pessoa ou a um grupo (MINTZBERG; QUINN, 2001).

Em relação ao tipo de estratégia utilizada se identifica como prospectora a qual busca ampliar continuamente sua linha de produtos e serviços bom como a importância de oferecê-los em uma área de mercado mais ampla, possui baixa



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

formalização, seus funcionários devem possuir habilidades gerais e as funções são largamente definidas para permissão de máxima autonomia (GRAMKOW, 2002)

Foi possível verificar a relação das dimensões de estrutura e estratégia e como sua estrutura caracterizou como empreendedora e sua estratégia como prospectora pode-se afirmar que as duas são complementares e necessitam uma da outra para sobreviver.

Dentre o contexto seria de grande valia aplicar o estudo em uma organização que utiliza do planejamento para seu desempenho e desenvolvimento e, logo assim, fazer um comparativo das dificuldades encontradas pelos dois tipos de organização salientando a importância do planejamento em uma empresa.

## REFERÊNCIAS

ALDAY, H. E. C. O planejamento estratégico dentro do conceito de administração estratégica. **Revista da FAE**, v. 3, n. 2, 2000.

ALVES, A. F. BORILE, L. C. BELON, I. REINEHR, C. L. **Manual Para Cooperativas: boas práticas na gestão cooperativa**. Francisco Beltrão, 2010.

BETHLEM, A. de S. **Estratégia empresarial: conceitos, processo e administração estratégica**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIALOSKORSKI, S. Agronegócio cooperativo. In: BATALHA, M. (Org.). Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001.

BRAGA, M. J. **Gestão de cooperativas**. Centro de Ciências Agrárias – CCA. UFV, Viçosa/MG, 2002.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2166-67impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2166-67impresao.htm)> Acesso em: 13 de jun. de 2015.

CONANT, J. S. MOKWA, M. P. VARADARAJAN, P. R. Strategic types, distinctive marketing competencies and organizational performance: a multiple measures-based study. **Strategic Management Journal**, Vol. 11, p. 365-383, 1990.

FORNAZIER, A. WAQUIL, P. D. **A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense**. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 2011. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/pgdr/eventos/2011/III\\_Coloquio/arquivos\\_oficinas/Fornazier.pdf](http://www.ufrgs.br/pgdr/eventos/2011/III_Coloquio/arquivos_oficinas/Fornazier.pdf)>. Acesso em: 09 de jun. de 2015.



GAIOVICZ, E. F. SAQUET, M. A. **Modernização da agricultura e agroecologia.** Francisco Beltrão, 2009.

GRAMKOW, F. B. **A análise da estrutura e da estratégia:** o caso AGCO DO BRASIL. Porto Alegre, jan. de 2002. Disponível em:  
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2334/000318087.pdf?sequence=1>> Acesso em: 27 de set. de 2015.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais:** um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MINTZBERG, H. QUINN, J. B. **O Processo da Estratégia.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

NUNES, M. F. **Relação entre estratégias e estrutura organizacional:** um estudo de caso na empresa de pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso do Sul. Porto Alegre, 2000. Disponível em:  
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2214/000315985.pdf>> Acesso em: 07 de nov. 2015.

ORLICKAS, E. **Modelos de gestão:** das teorias da administração à gestão estratégica. 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Manual de gestão das cooperativas:** uma abordagem prática. 3º Edição. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Teoria geral da administração:** uma abordagem prática. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política.** 2011. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado), CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro.

PLANAS, J. **Os proprietários e o associativismo agrário na Catalunha (1850-1936).** *Análise Social*, vol. XLIV, 2009.

RAUPP, F. M. BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2009.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

SCHMIDT, R. M. TEODORO, P. A. V. B. MIYAZAKI, J. GAFFURI, J. NAZZARI, R. K. BERTOLINI, G. R. F. **Cooperativismo, uma alternativa de geração de renda para pequenos e médios produtores rurais.** Cascavel, 2005.

SILVA, T. N. **A participação de cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle.** Perspectiva Econômica, São Leopoldo: Unisinos, v.29, n.86, jul./set. 1994.

SPANVELLO, R. M. LAGO, A. **As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar.** Londrina, 2007.

TUPY, O. MANCINELI, C. COSTA, V. M. H. de M. **Estratégias produtivas e sustentabilidade de pequenos produtores rurais.** SOBER 47º Congresso. Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/13/419.pdf> > acesso em: 09 de jun. de 2015.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 15/01/2019



## **CONTRIBUIÇÕES DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO PARA AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

### **CONTRIBUTIONS OF SOLIDARITY COOPERATIVISM FOR FAMILY AGRICULTURE AND SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT**

Carli Freitag\*  
Hedson Mauro Klesener\*\*  
Clério Plein\*\*\*

#### **RESUMO**

Este artigo traz algumas reflexões teóricas sobre a importância que tem o Cooperativismo no contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar. Por muito tempo, desenvolvimento e modernidade foram utilizados como sinônimos. Posteriormente, o conceito de desenvolvimento evoluiu e levou em conta outras dimensões. As cooperativas são importantes instrumentos no desenvolvimento rural sustentável, pois podem ajudar os agricultores familiares a terem uma maior economia ao reduzir seus custos de aquisição de insumos ou contratar serviços como transporte e armazenamento. Na agricultura familiar a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. A agricultura familiar consiste na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais. Sozinhas, as pequenas propriedades rurais da agricultura familiar possuem dificuldades em alavancar sua independência, as quais ficam reféns dos mercados, tendo que aderir às propostas ditadas pelos mesmos. Com o mercado cada vez mais competitivo e clientes sempre mais exigentes, novas tecnologias vão tomando espaço dentro das cadeias de produção. Grandes empresas, de posse destas tecnologias, agem de forma agressiva, sufocando e reprimindo os pequenos, que estão lutando por um espaço no mercado. Com a junção e formação das cooperativas solidárias, os atores desse processo, passam a ter mais competitividade, ampliando suas redes de mercados e o acesso às políticas públicas, quesito tão importante para buscar investimentos e fomentar a melhoria de suas propriedades, tornando-as mais rentáveis, favorecendo o seu desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Cooperativismo; Desenvolvimento; Economia Solidária.

---

\* Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável; Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Rua Pernambuco, nº. 1777, Marechal Cândido Rondon-PR, CEP 85.960-000, Fone: (45) 3284-7878 - [carli@fsnet.com.br](mailto:carli@fsnet.com.br).

\*\* Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável; Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Rua Pernambuco, nº. 1777, Marechal Cândido Rondon-PR, CEP 85.960-000, Fone: (45) 3284-7878 - [hedson\\_km@hotmail.com](mailto:hedson_km@hotmail.com).

\*\*\* Doutor em Desenvolvimento Rural; Mestre em Desenvolvimento Rural; Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Rua Pernambuco, nº. 1777, Marechal Cândido Rondon-PR, CEP 85.960-000, Fone: (45) 3284-7878 - [cleriolein@gmail.com](mailto:cleriolein@gmail.com).



### ABSTRACT

This article brings some theoretical reflections about the importance of Cooperativism in the context of Sustainable Rural Development and Family Agriculture. For a long time, development and modernity were used as synonyms. Subsequently, the concept of development evolved and took into account other dimensions. Cooperatives are important instruments in sustainable rural development, as they can help family farmers to achieve greater savings by reducing their costs of procuring inputs or contracting services such as transport and storage. In family agriculture, management, property, and most of the work come from people who hold blood or marriage bonds together. Family farming consists of improving its capacity for social interaction and insertion in local markets. Alone, the small rural properties of family agriculture have difficulties in leverage their independence, which are hostages of the markets, having to adhere to the proposals dictated by them. With the market becoming more competitive and customers always more demanding, new technologies are taking space within the chains of production. Large companies, in possession of these technologies, act aggressively, choking and repressing the small ones, who are fighting for a space in the market. With the joining and formation of solidarity cooperatives, the actors in this process will become more competitive, expanding their networks of markets and access to public policies, which is so important to seek investments and promote the improvement of their properties, making them more development.

**KEY-WORDS:** Family Farming; Cooperativism; Development; Solidary Economy.

## 1. INTRODUÇÃO

Com o mercado cada vez mais competitivo e clientes sempre mais exigentes, novas tecnologias cada vez mais vão tomando espaço dentro das cadeias de produção. Grandes empresas, de posse destas tecnologias, agem de forma agressiva, sufocando e reprimindo os pequenos, que estão lutando por um espaço no mercado.

No setor agropecuário não é diferente, os grandes produtores se utilizam das novas tecnologias para produzir sempre mais e mais, enquanto os pequenos produtores sofrem com a falta de recursos, muitas vezes acabam se desfazendo de suas propriedades por não conseguirem uma produção efetiva para atender pelo menos seu próprio sustento.

O desafio para a agricultura familiar consiste na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais (merenda escolar, programas sociais) em um contexto de "economia da qualidade". A economia da qualidade refere-se às múltiplas formas de construção social da percepção do que é qualidade, que pode estar na oferta de produtos tradicionais, artesanais ou regionais (SCHNEIDER, 2010, p. 526).

Conforme Abramovay (1997), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime é perfeitamente compreensível, tendo em vista que os diferentes setores sociais constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

definição de agricultor familiar, para fins de atribuição de crédito. A valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais talvez seja o principal ponto de consenso.

Para a economia solidária, em que a competição não é regra preferencial, a conglomeração é comparativamente mais fácil, porque a solidariedade torna a associação e a colaboração entre empresas natural (SINGER, 2001, p. 111). A cooperativa de produção, talvez a mais importante das empresas solidárias, surge muitas vezes como defesa contra a ameaça da pobreza.

A presente proposta de pesquisa possui o formato de um ensaio teórico, o qual propõe apresentar o cooperativismo e a economia solidária dentro do contexto da agricultura familiar e o desenvolvimento rural, um pouco de sua história e a sua evolução ao longo dos anos.

Sozinhas, as pequenas propriedades rurais da agricultura familiar possuem dificuldades em alavancar sua independência, as quais ficam reféns dos mercados, tendo que aderir às propostas ditadas pelos mesmos. Com a junção e formação das cooperativas solidárias, os atores desse processo, passam a ter mais competitividade, ampliando suas redes de mercados e o acesso às políticas públicas, quesito tão importante para buscar investimentos e fomentar a melhoria de suas propriedades, tornando-a mais rentáveis, favorecendo o seu desenvolvimento.

Para fins de alcançar os objetivos da presente proposta de pesquisa, a mesma teve como objeto de pesquisa, livros e artigos publicados, com o intuito de aproximar o máximo possível as informações aqui apresentadas com a realidade.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. Conceitos de Desenvolvimento**

Por muito tempo, desenvolvimento e modernidade foram utilizados como sinônimos. Posteriormente, o conceito de desenvolvimento evoluiu e levou em conta outras dimensões. Para o economista indiano Amartya Sen, o desenvolvimento é um processo de ampliação das possibilidades de escolhas e oportunidades para as pessoas (ANDRADE, 2012).

Na visão de Sen (2002, p. 18) o desenvolvimento parte do pressuposto de que “se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”.

Neste contexto, pode-se perceber que o conceito de desenvolvimento está muito longe de ser apenas uma imaginação de crescimento econômico. Diante disso, podemos dizer que um país pode gerar enormes riquezas, mas não ser considerado desenvolvido numa visão mais holística.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Segundo Pereira (1968) o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Por ser um processo social global, não existe sentido de desenvolvimento de forma parcelado ou setorializado.

Na atualidade ainda é difícil convencer a maioria dos economistas e políticos de que somente o crescimento econômico não é suficiente para gerar desenvolvimento, ainda assim, continua sendo considerado o fator principal na maior parte do mundo e o principal meio de alcançá-lo. Com isso, na visão de muitos economistas, o PIB (Produto Interno Bruto) ainda é apontado como o principal indicador para avaliar o grau de desenvolvimento de um país (VEIGA & ZATS, 2008).

O desenvolvimento pode estar distante daqueles que não tenham condições de criar os meios de sobrevivência necessários para gerar um ambiente ideal de competição no mercado, ficando assim a margem do mesmo.

Quando Charles Darwin publicou, em 1859, A origem das espécies, onde sustentou que a seleção natural só permite que sobrevivam e se reproduzem as espécies mais aptas a competir pela sobrevivência, não imaginou que cerca de 140 anos mais tarde, no limiar do século XXI, o surgimento de um mercado global e de revolução tecnológica teria comportamento similar ao da seleção natural, permitindo apenas a sobrevivência das pessoas, empresas e economias nacionais consideradas mais competitivas e marginalizando as demais, como espécies não-aptas (RIVERO, 2002, p. 85).

Na visão de Furtado (1980) o conceito de desenvolvimento historicamente parte de duas vertentes. Uma relacionada à evolução da sistemática de produção e à ideia de acumulação com o intuito de elevar a produtividade da força de trabalho. A outra relacionada com o grau de satisfação das necessidades humanas.

Pode-se concluir que historicamente o desenvolvimento pode ser descrito dentro da evolução de três linhas de pensamento: a primeira é aquela que leva em conta que o desenvolvimento está embasado na geração do Produto Interno Bruto, ou seja, o que é considerado é o crescimento econômico. A segunda linha de pensamento se refere ao desenvolvimento como mito, onde, além de crescimento econômico, existe uma relação de minoria dominadora sobre uma maioria dominada. E por último desenvolvimento como uma visão de liberdade, onde só se atingiria o mesmo, se as pessoas efetivamente conquistassem seus direitos individuais.

### 2.1.1. Desenvolvimento Sustentável

Falar sobre Desenvolvimento Sustentável é fácil, mas pouco se tem feito em relação ao assunto. Desenvolvimento sustentável pode ser definido como a



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

integração harmônica entre os fatores econômicos, sociais e ambientais em toda e qualquer forma de exploração dos recursos escassos disponíveis em nosso planeta.

Várias são as definições que podemos encontrar nas literaturas disponíveis sobre o tema Desenvolvimento Sustentável. Quando tratamos de conceitos de Desenvolvimento Sustentável, uma das primeiras definições que nos vem em mente talvez seja aquela descrita em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), que diz que o desenvolvimento é aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1991).

Essa definição buscou o equilíbrio do Desenvolvimento Sustentável na junção de dois fatores, do desenvolvimento econômico e da conservação ambiental. Até então, se confundia desenvolvimento com crescimento econômico, não levando em conta que a consequência disso tudo seria o esgotamento dos recursos naturais.

Para Sachs (2002) afim de que haja desenvolvimento sustentável, devemos partir de oito dimensões da sustentabilidade, quais sejam, ambiental, econômica, social, cultural, espacial, ecológica, política nacional e internacional. Nesse sentido, só haveria desenvolvimento sustentável se atingido essas oito dimensões.

#### 2.1.2. Desenvolvimento Rural Sustentável

Podemos dizer que o desenvolvimento rural sustentável é um processo de produção, no qual se busca o desenvolvimento econômico, que crie uma mudança social na comunidade rural e vise à constante preservação do meio ambiente.

A partir da Revolução Verde, o Brasil passou a adotar a matriz tecnológica no campo, passando a produzir monoculturas em larga escala.

Contudo, se, do ponto de vista da produção em quantidade, os resultados desta transformação são inquestionáveis, quando o olhar se expande para a inclusão de critérios qualitativos e de outras esferas além da financeira, considerando igualmente os resultados ambientais, sociais e culturais, são incontáveis as brechas para críticas e insatisfação. Tais críticas podem ser explicitadas quando a atenção se detém na análise das crises ambiental, sociocultural e tecnológica deflagradas contemporaneamente (ALMEIDA, 2011, p. 37).

Uma característica da sustentabilidade no meio rural é a capacidade que o agroecossistema tem para manter seu rendimento no transcorrer do tempo, dentro de uma ampla gama de condições. Portanto, são três critérios que devem ser levados em conta: manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema, preservação da diversidade de fauna e flora e a capacidade do agroecossistema de se auto manter (ALTIERI, 1999).

Uma atividade para ser considerada sustentável precisa ser caracterizada viável economicamente, pois, existe na família a prioridade de manutenção das



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

necessidades básicas para o seu sustento, bem como, para ter acesso aos bens e serviços considerados básicos, como saúde, alimentação, vestuário e manifestações culturais.

Além de ser viável economicamente, é preciso observar a parte social, que visa atender as necessidades das pessoas que estão diretamente ou indiretamente envolvidas nas atividades agrícolas, dando-lhes a oportunidade de uma melhor qualidade de vida e proporcionar a possibilidade de participar em organizações de classe e de solidariedade.

E finalmente, atenção especial ao meio ambiente, pois, o modelo atual de exploração agrícola tem gerado um passivo ambiental bastante elevado. É necessário ampliar o conhecimento em relação ao ambiente em que vivemos e preservá-lo para proporcionar uma melhor qualidade de vida e dar condições de sobrevivência as gerações futuras.

## 2.2. Agricultura Familiar

Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequências nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Agrárias que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2006, p. 1).

Por um longo tempo, os debates sobre campesinato foram dominados pela tese do dualismo, que colocava fazendeiros capitalistas e camponeses como as principais, e mutuamente opostas, categorias nos estudos rurais. Este mesmo dualismo também se refere às categorias agricultura capitalista e agricultura familiar (PLOEG, 2006, p. 15).

O quadro 01 resume algumas das principais dimensões sobre as quais o modo camponês e empresarial se articulam, de forma contrastante, mas interrelacionada. Algumas dessas dimensões referem-se diretamente à maneira pela qual o processo de produção agrícola é estruturado.

Segundo Schneider, (2006, p. 5), consideram-se úteis alguns elementos na elaboração de uma definição mais abrangente para compreensão da categoria social denominada agricultores familiares a partir da perspectiva de análise mais geral das formas familiares de organização do trabalho e da produção existente no interior da sociedade capitalista contemporânea, conforme se apresenta na sequência.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Quadro 01: Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial

| <b>Modo Camponês</b>  | <b>Modo Empresarial</b>   |
|---|---|
| Fundado sobre e internalizando a natureza; co-produção e co-evolução são centrais.  | Desconexão em relação à natureza; “artificialização”.   |
| Distanciamento em relação ao mercado de insumos; diferenciação em relação ao mercado de produtos (reduzindo o grau de mercantilização). | Elevada dependência e relação ao mercado; elevado grau de mercantilização.  |
| Centralidade de tecnologias artesanais e do trabalho qualificado.   | Centralidade do empreendedorismo e de tecnologias mecânicas.  |
| Continuidade entre passado, presente e futuro.  | Criação de rupturas entre passado, presente e futuro.   |
| Intensificação contínua baseada na quantidade e qualidade do trabalho.  | Aumento da escala é a trajetória dominante de desenvolvimento; intensidade é obtida através de tecnologias compradas. |
| Riqueza social crescente.   | Contenção e redistribuição de riqueza social.   |

Fonte: (PLOEG, 2006, p. 30).

O primeiro elemento, citado por Schneider, (2006, p.5), diz respeito à forma de uso do trabalho. As unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho dos membros da família, os quais podem contratar, em caráter temporário, outros trabalhadores.

A função mais aparente para a contratação de trabalhadores em caráter temporário, segundo Garcia Junior (1989, p. 142), é de diminuir a auto-exploração da força de trabalho do grupo doméstico.

O segundo elemento, citado por Schneider, (2006, p. 5), refere-se aos obstáculos oferecidos pela natureza, que impedem uma eventual correspondência entre a atividade produtiva agrícola e industrial. Os avanços científicos e tecnológicos ainda não conseguiram eliminar a “base natural” sob a qual se assenta a produção de alimento e fibra, e muito menos subverter os processos produtivos agrícolas a ponto de suprimir a distinção entre agricultores e indústria.

O terceiro elemento, citado por Schneider, (2006, p.5), pode ser extraído da teoria social. A tradição marxista sempre privilegiou o enfoque do desenvolvimento agrário como um processo macrosocial e econômico sem considerar a resiliência das formas familiares e reconhecer a capacidade de adaptação e integração dessas categorias sociais com o sistema dominante.

Contudo, o elemento central que patrocina a relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre os diferentes aspectos aqui apresentados é a própria natureza familiar das unidades agrícolas, que está assentada nas relações de parentescos e de herança existentes entre seus membros. É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a degradação e o



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

desaparecimento de outras. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral (SCHNEIDER, 2006, p. 6).

As formas sociais familiares que se organizaram e desenvolveram no meio rural brasileiro a partir do século XIX surgiram por meio dos processos de ocupação do território através da entrada dos imigrantes de origem europeia. Porém, antes destes, havia no meio rural, grupos sociais formados por descendentes de indígenas que se miscigenaram com os primeiros colonizadores espanhóis e portugueses e de escravos negros de origem africana (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2009, p. 39).

Os agricultores familiares até a década de 70 produziam alimentos para o consumo e comercialização apenas dos excedentes, para aquisição de itens que não eram produzidos na propriedade, assegurando assim, a subsistência da propriedade. Todo o trabalho na propriedade era realizado pela família e para a mesma (TASCETTO e WALKOWICZ, 2007, p. 27).

Nas unidades familiares de produção, o sistema produtivo em geral, se assenta no trabalho da terra, realizado por uma família, e na produção primária, destinada prioritariamente à satisfação das necessidades internas da propriedade e do grupo doméstico, composto pelos membros da família. Nessa forma de organização do trabalho e da produção, as atividades agrícolas quase sempre coexistem e se complementam com outras atividades não-agrícolas, como o artesanato e o comércio, tornando as unidades pluriativas (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2009, p. 41).

De acordo com Puntel, Paiva e Ramos (2011, p. 6), a agricultura foi evoluindo e tornando-se uma atividade mais complexa e cuja compreensão passava a exigir novos esforços. Dentre estes esforços, surge nas Ciências Agrárias, nos anos 1950 e 1960, a abordagem dos Sistemas Agrários, visando contribuir para a compreensão do desenvolvimento agrícola.

Percebem-se que as formas de sociedades rurais apresentam significativamente transformações no âmbito das concepções de mundo, estilos de vida, modernidades de trabalho e processos de tomada de decisão. Com isso, emerge a problemática da desvalorização do meio rural por parte da juventude, que dentre as implicações, tem contribuído com a constante saída de jovens para as cidades em busca de novos horizontes profissionais e pessoais (DALCIN E TROIAN 2009, p. 3).

De acordo com Garcia (1989, p. 147 e 148), o melhor momento para o agricultor, pai de família, é quando os filhos homens já crescidos, podem fornecer um trabalho equivalente ao de qualquer adulto, e ainda são solteiros, isto é, não contribuem para uma nova unidade doméstica, o que implicaria sair da órbita paterna [...] “Não é por acaso que uma das observações mais comuns é que na agricultura só ficam os velhos e as crianças, pois os jovens vão para o sul.” (Garcia aborda em seu livro, na década de 1970, sua pesquisa referente aos jovens da



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

região nordeste que migravam para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo em busca de uma renda alternativa para suprir suas necessidades financeiras. Muitos retornavam para seu local de origem, porém também haviam aqueles que acabavam permanecendo ou até mesmo buscando suas famílias).

Em 1970, foi registrado o maior índice de habitantes rurais no Brasil, correspondendo a 44% da população total. Em 1996 o seu número chegou a um total de 33,8 milhões, equivalente à 22% do total da população brasileira. (WESZ JUNIOR, *et al.* p. 4).

Muitos são os problemas enfrentados nas propriedades rurais no que tange a sucessão familiar e a educação cooperativista. O agricultor não está mais conseguindo influenciar seus filhos para a continuidade da atividade rural, com isso ocorre o êxodo rural, o que gera diversos outros problemas para as cidades, como a marginalização, a prostituição, o aumento das favelas, etc. (FACCIN e SCHMIDT, 2014, p. 157).

Segundo Zanco *et al.* (2017, p. 183), são várias as questões que afetam a sustentabilidade da agricultura familiar, dentre elas, uma que afeta sobremaneira o consumo de alimentos e, em decorrência, a gestão das unidade de produção e distribuição de alimentos, está ligada ao que poderia ser chamada de sociologia dos alimentos. Em outras palavras, aspectos culturais ligados à noção de que nós “somos o que comemos” faz que a produção agrícola esteja sempre sujeita à realidade cultural da sociedade.

O campo oferece inúmeros meios de sustentabilidade e fontes de renda, contudo, é necessário que seja explorado de forma coerente e condizente com cada local, considerando, dentre outros fatores, os aspectos ambientais, a região, a tamanho da propriedade e a presença de pessoal disponível para o trabalho para que possa ser explorado o máximo possível sem prejuízo ou risco de escassez dos recursos (ZANCO *et al.*, 2017, p.192).

Segundo Veiga, Abramovay e Ehlers (2003, p. 16), além de bem recente, o sistema agrícola brasileiro é muito heterogêneo porque o progressivo estreitamento das relações entre agropecuária e as demais atividades econômicas, em vez de produzir alguma uniformidade sistêmica, reforçou a diferenciação regional herdada do período pré-industrial. São enormes os contrastes entre a modernização do Centro Sul, o processo de expansão da fronteira nas regiões Centro-Oeste e Norte e as tradicionais dificuldades do Nordeste.

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos parentescos e donde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante (ABRAMOVAY, 1992, p. 209).



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A promoção da agricultura familiar não é exclusivamente um objetivo de caráter social, mas sim um elemento estratégico de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil. Desafogar minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis, transformar arrendatários em proprietários e oferecer terras a seus filhos são pontos prioritários da perspectiva de mais sustentabilidade (VEIGA, ABRAMOVAY e EHLERS, 2003, p. 16).

### 2.3. Cooperativismo e Economia Solidária

Uma forte ferramenta para o fortalecimento da agricultura familiar é o cooperativismo e a economia solidária, pois isoladamente, uma pequena propriedade familiar pode não produzir o suficiente para sua subsistência devido à competitividade do mercado, porém, unindo-se com outras propriedades de portes similares, elas se fortalecem e conseguem manter seus empreendimentos, prosperando a sucessão familiar e minimizando o êxodo rural.

De acordo com Tygel (2014, p. 93), a economia solidária pode ser definida em três dimensões, conforme segue:

- I. Economicamente - não existe patrão nem empregados, pois todos os integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são, ao mesmo tempo, trabalhadores e donos;
- II. Culturalmente - é também um jeito de estar no mundo (baseado no bem viver) e de consumir individual ou coletivamente produtos locais, saudáveis que não afetam o meio ambiente e nem beneficiam grandes empresas; e,
- III. Politicamente - é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, para as pessoas e construído pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Segundo Singer (2001, p. 105), “A economia solidária compreende diferentes tipos de ‘empresas’, associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos.” Essas empresas surgem como reações a carência que o sistema dominante se nega a resolver. A mais importante destas carências e a própria pobreza que, via de regra, decorre da falta de oportunidade de participar do processo de produção social.

A cooperativa de produção, talvez a mais importante das empresas solidárias, surge muitas vezes como defesa contra a ameaça da pobreza. A cooperativa que deu mais certo, e até hoje domina segmentos importantes da agricultura, é a de comercialização. Ela surge como reação dos agricultores familiares à exploração que eles sofriam por parte dos atacadistas e industriais que lhes compravam a produção. “Esmagados por oligopólios, a saída lógica foi organizar os pequenos agricultores em empresas solidárias que realizassem no nome delas as compras e



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

as vendas, proporcionando-lhes com isso o que os economistas chamam de *poder de mercado*, além de ganhos de escala” (SINGER, 2001, p. 106).

A história da cooperação percorre uma extensa trajetória da história da humanidade. Para gerar um melhor entendimento do que se trata cooperativismo, faz-se necessário uma breve explanação de seus derivados. Segundo Reisdorfer (2014, p. 15 e 16):

(i) cooperar significa trabalhar simultânea ou coletivamente com outras pessoas em busca de um objetivo comum; (ii) cooperativa é a associação de produtores, fabricantes, trabalhadores ou consumidores que se organizam em empresas econômicas, com o objetivo de satisfazerem uma variada gama de necessidades; (iii) cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo sócio-econômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais sociais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. O sistema é fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes.

Na sua forma constitutiva, o sistema cooperativo está bem alicerçado, como toda forma organizada de gestão. Uma cooperativa tem por trás uma estrutura sólida e bem dividida. Cada pessoa interessada em participar de um empreendimento como este, antes de associar-se, deve conhecer as formas adequadas de funcionamento, as determinações legais e todas as características que garantam a condução de ações, da maneira mais harmoniosa possível.

De acordo com Pinheiro (2008, p. 21), “O surgimento da primeira cooperativa foi em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, quando 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo.” Em 1864, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, fundou a primeira cooperativa de crédito, que chamava-se “Heddesdorfer Darlehnskassenverein” (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf)

A Economia Solidária, como hoje é conhecida no Brasil, só emergiu como fenômeno sócio-econômico-político nos idos dos anos 1980, tendo ganhado maior repercussão a partir de meados de 1990, alimentado pelas transformações que atingiram o mundo do trabalho (CARVALHO e OLIVEIRA, 2014, p. 345).

Para os sócios dos empreendimentos solidários, a propriedade se configura como coletiva e o poder de decisão como mais democrático. Um dos mais divulgados princípios da Economia Solidária advoga: um cooperado, um voto. A responsabilidade para gerenciar as empresas solidárias deve ser, em regra, determinada democraticamente, cabendo a todos os associados participar das decisões quanto às diretrizes e objetivos, e da escolha dos seus dirigentes. A autogestão, baseada em um caráter democrático das decisões, é o que distingue, fundamentalmente, um empreendimento como sendo afinado com os princípios da Economia Solidária, frente aos que desta destoam. Funda-se em relações de



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

solidariedade e reciprocidade enquanto fatores indispensáveis da organização do processo de trabalho (CARVALHO e OLIVEIRA, 2014, p. 349).

As cooperativas poderiam ser a base sob a qual se estrutura um modelo social e econômico eficaz na alocação individual dos resultados alcançados desta forma coletiva. Na sua opinião, o cooperativismo não anula a liberdade e a responsabilidade individual do trabalhador e produtor, assim como busca criar as condições para que a colaboração coletiva possa florescer e se desenvolver (CHAYNANOV, 2017, p. 9),

No Brasil, a primeira sociedade brasileira a ter em sua denominação a expressão “Cooperativa” foi, provavelmente, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889, na então capital da província de Minas, Ouro Preto.

As sociedades cooperativas se desenvolveram ao longo de vários anos. Evoluíram, independentemente da influência das atuais premissas habilmente formuladas, relativas ao crédito de pequena escala. [...] Gradualmente e de forma espontânea, sem qualquer plano deliberadamente conhecido para sua construção, elas desenvolveram, na prática, seus próprios princípios e tradições, avançando da solução concreta de um determinado problema para a solução de outro (CHAYANOV 2017, p. 109).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São vários os argumentos que podemos usar para definir a importância que o cooperativismo tem para com a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

O cooperativismo tem contribuído largamente com a agricultura familiar, permitindo que haja uma maior expansão dos mercados que por muitas vezes é limitado o seu acesso por parte dos pequenos agricultores. Além do mais, distribui benefícios a base do seu uso, gerando conseqüentemente maior renda para seus membros. As cooperativas agrícolas buscam melhorar as condições sociais e culturais dos agricultores através da integração dos seus membros e repassando conhecimentos relacionados à melhoria dos processos de produção agrícola.

O cooperativismo além de contribuir diretamente na manutenção da agricultura familiar, por ser um forte instrumento no combate a desvantagem comercial, também faz com que o agricultor, tendo melhores condições financeiras, permaneça na propriedade e crie apego a mesma fazendo com que preserve a terra para as próximas gerações.

Nesse sentido, uma agricultura familiar forte, ajudará na preservação das comunidades rurais, na manutenção dos agroecossistemas e, também, desempenhará um papel importante numa produção agrícola mais sustentável.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A ação coletiva é o principal recurso que os agricultores familiares possuem para competir com mais força no mercado consumidor. Nesse contexto, as cooperativas desempenham um papel importante na ajuda da produção, consumo e distribuição dos produtos tornando o processo economicamente mais viável.

As cooperativas também podem ajudar os agricultores familiares a terem uma economia maior ao reduzir seus custos de aquisição de insumos ou contratar serviços como transporte e armazenamento.

Por isso elas são importantes instrumentos no desenvolvimento rural sustentável e desempenham um papel único na agricultura familiar, fazendo com que criem maiores oportunidades à exploração agrícola, e permitem que os agricultores familiares, tenham maior poder de barganha, melhor acesso as informações e se tornem mais resilientes a choques econômicos e ambientais.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Hucitec / Anpocs / Unicamp: São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas, 1992. Cap. 8. As Particularidades da Agricultura no Desenvolvimento Econômico. p. 209-247.
- ABRAMOVAY, Ricardo. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. **Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA**. v. 1, p. 17-27, 1997.
- ALMEIDA, J. **A modernização da agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.
- ANDRADE, H. **Desenvolvimento rural sustentável: uma visão territorial**. Luanda – Angola: FAO, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1967**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- CARVALHO, A. J. S. L.; OLIVEIRA, R. V. O novo cooperativismo e o caso da COOPERNUT: um sonho possível? In: OLIVEIRA, R.V., org. **Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 343-360. ISBN 978-85-7879-331-9. Available from SciELO Books .
- CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e Tradução de Regina Vargas. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**: relatório Brundtland. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

DALCIN, D., TROIAN, A. Jovens no meio rural a dicotomia entre sair e pertencer: um estudo de caso. **I Seminário Nacional de Sociologia & Política UFPR 2009** “Sociedade e Política nos Tempos de Incerteza”, Disponível em:<[www.humanas.ufpr.br](http://www.humanas.ufpr.br)>. Acesso em: 15 Set. 2017.

FACCIN, O. P., SCHMIDT, C. E. F. Sucessão nas propriedades rurais familiares integrantes de uma cooperativa agropecuária. In SCHMIDT, D., CONTO, M. (Org.). **Reflexão cooperativista**. Porto Alegre-RS. Sescop/RS. nº 3. 2014. P. 157-161

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GARCIA JUNIOR, A. **O sul**: caminho do roçado (estratégias de reprodução camponesa e transformação social). São Paulo, ed. marco zero / unb, 1989.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativismo de crédito**: história da evolução normativa no Brasil. 6. ed. Brasília: BCB, 2008.

PLOEG, J. D. V. **A Diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PUNTEL, J. A., PAIVA, C. A. N., RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. IPEA47Code 2011, **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, Disponível em:<[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 15 Set. 2017.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria, UNSF, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

RIVERO, O. **O mito do desenvolvimento**: os países inviáveis no século XXI. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

SACHS, I., **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHNEIDER, S., Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: Elementos Teóricos e um Estudo de Caso. In: Froehlich, J. M.; Vivien Diesel. (Org). **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S. Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil: o Contexto e as Questões em Debate. **Revista de Economia Política**. 2010. Vol. 30, n. 3, São Paulo. p. 511-531.

SCHNEIDER, S., NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. **IX Simpósio Nacional do Cerrado e II Simpósio Internacional das Savanas Tropicais**. 2009. Cap. 33. Pag. 34-60. 2009. Disponível em:<<http://www.cpac.embrapa.br>>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2002.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Revista Soc. Estado**. v. 16. n. 1-2. Brasília Jun/Dez. 2001. ISSN 0102-6992. Pag. 100-112. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 08 Set. 2018.

TASCHETTO, P. R., WALKOWICZ, J. A Realidade da Agricultura Familiar no Oeste do Paraná. In: **Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE. Cap. I, p. 23-34.

TYGEL, D., Economia Solidária. In: FERRARO JUNIOR, L. A. **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília. MMA/DEA. 2013. Vol.3. P.93-103.

VEIGA, J. E., ABRAMOVAY, R., EHLERS, E. (2003). Em direção a uma agricultura mais sustentável. (In) RIBEIRO, W. (Org.). **Patrimônio ambiental brasileiro**. São Paulo: Edusp/Imesp, pp. 305-333.

VEIGA, J. E., ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas: Autores Associados, 2008.

WESZ JUNIOR, V. J. W., ROTH, J. D., MATTOS, V. M. M., FERREIRA, A. M. R. M.; TRENTIN, I. C. L. Os novos arranjos do êxodo rural: a evasão temporária de jovens agricultores familiares gaúchos. **XLIV Congresso da Sober** "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. Disponível em: <[www.sober.org.br](http://www.sober.org.br)>. Acesso em: 15 Set. 2017.

ZANCO, A. M., EGGERS, A., KLESENER, H. M., HORT J. V., NANDI, T. F. A. Ética e a Bioética na Produção, Organização e Consumo de Alimentos: desafios para a Segurança Alimentar. In: AHLERT, A.; NEUKIRCHEN, L. C. (Org.). **Ética e bioética do desenvolvimento sustentável**. Curitiba-PR. 2017. CRV. Cap. VI, p. 177-212.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 15/01/2019



**A CRISE DAS COOPERATIVAS DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ E AS INSTITUIÇÕES DAS PRÁTICAS DE GESTÃO\***

**THE CRISIS OF MILK COOPERATIVES OF FAMILY FARMING IN WESTERN PARANA AND THE INSTITUTIONS OF MANAGEMENT PRACTICES**

Aline Milioni de Melo\*\*

Clério Plein\*\*\*

Geysler Rogis Flor Bertolini\*\*\*\*

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar elementos institucionais que afetam negativamente o processo de gestão das cooperativas, bem como, a falta de capacitação dos agricultores para o gerenciamento do empreendimento. Nesta perspectiva, o método enquadra-se qualitativo, sendo que foram analisados através de entrevistas com os onze presidentes, com questões abertas dialogando com eles sobre suas dificuldades e melhorias na gestão. Nos resultados identificou-se que o principal problema que atinge as cooperativas é a falta de conhecimento dos cooperados, o que leva a uma deficiência na gestão, e está ligado ao planejamento estratégico, custo, produção, marketing e comercialização. Concluímos, que os presidentes possuem dificuldades que precisam ser superadas, e assim, alcançar o objetivo esperado, melhorando com capacitação, trabalho em equipe, comprometimento, aprimorar o planejamento estratégico e inclusão no mercado. Mantendo o suporte da equipe SISCOOPLAF (Cooperativa Central da agricultura familiar com interação solidária do Oeste do Paraná), para melhorar o funcionamento da cooperativa.

**Palavra-chave:** Crise; Cooperativas de leite; Práticas de gestão.

**ABSTRACT**

This work aims to analyze institutional elements that negatively affect the management process of cooperatives, and farmers with lack of training in the management of the enterprise. In this perspective, the method is qualitative, which were analyzed through interviews with the eleven presidents, with open questions dialoguing with them about their difficulties and improvements in management. The results identify that the problem that reaches the cooperatives is the lack of knowledge of the cooperative, which leads to a deficiency in management, are linked to strategic planning, cost, production, marketing and marketing. We conclude that presidents have difficulties that need to be overcome, and thus, achieve the expected goal, improving with capacity building, teamwork, commitment, improving strategic planning and inclusion in the market. Maintaining the support of the team SISCOOPLAF (Central Cooperative of family agriculture with solidarity interaction of the West of Paraná), to improve the operation of the cooperative.

**Keywords:** Crisis; Milk cooperatives; Management practices.

---

\*Artigo derivado da dissertação de mestrado do primeiro autor (MELO, 2018).

\*\* Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná de Marechal Cândido Rondon. E-mail: [aline\\_milioni@hotmail.com](mailto:aline_milioni@hotmail.com).

\*\*\* Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [cleriolein@gmail.com](mailto:cleriolein@gmail.com).

\*\*\*\* Doutor em Engenharia de produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [geysler.bertolini@unioeste.br](mailto:geysler.bertolini@unioeste.br).



## 1 INTRODUÇÃO

Serão apresentadas nessa pesquisa as questões que influenciara o fechamento das cooperativas, bem como a importância de diversos autores sobre o processo e a formação do cooperativismo e o desenvolvimento rural, tornando-se necessário interpretar esta análise na prática da agricultura familiar que possui papel fundamental no desenvolvimento rural na região Oeste do Paraná, localizadas nos municípios de Cascavel, Guaraniaçu, Santa Lúcia, Lindoeste, Missal, Medianeira, Vera Cruz, Três Barras, Diamante do Oeste e Campo Bonito, que procuraram descrever os fatores favoráveis e limitantes para o desenvolvimento dessas cooperativas.

Nos dias atuais, o desenvolvimento a gestão da agricultura familiar brasileira é visto como de extrema importância ao meio rural, por reorganizar os estabelecimentos agropecuários sobre uma nova lógica de produção e de trabalho. A produção e a sua gestão financeira representam a principal fonte positiva de renda da propriedade, pois se torna responsável pelo planejamento financeiro existente na organização.

Para que a agricultura familiar continue crescendo, ela deve ser acompanhada com toda a necessidade que o setor rural precisa. Sendo assim, cabe destacar o papel referente à administração qualificada, com técnicas e procedimentos adequados à sua realidade e podendo aumentar a lucratividade. Nesse sentido, destaca-se que alguns procedimentos realizados no planejamento das atividades produtivas têm o objetivo de tornar a empresa eficiente e competitiva, em que as tomadas de decisão envolvidas sejam necessárias para essa atividade (VILCKAS, 2005).

Nessa atividade, o planejamento estratégico é de extrema importância, pois são situações que envolvem o desempenho positivo para a permanência da empresa no mercado. Nesse processo, as tomadas de decisões oferecidas pela empresa devem ser feitas de maneira cautelosa e estruturada, adequando e adaptando o empreendimento à sua realidade.

Um item importante para elencar nesta discussão refere-se ao controle e à finalidade do produtor em poder auxiliar na escolha sobre o que produzir dos fatores internos, da propriedade rural que decorrem da sua produção, assim correndo menos riscos. Como por exemplo, através do planejamento de tomadas de decisões, controlar os custos, e os seus resultados, bem como, de metas verificar o andamento dos trabalhos, monitorar diariamente a produção financeiro, e de extrema importância a contabilização.

Para Gala (2003, p. 93), “entender o desenvolvimento econômico sustentável de longo prazo, deve-se estudar as causas anteriores às tradicionais variáveis de crescimento” e, assim, estimular o crescimento da empresa, construindo um capital físico significável.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Em se tratando das atividades agrícolas familiares, sabe-se que há uma grande carência de suporte gerencial, apesar de boa parte dos produtores rurais dotarem de considerável conhecimento implícito, especificamente em relação à gestão da qualidade, em que se pode concluir que esta se encontra defasada em relação ao mínimo esperado.

Segundo o gestor e os presidentes das cooperativas pesquisadas, enquanto a relação entre agricultura familiar e a pesquisa se mantiver distante, a única alternativa seria permanecer em contato com os resultados de pesquisa e as inovações oferecidas pelas empresas fornecedoras de insumos e serviços. No entanto, avaliam que tal situação reduz o potencial de desenvolvimento, visto que esses agricultores estão interessados apenas em comercializar os seus produtos e aumentar seus lucros.

Além disso, perceberam que os produtos e os serviços dessas cooperativas nem sempre representam a melhor forma para os produtores conduzirem suas atividades. A análise e a compreensão dos gestores em relação à implementação e ao desenvolvimento da adoção de práticas de responsabilidade social na cooperativa estão definidas a seguir, baseadas nas respostas obtidas através das entrevistas.

## **2 METODOLOGIA**

Nesse trabalho, aborda-se a análise e a compreensão dos presidentes e o gestor em relação à implementação e ao desenvolvimento da adoção de práticas de responsabilidade social na cooperativa.

Essa análise encontra-se baseada nas respostas obtidas através das entrevistas aplicadas para os dez presidentes e um gestor, as quais foram coletadas com toda documentação necessária para a pesquisa, que foram: as atas de aberturas, atas de fechamento, estatuto, regimento e as leis do cooperativismo.

As atividades agrícolas familiares, apresentam de uma forma geral, uma grande carência de suporte gerencial, apesar de boa parte dos produtores rurais considerar conhecimento implícito, especificamente em relação à gestão de qualidade. Buscamos desenvolver uma proposta de formação nacional, baseado nos princípios do cooperativismo solidário, promovendo atividades de formação que possibilitem o fortalecimento de uma agricultura sustentável, para o empoeiramento dos membros das organizações associadas (UNICAFES, 2011, p. 2).

Percebe-se, que as práticas de gestão são fundamentais para o gerenciamento das atividades financeiras contábil das COOPLAFs, e verifica-se a privação de conhecimento dos colaboradores das cooperativas, como veremos a seguir.



### 3 RESULTADOS

Serão apresentados dados dos entrevistados da pesquisa feita na dissertação de mestrado cujo o tema foi “As cooperativas de leite da agricultura familiar com interação solidária do oeste do paraná: uma análise da retra o das institui es nas práticas de gestão”. O cooperativismo proporciona organiza o social e econômica às atividades produtivas realizadas por determinadas sociedades. Para tal, o objetivo   apresentar solu es em termos de ganhos mensais, não são em volume, mas também em variedade de produtos e econômica – financeiros.

Dessa forma, Silva (2004) destacou o associativismo como o meio de organizar grupos de pessoas sem interesse de fins lucrativos, procurando economia sustentável, que serão caracterizados por economia solidária.

A sobrevivência das cooperativas nessas condi es depende de sua intera o com a comunidade em que se localizam a sua articula o com outras organiza es e com o Estado, o que se apresenta como uma estratégia essencial para sua inser o no mercado e no processo político (SILVA, 2004, p.63).

As cooperativas possuem algum convênio, apoio financeiro ou material para a sua manuten o, de acordo com os Entrevistados 6, 8, 9 e 11 da cooperativa:

Sim, sazonalmente a cooperativa conta com convênios de assessoria técnica ou investimento, proporcionadas por parcerias locais com entidades do mesmo objetivo social (público beneficiário) ou convênios possibilitados por políticas públicas de incentivo social.

Constatou-se que a maioria das cooperativas não possui apoio financeiro, mas a maioria dos presidentes tem experiência associativa, um fator importante: a experiência. Mesmo assim, não impediu o fechamento das seis cooperativas.   importante a reciprocidade entre cooperativa e cooperado, com o foco voltado para o desenvolvimento familiar. Isso são   possível, a partir da consolida o de a es estratégicas da cooperativa, orientada por um gestor profissionalizada. Como ponto negativo, entre os inúmeros problemas enfrentados pelo cooperativismo se refere às dificuldades de encontrar pessoas com capacidade de assumir cargos de dire o.

Em síntese, as cooperativas têm possibilitado aos cooperados se manterem na atividade rural, gerando emprego e renda para as famílias, e acima de tudo, um meio de promover o desenvolvimento social e econômico sustentável, através da participa o mútua entre os cooperados com a possibilidade de produ o diversificada. De acordo com Prestes (2015), cada cooperativa tem um modelo de gestão diferenciado a seguir, e o presidente tem dificuldades com a falta de conhecimento sobre a produ o de leite e demais setores:

Como ponto positivo, a cooperativa gerou mais benefícios fiscais, viabilidade para que o indivíduo com menos condi es possa enfrentar o



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

mercado, aumentando a sua competitividade, verbas a fundos perdidos ou com financiamento acessível. E como ponto negativo, no caso de ser associado em uma cooperativa você está colocando seu nome a cooperativa, se no caso houver uma dívida falência, você irá participar dessa dívida. (ENTREVISTADO 1).

Além dessa opinião, o Entrevistado 2 diz que,

O ponto positivo, é que sempre onde tem mais pessoas se fortalece e já tivemos várias conquistas, e o negativo é que os agricultores em geral não estão na cooperativa, não tem noção do quanto é importante estar organizado.

As cooperativas têm capacidade de fortalecer em diversos pontos positivos e incentivar a produção dos seus cooperados, para a tomada de decisão. O que as cooperativas estão enfrentando é a concorrência do mercado, ou seja, a dificuldade de vender o leite para os mercados, justamente por não conhecer a marca do produto:

Com bases nas vantagens e desafios do ambiente cooperativista encontrados na literatura, este trabalho visa analisar o ambiente da cooperativa Multiflor na tentativa de compreender seu modelo de gestão, sua forma de organização e como se dá a relação entre o grupo cooperado e o mercado ao qual estão inseridos. (PRESTES, 2015, p. 6).

Como ponto negativo, entre os inúmeros problemas enfrentados pelo cooperativismo se refere às dificuldades de encontrar pessoas com disposição, capacidade e experiência para assumir cargos de direção. Na continuidade do contexto, o Entrevistado 9 diz que: “O grupo resolveu fechar a cooperativa por acharem desnecessária a cooperativa naquele momento, e os cooperados acharam que estavam tendo prejuízo”.

Como pontos positivos, a empresa gera mais benefícios fiscais, para que o cooperado com menos condições possa enfrentar o mercado, aumentando sua competitividade e tenho verbas a fundos perdidos ou com financiamento acessível. E como ponto negativo no caso de ser associado em uma cooperativa o cooperado está colocando seu nome junto à cooperativa. E, em caso de dívida ou mesmo falência ele participará junto com outros associados dessa dívida. Falta de incentivo político, no caso da COOPLAF de Guaraniaçu não teve algum principalmente municipal, onde se tivesse apoio seria mais fácil enfrentar a concorrência. (ENTREVISTADOS 1, 5 e 8).

Posteriormente, de acordo com Prestes (2015), os desafios e dificuldades das cooperativas e a falta de clareza do modelo de gestão, a falta de informação entre os colaboradores, dificuldade de criar um planejamento estratégico de acordo com o



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

conhecimento de cada um, trabalhar em equipe e satisfazer as vontades e opiniões de todos.

Sobre os pontos positivos podemos citar a força que os sócios possuem atuando em cooperativa, através da união entre os mesmos para a negociação da sua produção e tendo assim as lideranças da cooperativa que os representes no meio comercial. Já nos pontos negativos sempre haverá a dificuldade de alguns produtores não compreenderem o verdadeiro sentido de cooperativa, onde acabam buscando satisfazer-se a si mesmo e deixam de lado o trabalho de grupo, podendo até enfraquecer a união de todos. (ENTREVISTADOS 3 e 7).

De acordo com os Entrevistados 4 e 6, o cooperativismo é a favor da igualdade, da participação coletiva e da solidariedade. Todos os presidentes têm liberdade de expressar sua opinião e condições decisivas nas cooperativas, mesmo havendo dificuldades para entender os negócios, pois:

Como ponto positivo, o cooperativismo é um modelo econômico mais justo; Melhora a renda dos associados; investe na qualificação profissional dos agricultores, através de treinamentos; maior representatividade econômica e política, e como ponto negativo, as cooperativas não são muito aceitas na sociedade; dificuldade de fazer o agricultor entender que também é dono do negócio.

Uma das maiores dificuldades encontradas pelos entrevistados no que se refere a gestão estratégica das cooperativas de leite da região Oeste do Paraná diz respeito à carência de conhecimentos técnicos, administrativos e contábeis. As dificuldades da entrevista a seguir e a falta de indivíduos que levam a sério o serviço cooperativista, como:

Os fatores positivos é a melhoria da renda das pessoas; e o fator negativo e esquecimento que o quadro social tem de como era antes a cooperativa, além da má gestão e falta de compromisso. Sendo que, os principais fatores das práticas de gestão que poderiam ter sido utilizados na cooperativa para ter obtido sucesso seria a qualificação dos diretores para o conhecimento da gestão e dos controles financeiros. As cooperativas que não fecharam foram em busca de mais conhecimento diferenciado e mais oportunidade de comercialização. (ENTREVISTADO 10).

De acordo com o Entrevistado 10, na grande maioria, os pequenos produtores não possuem escolarização mínima e não sabem administrar os seus negócios de forma lucrativa e satisfatória. Partindo desse princípio, os pesquisadores criaram para cada cooperativa um planejamento estratégico no qual,



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

pela análise SWOT ou FOFA, os pontos fracos, as ameaças e as oportunidades que cada um possui.

Embora no interior das cooperativas existam muitos cooperados que as compreendem como um instrumento de fortalecimento coletivo, houve muitas ocasiões em que o agricultor não se identificava com a cooperativa (RIPPEL, 2016, p. 146). Para esse, os principais fatores das práticas de gestão que poderiam ter sido utilizados na cooperativa para terem obtido sucesso, seriam:

Criar sempre uma estratégia de sustentabilidade, organização, planejamento, usar sistema de forma correta, persistência em continuar, ser um colaborador disposto, ter mais treinamentos sobre gestão tirando dúvidas com o gestor da central, sobre o que poderia ter melhorado. (ENTREVISTADO 6).

Portanto, a crise do cooperativismo não resultou apenas da dificuldade de organização em torno da SISCLAF, mas também das cooperativas em fidelizar, ou seja, ser fiel ao produto, ao serviço e à marca do produto, de seus associados, uma vez que as empresas privadas também disputavam produtores de leite com as cooperativas singulares municipais:

A estratégia comercial da rede é trabalhar para integrar a cadeia produtiva e comercial do leite, ou seja, integrar o produtor que a produção da matéria – prima (leite cru), a industrialização através de estrutura própria da rede é em médio e longo prazo a de comercializar uma linha de produtos, sendo o leite integral, iogurte para atender demandas da alimentação escolar na região, e tendo em vista que o processamento o leite integral por si só não apresenta rentabilidade suficiente para a sua viabilidade, porém contribui para viabilizar a indústria como um todo, nesse sentido a estratégia é intensificar a produção de iogurte que apresenta uma grande valorização sobre a matéria prima (leite cru) (ENTREVISTADOS 8 e 10).

As cooperativas de leite têm dificuldade de se desprender da forma tradicional de administração que permanece até hoje na sua gestão. Geralmente, os gerenciadores das cooperativas são produtores que não possuem a qualificação necessária para gerir uma cooperativa e os produtores qualificados não são especializados para atuar na gestão. Dessa forma, diversos produtores realizam “gestão amadora”<sup>1</sup>, não utilizando os recursos produtivos, administrativos e financeiros fundamentais para uma “gestão modernizada”<sup>2</sup>. Os principais fatores das

---

<sup>1</sup> O termo “gestão amadora”, destaca a necessidade de qualificação dos produtores para se adaptar às novas ferramentas utilizadas nas cooperativas, para ter clareza dos fatos ocorridos na administração das cooperativas pesquisadas.

<sup>2</sup> Na “gestão modernizada” a sociedade espera encontrar um sistema moderno que as informações sejam mais rápidas e eficazes, buscando mais conhecimentos atualizados de gestão, informatização e administração das cooperativas.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

práticas de gestão que podem ser utilizados na cooperativa para obter sucesso futuramente implicam em:

Ser atuante, ter um acompanhamento na cooperativa, acompanhar o mercado concorrente, buscando conhecimentos novos. Por esse motivo está cooperativa não fechou, como as outras seis, principalmente por ter uma administração atuante, responsável, e pessoas que trabalham seriamente para que a cooperativa tenha sucesso. (ENTREVISTADOS 2 e 5).

As cooperativas têm doutrinas, conjunto de princípios definidos em seu estatuto social, valores, solidariedade, responsabilidade, igualdade, transparência, e há preocupação com o próximo, para seguir como forma ideal de organização da humanidade, com direitos e deveres iguais para todos, sem discriminação entre os sócios, subsidiando melhor qualidade de vida aos agricultores e cooperados, funcionários e familiares, buscando melhores preços e qualidade dos seus produtos. Apesar das dificuldades, a cooperativa tornou-se uma organização importante para os associados, a fim de garantir valores e princípios já discutidos neste item.

O cooperado, quando leva o seu produto ou serviço para a cooperativa, não é um ato comercial igual ao que acontece com as empresas mercantis (OLIVEIRA, 2007, p. 54). As oportunidades que a cooperativa dispõe, como dizem os Entrevistados 2 e 3: “melhor agregação de valor, segurança na comercialização e conquista para o grupo. ex. a indústria”. Desse modo, para agregar valor terão que implementar, complexos agroindustriais e tecnologia para a diversificava a base produtiva satisfazer os produtores e clientes, buscando inovações em geral e de serviços, preço acessível e produtos de qualidades. Portanto, ganha a preferência na hora da compra.

Nessa linha de análise, observa-se em Oliveira (2007, p. 24) que “ao estimular a capacidade produtiva, o cooperativismo está em busca de um desenvolvimento consistente, não se contrapondo à riqueza, mas, sim, balizando um sistema econômico que beneficie a todos”. Considera-se veemente que a

Melhoria da renda e conseqüentemente da qualidade de vida, diminuindo a desigualdade paga pelo leite, maior representatividade quando da comercialização, maiores oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, uma vez que qualquer um dos associados pode fazer parte da direção ou do conselho fiscal, acompanhamento técnico devido as parcerias fechadas pela cooperativa, e a importância de estar organizados em uma cooperativa. (ENTREVISTADOS 4 a 10).

Por meio do cooperativismo os agricultores conseguem organizar melhor sua unidade de produção e o seu plano de mercado no leite. Além do conhecimento e das tecnologias, o cooperativismo tem facilitado o acesso ao crédito de custeio e investimento, incentivando a modernização, tendo em vista maior eficiência e



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

competitividade, assim como a possibilidade de valorização do leite através da comercialização ligada a mercados locais, regionais e outros estados.

Acompanhar os resultados da cooperativa e saber identificar os fatores a serem melhorados; aprimorar a comunicação com o quadro social, a fim de identificar as dificuldades a serem amenizadas sobras erradas. Uma cooperativa passou por um golpe de venda de leite e que acabou ficando no prejuízo de início, mas foi superado, como relata o Entrevistado 3 abaixo,

Embora a cooperativa tenha passado por grandes dificuldades, inclusive sendo vítima de um grande golpe de uma empresa compradora de leite, a equipe que está à frente nunca desanimou de trabalhar e atuar na área de cooperativismo, seguindo sempre o objetivo inicial da cooperativa, o qual sempre foi trabalhar em função dos seus associados, para que assim os mesmos possam ter maior representação, resultando assim em melhores condições de vida através da valorização na comercialização de sua produção.

Assim, o desafio para os pequenos produtores de leite é aumentar a produtividade, especializar a produção e favorecer a gestão dos seus sistemas de produção menos intensos, de modo a alcançarem produtividade e proporções suficientes para o desenvolvimento sustentado em longo prazo, porém dentro de limites de riscos e de trabalho adequados às suas condições e especificidades.

A estratégia administrativa da cooperativa (SISCOPLAF) no início destinava-se em resolver os problemas de manutenção do sistema, as notas fiscais que não estão lançados, boletos bancários, organizar documentos para atualizar atas, monitorar o faturamento de notas fiscais de saídas de produtos, contagem de estoque, inventários, entre outros.

Outro problema decorrente das ineficiências gerenciais das cooperativas de leite, segundo o presidente, está no custo de operação:

No início a gestão deixou a desejar, acarretando alguns débitos de tributos, ocasionando diversas multas que tiveram que ser arcadas pelas cooperativas. A participação com frequência do gestor da central é essencial para que as cooperativas enfrentem as dificuldades que surgem no dia-a-dia. (ENTREVISTADO 4).

Segundo os entrevistados, diz a respeito à gestão aplicada na cooperativa: “É uma base para que posamos tomar a decisão no momento certo, e ter frequência de visitas do gestor para a auditoria” (ENTREVISTADOS 5 a 10).

A proposta mais empregada pelas cooperativas para se desprenderem do tradicionalismo de gerenciamento tem sido a competência da gestão, com os proprietários participando diretamente de sua gestão, elegendo representantes que formam o conselho administrativo ou conselho de diretores.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

É por isso que as cooperativas têm possibilitado aos cooperados se diversificarem e se manterem na atividade rural, gerando emprego e renda para as famílias, em que, acima de tudo, possam promover o desenvolvimento social e econômico sustentável, através da participação mútua entre os cooperados com a possibilidade de vida melhor no campo e com perspectivas.

Para North (1994, p. 11), as instituições compreendem:

Regras formais, limitações informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto impostos) e os mecanismos responsáveis pela eficácia desses dois tipos de normas. Em suma, constituem o arcabouço imposto pelo ser humano a seu relacionamento com os outros.

Dessa forma, podem-se classificar as estratégias estabelecidas pelas cooperativas, quanto à sua dimensão social, preocupada com o bem-estar e com a rentabilidade e lucratividade do produtor rural associado; a administração corporativa, a extensão estratégica da sociedade, quanto às suas formas de capitalização e, por último, a estratégia econômica e de mercado, entre outros.

O contexto global da cadeia produtiva impõe necessidades e exigências que só serão possíveis de serem superadas com profissionalismo e organização dos cooperados. O trabalho diferenciado que a COOPLAF realiza com seus associados é determinante para a sustentabilidade das pequenas, médias e até mesmo de grandes propriedades, dependendo apenas do interesse do agricultor utilizar os recursos disponíveis que a cooperativa oferece, entre outros.

Provavelmente a cooperativa tem como objetivo destacar a ampliação de sua capacidade de práticas de autogestão pelos próprios colaboradores representa o interesse de sua direção. Portanto, veremos a seguir o planejamento estratégico administrativa de cada cooperativa.

De acordo com Todaro e Oliveira (2008), o líder tem a visão que representa o direcionamento, a estratégia deliberada. Esta visão é discutida com os gestores intermediários, que opinam e oferecem sugestões para melhor adequá-las a ser realizada do ponto de vista operacional. Os projetos de investimento não decorrem do Planejamento Estratégico, mas que, no geral:

As cooperativas levantam demanda de investimentos de acordo com editais que ofertam seleção de projetos para incentivo social e econômico. Assim a demanda é levantada pelas demandas operacionais de funcionamento da cooperativa, e não por ações estratégicas, deliberadas por todos os agentes. (ENTREVISTADO 11).

Na ocasião da constituição desta cooperativista, dentre os seus objetivos estava o de valorizar o preço do leite, melhorar a situação econômica do produtor, possibilitar a aquisição de equipamentos adequados para o aumento da produção e da produtividade e, acima de tudo, possibilitar o acesso ao conhecimento na



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

atividade leiteira (RIPPEL, 2016, p. 144). O processo produtivo destaca as operações necessárias para obter um ótimo serviço e produto, para cumprir as exigências dos mercados concorrentes. Portanto, com o planejamento bem definido e aplicado nas organizações, vêm as regras formais e informais, que são fundamentais em todo estabelecimento, como veremos a seguir.

Segundo North (1994, p. 11), “se as instituições constituem a regra do jogo, as organizações são os jogadores”. Na concepção dos atores sociais, essas associações possuem estruturas que facilitam o processo de comercialização, principalmente das atividades leiteiras que prestam serviços de assistência técnica, bem como comercializam insumos a preços menores, comparados aos do mercado, oferecendo oportunidades que a cooperativa oferece para seus associados.

Os autores consideraram a utilização dos recursos no desenvolvimento de processos que viabilizem a entrega do produto para o cliente, cumprindo a legislação e garantindo a sustentabilidade da empresa:

[...] em linhas gerais a missão é expandir e consolidar o cooperativismo solidário, construindo uma rede que viabilize os agricultores que atuam na atividade leiteira da região. O objetivo é ampliar a atuação na organização da agricultura familiar na produção de leite, a fim de ampliar a renda familiar e dar condições de permanência no campo. (ENTREVISTADO 5).

O trabalho diferenciado que a COOPLAF realiza com seus associados é determinante para a sustentabilidade das pequenas, médias e até mesmo de grandes propriedades, dependendo apenas do interesse do agricultor em utilizar os recursos disponíveis que a cooperativa oferece.

Essas ações devem vir primeiramente da consciência, porém sabendo que não prejudicará financeiramente a empresa, pelo contrário, gerando afinidade, identificação mútua, em que empresa e mercado se identificam e fazem parte de uma mesma comunidade, do mesmo meio ambiente, e por conta disso é possível participar junto, onde a pessoa prefere esse produto, essa empresa, por ser uma empresa que se preocupa com a comunidade e com o meio ambiente,

No geral as cooperativas levantam demanda de investimentos de acordo com editais que ofertam seleção de projetos para incentivo social e econômico. Assim a demanda é levantada pelas demandas operacionais de funcionamento da cooperativa, e não por ações estratégicas, deliberadas por todos os agentes. (ENTREVISTADO 6).

Porém, a cooperativa deve estabelecer seus valores, que deverão dar suporte às suas ações. Esses valores éticos, morais sociais devem ser idealizados como base nos relacionamentos e devem-se refletir, inclusive, nas suas tomadas de decisões. As atividades de uma empresa socialmente responsável refletem-se em



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

suas preocupações com atitudes éticas e moralmente corretas. Alguns fatores importantes observados na pesquisa de campo se referem à falta de comunicação entre os colaboradores, que traz dificuldades para implementar uma gestão coesa e condizente com a realidade local. A inexperiência de ação associativa dos associados e a falta de visão futura de gerenciamento do líder da cooperativa, pelo fato de não ter conhecimento sobre esses fatores, contribuíram para o seu o fechamento. Um ponto a ser discutido refere-se aos motivos que poderiam ter evitado o fechamento das COOPLAFs, sendo duas questões:

Primeiramente, a VIABILIDADE, pois entre 2005 e 2007 foram abertas as nove cooperativas da rede, além da central, sem estudo de qual a viabilidade de cada empreendimento individualmente. Algumas cooperativas mantiveram-se em funcionamento por 6 ou 7 anos sem nenhum avanço no sentido de ampliação ou satisfação do quadro social. Segunda situação atribuo à falta de profissionalização da gestão. A atividade de produção de leite sofreu grande alteração em sua estrutura, principalmente devido à concentração da atividade (diminuição dos produtores e aumento e volumes) e as cooperativas que foram liquidadas não desenvolveram alternativas e estratégias de reação ou adequação ao novo cenário. (ENTREVISTADO 11).

Além disso, ainda completa que os motivos do fechamento das seis COOPLAFs foi a desmotivação do quadro social dos membros, que, em alguns casos, direcionavam as cooperativas. A falta de definição de estratégias frente à alteração de cenários na atividade e na produção de leite. A estratégia de mercado da central é:

Trabalhar para integrar a cadeia produtiva e comercial de leite, ou seja, integrar o produtor na produção da matéria-prima (leite cru), a industrialização através de estrutura própria da rede é em médio e longo prazo comercializar uma linha de produtos, sendo leite integral, *iogurte* para atender demandas da alimentação escolar na região, e tendo em vista que o processamento o leite integral por si só não apresenta rentabilidade suficiente para a sua viabilidade, porém contribui para viabilizar a indústria como um todo; nesse sentido a estratégica é intensificar a produção de *iogurte*, que apresenta uma grande valorização sobre a matéria prima (leite cru). (ENTREVISTADO 11).

Segundo Furlan *et al.* (2017), a gestão ambiental dos processos produtivos de uma empresa tem por intuito desenvolver estratégias que visam incluir a conservação de matérias-primas e energia. O sistema de gestão ambiental tornou-se o produto sustentável, e está se destacando no mercado e levando as organizações para novos mercados e clientes. Neste sentido, o Entrevistado 11 destaca o processo de Gestão ambiental nas cooperativas:



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

As cooperativas não pautam gestão ambiental em seu planejamento e suas ações. A indústria atende às normas estabelecidas pelos órgãos de fiscalização. As cooperativas seguem corretamente as normas formais e estão mais atentas às normas, por praticar processos de beneficiamento de alimentos, pois elaborou manual de processos operacionais que atende à normatização sanitária, ambiental, entre outros.

As cooperativas são orientadas para atendimento a normas fiscais e contábeis e de órgãos de fiscalização, porém ainda possuem falhas nos processos operacionais. Perguntado se havia ainda alguma pendência das cooperativas que fecharam para ser resolvido, a resposta obtida foi de que:

Sim, as cooperativas estão inativas, sem atividade, porém em três das cooperativas “fechadas” o único processo realizado foi a baixa da inscrição estadual. Falta todo o processo de liquidação da cooperativa. Uma cooperativa ‘fechada’ ainda possui endividamento bancário fiscal. (ENTREVISTADO 11).

O pesquisador reconhece a importância das formas de mobilização da agricultura familiar como meio de conscientização e reivindicação de seus direitos, ressaltando uma série de fatores que dificultam a organização dos produtores familiares, tais como a cultura tradicionalista, a desconfiança entre os produtores e, principalmente, a busca por resultados imediatos, entre outros.

A agricultura familiar depende de vários fatores para se manter como infraestrutura e máquinas modernas, mão de obra qualificada que agregue um diferencial no valor de seus produtos, incluindo o *marketing* e envolvendo questões estratégicas com garantias que satisfaçam a comercialização de seus produtos.

A má gestão dos colaboradores e a concorrência no mercado fizeram com que diminuísse o quadro social que havia, fazendo a cooperativa se unir à COOPLAF de Guaraniãçu. Por iniciativa das COOPLAFs de Guaraniãçu e Campo Bonito, foi proposta a junção das duas cooperativas, que assim se fortaleceriam. Nesse contexto, quando se tem um grupo com os mesmos ideais e as mesmas características, se unir é a melhor forma para alcançar seus objetivos e conseguir bons resultados. (ENTREVISTADO 5).

Entretanto, se percebe que a agricultura familiar passa gradativamente por diversas transformações e, diante disso, pesquisadores e empresas têm procurado ponderar sobre algumas questões advindas deste segmento. Entre tais questões se destaca a perda ou não de sua identidade rural. Importante observar se estas mudanças influenciam em seus modos de vida, se há diminuição ou não da dimensão agrícola, se existe a tendência à individualização e à concentração fundiária do campo.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Importante esclarecer é o modo patriarcal, longo e centralizador dos presidentes de todas as cooperativas, justamente por haver carência de conhecimento contábil, costumes e crenças diferenciados entre eles, e outros. Apesar de algumas facilidades com as ferramentas utilizadas para exercer as atividades na organização não poderem gerar conhecimento por si próprio, sem seus colaboradores. Com isto, o conhecimento e os grupos são os produtores do conhecimento; ao combinar várias fontes de conhecimento a organização pode desenvolver competências e capacidades inovadoras e que se refletem nos negócios e resultados. A título de exemplo:

Essas pessoas que compõe a direção das cooperativas têm vontade para direcionar as ações estratégicas e eventuais mudanças de processo, mas em muitas vezes falta conhecimento do negócio e de práticas de gestão. Isso ressalta a intensa necessidade de assessoria técnica e capacitação dos dirigentes. (ENTREVISTADOS 7e 6).

Os indivíduos responsáveis pelo processo de implementar as estratégias e mudanças de processos de negócio devem reunir uma competência, operabilidade e atitude de gestão do conhecimento. Nesta perspectiva,

As cooperativas são gerenciadas por cooperados envolvidos no processo. Essas pessoas que compõe a direção das cooperativas têm vontade para direcionar as ações estratégicas e eventuais mudanças de processo, mas em muitas vezes falta conhecimento do negócio e de práticas de gestão. Isso ressalta a intensa necessidade de assessoria técnica e capacitação dos dirigentes. (ENTREVISTADO 11).

As organizações que possuem um caráter voluntário para manter a democracia do sistema do governo precisam ser mais flexíveis à introdução de ideias. Essa flexibilidade permite que a participação ocorra de forma contínua, possibilitando a sustentação do interesse dos membros. Esta abordagem permite assegurar o desenvolvimento da capacitação constante dos cooperados, promovendo à organização um caráter funcionamento mais democrático e viável, permitindo uma flexibilidade e agilidade que semeiem as bases da competitividade das cooperativas.

No Quadro 1, destacam-se alguns fatores de informações da pesquisa de campo que foram identificados pontos gerenciais que poderão ser seguidos para alcançar os objetivos definidos na atividade da equipe.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Quadro 1 - Principais fatores responsáveis pelo fechamento e continuidade das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária do Oeste do Paraná.

| Dificuldade  | Potencialidades  |
|--|--|
| Falta de interesse de aprender   | O colaborador terá que ter <b>experiência sobre a sua função</b> , e noções de sistemas para ter melhor controle dos relatórios e gerenciamentos diários.  |
| Concorrência do Mercado  | O <b>marketing</b> das cooperativas pode adotar diversas séries de canais, como por exemplo: vendedores internos e externos, representantes, internet, rádio, revistas, jornais entre diversos outros, para levar o produto e serviços ao mercado e irá ajudar na conquista de clientes. Atualmente, a SISCOOPLAF possui página em rede social, cartões de visita e panfletos de divulgação. A <b>marca</b> e a imagem do produto para o mercado e os clientes conhecerem. |
| Falta de conhecimento da liderança   | O líder tem que já ter conhecimento de alguns processos de gestão, para facilitar a <b>tomada de decisão do problema</b> .   |
| Diversificação de renda  | <b>Falta de renda</b> para equipamentos.   |
| Com a inexistência de gestão, as cooperativas tiveram que arcar com as multas e juros de tributos vencidos | <b>Auditoria</b> com frequência, pelo gestor. Isso acontece, mas não com frequência.   |
| Definir estratégica  | Estratégia para <b>conquistar novos mercados</b> , menor preço e produto de qualidade. Traçar os melhores investimentos na indústria em equipamentos para melhorar o processo funcional.   |
| Falta de graduação   | Presidente formado em <b>contabilidade</b> .   |
| Presidentes patriarcais e machistas  | <b>Pensamento antigo dos presidentes</b> de cada cooperativa. Acham desnecessário tecnologia para o funcionamento administrativo, pela falta de conhecimento de como utilizar e dos seus benefícios.   |

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Alguns pontos essenciais citados acima destacam análise das organizações nas práticas de gestão, como: todos os valores, leis, crenças, costumes e regras de condutas das cooperativas de leite, que foram pesquisados. As palavras que estão em negrito constam as instituições que ocorrem nas cooperativas, através das entrevistas. As mudanças das tecnologias e a estrutura social, as pessoas, mudam



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

as necessidades de cada setor, e os colaboradores têm que se adequar a essas mudanças, entre outros.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As cooperativas de leite são organizações constituídas com colaboradores dispostos a trabalhar e auxiliar o associado a administrar seu negócio em prol dos diversos interesses econômicos, bem diferente das empresas capitalistas que são constituídas de pessoas com finalidade de gerar lucro e aumentar seu capital.

Na pesquisa, essas cooperativas foram estudadas com o objetivo principal de analisar como ocorreu o processo de fechamento das seis cooperativas, e quais foram as dificuldades, e com isso para não cometer os mesmos erros nas ativas.

O resultado da pesquisa foi aplicado com entrevista com algumas questões para analisar qual o conhecimento dos presidentes em relação as normas formais e informais e sobre gestão aplicado nas cooperativas.

Observou-se que os entrevistados têm conhecimentos e práticas patriarcais, mas aqueles que estão ativos tem mais experiência associativa e tentam buscar conhecimento e estar por dentro dos acontecimentos administrativos para ajudar da melhor maneira, as dificuldades que os presidentes demonstram de uma forma geral, a administração, financeiro em toda parte contábil, e destaca o processo de crise das cooperativas de leite, quais seriam os motivos do fechamento das seis cooperativas analisadas.

De modo geral, os produtores não possuem qualificação necessária para gerir uma cooperativa, não utilizando uma moderna gestão. Portanto, qualquer tipo de conhecimento necessita de gerenciamento e treinamento para aliar o conhecimento estabelecendo uma gestão para manter os padrões permanentes de desenvolvimento desses cooperados e acredita no sistema cooperativista para o desenvolvimento sustentável.

Algumas medidas sugeridas para enfrentar os problemas que foram encontrados: treinamento aos presidentes, manter a organização, novas estratégias, inovações na propaganda (divulgação), e a união em equipe são essenciais.

Para Santos e Roquete (2013, p.14),

Quando em cooperativas, economicamente grandes e administrativamente complexas, por razões práticas ou por necessidades de mercado, delegam funções aos administradores contratados, surge um conflito, muitas vezes latente, entre os interesses dos associados e os interesses dos executivos contratados.

Finalizando, não são as pessoas a razão do sucesso ou fracasso das cooperativas, mas sim a capacidade de elas trabalharem em equipe para a construção de uma organização melhor, e não pensar só nos seus interesses



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

individuais, para que a cooperativa possa competir no mercado e atender às demandas de seus associados.

## REFERÊNCIAS

FURLAN, T. Z., RIBEIRO, G. F.; TROVÃO, J. H. M.; LERME, F. H.; MATIAS, G. de S. Gestão ambiental dos processos produtivos e gestão de recursos naturais: análise dos artigos publicados em um encontro nacional brasileiro entre os anos de 2011 a 2015. **Revista Espacios**. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n06/a17v38n06p17.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

MELO, Aline Milioni de. **As cooperativas de leite da agricultura familiar com interação solidária do Oeste do Paraná**: uma análise da retração das instituições nas práticas de gestão. 104f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). UNIOESTE: Marechal Cândido Rondon, 2018.

NORTH, Douglas C. **Custos de Transação, instituições e Desempenho Econômico**. 1994. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13995/2/RB%2028%20Custos%20de%20Transa%C3%A7%C3%A3o,%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20e%20a%20Cultura%20da%20Informalidade%20no%20Brasil\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13995/2/RB%2028%20Custos%20de%20Transa%C3%A7%C3%A3o,%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20e%20a%20Cultura%20da%20Informalidade%20no%20Brasil_P_BD.pdf)> Acesso em: 02 dez. 2016.

OLIVEIRA, J. R. de. **O comprometimento do cooperado com a cooperativa**. Santa Maria, 2007.

PRESTES, R. V. **Desafios e vantagens no cooperativismo**: estudo de caso em uma cooperativa de flores e plantas ornamentais do Distrito Federal. 2015

RIPPEL, L. **Os atores e as redes de desenvolvimento rural no processo produtivo do leite no Sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, PR, 2016

SANTOS, Elza Maria. ROQUETE, Fátima Ferreira. **Práticas de gestão em cooperativas: um estudo de caso de uma cooperativa de transporte de passageiros em táxi de Belo Horizonte**. 2013. Disponível em <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/15318416.pdf> Acesso em 02 de nov. 2018

SILVA, H. A. da. **Resultados Econômicos de Sistema de Produção de Leite com diferentes Níveis Tecnológicos na Cooperativa Castrolândia, Castro, PR**. Extensão Rural EMATER – PARANÁ, Curitiba, 2016.

TODARO, M. E. C., OLIVEIRA, K. K. de. **A concepção de estratégias em empresas empreendedoras**: estudo de caso na memps ltda. 2008 Disponível em:



REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



*página 127*

*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

<<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/article/viewFile/35/35>>.

Acesso em: 22 fev. 2018

UNICAFES, **Boletim Informativo**. Edição nº 21, 2011. Disponível em:

<[http://www.unicafesparana.org.br/uploads/informativos/41/Edicao\\_21.pdf](http://www.unicafesparana.org.br/uploads/informativos/41/Edicao_21.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2018.

VILCKAS, M. **Os determinantes da tomada de decisão sobre o que produzir: proposta de um modelo para unidades de produção rural familiares**. 2005.

Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

*Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 15/01/2019*



## **A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO COOPERATIVISMO NO MUNDO**

## **THE HISTORICAL EVOLUTION OF COOPERATIVISM IN THE WORLD**

Eduardo Dalcin Castilha\*

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo foi o descrever a construção histórica do cooperativismo que ocupa um lugar de destaque na atualidade. Em seu caráter de entidades socioeconômicas, que satisfazem diversas necessidades de seus associados mediante serviços de distribuição, colocação da produção e de trabalho, as cooperativas são atualmente apreciadas em todos os quadrantes do mundo. As cooperativas têm demonstrado ser, efetivamente, formas construtivas de proteção, defesa ou reação, capaz de multiplicar sua ação através dos esforços em coalizão de pessoas, sendo eficazes instrumentos contra a intermediação supérflua, os monopólios e outras manifestações de caráter especulativo e aptas para preservar a solidariedade, igualdade, justiça, equidade e liberdade. Assim sendo, este artigo abrange contribuições que cientistas e historiadores emprestam à literatura principalmente internacional sobre o cooperativismo.

**Palavras-chave:** Associação; Cooperativismo; Histórico; Igualdade.

### **ABSTRACT**

The purpose of this article was to describe the historical construction cooperativism that occupies a prominent place in the present time. In their character as socio-economic entities, which satisfy diverse needs of their associates through distribution services, production placement and work, cooperatives are currently appreciated in all quarters of the world. Cooperatives have proved to be constructive forms of protection, defense or reaction, capable of multiplying their action through the coalition of people, and are effective instruments against superfluous intermediation, monopolies and other manifestations of a speculative character and capable of preserving solidarity, equality, justice, equity and freedom. Thus, this article covers contributions that scientists and historians lend to the mainly international literature on cooperativism.

**Keywords:** Association; Cooperativism; History; Equality.

---

\* Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: eduardo.castilha@unila.edu.br.



## 1. Introdução

Na atualidade as pessoas em praticamente todos os países têm se beneficiado com as cooperativas. Elas se beneficiaram sob todos os tipos de governos, em todos os tipos de economia e dentro de todas as divisões (sexo, raça, religião e cultura) que caracterizam a condição humana. Na verdade, existem poucos limites ao que as pessoas podem realizar quando trabalham juntas para benefício mútuo. As realizações passadas do Movimento Cooperativo Internacional demonstram esta verdade simples.

Diversas sociedades formaram as primeiras tradições cooperativas contínuas e organizadas na Europa, durante os tumultuosos anos de 1840 quando a mudança industrial e urbana estava transformando radicalmente a maneira como muitos viviam. Nas cidades industriais, as pessoas estavam confrontando uma transferência social em favelas que criou condições de vida nunca vivenciada pelas gerações anteriores. Trabalhadores foram alienados de seu trabalho, a vida familiar foi despedaçada e os requisitos básicos de sobrevivência – comida, habitação, emprego – estavam em risco constante. No início, somente poucas pessoas conseguiram ver como as cooperativas poderiam melhorar condições tão deploráveis; antes do final do século, centenas de milhares haviam percebido as possibilidades.

A cooperação em sentido amplo, surgiu na sua forma mais elementar no preciso momento em que o homem ao compreender a precariedade de suas ações isoladas e distintas entre si e na busca por elementos indispensáveis à satisfação de suas necessidades procurou a colaboração de um semelhante para, juntos, enfrentarem as dificuldades, empregando métodos diversos e desconhecidos para realizarem, dessa forma, o benefício comum.

A história do Movimento Cooperativo é também a História da Cooperação, porquanto, naturalmente, a ideia precedeu ao movimento em muitos milhares de anos. Os incrédulos nunca se convenciam da verdade desta afirmação, porém atualmente se pode afirmar, com certeza, de que a ideia da cooperação e do próprio cooperativismo não apenas é tão antiga como a humanidade, senão quicá mais antiga ainda. Assim, reportando-se aos primeiros aglomerados humanos, encontrar-se-ão, no período do próprio “nomadismo”, nuances mais ou menos imprecisas, mas bastante indicadoras da cooperação pela ajuda mútua que se prestava no pastoreio e o auxílio recíproco, bem como no cultivo das primeiras lavouras. Portanto, pode-se afirmar que a história do cooperativismo é a própria história da humanidade.

## 2. O Cooperativismo na História: Idade Antiga

Na Grécia de beleza imperecível, este sentimento de mútuo auxílio agrupa a todos aqueles que, presas das agruras do cotidiano, premidos pelas contingências



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

da luta pela manutenção material, aspiravam a um melhor padrão de vida, com uma parcela maior de bem-estar e um lugar justo e condigno ao sol.

Na Grécia Antiga (LUZ FILHO, 1960, p. 23), quase todas as pessoas das classes média e baixa faziam parte de associações de cunho cooperativo. É de se ressaltar, que das associações denominadas “Orglonas” e “Tiasas”, que se formavam para garantir aos seus membros enterros e sepulturas decentes, nasceram as associações com fins profissionais e econômicos. Nelas figuravam cidadãos livres, escravos e até estrangeiros. A parte executiva da administração cabia a um indivíduo denominado “arquimista”. Esta, talvez, seja uma das primeiras experiências de cunho cooperativo que a história do homem registra.

#### 2.1 Idade Média

No decurso desse período da história que se define por Idade Média (Séculos V a XV), se evidenciaram, nos ambientes rurais e nos urbanos da Europa, bem como entre as civilizações autóctones das Américas, atividades e sistemas de organização que possuíam diversos caracteres cooperativistas.

Na Idade Média estabeleceram-se aldeias e populações nos principais pontos de entroncamento das rotas comerciais e de comunicação. Essas populações foram crescendo em conseqüência do resultado de posturas radicais ocorridas tanto no campo social como no econômico. Internamente, estas comunas, cerradas de um modo geral dentro das muralhas fortificadas, foram gradualmente ganhando uma conotação de caráter urbano, convertendo-se em excelentes centros de cultura, das artes e da criação em geral. São, portanto, inúmeros os exemplos de cooperação neste período.

Em regiões correspondentes à França, Itália ou Suíça, sobretudo na Região dos Alpes, e também na Inglaterra, os camponeses se agrupavam para realizar coletivamente a transformação e algumas vezes a venda da produção leiteira. Particularmente na França, são constituídas no Século XII ou XIII as “Frutiéres”, que conservam esta mesma denominação até a presente data, pela constituição de queijarias cooperativas; nas Regiões de Jura e de Sabóia, a fabricação em comum de queijos se impõe por motivos técnicos, pois os queijos do tipo Gruyère, ali elaborados, possuem enormes dimensões e necessitam da produção leiteira de um considerável número de propriedades pequenas.

Os queijos produzidos são divididos entre os camponeses na proporção do número de seus animais e é distribuído em igual proporção o dinheiro proveniente da venda dos produtos que excedem às necessidades do consumo destes mesmos camponeses. O exemplo mais célebre é o da “Lês Frutiére du Jura”. Também nas primitivas granjas dinamarquesas e nas comunas suecas são aplicadas as mesmas práticas tradicionais encontradas nas regiões francesas.

Entre os povos eslavos encontram-se interessantes formas de comunidades agrárias, tais como a “Zadruga” sérvia e o “Mir” russo, podendo ainda citar como



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

exemplo mais concreto o “Artel”, também russo, cujas características em muito se aproximam das modernas cooperativas de trabalho.

A “Zadruga” é o nome com que se designa a grande família sérvia, ou seja, a agrupação igualitária que elege seu chefe e explora um patrimônio em comum (atualmente na Ex-Iugoslávia as cooperativas recebem a denominação de “Zadrugas”). O “Mir” russo é uma comunidade de camponeses que habitavam as terras pertencentes a um senhor feudal e pagavam um tributo coletivo ao Estado pelo uso frutífero desta área. Atualmente, com o aparecimento da Federação Russa, a maioria dessas comunidades camponesas ganhou uma relativa autonomia. O Artel, nome dado na Rússia às associações de trabalhadores independentes surgidas, aproximadamente pelos idos do Século XIV, os quais abrangiam principalmente os pescadores, lenhadores, bem como outros trabalhadores, que elegia seu próprio chefe, contrata coletivamente a realização de diversas tarefas, bem como organizava em comum tanto o trabalho quanto à distribuição dos ingressos obtidos.

As populações vão crescendo e o ritmo das novas condições socioeconômicas se concentra cada vez mais nas cidades, onde a classe média, representada pelos artesãos e comerciantes, passa a se organizar em “Gildas” ou “Corporaciones”, que se constituem em instituições com certos traços de semelhança de que se revestem atualmente os sindicatos e cooperativas.

As “Gildas” ou “Corporaciones” possuíam um espírito marcadamente protecionista, bem como defendiam seus membros tanto da concorrência externa quanto de seus colegas. Para tanto, fechavam o mercado urbano impedindo a entrada de produtos externos e concomitantemente adotavam regulamentações bem minuciosas a respeito das categorias de trabalhadores, dos preços, dos salários, do horário de trabalho, das ferramentas e técnicas de produção, chegando inclusive, estabelecer uma ordem econômica igualitária. As “Guildas” também representavam, perante as autoridades, os respectivos grupos de artesãos e comerciantes, bem como desenvolveram importantes atividades de ajuda mútua entre os membros baseados na irmandade, arbitravam em seus conflitos internos e em alguns casos chegavam a realizar tarefas de venda e compra em comum dos produtos e matérias-primas requeridas.

Sem dúvida alguns tratadistas exageraram ao afirmar que as atuais cooperativas são derivadas destas antigas experiências. Por outro lado, as “Corporaciones” desempenhavam uma função predominantemente de defesa profissional e as cooperativas se diferenciavam destas por exigirem filiação obrigatória, além de compreenderem ampla igualdade quanto aos aspectos políticos e religiosos. Entretanto, tais “Corporaciones” constituíram-se evidentemente numa importante manifestação pré-cooperativa, além de desenvolverem interessantes práticas de autogoverno e de ajuda mútua em matéria econômico-social.

Dessa forma, são também incontestáveis os acontecimentos no meio urbano no mundo que direta ou indiretamente deram origem ao Movimento Cooperativista. Para o estudo aqui desenvolvido, foram destacadas as atividades dos Monastérios



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Cristãos, bem como as experiências hispano-americanas que refletem, adequadamente, um pioneirismo em relação à ação cooperativa.

Alguns dos “Monastérios Cristãos” que floresceram na Idade Média, constituíram, do ponto de vista econômico, um tipo particular de cooperativas integrais ou comunidades auto-suficientes, tanto no que concerne às atividades de produção como nas de consumo. Estas comunidades religiosas se mantinham em virtude do trabalho de seus membros tanto no setor primário como nas oficinas. Os Monastérios que tinham assumido uma importância econômica, com suas riquezas constantemente aumentadas, acabaram por produzir conflitos de interesse entre seus membros, derivados do costume de relacionar classes de prestígio com as atribuições entre os irmãos. Com isso, ao final da Idade Média, não obstante toda sua incontestável importância como agente cultural e colonizador do desenvolvimento na Europa, os Monastérios foram cada vez mais se convertendo em uma instituição com tamanhas desigualdades e disputas de ambições materiais, que sem sombra de dúvida nela dizimam-se gradualmente todos os vestígios do cooperativismo, que inicialmente pudessem ter existido.

## 2.2 Na Idade Moderna

No período compreendido entre os Séculos XVI e XVII, particularmente revelam-se na Europa as obras de uma série de filósofos e economistas que procuram remediar os graves males das organizações sócio-econômicas da época. Seus pequenos romances e outros escritos de cunho social descrevem minuciosamente novos tipos de comunidade, melhor organizadas, bem como proponham originais conceitos sobre governo, propriedade privada, trabalho, família e educação. Dentre essas obras destacam-se “A República” de Platão (428-347 a. C.), “Utopia” de Thomas Moro (1478-1535), “A Cidade do Sol” de Tommaso Campanella (1568-1639), “A Nova Atlântida” de Francis Bacon (1561-1626) além do “Novo Testamento”.

As idéias desses filósofos, muitas vezes singulares ou estranhas, porém sempre inspiradas na nobre ambição de obter um melhoramento das condições gerais de vida humana, e que também de alguma maneira influenciaram, na Idade moderna dois significativos movimentos da História Universal: “as Colônias Religiosas” e as “Missões Jesuíticas”. Colônias de Cunho Religioso - Tanto as inquietudes espirituais quanto a intolerância e as perseguições religiosas da época estimularam alguns grupos religiosos a organizar colônias com economia coletiva em diversas regiões dos continentes europeu e americano, as quais deram início a movimentos religiosos com conotações cooperativistas.

Essas colônias constituíram-se principalmente entre os Séculos XVII e XVIII, sendo que também são encontradas manifestações deste quilate anterior e posteriormente a esse período. Assim, valem, neste estudo, as seguintes colônias:



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

- De “Amaná”, estabelecida inicialmente na Província Alemã de Hesse (1714) e posteriormente em Bufallo (1843) e em Iowa (1855) nos Estados Unidos da América; de “Ephrata”, fundada pelos “Dunkers” em território alemão (1734); - dos “Anabaptistas”, fundadas na Bohemia (1529) e a dos “Huterianos” estabelecida na Moravia (1526), que emigraram séculos depois para a Região de Dakota do Sul (1871) nos Estados Unidos da América;
- Dos “Mother Ann Lee”, dos “Shakers” ingleses (1776);
- Dos “Rappitas”, que se agrupavam em território alemão (1787) e posteriormente na Região de Indiana, nos Estados Unidos da América, onde fundaram a Colônia “New Harmony” (1805); e
- E por último da seita russa dos “Dujobors” ou “Ducobors” que imigraram para os Estados Unidos da América e Canadá.

As colônias aqui mencionadas chegaram a constituir o número aproximado de duzentas e cinquenta a trezentas aldeias coletivas, porém, várias destas conseguiram manter-se por algumas gerações até declinarem. Apenas um reduzido número ainda perdura atualmente. Suas realizações geralmente foram limitadas a pequenos núcleos sem exercerem uma imediata importância, porém tiveram indubitavelmente influência sobre o ideário de Owen, Fourier, e outros precursores do cooperativismo moderno, que intentaram durante o Século XIX também a organização de colônias cujo caráter era social e não religioso.

Ao contrário do movimento anterior, as Missões Jesuíticas, são abundantemente exploradas pela literatura, por essa razão não se pode deixar de mencioná-la, e com destaque, num estudo como este. Elas se desenvolveram na América Latina durante os Séculos XVII e XVIII (até a expulsão dos jesuítas, decretada por Carlos III em 22 de março de 1767), numa área de quase meio milhão de quilômetros quadrados, o qual abrangia parte do Uruguai, do Brasil, da Argentina e do Paraguai, habitada pelos “Povos Guaranis”, onde os jesuítas empreenderam o que hoje se conhece por “República dos Guaranis”.

Estas terras eram indivisíveis. O gado comum. Em cada Missão, a propriedade coletiva do solo e dos animais de criação possibilitou a reserva de campos e pastagens para bois, ovelhas e cavalos e para a policultura (pomares, hortas, parreiras, plantações de erva-mate, de fumo, de trigo, de arroz, de cana-de-açúcar, de algodão e de espécies aromáticas para a produção de perfumes). Além da agricultura e da pecuária, florescia também o artesanato. Fabricavam-se tecidos e móveis, montavam-se e produziam-se relógios e carrilhões, trabalhavam-se imagens de santos, construíram-se igrejas, fundiam-se e forjavam-se metais, movimentavam-se prelos, fazia-se vinho.

Em casa, as mulheres fiavam e teciam lã e algodão, enquanto os homens partiam em bandos, entoando canções, para a faina nos campos, que não excedia seis horas a jornada de trabalho, com duas de intervalo para o almoço e a sesta. O



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

dinheiro não intervinha nas transações internas, nem em pagamento de serviços prestados à comunidade. Cada chefe de família recebia víveres e artigos de acordo com as necessidades de todo o grupo familiar. Inevitavelmente, o tempo e o lugar fizeram com que esta “República Modelo” contrariasse as ambições dos colonos espanhóis e se visse envolvida nas disputas na América entre Portugal e Espanha. Nascidas, ostensivamente, para implantar as reiteradas declarações reais em favor da liberdade do gentio, as missões deviam servir também de anteparo à expansão territorial dos portugueses vindos do Brasil (paulistas e mamelucos).

Os ideólogos da “República Cooperativa dos Guaranis” foram dois padres jesuítas de origem italiana de nome José Cataldino e Simon Mazeta, que fundaram a primeira “Redução”, a qual denominaram de Nossa Senhora de Loreto, nos primeiros dias de julho de 1610. Assim, através de transplante ideológico (Ato dos Apóstolos, Utopia, Cidade do Sol), os padres jesuítas promoveram esta experiência comunitária e de colonização com características muito específicas, resultado também da combinação entre a direção teocrática dos sacerdotes com diversos caracteres igualitários dos nativos, tais como: “Abambaé” (propriedade privada) e o “Tupambaé” (propriedade coletiva), além da preocupação com a elevação espiritual e material das populações autóctones.

Não se pode classificar a “República Guarani” como uma tentativa artificial e frágil dos idealistas religiosos e leigos. Embora todo este promissor surto de autêntico desenvolvimento integral fosse bruscamente sustado da face da vida harmoniosa e próspera, não por causa dos obstáculos internos. A “República Guarani” sucumbiu devido à ganância dos interesses das forças dominantes nas metrópoles europeias (Espanha e Portugal), bem como devido à pressão e à hostilidade do mundo colonial coligado contra ela. Com efeito, pelo Tratado de Madrid (13 de janeiro de 1750), as Cortes de Espanha e Portugal simplesmente decretaram que os índios deveriam evacuar suas reduções.

Parece que um dos principais motivos do verdadeiro complô pactuado pelos poderosos da época contra essa exitosa experiência foi o equívoco estratégico de terem iniciado a exportação de seus excedentes gerados, mormente couro, sebo, e erva-mate e outros produtos muito procurados pelo comércio europeu. Tais exportações, resultado do trabalho comunitário – cooperativo, (mormente do setor das estâncias e vacarias totalmente socializadas), bem como do “Tupambaé”, se processava via Rio da Prata normalmente e aguçou a atenção dos donos do comércio internacional e dos incipientes capitalistas da época, já que essa riqueza estava sendo gerada por índios tidos até então como indolentes e incapazes, um novo sistema de produção, o qual punha em “cheque” os valores capitalistas, (propriedade individual dos meios de produção, jogo da livre iniciativa e concorrência, o lucro como motor essencial da economia e a divisão de classes entre os donos do capital e do trabalho).

Tal não podia continuar de jeito nenhum. Por isso, decretaram a sua destruição, cabia dismantelar esta nova forma de produção e de vida antes que



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

fosse tarde, porquanto o sistema vigente no mundo dominante estava sendo posto em xeque. Por outro lado, o desmantelamento das Reduções deu-se com extremos de crueldade e de injustiça. Restam hoje, apenas, ruínas da inédita civilização cooperativa, cujas raízes ainda podem medrar.

Contudo, inquestionavelmente, as Reduções Jesuíticas foram um marcante exemplo de vida comunitária associada que pode servir, em muitos aspectos, como uma nova alternativa tanto para o cooperativismo como para a sociedade em geral.

### 3. Precusores do Cooperativismo no Mundo

As atuais doutrinas socioeconômicas encontram-se duplamente interligadas: por sua origem e por seus objetivos. Inicialmente por suas origens como ramos de um mesmo tronco e, em segundo lugar, pela semelhança de seus objetivos, já que tentam impulsionar um movimento de translação de uma economia predominantemente de lucro para uma economia predominantemente de serviço.

O movimento de translação hoje é uma necessidade humana fundamental já reconhecida, porém já em vias de satisfação, ao levar em consideração o mais vasto de todos os movimentos populares, qual seja: o “setor cooperativo”, por suas legítimas aspirações, pelo número e universalidade dos elementos que agrupa, bem como por sua extensão em termos geográficos. Nesta conjuntura, a cooperação afirma-se, simultaneamente, como uma doutrina social e como um sistema de atividades econômicas. Assim, este movimento dispõe de um conjunto de princípios, regras e comportamentos, a mercê dos quais o homem pode ascender no plano social, político-cultural e econômico.

As ideias cooperativas, tateantes e inseguras no último terço do Século XVIII e início do Século XIX se corporificam como doutrina e se introduziram como fonte de comportamento socioeconômico nas relações humanas associadas a partir da materialização da Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale (21 de dezembro de 1844).

A cooperação moderna, especialmente a cooperação industrial e a sociedade pelo estabelecimento em regime baseado em associações da caráter econômico a bem dos interesses comuns têm por fundamento Doutrinal os “Utopistas” que, depois da segunda metade do Século XV até meados do Século XVII, escreveram alguns romances sociais. Nestes, encontra-se a descrição de futuras sociedades constituídas de maneira racional, e isentas dos defeitos da atual. Neste estilo encontram-se: “Utopia”, de Thomas Moro (1448-1535); “A Cidade do Sol”, de Tommaso Campanella (1568-1639); “A República” de Platão (428-347 a. C.) e a “Nova Atlântida”, de Francis Bacon (1561-1626).

Essas utopias podem ser consideradas, sob certos pontos de vista, como os “pródromos” das concepções cooperativas que se encontram nos pensadores da época moderna, surgidos tanto na Inglaterra como na França, países pioneiros do progresso intelectual e do desenvolvimento industrial da época moderna.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Nas obras desses utopistas, encontram-se novos tipos de comunidades melhor organizadas e com conceitos originais acerca de governo, de propriedade privada, de trabalho, de família e de educação. Estas idéias, sempre inspiradas na altruística ambição de obter um melhoramento das condições gerais de vida, vieram posteriormente sensibilizar sobremaneira as idéias do Conde de Saint-Simon (1760-1825); Robert Owen (1771-1858); Charles Fourier (1772-1837); Philippe Buchez (1796-1865), e muitos outros precursores do Ideário Cooperativista.

#### 3.1 Robert Owen (1771-1858)

Considerado o “Pai do Cooperativismo Inglês” como também “Pai do Cooperativismo Moderno”. Alguns dos epítetos a ele atribuídos mostram certas características de suas ideias: “Filantropo Louco”, “Industrial Revolucionário” e “Revolucionário Perigoso”.

Uma larga vida, pródiga tanto em ideias como em realizações práticas foi a desse britânico, filho de modesto artesão de Gales, que se iniciou como aprendiz de indústria, porém rapidamente escalou posições até converter-se em um forte industrial têxtil. Suas preocupações sociais o induziram a levar a cabo uma obra ampla e multifacetária.

Através dela, Owen adiantou-se indubitavelmente na sua época, marcando novos rumos sociais, econômicos, políticos, trabalhistas e educacionais. Por esta razão é importante mostrar aqui, a obra desse filósofo destacando-se os seguintes aspectos de sua atuação.

Em sua indústria têxtil, localizada em New Lanark (Escócia), Owen colocou em prática uma série de medidas com o objetivo de beneficiar os trabalhadores, bem como aliviar as condições de trabalho pelas quais os mesmos eram subjugados naqueles primeiros anos da Revolução Industrial. Buscava assim o melhoramento das condições de trabalho e sugeriu uma legislação trabalhista. Especificamente dentre suas inovações cabe citar:

- Redução da jornada de trabalho;
- Deixou de empregar menores de dez anos;
- Criação de escolas gratuitas para crianças;
- Abolição do sistema de multas aos operários;
- Concessão de habitações condignas;
- Organização de refeitórios coletivos para os empregados; e
- Organização de caixas de poupança.

Além dessas experiências desenvolvidas em sua indústria, Owen também tentou influenciar alguns industriais de sua época, para que os mesmos aplicassem medidas semelhantes, a partir de seus experimentos. Utilizava como argumento o êxito econômico advindo de suas inovações. Por tudo isso, é por muitos considerado um dos iniciadores das obras sociais de inspiração patronal (paternalista), dos sistemas de proteção social e da legislação trabalhista.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Profundamente impressionado com as consequências da crise econômica de 1815, e, por outro lado, convencido de que a associação de diversos núcleos de pessoas em colônias autossuficientes, haveria de proporcionar uma solução aos problemas, fez com que Robert Owen investisse grande soma de sua fortuna na organização de Colônias Autônomas em que adotou as seguintes posturas:

- Em 1813, converteu sua indústria “New Lanark Twist Co” em um tipo de empresa comunitária, cujo capital investido só receberia cinco (5%) por cento de interesse por ano, enquanto o restante passaria a fundo de reservas com o objetivo de ser aplicado em favor dos trabalhadores e do público em geral; na década seguinte, no estado norte-americano de Indiana, estabeleceu-se uma colônia denominada “New Harmony” que foi a primeira comuna agrícola moderna, baseada puramente nos princípios socialistas. Embora tendo vida efêmera (somente dois anos), esta experiência influenciou no aparecimento de outras organizações similares no México, na Inglaterra e na Irlanda. Esta não foi muito bem sucedida devido à heterogeneidade de seus participantes;
- Preconizava a propriedade coletiva dos bens como remuneração de acordo com as necessidades de cada um, bem como a absoluta igualdade de seus componentes, para que desaparecesse a hierarquia entre governantes e governados;
- Em relação ao setor educacional, que para ele tinha por objetivo o desenvolvimento físico e a formação moral dos menores;
- Owen afirmava que: “a educação seria a pedra filosófica que poderia transformar o comportamento existencial da sociedade e criar uma estirpe nacional de cidadãos”.
- Assim sendo, criou escolas elementares ou fundamentais para os menores de catorze (14) anos e escolas politécnicas para os que estavam acima desta idade; e
- Admitia que as comunidades integrais podiam especializar-se na produção agrícola ou industrial com o objetivo de, em médio prazo, intercambiar os artigos pelas mesmas.

Decidido então a atuar dentro do meio sócio-econômico existente, Robert Owen dedicou-se também à organização de estabelecimentos para o intercâmbio do trabalho, ao conceber em Londres uma nova instituição, a qual denominou “National Equitable Labour Exchanges” (Armazéns de Troca ou Bolsa de Intercâmbio de Trabalho), com o objetivo de alcançar a supressão da ganância do lucro e atenuar a concorrência e afirmava que o “preço de custo” determinado pelo trabalho constituiu-se no “justo preço”. Em sua Bolsa de Intercâmbio do Trabalho, os associados entregavam seus produtos e em contrapartida recebiam “Bônus de Trabalho” ou “Senhas de Trabalho” correspondentes, em valor, ao número de horas despendidas



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

na produção do bem. Mediante estas senhas, os associados podiam adquirir outros produtos que haviam demandado trabalho equivalente.

Esta instituição foi efêmera, cujo período se deu de 1832 a 1834. Os associados (provavelmente artesãos, pois são os assalariados não donos do produto de seu trabalho e não podem para tanto vendê-los) sabiam supervalorizar o trabalho empregado na elaboração de seus próprios produtos.

Assim, muitos sócios aportavam objetos retiravam produtos de qualidade, os quais, imediatamente, eram vendidos fora da instituição. Vários associados ao receberem suas “Senhas de Trabalho” transferíveis em pagamento de suas próprias mercadorias adquiriram, mediante estes “Bônus”, os melhores produtos armazenados na “Bolsa de Intercâmbio do Trabalho”, negando-se por outro lado a receber outros “Bônus”. Com o passar do tempo este “Armazém de Trocas” estava abarrotado.

Outra contribuição que Robert Owen não conseguiu levar a cabo, foi a “Association of All Classes of Nations” (Associação de todas as Classes de todas as Nações), que fundou em Londres, em 1835, para a propagação de suas ideias. Essa associação foi constituída somente entre ingleses e compreendia uma seção para negócios internos e outra para negócios externos, com uma instituição central que possuísse filiais em todas as partes do mundo. Tratava-se pois de uma organização com caráter internacional. Robert Owen empreendeu uma viagem pela Europa continental à procura de aderentes para suas ideias, porém não foi muito feliz, porquanto nessa época inexistia um clima propício para tal. Para tanto, chegou a se avistar com ilustres personagens em alguns países visitados (França, Áustria e Alemanha), dentre os quais podemos destacar o Príncipe Meternich e Alexander von Humbold.

Esta associação propunha-se a fomentar a realização de reformas pacíficas pela criação de novas organizações comunitárias, e particularmente na promoção de um sistema de propriedades comunais que permitisse a formação de novos capitais, sem lesionar o direito de propriedade já existente. No dizer de alguns estudiosos, este organismo internacional é considerado como o mais direto ancestral da atual “Aliança Cooperativa Internacional”, bem como de algumas outras organizações internacionais.

Consequentemente Robert Owen exerceu uma influência muito marcante sobre o cooperativismo, pois contribuiu para a consagração de algumas de suas normas fundamentais, além de ter dado vida a numerosas entidades que, por diversas razões, não foram efêmeras, porém estas devem ser consideradas como precursoras das atuais organizações cooperativas, bem como de ter inspirado a ação de muitos dos realizadores do cooperativismo moderno.

Dentre os mais destacados seguidores de Robert Owen, devem ser lembrados em primeiro lugar os “Pioneiros de Rochdale” que, em 1824, fundaram a não menos famosa “Equitables Pioneers of Rochdale”. Além desses, mais os seguintes: William Thompson, que em 1824 publica a sua obra “Inquiry into the



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Principles of Distribution of Wealth”; John Francis Bray, 1839, com a publicação “Labour’s Wrongs and Labour’s Remedy or the Age of Might and the Age of Right”; Charles Southwell, que em 1840 publica “Socialism made Easy”; John Lowther Murphy, que, em 1840, publicou, na cidade de Birmingham, “Elements of Socialism”; e James Napier Baily, em 1840 em Leeds, com a publicação “Objets, Pleasure and Advantages of the Science of Society”.

Da mesma forma, também vale ressaltar que o valor da comunidade preconizada por Owen sobressaiu-se em New Lanark ainda capitalista, para evoluir em Orbiston, Queenwood e Ralahire. A partir de 1824, os “owenistas” se destacaram em diversas outras localidades da América do Norte, como em Wanborough (Illinois); Blue Spring (Indiana); Kendal (Ohio); Yellow Spring (Ohio); Valley Forge (Pennsylvania) e Neshoba (Tennessee).

Edward T. Graig (1804-1894) - Discípulo de Robert Owen, seu nome se vincula especialmente quando em 1830 é organizada a Colônia Integral de Ralahine, situada no Condado de Clare, na Irlanda. Para a sua efetivação Graig contou com o apoio de Vandeleur, rico proprietário da localidade e que também era partidário das idéias Owenistas. Nessa colônia, os trabalhadores associados pagavam uma taxa de arrendamento ao proprietário do terreno e um interesse pelo capital alheio posto à disposição da comunidade. O trabalho era realizado em comum, e os salários eram os correntes na comunidade, porém não se pagava em espécie e sim por “bônus” que podiam ser trocados por artigos nas lojas da colônia.

Uma vez resgatado (pago) o valor do terreno e dos bens recebidos, projetava-se substituir o salário pela participação nos benefícios comuns. Esta experiência experimentou notável êxito e trouxe prosperidade para uma zona açoitada anteriormente pela pobreza e criminalidade, porém fatores adversos e alheios à organização obrigaram-na a dissolver-se em 1833, motivada principalmente porque Vandeleur perdia toda sua fortuna no jogo, tendo então de ser vendida a propriedade e dissolvida a comunidade.

William Thompson (1785-1833), de origem irlandesa, expôs em 1824 suas ideias em livros intitulados “Estudo sobre os Princípios de Distribuição da Riqueza mais apropriada à Felicidade Humana”, e um outro em 1827 intitulado “Recomendações sobre a concordância entre o capital e o trabalho”, por fim em 1830 lança a sua terceira obra e que tinha por título “Indicações Práticas para o Rápido e Econômico Estabelecimento de Comunidades”.

Este precursor chegou muito cedo a interessantes conclusões sobre temas econômicos e sociais, bem como sofreu influência de Robert Owen e de Jermy Bentham, Como estes não aconselhavam a expropriação das riquezas existentes, salvo a organização de novas formas de empresas, nas quais os homens poderiam trabalhar em seu próprio benefício, além de poderem desfrutar integralmente do produto de seu suor.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

### 3.2 Michel Derrion (1802-1850)

Discípulo de Saint-Simon, de Charles Fourier e de William King, proclamou a força do consumidor como única alternativa de os trabalhadores empreenderem reformas significativas. Em 1835, secundado por Joseph Reynier, fundou em Lyon (França) uma organização de abastecimento conhecida por “Lê Commerce Véridique et Social”, inspirada nas normas de seu Mestre Charles Fourier, ancestral das Cooperativas de Consumo na França. Nestas, as mercadorias eram vendidas a preço fixo e à vista, além de exercer uma constante atenção quanto à qualidade dos produtos. Os benefícios proporcionados pela empresa eram divididos em quatro partes, a saber:

- Entre os consumidores, proporcionalmente ao volume de compras realizadas pelos mesmos;
- Entre os aportadores de capital;
- Entre as obras de bem comum; e
- Entre os empregados e trabalhadores do empreendimento.

Derrion aplicou, pois, o Princípio Cooperativo da distribuição dos excedentes aos associados na proporção de suas operações. Longe de fixar um interesse limitado ao capital, preferiu sustentar como Fourier a tese da retribuição do capital mediante uma proporção dos benefícios da empresa. Também era partidário do sistema da porta aberta (Princípio da Adesão Livre), princípio que até hoje é adotado, além do da participação dos associados consumidores na direção e controle da entidade comum. Este também é hoje um dos Princípios adotados e conhecidos por Gestão Democrática.

O empreendimento idealizado por Michel Derrion chegou a contar com várias sucursais, porém ao cabo do terceiro ano de seu funcionamento foi vítima de ataques dos comerciantes locais, bem como caiu em descrédito junto às autoridades que em 1838 declararam seu negócio ilícito e de finalidades obscuras, ordenando sumariamente seu fechamento.

Logo após ter cerrado suas atividades em Lyon, Michel Derrion tentou uma expedição com cerca de duzentas (200) famílias, que tinham por objetivo fundar uma colônia fourierista no Brasil, porém fracassou além de ter perdido a vida e a sua fortuna.

## 4. Conclusão

A proposta deste artigo foi baseada na ideia de oferecer uma contribuição à história do cooperativismo e sua construção teórica ao longo do tempo.

No decorrer de sua história, o Movimento Cooperativo tem mudado constantemente; ele mudará continuamente no futuro. Subjacente às mudanças, no entanto, está um respeito fundamental por todos os seres humanos e uma crença em sua capacidade de se desenvolverem econômica e socialmente com a auto-



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

ajuda mútua. E mais: o Movimento Cooperativo acredita que procedimentos democráticos aplicados a atividades econômicas são possíveis, desejáveis e eficientes.

As Cooperativas surgiram, inicialmente, como instituições legais distintas na Europa durante o Século XIX, as quais obtiveram seus primeiros sucessos permanentes durante os difíceis anos de 1840. Sendo que estas cresceram dentro de cinco tradições distintas: as cooperativas de consumo, cujo início tem sido popularmente associado aos Pioneiros de Rochdale; as cooperativas de trabalho, que tiveram sua maior força inicial na França; as cooperativas de crédito, que surgiram em sua maior parte na Alemanha; as cooperativas agrícolas, que tiveram suas raízes na Dinamarca e na Alemanha; e as cooperativas de serviços, como as cooperativas de habitação e saúde, que surgiram em várias partes da Europa industrial no final do século.

Cumulativamente, os Princípios Cooperativos são o sangue que dá vida ao Movimento. Derivados dos valores que têm inspirado o Movimento desde o seu início, eles moldam as estruturas e determinam as atitudes que fornecem as perspectivas distintas do Movimento. São as normas pelas quais cooperativas esforçam-se para desenvolver suas organizações cooperativas. Consequentemente, são elásticos, aplicáveis com diferentes graus de detalhe e diferentes tipos de cooperativas em diferentes situações. Acima de tudo, requerem que as cooperativas tomem decisões. Os Princípios são as qualidades essenciais que tornam os cooperativistas eficazes, as cooperativas distintas e o Movimento Cooperativo valioso.

O Movimento Cooperativo tem, há muito tempo, um compromisso especial e real para com a educação. O Princípio da Educação, Formação e Informação, formulado em 1995, reza que as cooperativas devem proporcionar educação e formação para seus membros, representantes eleitos, gerentes e empregados para que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas.

## REFERÊNCIAS

AGUDO, J. Dias. **Cooperação e Cooperadores**. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

BARROS, Afonso de. **Doutrina Cooperativa e Princípios Cooperativos**. Oeiras Centro de Estudos de Economia Agrária, 1980.

DUQUE, J. F.. Principios Cooperativos y experiencia cooperativa. In: **Anuário de Estudios Cooperativos**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1987. p. 89 –118.

GROMOSLAV, Mladenatz. **História das Doutrinas Cooperativas**. Brasília: CONFEBRAS, 2003.



REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



página 142

*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

HARROSON, J. F. C.. **Robert Owen and the Oweniste in Britain and América London**: Routledge and Kegan Paul, 1965.

LEITE, João Salazar. **Cooperação e intercooperação** . Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

LUZ FILHO. Fábio. **Cooperativas Escolares**. 5. ed. aum. atual. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1960.

MATEO BLANCO, Joaquín. **Historia de la reforma de los Principios Cooperativos**. In: REVESCO. Madrid: REVESCO, 1985. n. 53.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 15/01/2019



## **MUTIRÃO COMO FORMA DE COOPERAÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS DA POPULAÇÃO POBRE**

## **JOINT EFFORT AS A FORM OF COOPERATION: AN ALTERNATIVE FOR CONSTRUCTION OF HOUSES OF THE POOR POPULATION**

Fernanda Sobral Rocha\*

### **RESUMO**

Este artigo é uma reflexão de uma parte da pesquisa para elaboração da dissertação de Mestrado relacionado a políticas habitacionais em Foz do Iguaçu/PR e o programa habitacional voltado à população de baixa renda, a respeito das consequências de realocações promovidas pelo programa a partir da percepção das mulheres chefe de família. Ainda que breve, a pesquisa desenvolveu uma reflexão das situações ocorridas no bairro Cidade Nova II. Este estudo busca, como ponto de referência, definições e concepções sobre a pobreza para refletir sua própria construção histórica e as demandas da população vulnerável. O objetivo principal é a contribuição para um conhecimento e uma compreensão mais aprofundada sobre a pobreza nas cidades em que a própria população urbana pobre busca alternativas para a construção da casa própria, por exemplo, o regime de mutirão, modalidade esta de cooperação a partir de um pensamento de solidariedade e ajuda mútua.

**Palavras-chave:** Pobreza; Moradia; Mutirão; Cooperação.

### **ABSTRACT**

This article is a reflection of a part of the research to elaborate the Master dissertation related to housing policies in Foz do Iguaçu/PR and the housing program aimed at the low income population, regarding the consequences of reallocation promoted by the program from the perception of female heads of household. Although brief, the research developed a reflection of the situations occurred in the Cidade Nova II neighborhood. This study seeks, as a point of reference, definitions and conceptions about poverty to reflect its own historical construction and the demands of the vulnerable population. The main objective is to contribute to a deeper knowledge and understanding of poverty in cities where the poor urban population itself is looking for alternatives for the construction of a house of its own, for example, the joint effort regime, a form of cooperation based on a thought.

**Keywords:** Poverty; Home; Joint effort; Cooperation.

---

\* Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: [fernanda.rocha@unila.edu.br](mailto:fernanda.rocha@unila.edu.br).



## 1. Introdução

Este estudo trata-se de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre o bairro Cidade Nova II, localizado em Foz do Iguaçu – PR, pelo mestrado do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, da Universidade Federal da Integração Latino-americana.

O tema “pobreza” acompanha nossas investigações desde o início, é o ponto de partida para entender a dinâmica do mutirão e o ponto chave ao debate atual sobre a problemática da população mais vulnerável da periferia.

Desta forma, a discussão sobre o sentido do mutirão não pode ser iniciado sem breves referências de alguns autores sobre a pobreza. Dos diversos conceitos de pobreza que podem ser retirados da literatura, alguns autores definem-na com um olhar de reconhecimento e uma reflexão mais profunda do que é ser pobre.

Além disso, o mutirão foi à diretriz de atuação da população pobre para construção de moradia no bairro Cidade Nova II, pois o programa habitacional de baixa renda promovido pelo FOZHABITA<sup>1</sup> contemplou as famílias apenas com o terreno, deixando a cargo da construção da casa ao próprio morador. Porém, com a falta de renda, os moradores foram obrigados a construir as casas sem planejamento.

Em meio aos esforços da comunidade ao direito à moradia, a cooperação marcou a história do bairro no início de 2001, ou seja, a solidariedade e seus efeitos são uma resposta ao Estado.

Para tanto, este texto contém 3 (três) seções, além desta introdução. A seção 2 (dois) primeiramente traz uma fundamentação teórica dos conceitos e concepções sobre a pobreza; a seção 3 (três) propõe a alternativa de cooperação entre a sociedade através de mutirões para a construção de casas; e por fim a seção 4 (quatro) conclui o esforço da análise.

## 2. Conceitos-chaves para a Discussão

Partimos da premissa de que a pobreza, não existe uma única definição. Uma acepção bem mais ampla e epistemológica, é que a palavra pobreza vem do latim pauper, radicado em paucus (pouco) e pode ser conceituada quem produz pouco.

---

<sup>1</sup> Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu - surgiu em 22 de maio de 2001, por meio da Lei nº 2.389, entidade autárquica do Município de Foz do Iguaçu com personalidade jurídica própria que tem por finalidade de planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos à habitação popular, também executando programas de desfavelamento e outros programas habitacionais voltados à população de baixa renda, observando o planejamento urbano municipal. Disponível em: <http://www.pmf.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3d914b02310bd27610a754ba7a4d56?idMenu=555>. Acesso em 28 de maio de 2018.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Esse significado nos leva a afirmar que a mais simples definição da pobreza é condicionada ao indivíduo em ser pobre, ou seja, “a pobreza e seus sinônimos e correlatos (exclusão, marginalidade, vulnerabilidade, desigualdade, precarização) são uma condição que afeta todos os processos sociais, econômicos e políticos” (CATTANI, 2007, p. 213-214).

Georg Simmel (2002) trabalha a trajetória da assistência aos pobres, tomando como ponto de partida a ética, a moral, caridade e ajuda. A condição de ser assistido é a identidade em ser pobre.

O autor menciona que “o Estado tem o dever de socorrer o pobre, mas este dever não é correlato ao direito do pobre em receber o socorro” (SIMMEL, 2002, p. 33). Apesar do reconhecimento do Estado em ajudar o pobre o autor deixa claro que esse direito não corresponde ao Estado e nem ao pobre, e sim a todo cidadão que paga seus impostos em defesa do interesse social, ou seja, os direitos e obrigações constituem na sociedade um ato moral de quem dá. Significa dizer que, sendo a assistência um direito, o pobre não se submeteria à humilhação e a incapacidade social de receber.

Castel (1998) aborda a precarização do trabalho e suas consequências para os trabalhadores; a pobreza; a exclusão social; e introduz o significado da expressão “inúteis para o mundo”. Esta parcela de “inúteis” seriam os indivíduos desempregados ou empregados de modo precário, ou seja, os trabalhadores que não encontram um lugar na sociedade. Tais ideias podem ser relacionar com o trabalho de Simmel (2002), pois a questão social é um desafio do Estado em criar políticas que vai além da assistência mitigatória, ou seja, o Estado social deve aos trabalhadores direitos e garantias, encontrar alternativas de desenvolvimento para combate da pobreza.

Segundo Castel (1998) as políticas de inserção e de integração, subentendem que o trabalho além de trazer o desenvolvimento pessoal e familiar traz a integração comunitária dos indivíduos, dignifica o homem em sua totalidade e o insere na sociedade. As políticas de inserção estão relacionadas com redução da desigualdade social e as políticas de integração estão relacionadas na introdução de indivíduos ou grupos em contextos sociais maiores. Estas reflexões nos mostram como o Estado tem papel fundamental na erradicação da pobreza e a garantia da seguridade social.

De acordo com Amartya Sen (2000, p. 109), “a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza”. Codes (2008) traz também a ideia de “privação de capacidades” apontada por Sen (2000).

Podemos entender que, a “privação de capacidades” mencionada Sen (2000) e Codes (2008), não são os baixos rendimentos, mas a privação de potencialidades e de liberdade. Significa que “a disponibilidade de um bem, em um dado espaço, não garante que certos grupos de indivíduos tenham capacidade de



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

adquiri-los por meio de mecanismos como a produção própria, a criação de empregos” (CODES, 2008, p. 20)

Uma abordagem mais concreta para entender a pobreza é a multidimensionalidade abordada por Codes (2008). O autor parte do princípio que existem várias dimensões, por exemplo, “saúde, educação, habitação, direitos econômicos e sociais, igualdade entre os sexos, participação econômica e política, liberdades políticas etc” (CODES, 2008, p. 24-25). Significa que a pobreza seria a uma série de ausências multidimensionais.

Tais ausências constroem uma condição geracional de pobreza, ou seja, de populações que permanecem em um ciclo geracional, não é mais apenas o avô, mas o pai, a mãe e o filho todos nessa relação de pobreza. Para estes autores o conceito de pobreza não é apenas a falta de renda, mas pela falta de acesso aos serviços do Estado.

Frente a tal percepção, a perspectiva da pobreza enquanto carência de renda tornou-se parcial. Atualmente, reconhece-se que este é um fenômeno intrinsecamente multidimensional, e os estudos mais recentes tendem a afinar-se com tal perspectiva, buscando enfatizar sua natureza complexa, em que pesam vários fatores. (CODES, 2008, p. 24)

Até este ponto, as teorias de multidimensionalidade e de privação de capacidades são importantes para entender a pobreza como deficiências de capacidades básicas e de direitos sociais que incluem várias dimensões como, por exemplo, educação, saúde, alimentação, trabalho e moradia. Tais ausências geram insatisfação para esta parcela da sociedade pobre, excluída e abandonada.

Além disso, Leguizamón (2007) destaca algumas abordagens para explicar a existência e persistência da pobreza massiva na América Latina. Em uma de suas abordagens “a produção da pobreza como um problema de crescimento demográfico”, discute a teoria neomalthusiana, que defende o controle de natalidade para conter a persistência da pobreza na América Latina, ou seja, a pobreza está associada ao elevado número de filhos e este crescimento desordenado esgotaria os recursos do país.

Outra abordagem que Leguizamón (2007) traz é “as teorizações sobre a produção da pobreza urbana”. O autor vincula a pobreza urbana ao desemprego a partir da migração campo-cidade decorrente da industrialização, somando a carência de moradia e de serviços, conseqüentemente a população migra para favelas e terrenos clandestinos ocasionando a exclusão e a marginalização.

Essas características das populações urbanas pobres, desigual e excludente é produto de má gestão e tais problemas são preocupações da CEPAL<sup>2</sup>. Avançar na redução da pobreza significa diminuir a desigualdade com políticas públicas intensificadas e produtivas e a geração de empregos.

<sup>2</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ou foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

De acordo com Cattani (2007) vários autores discutem a pobreza em todos os sentidos e critica vários deles a partir de alguns conceitos criados sobre a pobreza, isto é, relacionam a pobreza a um problema e criam conceitos e instrumentos de medição para analisar sua natureza e evolução, conforme salientou Barros et al. (2006) a noção de “linha da pobreza”, tomando como ponto de referência o nível de bem-estar a cada uma das dimensões consideradas.

Mas como definir os níveis mínimos de bem-estar geral, e em cada dimensão, que os agentes deveriam alcançar para serem considerados não-pobres? Por exemplo, como definir os níveis mínimos de condições habitacionais que as pessoas deveriam ter? A resposta envolve o trabalho de uma série de especialistas, desde em saúde até em arquitetura, que, de forma articulada, precisariam chegar a uma definição. Os avanços da literatura nesse campo têm sido lentos. (BARROS et al, 2006, p. 12)

A noção de pobreza é bem complexa, esta ligada historicamente, ou melhor, muda ao longo do tempo, “de que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à situação no campo” (SANTOS, 2009, p. 18).

O importante é compreender a pobreza e não medi-la. Todas as dimensões são essenciais em conjunto, não podemos separá-las e escolher qual a mais importante e beneficiar o indivíduo apenas com uma e sim em sua totalidade. O indivíduo, somente sai da linha da pobreza a partir do momento que tem todos os direitos sociais garantidos.

A pobreza urbana - ou melhor, os aspectos da pobreza vinculados à urbanização - alimentou uma atividade intelectual infatigável. Mas as explicações simplistas ou falsas a respeito do que é pobreza e como ela é criada, como funciona e evolui continuam sendo o verdadeiro problema (SANTOS, 2009, p. 20).

No Brasil, segundo Maricato (2013) a população brasileira que reside nas cidades no ano 2000 é de aproximadamente 138 milhões, ou seja, os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas e a pobreza cresceu simultaneamente, significa uma grande circulação de construção para ocupar do território.

Nas décadas de 1960 e 1970, começou a se tornar evidente a incapacidade das cidades para gerar serviços, oportunidades e emprego para os habitantes; ligado a isso, ficou manifesto a desordem e a irregularidade com que se deu o processo de urbanização e crescimento das cidades, o que se traduziu numa situação de marginalidade e informalidade, e contribuiu para aprofundar a desigualdade” (CATTANI; DÍAS, 2005 p. 80)

Considerando que o crescimento das cidades ocorreu o surgimento de moradias sem as devidas condições de infraestrutura pela falta de planejamento do



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Estado, significa que a urbanização maciça não aboliu a pobreza, “pelo contrário, nas condições atuais, a urbanização facilita o processo capitalista que agrava as desigualdades” (SANTOS, 2008, p. 194).

Como bem assinala Rodrigues (2013), o surgimento da favela vem da necessidade de morar, “se não é possível comprar casa pronta, nem terreno e autoconstruir, tem-se que buscar uma solução. Para alguns essa solução é a favela” (RODRIGUES, 2013, p. 40) e completa:

As favelas são, para a população, uma estratégia de sobrevivência. Uma saída, para iniciativa, que levanta barracos de um dia para outro, contra uma ordem desumana, segregadora. Uma iniciativa que desmistifica o mito da apatia do povo: é apático o indivíduo que luta pra sua sobrevivência, que busca resgatar sua cidadania usurpada (RODRIGUES, 2013, p. 40).

Portanto, “parte significativa da população brasileira vive em condições de pobreza, a sociedade não cansa de ressaltar preconceitos contra os pobres” (ANDRADE, 2013, p. 65). Como bem ressalta Carlos e Lemos (2003):

A crise do modelo de desenvolvimento brasileiro, perverso e excludente, é marcada, especialmente, pela extrema concentração de renda. O quadro de caos se acentua e vem produzindo uma verdadeira apartação social, principalmente nas grandes metrópoles. Os espaços econômicos, sociais e culturais são definidos de forma autoritária, desconsiderando a multiplicidade de olhares, significados e identidades de todos que fazem, diuturnamente, a cidade. Os espaços, á medida que se configuram, estabelecem fronteiras na cidade, definindo mundos, cujos movimentos e convivência entre si são, na maioria das vezes, inviabilizados (CARLOS; LEMOS, 2003, p. 32-33).

Questões de exclusão relacionadas às desigualdades sociais constituem um problema presente no cotidiano das pessoas pobres, “neste contexto, as políticas sociais urbanas e a gestão das cidades constituem temas de importância fundamental para a superação da pobreza e para o desenvolvimento” (CATTANI, DÍAS, 2005, p. 86).

De acordo com Santos (2008, p. 193) “a carga mais pesada da modernização é suportada pelos pobres, os que estão bem abaixo na escala dos salários, e os que estão sem emprego”. Portanto a importância da busca por mecanismos dentro da sociedade, criando políticas públicas para atuar diretamente nos problemas relacionados à pobreza.

Políticas estas que vão tentar localizar as populações em condição de pobreza, principalmente as políticas habitacionais, porém muitas delas às vezes criam bairros distantes para realocar essas populações, mas ao mesmo tempo, nem sempre são bairros que tem uma mobilidade entre as diferentes populações do mesmo município, às vezes ficam marginalizadas e não recebem o acesso aos serviços essenciais.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

As reformas urbanas realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. (MARICATO, 2013, p. 17)

Não basta apenas a construção de casas, mas propiciar infraestrutura e melhorias de serviços. Retirar as famílias de um local em má condição e abandonar em um local onde não há os serviços públicos essenciais e principalmente acesso ao emprego, não teria sentido.

Tal situação, “efeito de lugar”, é mencionada por Bourdieu (2012), caracteriza-se por distâncias sociais e físicas entre indivíduos biológicos que são agentes sociais, ou seja, há uma separação hierárquica de localização. Quando o indivíduo é rico tem poder sobre o espaço, aos acessos de bens e serviços, já o pobre não tem residência fixa e nem acesso aos serviços.

Esse efeito traz para o rico segurança e principalmente respeito e status já o pobre a exclusão. Muitas lutas ocorrem para apropriação do espaço, ou seja, ganhos de localização – espaço físico, benefícios como educação, saúde e cultura. Lutas essas que se referem aos movimentos sociais, o qual enfrentam muitas dificuldades e obstáculos, essas lutas são por melhorias de salários e condições de vida digna que podem ter êxito ou fracasso.

A verdadeira luta que marca a trajetória da classe trabalhadora na conquista de sua moradia na cidade certamente contribui para seu desgaste físico mas não parece afetar o processo de acumulação de capital. Ou melhor, seguramente a produtividade do trabalho é afetada, mas o processo como um todo não é, a julgar o desinteresse da burguesia industrial como classe, nas questões urbanas no Brasil. (MARICATO, 1987, p. 21)

A classe trabalhadora, entendida aqui também os domésticos e informais, precisa lutar por moradia e serviços públicos de qualidade. E lembrar da importância do Estado na produção do espaço urbano.

No Brasil, a CF/88 em seu art 5º declara que “todos são iguais perante a lei [...]” e complementa que todos tem o “direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Assim, quando a riqueza e a pobreza é comparada a partir de dimensões morais e objetivas, a inquietação é quase que espontânea, verifica-se que valores não são preservados e a obediência às leis e normas refletem apenas aos pobres.

Analisando também, em seu art. 6º que estabelece os direitos sociais ao cidadão brasileiro: educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, etc. Isto significa que o Estado tem o papel de



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

atender as demandas da sociedade. Além de seu art. 23, que é de competência das entidades de todas as esferas públicas “promover programas de construção de moradia”, desenvolvendo políticas que garantam o direito a moradia adequada.

O direito à moradia, também é abordado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais de 1966, os quais apresentam a moradia digna como direito humano.

A importância da moradia adequada torna-se ainda mais evidente diante dos recentes episódios mundiais relacionados à crise urbana, o “problema da pobreza também pode ser abordado parcialmente. A “crise urbana” seria o resultado da explosão demográfica, responsável pelas migrações que contribuem para o agravamento dessa crise” (SANTOS, 2009, p. 21).

A fim de que uma teoria da pobreza sirva como paradigma aos estudos urbanos, ao planejamento econômico e regional, e, acima de tudo, ao planejamento do emprego, ela deve definir a relação entre a economia da pobreza e a economia moderna, assim como a relação entre a população pobre e a economia pobre. (SANTOS, 2009, p.44)

Com o aumento dos valores das residências e o Estado não cumprindo com o seu devido papel, a população a procura por moradia é obrigada a ocupar ilegalmente terras para ter sua casa própria e não precise mais gastar com valores abusivos do mercado imobiliário.

Por fim, cumpre destacar que “mais do que nunca, na relação capital e trabalho, o trabalhador se tornou a parte mais fraca e mais vulnerável. Cabe ao trabalhador do campo e da cidade buscar a integração, pela parceria coletiva e pela ação conjunta, para superar essa marginalização na qual ele foi jogado” (PÉRIUS, 2001, p. 281).

### **3. O MUTIRÃO NA CONSTRUÇÃO DE CASAS**

Em uma sociedade marcada pela competitividade, é possível ainda encontrar grupos de pessoas trabalhando em conjunto para realizar diversos tipos de ajuda na comunidade, até mesmo o sonho da casa própria.

A cooperação nunca esteve tão presente para o alcance de benefícios por meio de produção barata, “no cooperativismo pessoas livres se unem, somando suas forças de produção, sua capacidade de consumo e suas economias, no intuito de evoluírem econômica e socialmente, elevando seu padrão de vida” (Schneider, 2017, pg. 148).

O cooperativismo, mais do que nunca, se torna uma força viva e, por sinal, apesar de parecer estar em crise, o cooperativismo assim não está. Está em crise o cooperativismo chamado empresarial. Mas o cooperativismo surgido das bases, das entranhas do povo, este está florescendo. Pode-se dizer que



**Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local**

o cooperativismo é fruto das grandes crises e das necessidades da população. (PÉRIUS, 2001, p. 281)

De acordo com Schneider (2017), o art. 5º da Constituição Federal de 1988, fortaleceu o cooperativismo, pois “elevou o ideal cooperativista a um patamar nunca antes reconhecido, tratando-o como fundamento básico na esfera econômico-social” (Schneider, 2017, pg. 148).

Na lei nº 5764, que define a Política Nacional de Cooperativismo, em seu art. 3º, aponta a forma de efetivar as cooperativas, isto é, “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”. Por assim dizer, existem várias modalidades de cooperativas: de consumo, de agropecuária, da saúde, de educação, de habitação, etc.

Cooperativa é uma forma de organização de empresa em que as pessoas agrupadas que a constituem são absolutamente iguais e, por uma ação conjunta tentam resolver uma necessidade. Por exemplo: vinte trabalhadores não têm moradia e pagam aluguel caro. O que eles podem fazer? Reúnem-se, formam essa cooperativa, constituem-na pelo estatuto social, em que estabelecem as regras básicas das relações jurídicas dessa sociedade, encaminham o estatuto na Junta Comercial; registram-no e a cooperativa adquire personalidade jurídica; fazem uma poupança coletiva para comprar o imóvel; contratam assessoria técnica para fazer os projetos; contratam construtora para fazer as obras. Podem construir em forma de mutirão e acabam conseguindo aquilo que isoladamente não conseguem, que é a casa própria. Depois pagam ao longo prazo o financiamento para o agente financeiro. (PÉRIUS, 2001, p. 281-282)

Porém, no campo da moradia, nem sempre acontecem construções com um grupo qualificado. Vale lembrar que, a população mais pobre constrói casas em terrenos ilegais e quase sempre com apenas um cômodo para abrigar sua família.

O mutirão, modalidade de cooperação, é um dos nomes dado no Brasil para fins comuns e baseado na ajuda mútua e de prestação gratuita para o trabalho em grupo no campo, na construção de casas populares ou outras formas de necessidade.

O Jornal da União (1991, p. 4) explica que “diante da problemática da falta de moradia no país, e da não existência de resposta positiva no sentido de se encaminhar propostas viáveis de moradia para o trabalhador de baixa renda, os movimentos estão se organizando e articulando em cima de uma última alternativa: O MUTIRÃO”:

O mutirão é a população dando resposta ao problema da habitação e para toda a sociedade, no sentido de que é possível e perfeitamente viável construir um mundo mais justo, onde as pessoas são igualitárias e convictas da transparência, justiça, democracia e União!” (Jornal União, 1991, p. 4)



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A comunidade organizada se vê disposta a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. O mutirão, é uma das respostas ao Estado que podem sem Ele, são trocas de experiência que contribui para um bem comum e que avança a um propósito, a construção da casa para todo o grupo e não apenas para si, uma forma de ajuda mútua.

Nos bairros que se concentram a população de baixa renda, é comum encontrar grupos de pessoas trabalhando, na modalidade de mutirão, para a construção da casa própria ou de outros serviços, sem uma empreiteira ou um programa, apenas a vontade de ajudar o próximo.

O exemplo do bairro Cidade Nova II, na zona norte de Foz do Iguaçu, é paradigmático. Periferia da cidade, distante e excluída, no início de 2001, as famílias contempladas no programa habitacional receberam terrenos para a construção da casa própria. O bairro, por sua vez, foi palco de mutirão em massa, no qual, se tornou a forma mais barata de construção.

O objetivo do programa era de fornecer o terreno para as famílias pobres, porém não cooperou ou auxiliou na construção da casa, desta forma a construção foi de forma gradativa e mal planejada.

A maioria da população pobre urbana do planeta vive em assentamentos não planejados nem previamente urbanizados, onde os próprios moradores produzem suas casas de forma gradual, mobilizando seus próprios recursos materiais e financeiros. Até os anos 1980, os habitantes de favelas e a população pobre das cidades não eram considerados um mercado para serviços financeiros. (ROLNIK, 2015, pg. 129)

O bairro por completo passou a ser pátio de obras não planejadas. Evidentemente, sem engenharia e arquitetura, muitos foram obrigados a construir casas muito pequenas, de baixa qualidade material e impossibilidade de melhoria, por conta da falta de renda.

Houve, portanto, construções sem um devido padrão, casas de madeira ou alvenaria, muitas delas foram abandonadas por falta de renda para terminar. O que era para ser em curto prazo se tornou uma eternidade. Portanto, muitas famílias, ainda tiveram que viver de aluguel por um longo período, para terminar a construção da casa própria.

No momento seguinte, após as construções das casas, o bairro amadureceu bastante, a comunidade notou o quanto percorreu e o quanto se fortaleceu. Constituiu então uma comunidade mais forte e disposta a lutar por direitos. O bairro que até então faltava os serviços básicos é cenário de reivindicações.

Quando se fala em mutirão é impossível não fazer referência a solidariedade, alguns teóricos já mencionavam solidariedade no século XIX, por exemplo Émile Durkheim, o sociólogo estudou as relações sociais na sociedade industrial.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A princípio a ideia de solidariedade apontada por Durkheim designa o vínculo que mantém a harmonia do grupo social e explica como a sociedade se organiza e baseia-se na solidariedade a partir da divisão social do trabalho. Ricardo Musse comenta no livro “*Fato social e divisão do trabalho*”, que:

Durkheim recorre ao termo “solidariedade” para determinar os vínculos que agrupam os indivíduos em conjuntos sociais. Trata-se de identificar as formas consensuais de sentimento e de pensamento que influem sobre a conduta social, impulsionando a coesão e a unidade da coletividade. (DURKHEIM, 2011, pg. 8)

Seguindo essa linha de pensamento, o indivíduo ao cooperar com outros indivíduos através de mutirões, por exemplo, é preciso ter uma consciência coletiva, ou seja, pensar em conjunto em valores morais e sentimentos e se sentir fazendo parte de uma sociedade.

A solidariedade demonstra um sentimento de união de empatia com o próximo. Estender a mão e ajudar a quem necessita é extremamente importante para a sociedade, pois tal atitude promove o desenvolvimento individual e da sociedade.

De fato, o entendimento de mutirão, mostra que muitos indivíduos são solidários e essa é a ideia-chave para entender a proposta de cooperação. Reunir pessoas em prol de ajuda é superar um sistema capitalista excludente.

Atualmente, o bairro Cidade Nova II, se encontra bem estruturado e com casas mais adequadas, o processo foi lento, mas mostrou que o indivíduo tem capacidade de tornar possível seus

## **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na discussão realizada neste artigo, mesmo que breve, a política habitacional de Foz do Iguaçu/PR, não supriu o problema de moradia das famílias contempladas pelo programa habitacional de baixa renda, no bairro Cidade Nova II. Uma das razões que podem explicar seria numa atuação desarticulada do próprio município.

O mutirão, aqui objeto de análise, tornou-se um veículo para a construção da casa própria, de forma barata, para estas famílias pobres. Ao mesmo tempo a comunidade do bairro se fortaleceu e sentiu-se forte e unida para lutar por melhorias do bairro. Já que, construíram um elo forte de amizade e companheirismo de vivência e dificuldades.

Ao discutir a pobreza, foi possível verificar a importância de se compreender a carência multidimensional, e a partir daí entender que o Estado tem um papel importante na diminuição da desigualdade social e da exclusão. Para que esse ideal seja alcançado, é necessário pensar em democracia participativa.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Assim, vale esclarecer que a execução da política deve considerar toda a população envolvida, ou seja, que não fique apenas na mão do Estado, mas também a participação da população nas tomadas de decisões.

A análise das leituras mencionadas no trabalho demonstrou a necessidade de um aprofundamento no debate sobre cooperação e solidariedade, de forma a contribuir com a sociedade.

Julga-se também relevante que todo esse conjunto teórico seja essencial para uma preparação para as leituras referentes à economia social e solidária, além de estudos de caso nos países e regiões da América Latina.

Espera-se que as questões levantadas contribuam para novas discussões sobre o direito a moradia e a importância da solidariedade ao debate de cooperativismo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. da S. **Reverso de um espetáculo urbano: desafios e perspectivas par uma arquitetura habitacional popular**. Rio de Janeiro: Casa 8: Prourb, 2013.

BARROS, R. P. de; Carvalho, M. de; Franco, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. IPEA - TD n° 1227: Rio de Janeiro, 2006.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 15 de novembro de 2017.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em:  
<[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)> Acesso em 15 de novembro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.764** - Define a Política Nacional de Cooperativismo Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm). Acesso em: 10 de julho de 2017.

CARLOS, A. F. A. LEMOS, A. I. G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

CATTANI, A. D. DÍAZ, L. M. **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Traduzido por Ernani Ssó. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CATTANI, A. D. **Riqueza Substantiva e Relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina**. In: CIMADAMORE, Alberto e CATTANI, Antonio. Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

CODES, A. L. M. de. A. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 2008. Disponível: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1332.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf) , acesso em 10 de setembro de 2017.

DURKHEIM, E. **Fato social e divisão do trabalho**. Apresentação e comentários Ricardo Musse; tradução Cilaine Alves Cunha e Laura Natal Rodrigues. – São Paulo: Ática, 2007.

JORNAL DA UNIÃO. **Dos movimentos de moradia popular**. Março 1991. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PUMMOSP031991000.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2017.

LEGUIZAMÓN, Sonia Álvarez. **A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano**. In: CIMADAMORE, Alberto e CATTANI, Antonio. Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Política Habitacional no regime militar: Do milagre brasileiro à crise Econômica**. Petrópolis, RJ: Vozes Ltda, 1987.

PÉRIUS, V. F. Ética e Cooperativismo. In: **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2001.

RODRIGUES, A. M. Moradia nas cidades brasileiras. 10 ed. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, M. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**; tradução Myrna T. Rego Viana. – 2 ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

\_\_\_\_\_. **Pobreza Urbana.** Com uma bibliografia internacional organizada com a colaboração de Maria Alice Ferraz Abdala. - 3.ed. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SCHNEIDER, J. O. **Cooperativismo e direitos humanos.** Perspectiva Econômica, 13(2):147-157, julho-dezembro 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras. 2000

SIMMEL, G. **El Pobre. Sobre la individualidad y las formas sociales.** Buenos Aires: Prometeo-UnQui, 2002.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 16/01/2019



## **O COOPERATIVISMO ENQUANTO INSTITUIÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO À DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MEIO RURAL**

### **COOPERATIVISM AS AN INSTITUTION TO CONFRONT GENDER INEQUALITY IN THE RURAL AREAS**

Maíra Soalheiro Grade\*  
Dirceu Basso\*\*

#### **RESUMO**

Este artigo se propõe a realizar uma análise da persistência do cenário de desigualdade entre homens e mulheres nos mais diversos espaços públicos, além de estudar a maneira como o cooperativismo, por meio de iniciativas que já estão sendo desenvolvidas no interior das organizações, pode ser uma ferramenta de participação social e democrática, despertando a ação política das mulheres no meio rural como defensoras de seus direitos. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é examinar, por meio dos dados colhidos por três artigos sobre a questão da mulher no ambiente cooperativo da Central Cresol Baser no Sudoeste do Paraná, as possibilidades de desenvolvimento das mulheres e também os limites que muitas vezes não são ultrapassados nas experiências desenvolvidas nas cooperativas. Como resultado da análise, entendemos que apesar de existir no meio rural uma tendência ainda maior do que nos espaços urbanos de exclusão das mulheres dos espaços de discussão e decisão das políticas que envolvem suas vidas de maneira direta, com ações e políticas afirmativas é possível iniciar o processo de superação de tais desigualdades. Nesse sentido, ações como Programa de Gênero na Cresol Baser, implantado com o objetivo da redução da desigualdade de gênero na instituição e a inserção das mulheres nos conselhos (administração e fiscal) das Cooperativas de Crédito Rural integrantes da Cresol Baser constituem instrumentos para o fortalecimento de suas capacidades humanas, sociais e econômicas. Compreendemos, por fim, que o desenvolvimento das mulheres no espaço rural torna possível a melhoria da vida no campo como um todo, tanto na questão econômica das famílias quanto na construção de ambientes mais democráticos e com equidade para todos.

**Palavras-chave:** Mulher; desigualdade; cooperativismo; participação.

---

\*Graduada em Direito, Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: maasolheiro@hotmail.com.

\*\*Doutor em Desenvolvimento Rural e docente da Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA), com atuação no Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Unila e Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mestrado e doutorado, sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. Membro dos Grupos de Pesquisa: Observatório das Agriculturas Familiares Latino-Americanas (Observatório AFLA); Desenvolvimento Regional e Integração Latina-Americana; Grupo Interdisciplinar e Interinstitucional de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Sustentável. E-mail: dirceu.basso@unila.edu.br.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

**ABSTRACT**

This article intends to realize an analysis about the persistence of the inequality between men and women at the most various public spaces, as well as to study the way of cooperativism, through actions that already have been developed inside the organizations, may be an instrument of social and democratic participation, awakening women political action at rural areas as defenders of their rights. On that context, the purpose of this article is to investigate, through the collected data of three articles about women situation at the cooperative environment on Central Cresol Baser at Paraná southwest, the women development possibilities and also the limits that frequently are not exceeded at the cooperative experiences. As a result of this analysis, we comprehend that despite the bigger tendency at rural area than at urban area of women exclusion of the discussion and decision spaces about the policies that affect directly their lives, with affirmative policies and actions it is possible to initiate the process of overcoming these inequalities. In these terms, actions like the Gender Program at Cresol Baser, developed with the purpose of reducing gender inequality at the institution and the insertion of women on counsels (administrative and fiscal) of Rural Credit Cooperatives of Cresol Baser constitute instruments to strengthening their human, social and economic capacities. We comprehend, at last, that women development on rural area makes possible the improvement of country life in general, on families economic situation, as much as creating more democratic environments with equality for all.

**Keywords:** Woman; inequality; cooperativism; participation.

## 1. Introdução

A desigualdade de gênero, assim entendida como um reflexo das representações sociais e dos papéis conferidos historicamente a homens e mulheres, por meio da atribuição de características de submissão do gênero feminino ao masculino, constitui, ainda hoje, uma realidade evidente no Brasil e no mundo.

Como um reflexo desse cenário, observamos que os índices de pobreza se apresentam de forma mais elevada com relação ao gênero feminino, tanto no meio urbano quanto no meio rural.

O cooperativismo, por meio de sua organização de natureza democrático-participativa, exerce um importante papel no desenvolvimento dos setores da população mais desfavorecida economicamente.

Diante do exposto, o presente artigo possui como objetivo analisar o papel do cooperativismo como ferramenta de participação social e democrática, despertando a ação política das mulheres no meio rural como defensoras de seus direitos.

Pretende-se observar, por meio da análise das contribuições de três artigos que tratam de diferentes aspectos sobre a questão da mulher no ambiente cooperativo da Central Cresol Baser, as possibilidades de desenvolvimento das mulheres e também os limites que muitas vezes não são ultrapassados nas experiências desenvolvidas nas cooperativas. Os estudos fazem parte dos trabalhos de conclusão dos participantes da Turma 01 do Programa de Formação Continuada (PROSOL), realizados entre os anos de 2014 a 2016, sob coordenação do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos). A seleção dos artigos considerou, entre os artigos da temática de gênero, aqueles que possuíam dados



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

empíricos e que refletiram sobre temas inovadores (ou novidades) para fins de governança da Cresol Baser.

Destaca-se, desta forma, a importância das cooperativas para a superação das práticas discursivas que sustentam as relações de poder e para a construção de um desenvolvimento rural que leve em conta não apenas a geração de riqueza, mas também a superação das desigualdades.

## 2. A desigualdade de gênero: implicações na participação social da mulher

As relações de poder desiguais referentes ao gênero constituem um processo construído historicamente, discursiva e simbolicamente, estando profundamente enraizado em nossas estruturas sociais.

Para Joan Scott, o gênero não reside apenas na distinção sexual/biológica entre homens e mulheres, mas nas relações de poder que foram construídas historicamente e socioculturalmente em virtude da pressuposta diferença entre os corpos. Para a autora, “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. (SCOTT, 1995, p.88).

Partindo de tais conceitos, podemos observar que o poder se manifesta por meio dos discursos em nossas relações sociais e comporta mudanças dependendo do tempo histórico que vivemos e das interações que estabelecemos.

O poder, portanto, não constitui um fenômeno absoluto, que não comporta possibilidades de mudança. Ao contrário, na concepção de Michel Foucault, por ser o poder algo que se exerce, pode haver mudanças nos indivíduos que o exercem. Para o autor, todos nós possuímos a liberdade de questionar as relações de poder existentes e de efetuar mudanças nos sistemas de dominação em nossa sociedade. O poder, para o autor acima citado:

[...] não é algo que se partilhe entre aqueles que o têm e que o detêm exclusivamente, e aqueles que não têm e que são submetidos a ele. O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. **O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles.** (FOUCAULT, 1999, p. 35) – sem grifos no original.

Nesse sentido, podemos observar que, no decorrer da história, sempre esteve presente a representação da condição do gênero feminino como inferior ao



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

masculino. A desigualdade de gênero ainda hoje é responsável pelo pequeno espaço de representação que as mulheres possuem nos meios políticos e sociais.

Ainda no que diz respeito à exclusão das mulheres de ter o direito à fala e à própria participação nos meios social e político, Mary Beard, em seu livro *Mujeres y Poder*, ao discorrer sobre uma série de textos e obras de arte, desde a Antiguidade até os tempos atuais, nos apresenta uma interessante reflexão. Tanto nos textos escritos na Grécia Antiga há quase três mil anos, em que o discurso público era uma prática que definia a masculinidade como gênero; quanto nos dias atuais, nas ocasiões em que mulheres são ameaçadas e insultadas apenas por emitirem opiniões na internet, é possível observar de maneira clara uma semelhança nos atos e em sua intenção: impedir a intrusão feminina no território discursivo tradicionalmente masculino (BEARD, 2018).

Ao tratar do tema das construções sociais que regem o trabalho em nossa sociedade, Danièle Kergoat desenvolve o conceito de divisão sexual do trabalho, por meio do qual se destinam aos homens as funções consideradas produtivas e às mulheres aquelas consideradas reprodutivas. Para a autora, quando se trata da divisão sexual do trabalho, existem

[...] dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. (KERGOAT, 2009, p. 67). Grifos do autor.

A construção histórica acima descrita faz com que, ainda hoje, mesmo quando possuem um emprego formal (no qual muitas vezes recebem remuneração menor do que homens que ocupam a mesma função), existe uma aceitação, por parte da maioria das próprias mulheres, de que lhes é destinada a realização dos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos.

No meio rural, a história se repete. O trabalho rural feminino é desvalorizado e considerado apenas uma extensão do trabalho doméstico, vez que as mulheres:

[...] se responsabilizam pelo “quintal”, onde podem realizar atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos) e o trato dos animais, especialmente aqueles de pequeno porte destinados ao consumo direto da família. Estas atividades não são consideradas como trabalho porque não são contabilizadas em termos monetários. Com isto, também não é considerado como trabalho o esforço que demanda a sua realização, nem mesmo nos casos em que a existência desses produtos contribui, como todos os outros, para conformar a renda da unidade familiar, seja via consumo direto ou via venda. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.4).

Como consequência, para ocuparem posições de poder e autoridade, as mulheres precisam vencer barreiras invisíveis que não são impostas aos homens.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Em virtude disso, muitas mulheres ajustam aspirações às possibilidades que consideram possuir, deixando de realizar atos que não são esperados socialmente do sexo feminino, mesmo sem haver de fato uma recusa ou proibição formal para que elas os realizem (BOURDIEU, 2014).

É nesse contexto que destacamos a importância da participação das mulheres em todos os espaços, tanto no urbano quanto no rural. Por meio das práticas discursivas, e da interação dos indivíduos entre si, em suas comunidades e com o poder público, podem ser criados espaços mais democráticos.

Nesse sentido, se mostra primordial a construção de políticas públicas que fortaleçam o papel das mulheres como agricultoras, além do desenvolvimento de outros espaços que explorem as potencialidades das mulheres. As cooperativas surgem, portanto, como uma oportunidade de desenvolvimento pessoal e coletivo das mulheres, conforme demonstraremos adiante.

### **3. O cooperativismo como espaço de redução da desigualdade entre homens e mulheres**

A construção de espaços sociais de debate é vista, então, como uma forma para que o sistema político se aproprie das reivindicações da sociedade, conforme destaca Avritzer, ao tratar da teoria democrática habermasiana:

Habermas nos oferece como solução ao problema da participação a existência de públicos não-institucionalizados capazes de se organizar no nível da sociedade e forçar a compatibilização entre esfera pública e sistema político. A compatibilização entre uma soberania popular procedimentalizada e os resultados de um debate discursivo no nível da esfera pública contribuiria para a racionalização do sistema político. (AVRITZER, 1996, p. 123).

As cooperativas, nesse cenário, surgem como uma alternativa para a construção de novos conceitos de desenvolvimento, pautados por relações coletivas, democráticas e de solidariedade, buscando construir, consoante sublinha Culti:

[...] uma outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição equitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro. O cooperativismo preocupou-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que aparece historicamente junto com o capitalismo, mas reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores, por meio coletivo. (CULTI, 2004, P. 8-9).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A natureza democrática é um dos princípios das organizações cooperativas, conforme se observa do conceito abaixo transcrito, extraído do *website* da Aliança Cooperativa Internacional:

Co-operatives are democratic organisations controlled by their members, who actively participate in setting their policies and making decisions. Men and women serving as elected representatives are accountable to the membership. In primary co-operatives members have equal voting rights (one member, one vote) and co-operatives at other levels are also organised in a democratic manner<sup>1</sup>. (ACI, 2010).

Nesse contexto, o cooperativismo se apresenta como uma forma de fortalecer a democracia no meio rural, uma vez que, de acordo com Buendia Martinez e Pires:

[...] as cooperativas permitem o aproveitamento dos recursos autóctones, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento de formas de comportamento democráticos e reforçam o interesse pela coletividade. (BUENDIA MARTINEZ; PIRES, 2002, p. 105).

Os princípios e valores cooperativos, principalmente no que concerne à valorização da gestão democrático-participativa, fazem com que tais organizações sirvam de instrumento facilitador da participação das mulheres no contexto rural e de superação da desigualdade de gênero, conforme destaca Daller:

[...] dar igualdade de oportunidades e visibilidade ao trabalho da mulher, valorizar suas ações e inseri-la nas funções da gestão da organização e tomadas de decisão, é no mínimo seguir a tendência mundial e agir conforme os princípios e valores cooperativistas. (DALLER, 2010, p. 16).

É fundamental que se amplie a cidadania feminina, por meio do questionamento dos discursos de dominação e da resignificação das identidades, uma vez que o processo de reconhecimento como sujeito político, de acordo com Fleury, constitui a:

construção de identidades individuais e de grupo que rompem as identidades subordinadas e alienadas por meio de um processo de singularização e construção de uma estratégia de transformação social e ruptura com as relações percebidas como de opressão. **Trata-se do resgate da palavra, do discurso, do lugar do sujeito na teia de relações sociais e no mundo. Desse novo lugar o indivíduo, ou grupo, fala de si e do mundo desde a perspectiva de sua singularidade e estabelece relações e alianças que lhe permitem assegurar os recursos**

---

<sup>1</sup> As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática. Tradução nossa.



**Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local**

**necessários para alcançar seus projetos.** A ruptura se dá na própria constituição dos sujeitos porque ela põe em causa as estruturas da dominação. (FLEURY, 2009, p. 43). – sem grifos no original.

O cooperativismo, deste modo, pode significar a construção de redes de solidariedade, desenvolvendo tanto a coletividade quanto o próprio sujeito no interior da organização.

Michelle da Silva Lima, ao desenvolver uma pesquisa sobre uma cooperativa habitacional e as formas de mobilização feminina no interior desse processo cooperativista, ressaltou que a organização das mulheres naquela cooperativa consolidou não somente a melhoria das condições do grupo como também desenvolveu as potencialidades individuais das participantes, conforme se observa do trecho abaixo transcrito:

A experiência do cooperativismo propiciou também a atualização do potencial de mobilização coletiva das mulheres, que utilizaram o discurso e as oportunidades cooperativas para beneficiar o grupo, como tradicionalmente as mulheres das classes trabalhadoras o fazem, sem, no entanto, excluir a competição por reconhecimento e por privilégios inerente a esse processo. (LIMA, 2012, p. 230).

Ainda sobre os benefícios individuais e coletivos da participação das mulheres em cooperativas, Buendía-Martinez e Pires destacam que:

La participación efectiva de las mujeres rurales en el desarrollo de sus comunidades es una condición necesaria que va unida a su adscripción territorial. Este hecho hace que las mujeres sean capaces de mejorar su propio bienestar al actuar directamente sobre los factores que pueden afectarles, lo que deriva en una fuerte interacción con la comunidad y refuerza el sentimiento de pertenencia al territorio<sup>2</sup>. (BUENDÍA-MARTINEZ; PIRES, 2013, p.26).

No mesmo sentido, Mary Beard resalta a importância de repensarmos a própria compreensão do conceito de poder, ou seja:

[...] hay que considerar el poder de forma distinta; significa separarlo del prestigio público; significa pensar de forma colaborativa, en el poder de los seguidores y no solo de los líderes; significa, sobre todo, pensar en el poder como atributo o incluso como verbo (empoderar), no como una propiedad. Me refiero a la capacidad de ser efectivo, de marcar la diferencia en el

---

<sup>2</sup> A participação efetiva das mulheres rurais no desenvolvimento de suas comunidades é uma condição necessária que se une à sua vinculação territorial. Isto faz com que as mulheres sejam capazes de melhorar sem próprio bem-estar ao atuar diretamente sobre os fatores que podem lhes afetar, o que se converte em uma forte interação com a comunidade e reforça o sentimento de pertencimento ao território. Tradução nossa.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

mundo, del derecho a ser tomado en serio, en conjunto e individualmente.  
(BEARD, 2018, p. 88)<sup>3</sup>

Diante do exposto, o cooperativismo, por meio do despertar da ação política das mulheres e da criação de laços de pertencimento e solidariedade, torna-se uma eficaz ferramenta de desenvolvimento, de superação dos processos de exclusão e de melhoria das condições de vida das mulheres no campo.

#### **4. Experiências das mulheres nas Cooperativas de Crédito Rural da Central Cresol Baser**

Nessa seção serão apresentadas, de forma concisa, as contribuições de três artigos que tratam de diferentes aspectos sobre a questão da mulher no ambiente cooperativo da Central Cresol Baser.

Os estudos fazem parte dos trabalhos de conclusão dos participantes da Turma 01 do Programa de Formação Continuada (PROSOL), realizados entre os anos de 2014 a 2016, sob coordenação do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos). A seleção dos artigos considerou, entre os artigos da temática de gênero, aqueles que possuíam dados empíricos e que refletiram sobre temas inovadores (ou novidades) para fins de governança da Cresol Baser.

O primeiro artigo do qual trataremos possuiu como objetivo analisar a legitimidade do Programa de Gênero na Cresol Baser, que possui como finalidade reduzir a desigualdade de gênero. Nele, as autoras Kramer e Costa (2016) analisaram a necessidade de se desenvolver uma ação de busca da equidade na instituição.

A pesquisa realizada pelas autoras acima citadas realizou o seguinte questionamento: O princípio da igualdade, previsto constitucionalmente, prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo ou de qualquer natureza<sup>4</sup>. Portanto, proporcionar ações específicas para as mulheres não estaria ferindo o mandamento legal? Da mesma forma, o estatuto social da Cresol Baser menciona a proibição de qualquer tipo de discriminação. Isto posto, se todos são iguais perante a lei, porque há um Programa de Gênero na Cresol Baser?

---

<sup>3</sup> Há que se considerar o poder de forma distinta; significa separá-lo do prestígio público; significa pensar de forma colaborativa, no poder dos seguidores e não somente dos líderes; significa, sobretudo, pensar no poder como atributo ou inclusive como verbo (empoderar), não como uma propriedade. Me refiro à capacidade de ser efetivo, de fazer diferença no mundo, do direito a ser levado a sério, em conjunto ou individualmente. Tradução nossa.

<sup>4</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Por meio do estudo, Kramer e Costa (2016) concluíram que o estudo do termo gênero necessita transcender a simples etimologia da palavra. É preciso analisar as relações sociais entre homens e mulheres a partir da compreensão de que a identidade feminina somente faz sentido porque foi e continua sendo estabelecida em oposição à identidade masculina.

Para as autoras, os seres sociais assumem e praticam seus papéis uns em relação aos outros. Apoiando-se em diversos autores que tratam desse tema, destacam que o conceito de gênero permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, mencionando o poder como um de seus componentes centrais da desigualdade. Ainda, mencionam que o conceito de gênero está consubstanciado por outros dois mais abrangentes: o de cultura e o de imaginário.

Com base em tais reflexões teóricas, as autoras constatarem que no plano prático não há igualdade plena prevista na Constituição, seja no aspecto social, econômico, cultural e especialmente histórico. Assim, reconhecem que as pessoas não são iguais, pois, ao longo do tempo e de nossa socialização, constatarem-se diversas classes de excluídos, entre eles as mulheres.

Diante disso, a análise desenvolvida por Kramer e Costa (2016) aponta que se faz necessária a adoção de mecanismos que diferenciam para igualar. Desse modo, é um dever daquelas instituições verdadeiramente preocupadas com os princípios de igualdade e solidariedade implementar ações como o Programa de Gênero da Cresol Baser. Concluíram as autoras, portanto, que a luta pelo respeito e pela dignidade da mulher e a ocupação de espaços por elas devem ser impulsionados não somente no âmbito familiar e da propriedade. Há uma necessidade urgente de adoção, pelas cooperativas, de ações inclusivas específicas para as mulheres.

O estudo de Volles e Bona (2016), do qual trataremos a seguir, analisou a inserção das mulheres nos conselhos (administração e fiscal) das Cooperativas de Crédito Rural integrantes da Cresol Baser, tentando compreender quais as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para desempenhar suas funções e as consequências de tal participação nos Conselhos para a trajetória de suas vidas, seu desenvolvimento pessoal, profissional e familiar.

Em seu quinto Planejamento Estratégico Participativo, realizado em 2015 para o período de 2016/2020, a Cresol Baser afirmou como um dos seus objetivos a participação mínima de mulheres e/ou jovens nos Conselhos das Cooperativas Singulares.

Os autores do artigo realizaram quinze entrevistas no período de novembro de 2015 a junho de 2016. Foram entrevistadas integrantes dos conselhos de administração e conselho fiscal das seis cooperativas singulares filiadas a Cresol Base Litoral/SC, a fim de “captar, de forma sutil, suas percepções e vivências frente ao seu papel como conselheira na cooperativa relacionando-o com seu cotidiano” (BONA;VOLLES, 2016, p. 10).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Entre os dados obtidos por Volles e Bona, observa-se que a maioria das mulheres conselheiras são agricultoras de profissão. Ao serem questionadas sobre como chegaram ao Conselho, 73% delas disseram que foi por meio de convite do presidente ou conselheiros da cooperativa, e as demais (27%) porque participavam do Programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento desenvolvido pelas Cooperativas.

Ao analisar as trajetórias das participantes dos Conselhos, os pesquisadores verificaram que as mulheres foram convidadas por já estarem de alguma forma envolvidas com outras organizações em suas comunidades. Todas as entrevistadas, sem exceção, afirmaram possuir autonomia e apoio familiar para participar das atividades de conselheira. Contudo, quando foram solicitadas a relembrar suas vivências familiares entre seus pais e suas mães, foi uníssona a observação de que as mulheres daquela época possuíam restrições em participar de maneira ativa nas organizações de suas comunidades.

Quando questionadas sobre suas opiniões ou manifestações nas reuniões dos Conselhos, todas enfatizaram que suas argumentações são respeitadas. As entrevistadas afirmaram, ainda, que são respeitadas pelos demais Conselheiros. Entre as mulheres ouvidas, apenas uma destacou que ainda há indícios de algumas atitudes inadequadas.

Outro aspecto importante que foi ressaltado nas entrevistas diz respeito ao ressarcimento de despesas/diárias recebidas pelas Conselheiras. Concluiu-se que não há diferenciação entre homens e mulheres nos valores recebidos. Da mesma forma, todos os conselheiros e as conselheiras, quando eleitos para a função, recebem uma capacitação. A frequência à capacitação permite às mulheres conselheiras, além de exercer com maior capacidade sua função nos conselhos, desenvolverem-se pessoal e profissionalmente.

Na pesquisa realizada por Volles e Bona (2016), ficou evidenciado nas considerações apresentadas pelas mulheres entrevistadas que elas estão sendo percebidas, tanto pelos homens quanto por elas próprias, como agentes ativos de mudança e "(...) promotoras de dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens" (SEN, 2000, p.220). A participação na gestão da Cooperativa e a possibilidade de se expressarem em público contribuem para sua valorização e emancipação.

Outro aspecto destacado pelas entrevistas é que quando as mulheres passam a ocupar cargos anteriormente ocupados pelos homens, normalmente são bem sucedidas. Entretanto, a pesquisa constatou que, apesar dos avanços, a participação das mulheres nos Conselhos ou diretorias das cooperativas, especialmente nos cargos mais elevados, ainda é escassa. Ou seja, a inserção das mulheres nos conselhos permanece restrita se comparada à dos homens.

Por fim, o estudo aponta o fato de que as mulheres conselheiras, especialmente aquelas entrevistadas pelos autores, estão conseguindo romper o



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

paradigma da desigualdade de gênero, mostrando-se capazes de exercer funções nos conselhos e demais cargos de cooperativas ou de outras instituições.

Os autores concluíram, porém, que a despeito do aumento da participação da mulher na sociedade e nas cooperativas de crédito, são evidentes alguns aspectos da cultura patriarcal, ainda extremamente presente em nossa sociedade. Isso indica, portanto, que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a superação da desigualdade de gênero.

O terceiro estudo a ser analisado, realizado por Arendt e Bona (2016), observou a representatividade das mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná no que diz respeito ao acesso a programas do Governo Federal destinados à agricultura familiar, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, a Cresol Baser.

A Região Sudoeste do estado do Paraná conta com 42 municípios e a Cresol está presente com unidades de atendimento em 38 desses municípios, com 26 cooperativas singulares. A pesquisa totalizou dados de um intervalo de tempo de 10 anos (2006 – 2015).

De acordo com Arendt e Bona (2016), os dados indicam uma expressiva disparidade entre os gêneros no que se refere ao número de operações de PRONAF na Cooperativas Cresol do Sudoeste do Paraná. Enquanto as mulheres representaram apenas 12,12% das contratações de PRONAF, os homens foram responsáveis pela realização de 87,88%.

O estudo demonstrou, ainda, que na comparação do montante de recursos transferido por meio das contratações realizadas no âmbito da Cresol Sudoeste, as mulheres somaram um montante de 143 milhões de reais (13,51%) e os homens totalizaram 916,6 milhões de reais (86,49%).

Ao avaliar os dados em âmbito estadual no mesmo intervalo de tempo, verificou-se que a Cresol possuía 54 cooperativas singulares de crédito, e as mulheres cooperadas foram responsáveis pela contratação de 18.274 contratos no total. Desse montante, as mulheres cooperadas do Sudoeste responderam por 57,16% dos contratos (10.447). Para Arendt e Bona, foi possível perceber que as mulheres do Sudoeste alcançaram uma expressiva representatividade, com mais da metade dos contratos realizados pelo conjunto de todas as mulheres cooperadas na Cresol no âmbito do Paraná que acessaram o PRONAF.

Ao analisar quais fatores poderiam ter contribuído para uma maior representatividade por parte das mulheres cooperadas do Sudoeste, a pesquisa destacou alguns, entre eles: a presença de um número maior de cooperativas da Cresol na região, 26 unidades dentro do total de 54 no Estado do Paraná; uma maior consolidação das Cresol no Sudoeste, solidificando as relações com os agricultores e agricultoras familiares.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Ao verificar os valores médios dos contratos do PRONAF, os pesquisadores observaram que as mulheres alcançaram montantes 11,77% superiores aos realizados pelos homens.

No que se refere às modalidades de PRONAF acessadas, os dados indicaram que as mulheres cooperadas utilizaram mais a linha de custeio em curto prazo do que para investir na expansão de seus negócios.

Com relação à modalidade de PRONAF Mulher os dados indicam que foram realizadas no estado do Paraná, no período dos 10 anos, 126 contratações, que totalizaram um montante de 2,47 milhões de reais. Comparando esses dados com o total financiado pelas mulheres do Sudoeste, os contratos dessa região representaram apenas 1,72% do montante no período.

Por sua vez, ao olhar o montante das Cooperativas Cresol Sudoeste e o número de contratos liberados, os dados indicam que enquanto uma cooperativa singular liberou, no período de 10 anos, 32 contratos, outras cinco liberaram apenas um contrato cada cooperativa.

Na carteira de crédito das Cooperativas Cresol Sudoeste, as mulheres cooperadas representam 21,51 % enquanto os homens são 78,49%. Tal disparidade entre homens e mulheres está presente em todas as cooperativas singulares.

Embora os dados trazidos pelos três artigos analisados sinalizem uma participação ainda pequena das mulheres cooperadas, foi registrada entre os anos de 2011 a 2015 uma crescente evolução dos recursos financiados por elas. Esse cenário de crescimento pode significar a efetividade das ações voltadas à inclusão da mulher desenvolvidas no interior das cooperativas.

Cumprе ressaltar, ainda, que no ano de 2009, numa estratégia de parceria entre Unicafe-Pr, Cresol Baser, Trias e Infocos foi iniciado o Programa de Gênero e Gerações do Cooperativismo Solidário. O programa foi criado com a missão de ampliar a ação política das mulheres e ampliar a participação delas na dinâmica das cooperativas, demonstrando que a preocupação em desenvolver políticas de inclusão e redução da desigualdade de gênero conta com apoio de diversas instituições e entidades e vem gerando frutos positivos.

Diante de todo o exposto, podemos concluir, por meio da análise dos três estudos, que as ações realizadas pelas mulheres e pelas cooperativas das quais participam, ocorrem em diferentes espaços (familiar, unidade produtiva e organizações).

Conforme foi possível observar nas pesquisas, as cooperativas dos agricultores familiares, por meio de ações na governança e programas (diversos e afirmativos) de capacitação, possuem um papel fundamental nessa luta pelo respeito da dignidade da mulher e pela superação de algumas práticas que continuam a perpetuar a desigualdade.

Por meio de ações diversas, as mulheres estão conseguindo, aos poucos, no âmbito das cooperativas, superar a desigualdade de gênero, vez que passaram a



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

ocupar e exercer, de forma competente, as funções até então ocupadas apenas pelos homens.

## 5. Considerações finais

A desigualdade entre homens e mulheres possui inúmeras e tristes faces. Uma delas é a aceitação, por parte da maioria das próprias mulheres, de que lhes é destinada a realização dos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos. No meio rural, a história se repete. O trabalho rural feminino é desvalorizado e considerado apenas uma extensão do trabalho doméstico.

Como consequência, para ocuparem posições de destaque no mercado de trabalho, tanto no meio urbano, quanto no rural, e até mesmo no interior das cooperativas, as mulheres precisam vencer inúmeras barreiras e a competição por espaço com os homens não ocorre em termos de igualdade.

Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de iniciativas que fortaleçam a participação das mulheres nos espaços públicos e explorem suas potencialidades das mulheres. O Programa de Gênero da Cresol Baser é uma excelente referência de respeito à dignidade da mulher, demonstrando a preocupação da cooperativa em incentivar a ocupação de espaços, vez que ações inclusivas específicas para as mulheres são necessárias a fim de superar o cenário de desigualdade que se apresenta ainda hoje.

As iniciativas desenvolvidas pela Cresol Baser e analisadas no presente artigo demonstram que políticas de redução da desigualdade mostram, de fato, consequências notáveis na inserção das mulheres em espaços no interior da cooperativa.

Quando as mulheres participam ativamente das decisões da cooperativa, seja atuando nos conselhos, seja por meio do acesso a programas do Governo Federal destinados à agricultura familiar, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), isso gera um impacto direto em seu desenvolvimento como cidadãos conscientes de seus direitos e obrigações, como também constitui melhoria em suas vidas, tanto no seio familiar, quanto em sua participação no convívio social.

Assim, destaca-se a importância das cooperativas para a superação de práticas discursivas que sustentam as relações de poder e para a construção de um desenvolvimento rural que, para além de gerar riquezas, necessita caminhar no sentido de superar as desigualdades em suas diversas formas, especialmente a de gênero.

Compreendemos, por fim, que o empoderamento das mulheres no espaço rural torna possível a melhoria da vida no campo como um todo, tanto na questão econômica das famílias quanto na construção de ambientes mais democráticos e com equidade para todos.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*  
**REFERÊNCIAS**

- ACI – ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Princípios Cooperativistas**. Disponível em: < <http://ica.coop/en/what-co-operative> >: Acesso em: 16 jul. 2017.
- ARENDR, G. D.; BONA, A. N. **O cooperativismo solidário e a adesão das mulheres agricultoras ao Pronaf no Sudoeste do Paraná**. Disponível em <<http://www.infocof.org.br/publicacresol/>> Acesso em 26 out. 2018.
- AVRITZER, L. **A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.
- BEARD, M. **Mujeres y poder: um manifesto**. Buenos Aires: Crítica, 2018.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BUENDÍA-MARTÍNEZ, I.; CARRASCO, I.. *Mujer, actividad emprendedora y desarrollo rural en América Latina y el Caribe*. **Cuadernos de desarrollo rural**, 10 (72), 2013, p. 21-45.
- BUENDÍA-MARTÍNEZ, I.; PIRES, M. L. L. e S. *Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa*. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 19, n.1, 2002, p. 99-108.
- CULTI, M. N. *Mulheres na economia solidária: Desafios sociais e políticos*. In: **Anais do IV Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas**, Bratislava-República Eslovaca, jul. 2004.
- DALLER, V. L. O. **O Empoderamento da Mulher e a Igualdade de Gênero: Coopergênero uma Política Pública de Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/29.pdf>. 2010. Acesso em: 17 jul. 2017.
- FLEURY, S. *Socialismo e Democracia: o lugar do sujeito*. In: Fleury, S. & Lobato, L. V. C. (Orgs.). **Participação, Democracia e Saúde**. Coleção Pensar em Saúde, 24-46. Rio de Janeiro: CEBES, 2009.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural Brasileiro*. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 9, n.8, p.1-28, 2006.
- KERGOAT, D. *Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

KRAMER, J. C.; COSTA, Z. F. **Se todos são iguais perante a lei por que há um programa de gênero na Cresol? Uma análise constitucional.** 2016. Disponível em <<http://www.infocos.org.br/publicacresol/>> Acesso em 26 out. 2018.

LIMA, M, S. **Cooperativismo: uma experiência feminina na arte de produzir conquistas.** 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932014000200010&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932014000200010&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 17 jul. 2017.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. *Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural.* **Revista Estudos Feministas**, 18(3), 2010, p. 871- 887.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* In: **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995, pp. 71-99.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VOLLES, A.; BONA, A. N. **Cooperativas de Crédito Rural: a inserção das mulheres nos conselhos.** Disponível em <<http://www.infocos.org.br/publicacresol/>> Acesso em 26 out. 2018.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 16/01/2019



**EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E COOPERATIVISMO:  
UM ELO IMPORTANTÍSSIMO PARA AS MIGRAÇÕES**

**INTERCULTURAL EDUCATION AND COOPERATIVISM:  
A VERY IMPORTANT LINK FOR MIGRATION**

Elaine Cristina Cardoso Freitas\*

**RESUMO**

O presente artigo busca através de leituras e análises, abordar sobre a educação intercultural em contexto territorial de fronteira. A ideia desta análise surgiu com o interesse de pesquisa para o desenvolvimento de dissertação de mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, ofertado pela Unila em Foz do Iguaçu no Paraná, e foi reforçada pela disciplina de Cooperativismo, onde percebeu-se a importância de se pensar sobre a questão cooperativista aliada a educação em territórios de fronteira. A intenção principal é de apresentar a relevância dos estudos relacionados à educação, cultura e ao território de fronteira aliados ao cooperativismo, a fim de relacionar as dificuldades existentes no espaço fronteiriço em relação a população oriunda do Paraguai e da Argentina, a falta de assistência do Estado e o quanto as ideias cooperativistas poderiam minimizar alguns problemas sociais, como por exemplo, o desemprego e a fome.

**Palavras-chave:** Educação; territorialidades; fronteira; cooperativismo.

**ABSTRACT**

This article searches through readings and analyzes, to approach on intercultural education in border territorial context. The idea of this analysis arose with the interest of research for the development of a master's thesis in Public Policies and Development, offered by Unila in Foz do Iguaçu in Parana, and was reinforced by the Cooperativism discipline, where it was perceived the importance of thinking on the cooperative issue allied to education in border territories. The main intention is to present the relevance of studies related to education, culture and border territory allied to cooperativism, in order to relate the difficulties in the frontier area in relation to the population from Paraguay and Argentina, the lack of assistance from the State and how cooperative ideas could minimize some social problems, such as unemployment and hunger.

**Keywords:** Education; territorialities; frontier; cooperativism.

---

\* Graduada em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e Normal Superior pela Faculdade União das Américas, Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino - UTFPR, Mídias Integradas na Educação - UFPR e Informática Instrumental Aplicada à Educação - UTFPR. Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela UNILA. Atualmente é Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. E-mail: elaine.freitas@unila.edu.br.



## INTRODUÇÃO

A discussão sobre as fronteiras nos leva a pensar sobre a formação dos Estados nacionais, a noção de soberania nacional e também o sentido da própria fronteira, que significa muito mais que um mero marco de separação entre países diferentes, mas que age no interior das pessoas como um elemento que atua em polos opostos: ao mesmo tempo em que separa, une povos, pessoas e culturas distintas. Assim, cada área de fronteira apresenta uma realidade marcada pela heterogeneidade, repleta de diversidade cultural principalmente em função do contato entre povos de nacionalidades e culturas distintas. “[...] uma fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social de riqueza considerável pelas conotações religiosas nele implícitas”. (RAFFESTIN, 2005, p. 10).

Segundo o Ministério da Educação, o elemento geográfico que melhor diferencia a fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas, pois oferece enorme potencial de integração na economia e na cultura. Assim, relações estabelecidas nesses encontros, trocas, intercâmbio de línguas, de diversas culturas, pensamentos, contribuem para a formação de uma identidade diferenciada, e essa identidade precisa ser respeitada.

Sobre a questão de território, para Antas JR (2002), a regulação social e territorial é exercida pelas instâncias que detêm poder de fato e não apenas um poder declarado. Está ligado a regulação do território nacional que atravessa hoje uma transição para uma evidente divisão entre poderes: de um lado o poder monolítico e extensivo da hegemonia soberana, de outro, o poder fragmentado, especializado por setores econômicos (não necessariamente produtivos), formado por redes técnicas e organizacionais - a hegemonia corporativa.

Segundo o Antas JR (2002), o que determina se um país é de fato desenvolvido não pode ter somente relação com as questões econômicas, mas principalmente relaciona-se com a qualidade de vida da população que habita o território nacional, e nesse caso, entende-se também a qualidade da educação, abrangendo tanto brasileiros natos, quanto às questões que envolve fluxos migratórios, aproximando da intenção da pesquisa.

Assim, o território passa a ser um ponto de convergência, na visão do “novo” desenvolvimento, que dá importância ao território não para dividir, mas para agregar valor, não para excluir, mas para unir, formar alianças, não somente acordos financeiros, capitais, mas acordos que envolvem a melhoria da qualidade de vida das pessoas que migram em regiões de fronteira entre países.

Este artigo, mesmo que de maneira breve, busca explicar sobre as territorialidades enfatizando os elementos mais importantes que envolve os modos de viver, bem como as dificuldades enfrentadas ao migrar do país de origem para outro território, onde além do choque cultural, muitas vezes, lidam com as questões de pobreza e os atores envolvidos nessa realidade de migração, nos levando a



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

compreender um pouco mais sobre essa dinâmica das migrações na tríplice fronteira e como a ideia do cooperativismo poderia colaborar para a dinâmica dos processos que visam minimizar problemas como o desemprego, a fome, etc.

Trata-se de uma inquietação que surgiu em minha trajetória como professora de séries iniciais em escola pública municipal de Foz do Iguaçu e as relações existentes entre a qualidade do ensino que a escola pública brasileira oferta e o interesse dos gestores públicos, através de políticas coerentes, que atendam os alunos provenientes dos países que fazem fronteira com o Brasil e suas famílias, desde o acolhimento social relacionando dificuldades encontradas por esses “estrangeiros” que atravessam a fronteira, até os reflexos educativos que o imigrante enfrenta.

A educação em seu momento atual precisa tomar desafios e promover transformações profundas em conformidade com as necessidades das gerações presentes e futuras. Uma nova educação para as gerações do século XXI, que se desenvolve a partir da mão das necessidades dos seus atores e o contexto no qual ele está imerso. Tudo isso traz à luz do cooperativismo, bem como as doutrinas cooperativistas e todos os textos indicados, lidos e discutidos ao longo das aulas da disciplina de Cooperativismo e Desenvolvimento.

Com isso, a intenção é de apresentar a relevância das políticas públicas para a educação intercultural adotadas em escolas da rede pública de ensino numa área fronteiriça, para a valorização da identidade linguística e cultural do lugar de onde vieram, que vá além das questões de territórios físicos. E, assim, considerar o ambiente escolar como um valioso instrumento de interação entre as culturas, de respeito à diversidade cultural e mais que isso, um espaço de quebra de paradigmas quanto às questões de territorialidades, questões políticas que normalmente regem as Políticas Públicas e os governos e aliar educação ao cooperativismo como algo integrador.

A partir das leituras e discussões desenvolvidas ao longo da disciplina de Cooperativismo, buscou-se analisar a relevância dessa temática, pensando sobre as ações desenvolvidas pelo poder público no território das políticas públicas para a educação Intercultural e como isso reflete nas escolas da rede pública de ensino numa área fronteiriça, em Foz do Iguaçu.

## **DESIGUALDADE SOCIAL**

A desigualdade social é um dos principais desafios do mundo atual e sua concepção perpassa por várias esferas da composição das sociedades. O estado de desigualdade diferencia as pessoas nas condições de acesso a novas oportunidades, são produtos da condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais.

É um fenômeno que acaba por diferenciar as pessoas no contexto de uma mesma sociedade, colocando alguns indivíduos em condições estruturalmente mais



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

vantajosas do que outros. Essa desigualdade pode aparecer em diversos aspectos, como cultura, política, espaço geográfico, entre outros, mas é no plano econômico que a percebemos de maneira mais agressiva, já que boa parte da população não dispõe de renda suficiente para ter as mínimas condições de viver com saúde, educação, lazer, cultura, habitação, entre outras necessidades fundamentais para o desenvolvimento humano.

São muitos os dados e estudos que apontam a desigualdade social e econômica crescendo em todo o mundo, exemplo disso pode ser percebido no PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) quando revelam que 1% dos mais ricos detêm 40% dos bens globais. Demonstra também que as 85 pessoas mais ricas do mundo possuem uma renda equivalente às 3,5 bilhões de pessoas mais pobres.

Nesse cenário que gera inúmeros excluídos e miseráveis em todo o mundo, torna-se necessário fazermos questionamentos como “o que causa a desigualdade social?”.

O filósofo Jean-Jacques Rosseau, em 1975 com a obra “Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens”, afirmava que a desigualdade é um fenômeno que tende a sempre se intensificar no contexto social. Os pobres possuem um menor acesso à educação e informação, o que prejudica na busca de recursos para melhorar as condições de vida, enquanto os mais ricos possuem um maior nível estrutural para investirem e multiplicarem sua renda e os benefícios que dela resultam. Para ele, o que causa a desigualdade é a divisão social do trabalho, com a criação da propriedade e dos bens particulares e não distribuíveis.

Já para Marx (1890), em O Capital, enxergava a sociedade a partir da luta de classes e via a desigualdade manifestada a partir dos desequilíbrios entre a burguesia e os trabalhadores, já que a burguesia tinha o poder sobre os meios de produção, e por consequência sobre os bens e lucros, seria a lógica da Mais-valia, que concentrava a renda e marginalizava os cidadãos, bem como contribuía para o aumento do número de desempregados numa sociedade onde surgia o capitalismo, que entre tantos males, trazia a disputa entre os próprios trabalhadores por um campo de trabalho e geraria cada vez mais individualismo e busca pelo poder e pelo capital, acima de tudo e de todos, mesmo que para isso uns tivessem que prejudicar outros.

Assim, a desigualdade social está ligada ao modo de produção capitalista que não é justo, é ao contrário, muito desigual. Mesmo o indivíduo sendo livre para fazer suas escolhas, as condições sociais são influenciadas pelas condições econômicas e analisando por essa perspectiva, as determinações sociais são muito influenciadas pelas determinações econômicas. Estando o capital econômico concentrado nas mãos e poucos ‘aqueles que detêm os meios de produção’, esse certamente é o princípio das causas que estabelecem o processo de desigualdade social.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Max Weber (1918), por sua vez, em sua obra *Classe, Estamento e Partido*, observou essa questão da desigualdade social a partir das estratificações sociais. As três grandes estratificações ocorrem no campo da economia, do status e do poder, proporcionando uma diferenciação no acesso à renda, ao prestígio e ao controle social, que ocorre por meio da diferenciação entre habilidades, qualificações e interesses.

Assim, a desigualdade social, seja ela intelectual, econômica ou qualquer outra, está presente no espaço social e é visível na maioria das sociedades, porém com o capitalismo, foi intensificada e se torna cada vez mais gritante. O espaço social é revelador das desigualdades sociais.

Muitas sociedades são conhecidas pela forma no qual a desigualdade aparece, ao abordar sobre desigualdade e pobreza mundial, geralmente aparece em destaque muitos países africanos, entre outros países e regiões periféricas conhecidas a nível mundial. Porém, a miséria, a desigualdade e a pobreza está espalhada por todo o mundo, inclusive nas periferias de grandes cidades e metrópoles mundiais, mostrando que desigualdade e pobreza andam juntas e quanto menor for a distribuição de renda, maior podem ser os reflexos de pobreza de um povo.

Sobre a pobreza, partindo da definição de Amartya Sen (1992), de que a “capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela”, pode-se entender como a incapacidade de uma pessoa, família ou grupo social alcançar o bem-estar devido à falta de meios econômicos e à impossibilidade de converter rendimentos e recursos escassos em capacidade de funcionar.

Com a ideia de globalização dos sistemas econômicos nacionais e regionais, a pobreza abrange muito mais pessoas do que aquelas que são classificadas como pobres, isso se analisarmos no ponto de vista de renda e condições econômicas, pois a falta de condições para viver uma vida mais longa, o não acesso às facilidades de educação e de saúde, a questão da desnutrição, o não acesso ao saneamento básico e meio ambiente saudável, a falta de cultura e lazer, fazem parte do que pode ser definido como “pobreza”.

A pobreza nessa perspectiva torna-se, muitas vezes, num círculo vicioso, potencializando as desigualdades, já que uma família sem trabalho, sem acesso à educação e saúde de maneira adequada e frequente, sem perspectiva de futuro, acabam por gerar e reproduzir nos filhos os mesmos problemas, o que resulta nas chamadas bolsas de pobreza que por diversas razões anteriormente citadas e muitas outras, não conseguem alcançar o bem-estar e progresso social para se viver bem consigo mesmo e em sociedade.

Como diz Sonia Leguizamón em seu Artigo “La Nueva Economía Política De La Pobreza: Diagnóstico y Asistencia”:

En un mundo cada vez más desigual, polarizado y donde la condición de ciudadanía se restringe a unos pocos, la respuesta neoliberal es neutralizar



**Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local**

el conflicto social y lograr la gobernabilidad. Así, los pobres se vuelven culpables de su propia situación empujándolos a la autogestión de la creciente pobreza. (LEGUIZAMÓN, 2005).

Para o Banco Mundial (1990), pobreza é privação de rendimento ou, noutra abordagem, “a incapacidade de atingir um nível de vida mínimo”. Numa outra passagem do Relatório, o Banco reconhece que tem havido uma evolução histórica no conceito de pobreza, acrescentando “os critérios que definem se alguém é pobre ou não tendem a refletir prioridades nacionais específicas e conceitos normativos de bem-estar e de direitos” (Banco Mundial, 1990)

Ainda segundo o Banco Mundial (1990), é simples dizer quem são e onde se encontram os pobres: são todos aqueles que “lutam para sobreviver ganhando menos de US\$ 370 por ano”, e encontram-se principalmente nos países em desenvolvimento.

Com base nas leituras realizadas, os pobres, em sua maioria apresentam características bem comuns em qualquer sociedade, considerando principalmente que:

- Habitam o Hemisfério Sul do nosso planeta, concentrando-se em áreas regionais com recursos naturais relativamente mais escassos;
- Vivem nas áreas rurais, mais remotas, embora a recente explosão de urbanização e o êxodo rural para as periferias das grandes cidades, tenha originado ou ampliado o aparecimento de enormes bolsas de pobreza urbana e peri-urbana;
- São desempregados;
- Constituem a base da pirâmide salarial (quando empregados);
- Encontram-se no sector informal;
- São crianças;
- São mulheres;
- Pertencem a minorias étnicas;
- Não são brancos.

Sobre os estudos direcionados à pobreza, seja com análise quantitativa, qualitativa, em escalas econômicas, psicológicas, política, social, educacional, entre outros, é preciso pensar o quanto é imprescindível discutir e pesquisar sobre a pobreza a nível micro e macro, buscando através das políticas públicas, sejam elas emergenciais ou estruturais, minimizar os problemas sociais relacionados às situações de pobreza: fome, falta de moradia, dificuldades de acesso à educação, saneamento básico, e tantas outras mazelas que afetam grande parte da população mundial.

Amartya Sen (2000) considera que estas medições são insuficientes, não apenas para quantificar, mas também para fornecer as informações necessárias à concepção de uma estratégia adequada de combate à pobreza. A combinação destes dois índices continua a ser considerada insuficiente por Sen, por não permitir



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

uma adequada base de informação para medir a pobreza, uma vez que nenhum deles permite conhecer a variação de rendimentos entre os pobres.

Sendo pobreza um fenômeno intrinsecamente multidimensional, referente não apenas a privações de necessidades materiais de bem-estar, mas também à falta de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente.

Para mensurar a pobreza, uma das alternativas utilizadas é a construção de índices escalares para a análise da natureza, do perfil e da evolução da pobreza. É preciso definir quais dimensões são as mais relevantes e quais devem ser os indicadores utilizados para representar cada uma. Destaca-se aqui a importância da cultura nas sociedades, visto que aquilo que é essencial para um povo, pode não ser tão importante para outros. Mas há pontos que são comuns a todos.

Ao pensar em quantificar ou qualificar a pobreza, é importante delimitar alguns temas como saúde, educação, segurança e renda e identificar qual julgam superior pode se um ponto de partida para definir os índices escalares.

Segundo Barros, Carvalho e Franco (2006), para medir o grau de pobreza, utiliza-se os dois Índices de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2) que servem de base para o Relatório de Desenvolvimento Humano. Os IPHs incluem indicadores como a análise da curta duração da vida (em cada país, a questão da longevidade); a falta de educação elementar (o analfabetismo); a falta de acesso aos recursos públicos e privados (serviço de saúde, água potável e nutrição razoável).

É importante pensar questões relacionadas à vulnerabilidade social, o acesso ao trabalho, o desenvolvimento infantil e os diferentes fatores que envolvem essas questões.

A pobreza pode ter um sentido relativo, quando se compara, por exemplo, os padrões de vida de indivíduos de uma mesma sociedade ou de sociedades diferentes. Por esta abordagem, haveria pobreza em toda e qualquer sociedade – e sociedades mais pobres do que outras.

De um ponto de vista absoluto, a pobreza existe quando falta a uma pessoa necessidades básicas para sua sobrevivência. Nessa linha, existe a possibilidade de se considerar, por exemplo, que um determinado país não tenha pobreza se, por acaso, seus habitantes tenham satisfeitas todas suas necessidades básicas.

Partir da visão de pobreza como o núcleo central para compreender a legitimidade dos sistemas econômicos, políticos e sociais, contribui para que pensemos em políticas públicas específicas que pensem nos que estão “em vulnerabilidade social”, das minorias sociais. Assim, a pobreza contemporânea é multidimensional, cumulativa e transmissível. Já que se alastra de maneira descontrolada, é um problema de grande porte de dificuldade e não faz parte da área de interesse máximo dos governos, visto que tratar as mazelas da pobreza não “gera lucros diretos”.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*  
**AS REGIÕES DE FRONTEIRA E O TERRITÓRIO**

As questões que envolvem pobreza e desigualdade social são variadas e ocorrem em diferentes sociedades. Mesmo que dependendo da cultura os fatores utilizados para mensurar a pobreza sejam distintos.

Ao pesquisarmos sobre territorialidades, buscando compreender os fatores que identificam um território e suas peculiaridades, torna-se possível compreender um pouco mais sobre os fatores que envolvem a pobreza de um lugar. Assim, nesse tópico será abordado sobre a pobreza em regiões de fronteira, com destaque para as fronteiras da latino-americanas devido ao interesse de pesquisa nessa parte do continente.

A perspectiva tradicional de fronteira, a compreende a partir da delimitação ou demarcação do solo, território e apropriação desse espaço pelo homem. A visão crítica que concebe a fronteira fundada numa visão de território como espaço social construído, sendo que dentro de minhas preferências de pesquisa, sempre opto pela visão crítica, dado que os limites que definem as fronteiras vão sempre muito além do espaço físico.

Entre as principais discussões sobre o espaço fronteiriço há que se destacar sobre a importância e o papel do Estado nas relações entre os limites, fronteiras e territórios, bem como a identidade socioespacial.

O espaço fronteiriço não pode ser entendido apenas e tão somente como um limite, pois é antes disso um espaço de integração das mais diversas formas. Muitos dos problemas sociais que ocorrem em municípios de fronteira são particulares dessas regiões devido aos choques culturais, políticos, jurídicos, entre outros que são raros em outros espaços. É preciso pensar a fronteira como um território associado ao local, em que se reconhecem as práticas vivenciadas pelos povos que dele fazem parte e se respeita as individualidades de cada cultura e ao mesmo tempo busca integrá-los. Sobre isso, Oliveira (2005), diz que:

Essa realidade típica de espaços de fronteira acaba por gerar desigualdades sociais e econômicas bastante específicas também. Essa concepção supera a noção de limite ou divisória internacional em favor da concepção de área ou região de fronteira, impondo a distinção entre faixa e zona de fronteira. A faixa de fronteira associa-se aos limites territoriais do poder do Estado, enquanto o conceito de zona de fronteira traduz um espaço de interação transitivo, com diferenças decorrentes da presença do limite internacional e “por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída são as cidades gêmeas” (OLIVEIRA, 2005).

Entende-se desta forma que as regiões de fronteiras nem começam e nem terminam com os limites territoriais entre os países. Mesmo que os indivíduos que vivem nos espaços fronteiriços pertencem legalmente a um país, devido ao fato de se viver tão próximo de outro, as situações que envolvem o trabalho, o comércio (na aquisição de bens de consumo), o lazer, a educação, a saúde, enfim, uma série de



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

serviços que são oferecidos a população do país vizinho no município mais próximo, geralmente acaba sendo usufruído, ou ao menos se tenta usufruir, dos mesmos serviços públicos e/ou privados tudo isso é determinante nas relações estabelecidas.

O sentido de territorialidade, nesta concepção de fronteira, denota a mesma ótica expressa por Oliveira (2005), assumindo um caráter inclusivo, articulando velhos e novos espaços de forma espontânea ou seletiva, imbuída pelos processos sociais constituídos nesses espaços, contrapondo-se à visão topográfica burocrática. O território é também um dado simbólico, sendo mais que o simples conjunto de objetos mediante os quais sobrevivemos. “A territorialidade não provém do simples fato de morar em um lugar, mas da comunhão que com ele mantemos” (Oliveira, 2005). Mais do que isso, remete a “processos relacionados ao poder sobre o território e o uso social do espaço físico” (GRUPO RETIS, 2004).

A Constituição brasileira classifica como faixa de fronteira a área compreendida dentro de cento e cinquenta quilômetros perpendiculares à linha limite do território brasileiro. Em discussões mais recentes, o país adotou o conceito linha de fronteira, que serve para delimitação do território municipal que compõe a divisa nacional (GUIMARÃES, 2005).

O conceito de fronteira no Brasil segundo a Constituição Federal, ainda traz a perspectiva tradicional, baseada numa visão conservadora de território. Mas destaca-se que o Brasil possui 16.889 km de linha de fronteira, com dez países da América do Sul, abrangendo onze estados e 588 municípios. A população fronteiriça é estimada em 10 milhões de habitantes (BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

Mesmo ocupando um espaço tão expressivo dentro do território brasileiro, as regiões de fronteira são pouco desenvolvidas economicamente, recebem menor atenção do que deveriam por parte do Estado, a grande maioria apresenta dificuldades de acesso a bens e serviços públicos, e ainda sofrem devido aos altos preços de bens de consumo devido à distâncias dos portos em algumas regiões, e às rodovias pedagiadas, como é o caso de Foz do Iguaçu, no Paraná, onde alguns produtos de necessidade básica chegam até a população com custos muito mais elevados do que no restante do Brasil.

Desta forma, o desenvolvimento das regiões fronteiriças passa a ser extremamente importante e precisa estar sempre nas principais discussões sobre a política nacional e internacional envolvendo o Brasil e América Latina.

Para tratar desses assuntos, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, manifestada no PPA 2004/2007, que auxilia politicamente no desenvolvimento das regiões fronteiriças, propondo políticas públicas para minimizar as desigualdades e os índices de pobreza nessas regiões, como a reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF, da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A proposta é de que com a implementação desses programas, as regiões de fronteira passem a ter condições para promover o desenvolvimento sustentável através de ações do governo federal, em parceria com estados e municípios, pensando em questões que envolvam tanto a curto prazo, mas que também se mantenham com o tempo, movendo a economia, a saúde, a educação, e a estrutura física das cidades gêmeas, gerando desenvolvimento econômico e social.

A discussão sobre regiões de fronteira e os aspectos envolvendo o baixo desenvolvimento econômico e social nessas áreas ganhou destaque a partir de 2004, quando o Ministério da Integração Nacional (MI) discute propostas com uma visão ampliada da fronteira, de maneira a apreender todos os processos que abarcam a região, não esquecendo de olhar cuidadosamente a especificidade de cada faixa de fronteira. E uma das preocupações da proposta seria de criar diretrizes que englobam o Fortalecimento da Cidadania na Zona de Fronteira.

Sabemos que apesar de todas essas discussões e propostas pautadas pelo governo, as regiões fronteiriças atualmente sofrem das mesmas dificuldades, especialmente no que se relaciona a economia, saúde e educação. Muitos outros problemas sociais vão surgindo ao longo do tempo, como é o caso da constante necessidade de reformulação das políticas de segurança pública em regiões fronteiriças, especialmente no que se refere ao tráfico de drogas e armas. A população sofre cada vez mais com as questões que envolve a pobreza e a desigualdade social continua sendo gritante.

## **A TRÍPLICE FRONTEIRA, OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E AS TERRITORIALIDADES**

Assim como nas demais regiões de fronteira brasileira, a mobilidade humana na fronteira é bastante expressiva. Quando se trata de tríplice fronteira, como o é o caso de Foz do Iguaçu – Paraná, Puerto Iguazu – Argentina e Ciudad Del Este – Paraguai, esse trânsito constante não é diferente.

A tríplice fronteira é um espaço de permanência, mas que lida com a entrada e saída de pessoas. Mesmo com características incomuns como a proximidade de território, a colonização europeia, o capital nacional e internacional, a dependência econômica, as ditaduras militares, o agravamento da pobreza, entre outros, esses três municípios apresentam características sociais, culturais, religiosas, econômicas, muito distintas e isso acaba interferindo no processo migratório, o que pode ser visto como um aspecto positivo no âmbito social, mas que pode também acarretar alguns problemas devido às questões políticas e legais.

A exemplo disso, é interessante citar a questão do acesso a esses países, pois para entrar em Puerto Iguazu o processo de cadastramento e controle de visitantes e migrantes na Aduana Argentina é bastante rigoroso, mesmo para os moradores de Foz do Iguaçu. Já em Ciudad del Este, apesar da existência do posto aduaneiro, não há um controle rigoroso, as pessoas são paradas aleatoriamente



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

para controle de fiscalização apenas das compras realizadas no Paraguai e não no sentido de controle de entrada e saída do país vizinho. Este processo acaba facilitando a ocorrência de uma série de problemas como o tráfico de drogas e até mesmo de pessoas, entre outros.

Com a criação do bloco econômico do Mercosul, a partir de 1991, que fez parte de um novo modelo de integração para América Latina, antes impregnada de proteções comerciais, até hoje busca manter independência comercial frente aos demais blocos econômicos.

A criação do Mercosul trouxe uma maior aproximação entre os povos latino-americanos, facilitando as negociações entre o comércio de produtos, bem como serviços e produção entre os países que fazem parte do bloco, sem restrições alfandegárias e tarifárias à circulação de mercadorias.

Mas analisando as questões sociais que o Mercosul envolve, estas negociações também favoreceu a integração de maneira muito mais ampla entre esses países, conforme traz Almeida, 1998:

Para nós, o Mercosul não deverá ser apenas entendido como zona de livre comércio e união aduaneira com finalidade exclusiva em temas econômicos e comerciais; devemos entender Mercosul como forma de integração de fato, com ganhos recíprocos, ou seja, com desenvolvimento econômico e social de todos os países envolvidos (ALMEIDA, 1998).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região da Tríplice Fronteira abriga uma população superior a 500.000 pessoas, sendo que somente Foz do Iguaçu possuía 256.088 habitantes em 2010 e atualmente apresenta um número maior. Isso dá a Foz do Iguaçu muito mais do que o título de cidade turística devido às Cataratas do Iguaçu e Itaipu Binacional, é também um espaço de intensas disputas políticas, e um laboratório vivo de das mais variadas culturas, entre elas as culturas Paraguaia e argentina.

Foz do Iguaçu está localizada no extremo oeste do Paraná, na divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina. A cidade é centro turístico e econômico do oeste do Paraná e é um dos mais importantes destinos turísticos brasileiros. Com cerca de 260 mil habitantes, Foz do Iguaçu é caracterizada por sua diversidade cultural. São aproximadamente 80 nacionalidades, sendo que as mais representativas são oriundas do Líbano, China, Paraguai e Argentina. tem uma composição étnica muito variada e interessante, estimando-se hoje uma população de 263.508 habitantes.

Voltando para a questão da migração e os reflexos sociais que ela traz, é importante destacar que apesar de todas as semelhanças que Puerto Iguazu, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este apresentam, muitas vezes os migrantes desses países, ao chegarem no país vizinho acabam sofrendo alguns entraves, como a burocracia na legalização de documentos pessoais, diplomas, regulamentação de trânsito,



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

cadastro no sistema único de saúde (no caso do Brasil), matrículas na escola e universidade, atendimento ao público de forma geral.

Além disso, esses migrantes muitas vezes ainda enfrentam diversas formas de rejeição por parte dos novos vizinhos, o que chamamos de xenofobia, causada principalmente pela ausência de políticas internacionais de migração.

Na visão de muitos cidadãos, inclusive do governo em algumas situações, a migração é um “problema” para o país receptor, e por esse motivo, na maioria das vezes, esses migrantes sofrem pela negligência de atendimento e dificuldade de acesso a serviços, dificultando a mobilidade humana, que seria um direito fundamental do ser humano, garantido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Na região de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, destacam-se ainda hoje a demanda dos países industrializados por mão-de-obra barata e sem qualificação, alimentação, construção civil, serviços domésticos, entre outros e cabe ressaltar que devido à falta de documentação e leis que protejam esses imigrantes, muitos deles acabam se obrigando a aceitar os chamados trabalhos sujos, perigosos e indesejáveis.

Muitos são os motivos levam os indivíduos a migrar de um país vizinho a outro, através de suas cidades mais próximas, na busca de melhores condições de vida. Entre eles destacam-se:

- A saúde - Na busca de atendimento mais humanizado, melhores equipamentos hospitalares, especialidades médicas que não são facilmente encontradas na cidade onde residem, valores mais baixos, etc;
- A segurança pública - em alguns casos, devido à violência vivenciada na cidade de origem, muitos indivíduos acabam buscando no país vizinho a segurança e o conforto para sua família;
- A educação – Partindo do pressuposto que a educação que seu país de origem oferece é de qualidade inferior à do país vizinho, muitas pessoas migram na busca de educação de qualidade, com cursos técnicos, universidade e até mesmo escolas de nível básico para seus filhos e para si;
- O emprego - Devido às altas taxas de desemprego da atualidade em muitos países, ao perceberem a chance de conquistar uma vaga de emprego no país vizinho, ou mesmo de abrir um comércio ou ainda de oferecer serviços, como é o caso de construtores paraguaios que migram para Foz do Iguaçu na intenção de trabalhar na construção civil;
- O comércio - Quando percebem que o custo de vida no país vizinho tem sido mais baixo que seu país de origem. Os alimentos, as roupas e calçados, o lazer e até mesmo os produtos farmacêuticos têm apresentado preços mais atraentes no país vizinho.

Como o mercado oscila o tempo todo e nenhuma das condições anteriores são permanentes, esses indivíduos também costumam voltar à seu país de origem com a mesma rapidez que migraram para o país vizinho e isso acaba por se tornar



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

uma prática constante, o que chamamos de “População Flutuante”, devido às dificuldades que estas famílias apresentam em fixar residência, manter a vaga de emprego, ter o filho frequentando a mesma escola ou na mesma cidade durante um tempo ou seja, não conseguem se fixar num mesmo lugar por muito tempo.

**POLÍTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM MUNICÍPIOS DE  
FRONTEIRA A PARTIR DA CF/1988 – QUESTÕES RECIPROCIDADE E  
DESENVOLVIMENTO**

Analisando a necessidade de oferecer escola pública com educação de qualidade para todos os alunos, independente da nacionalidade ou do idioma que fala, e percebendo que há falhas nesse direito constitucional, a partir da Constituição Federal de 1988, onde alunos oriundos de países vizinhos ao Brasil, mais precisamente em Foz do Iguaçu, tem sofrido com as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar relacionados a falta de adaptação curricular e pedagógica e as questões que envolve o bilinguismo e as questões culturais, entende-se que há uma forte necessidade de pesquisar profundamente essas e outras questões que envolvem Políticas Públicas voltadas à educação, especialmente no que se refere ao respeito a diversidade cultural e étnica e a interculturalidade, especialmente em regiões de fronteira com outros países, como é o caso de Foz do Iguaçu.

Há de se considerar que as regiões de fronteira por sua diversidade linguística e cultural são espaços importantes para pesquisas sobre pluralidade cultural e linguística, sendo as salas de aula, laboratórios vivos para estudo deste fenômeno. Para Silva (2008, p. 43), o multiculturalismo é entendido como a situação de convivência de grupos diferenciados culturalmente sob um mesmo território como ocorre em Foz do Iguaçu que faz divisa com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguassu (Argentina).

Nesse contexto, no que se refere às questões envolvendo Diversidade Cultural e Interculturalidade, assumimos a perspectiva da interculturalidade crítica e sublinhamos algumas de suas características. Essa posição promove a deliberada inter-relação entre diferentes sujeitos e grupos socioculturais de uma determinada sociedade e, neste sentido, situa-se em confronto com todas as visões diferencialistas, assim como com as perspectivas assimilacionistas. Por outro lado, rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais, concebendo-as em contínuo processo de construção, desestabilização e reconstrução que envolve as questões de poder.

Quando se fala de poder, as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, um governo, uma classe social dominante, o mestre frente ao escravo, etc. isto não é de nenhum modo aquilo que eu penso quando falo de relações de poder. Eu quero dizer que, nas relações humanas, qualquer que seja - que trate de comunicar verbalmente, como fazemo-lo agora, ou que trate-se de



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

relações amorosas, institucionais ou econômicas -, o poder continua presente. (FOUCAULT apud MARINHO, 2008, p.141.).

A escola é o espaço de inclusão cidadã onde crianças, jovens e adultos precisam estar dispostos a iniciar um processo de aprendizagem, desde que compreendam a sua utilidade para melhor enfrentar problemas reais da sua vida pessoal cotidiana e profissional, pois são sensíveis a estímulos de natureza externa, por isso precisa estar atenta a diversidade linguístico-cultural e demais formas de diversidade.

As políticas educacionais precisam estar em harmonia com a configuração normativa da Constituição de 1988 que contou com a participação de vários atores que têm tecido as políticas educacionais: os poderes do Estado e os movimentos sociais que atuam no campo educacional. A principal fonte de implementação da educação nacional e das políticas que assim as definem é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), onde consta que:

Um dos desafios posto pela contemporaneidade às políticas educacionais é o de garantir, contextualizadamente, o direito humano universal, social inalienável à educação. Nessa perspectiva, torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso à educação e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, populações do campo, de diferentes orientações sexuais, sujeitos albergados, em situação de rua, em privação de liberdade, de todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas. (MEC, 2013, p. 07).

A educação para a reciprocidade prepara o indivíduo para que ele não haja como alguém que está sozinho no mundo, mas para o convívio em sociedade, sabendo que o pleno desenvolvimento político, social e econômico de qualquer sociedade só teria condições de acontecer se os membros dessa sociedade agirem de maneira recíproca, respeitando as diferenças, as dificuldades e as complicações dos demais membros da sociedade, e sabendo que a união, a valorização e a solidariedade certamente são fatores que contribuem para uma sociedade menos injusta e mais valorosa.

## **EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, A QUESTÃO DO COOPERATIVISMO, MODERNIDADE E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO**

Foz do Iguaçu está localizada no extremo oeste do Paraná, na divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina. A cidade é centro turístico e econômico do oeste do Paraná e é um dos mais importantes destinos turísticos brasileiros. Com cerca de 260 mil habitantes, Foz do Iguaçu é caracterizada por sua diversidade



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

cultural. São aproximadamente 80 nacionalidades, sendo que as mais representativas são oriundas do Líbano, China, Paraguai e Argentina. tem uma composição étnica muito variada e interessante, estimando-se hoje uma população de 263.508 habitantes.

A Secretaria Municipal da Educação de Foz do Iguaçu é responsável por 51 Escolas Municipais (1ºano ao 5º ano) e 32 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's - 0 a 5 anos) e em média 26.500 alunos/mês. E sobre o Programa Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira, apenas uma escola municipal faz parte desse projeto, sendo ela a Escola Municipal Adele Zanotto Scalco, situada na região do Porto Meira, próximo à fronteira com a Argentina e no país vizinho, a escola-piloto é a Escola Argentina Bilíngue nº 2.

É importante analisar que em Foz do Iguaçu, assim como no Brasil inteiro, nem todas as escolas participam do Programa Escolas Bilíngues de Fronteira - PEBF, o que acaba por limitar e minimizar as opções das pessoas que chegam do Paraguai e Argentina a fixar-se em um bairro apenas, do contrário, seus filhos não terão seu idioma oficial, muito menos seus dialetos, enfim seus elementos de linguagem escrita ou falada, nem mesmo sua cultura respeitados, pois a escola não conta com preparo didático e pedagógico para lidar com as questões de avaliação e outros fatores que envolvem o ensino e a aprendizagem em outro idioma a não ser a língua portuguesa. Como lembra Luce (1990):

“A integração é um processo essencialmente político e se concretiza mediante a cooperação e o estreitamento de laços entre os países. Promover a aproximação entre os países do MERCOSUL, principalmente desde a educação, pode oportunizar trocas de experiências educacionais, conhecimento mútuo e produção de novos saberes social e culturalmente significativos para os países envolvidos. Contudo, não basta falar em integração enquanto abstração; é preciso “ter clareza sobre quem se integra, para que se integra e no que se integra” (LUCE, 1990, p.263).

A escola acaba deixando na maioria das vezes com que o aluno se adapte naturalmente, forçando-o mesmo que sem intenção, a dominar nosso idioma por conta própria. Isso pode resultar em alta estima baixa por parte do aluno, que sente-se incompreendido e incapaz de aprender, podendo causar um estranhamento prejudicial a língua portuguesa e vergonha ou timidez em continuar utilizando no ambiente escolar sua língua materna. Esse estranhamento pode ocorrer também com professores e alunos criando barreiras que prejudicam a interação e a geração de círculos de amizade e dificultando os processos de Interculturalidade e automaticamente prejudicando o processo de ensino e aprendizagem.

Sobre as dificuldades que a Educação Intercultural encontra pelo caminho, entende-se que os princípios do Cooperativismo, através da aprendizagem cooperativa, podem melhorar a qualidade do ensino, de modo a enfrentar a diversidade de forma realista e a transformar o conflito numa vantagem. A educação intercultural é a forma ideal para concretizar este tipo de inovações, para além de



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

constituir um meio para melhorar o respeito pelos direitos humanos. São formas de transformar a escola no contexto ideal no qual é possível aprender a construir a cooperação, o respeito mútuo e a não-violência.

Incorporar novas formas de pensar e de atuar, de sentir e de conviver, incorporando novos valores, significa mudar a escola e a sociedade. E mais, significa mudar a nós mesmos. O sentido de mudança é muito poderoso, mas há que acreditar nele e construí-lo. Este é o discurso da cultura da diversidade e dos ideais Cooperativistas no que se refere a educação, onde a diferença não é um defeito e sim um valor.

O Interculturalismo é o paradigma da cooperação e da solidariedade, a escola precisa, portanto estar preparada para saber analisar e buscar formas de melhorar essa sociedade consumista, competitiva e não-solidária na qual estamos inseridos, chegando a uma sociedade cooperativa e solidária.

A escola pública, ao fazer sua a cultura da diversidade e ao abrir espaços para a participação das várias culturas na tomada de decisões, está contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana, menos discriminadora, mais democrática, mais solidária. A construção desses ambientes escolares com estruturas organizativas e metodológicas democráticas, respeitando as diferenças de cada pessoa, possibilitará ao aluno e ao professor uma nova visão de mundo, menos individual, mais cooperativo, ao introduzir-se novas preocupações como o pluralismo, a liberdade, a justiça, o respeito mútuo, a tolerância, a solidariedade.

Nesses processos de mediação destacamos, pela sua importância, a organização cooperativa da aprendizagem. Frente à organização individualista ou competitiva, o trabalho cooperativo possibilita uma melhora substancial nas relações. Esse processo de mediação educa para desenvolver modelos de pensamento formal (estruturas cognitivas). A mediação é uma ajuda permanente entre os contextos familiares e escolares, ao propor alternativas de trabalho para que tanto pais quanto alunos e professores aprendam a aprender. Através dessas estratégias cooperativas, o professor pode favorecer alguns dos processos de interação social, de modo singular no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos.

Cooperação, Cooperativas, Cooperativismo se referem ao trabalho conjunto de acordo com princípios fundamentais, que quem participa deve estar de acordo em cumpri-los. Definir os Princípios essenciais à Cooperação, não é um mero exercício acadêmico.

A Educação Cooperativista é um processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas, ensejando a auto capacidade para a geração de conhecimento e de poder, de viabilizar condições de progresso, formando um verdadeiro conjunto orgânico, onde as diferenças individuais são úteis para o desenvolvimento do próprio grupo.

Foram os Pioneiros que mais uma vez deram impulso no movimento cooperativo e para que a educação viesse a tornar-se um princípio cooperativo.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Provavelmente, ao darem tanta importância a este princípio, estava presente a influência de Robert Owen, que no final de sua vida concentrou-se na educação das pessoas, na formação do “novo homem”, para a formação do “Novo Mundo Moral” e com Fourier e o Falanstério, onde idealizava uma sociedade onde a igualdade de direitos seria muito melhor adaptada. Assim, como tantas outras teorias das doutrinas cooperativistas, das quais pode-se citar também P.C. Plockboy e John Bellers, com ideais de não-exploração, de não-opressão e de união que move a força maior de uma sociedade. (Mladenatz, 2003).

Polanyi (2000), no que se refere a organização política, social e econômica das sociedades, nos dá uma aula de como compreender a sociedade e os mais diversos problemas que nela ocorrem:

[...] A humanidade estava sob o guante, não de novas motivações, mas de novos mecanismos. Resumindo, a tensão surgiu da zona de mercado e daí se difundiu para a esfera política, compreendendo assim o todo da sociedade. Dentro das próprias nações, porém, a tensão continuava latente enquanto a economia mundial continuava a funcionar. Somente quando se dissolveu a última das suas instituições sobreviventes, padrão-ouro, foi que a expressão existente dentro das nações finalmente se liberou.

Os estudos sobre Cooperativismo, apesar de em grande parte se tratar de como superar crises financeiras e como produzir de maneira cooperada, faz com que percebamos que o grande lance, a grande tacada, o trunfo maior de qualquer sociedade é a união entre os povos, é o fortalecimento da sociedade através das pessoas que dela fazem parte, e isso é algo magnífico, pois nos leva a pensar que não se trata só de doutrinas ou pensamentos cooperativistas, de objetivos financeiros, e sim, que devem ser levados a todos os campos das mais diversas ciências, pois são aplicáveis a todo e qualquer grupo de pessoas, inclusive na escola, para a educação de pessoas que vivem em sociedade e precisam buscar formas de melhorar esse espaço social e humano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pesquisar sobre territorialidade e os modos de se viver, sobre as questões que envolve desigualdade social e migração é instigante e apresenta um valor imenso na minha formação como pesquisadora iniciante. Me leva a refletir de forma muito mais profunda sobre a importância que as políticas públicas apresentam e a falta que elas fazem, especialmente no que se refere à população menos favorecida.

Há muito o que se falar sobre as fronteiras e as dificuldades sociais, educacionais, entre tantos outros tipos de dificuldades enfrentadas pelos imigrantes. Pensando assim, minha intenção ao longo do artigo foi de registrar minhas impressões sobre a pobreza, a desigualdade social e como o cooperativismo



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

poderia influenciar positivamente a população, especialmente no que se refere à comunidade de imigrantes a partir da realidade vivenciada em Foz do Iguaçu.

Muitos são os teóricos que pesquisam sobre fronteira, outros vários pesquisam sobre o cooperativismo, mas não encontrei teorias que aliassem diretamente esses dois temas. Por isso, há intenção de continuar a pesquisa sobre o assunto, visto que as teorias cooperativas poderiam minimizar uma série de problemas relacionados aos imigrantes em região de fronteira.

O aprofundamento das pesquisas sobre território e territorialidade em contexto fronteiriço em consonância com a educação cooperativista possibilita a reflexão sobre os benefícios que o cooperativismo traria, inclusive para a economia e a organização social do município de Foz do Iguaçu.

Entender a realidade numa tríplice fronteira, percebendo que há peculiaridades em cada uma das cidades, sendo Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu, é antes de tudo, um desafio. Este desafio pode ser considerado como político, econômico, social, cultural, linguístico, entre tantos outros tipos de desafios.

Assim, o cooperativismo pode ser um elemento agregador, que visa superar os desafios de forma coletiva, facilitando os processos de adaptação territorial e vencendo as dificuldades vivenciadas pelos imigrantes em regiões de fronteira. É um elo importantíssimo que pode contribuir positivamente nas questões de integração, especialmente na área da educação escolar.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza Multidimensional No Brasil**. IPEA. Rio de Janeiro, 2006.

BOURDIEU, Pierre, *et al.* **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 747 p. ISBN: 9788532618184.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

GRUPO RETIS. **Estudos sobre Fronteiras**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

GUIMARÃES, L; GIOVANELLA, L. **Processo de integração regional no MERCOSUL e as repercussões nos sistemas de saúde de cidades fronteiriças**. Santiago, Chile, Outubro, 2005.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. **A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano**. In: CIMADAMORE, Alberto e CATTANI, Antonio. *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 3. São Paulo: Bertrand, 1988

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Comissão de Especialistas. **Anteprojeto de lei de migrações e promoção dos direitos dos migrantes no Brasil**. Brasília: Comissão de Especialistas do Ministério da Justiça, 2014.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Território sem limites: Estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2005.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. [http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/operations/about\\_undp.html](http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/operations/about_undp.html). Acesso em 03 de janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Perfil da População de Foz do Iguaçu em função das Regiões e Quantitativo Populacional**, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. L&PM, 2008.

SEN, Amartya. **Inequality reexamined**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

WEBER, Max. **Classe, estamento, partido**. In: Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. LUCE, Maria Beatriz. Situação Educacional na Região do Mercosul. Porto Alegre, UFRGS, Instituto Goethe, ICBA, 1990.

MARINHO, Ernandes Reis. As relações de poder segundo Michel Foucault. **ERevista Facitec**, v. 2, n. 2, art.2, dez. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento Conferência Nacional de Educação 2010**. Documento Referência. Brasília, 2009

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica Departamento de Educação Infantil e do Ensino Fundamental Coordenação de Política de Formação. **Programa Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira – PEBF**. 2005.

MLADENATZ, Gromoslav. **História das Doutrinas Cooperativistas**. Confebras. Brasília, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000

RAFFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. Prefácio. In: OLIVEIRA, Tito C. M de. (org.) **Território sem limites**. Campo Grande : UFMS, 2005, p. 9-15.

Recebido em 30/11/2018

Aprovado em 16/01/2019



## **COMPRAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR**

### **COMPRAS PÚBLICAS COM INSTRUMENTOS EN EL PROCESO DE DESARROLLO DE LAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR**

Marinalva de Lima\*

#### **RESUMO**

Este estudo trata da utilização de aquisições de bens e serviços realizadas pelo Estado como força motriz no processo de desenvolvimento das cooperativas de agricultura familiar. Problematisa em que medida as compras públicas podem contribuir para o desenvolvimento das cooperativas de agricultura familiar, bem como se as políticas públicas de compras de alimentos e o cooperativismo ligado aos pequenos agricultores podem agir de forma sinérgica, ou seja, fortalecer-se mutuamente a fim de melhorar seus resultados. São apresentadas algumas reflexões sobre agricultura familiar e a relação que há entre o cooperativismo e desenvolvimento local, apresenta também algumas políticas de apoio ao desenvolvimento do pequeno produtor rural, até chegar ao uso estratégico do Poder de compras. A partir de diferentes referenciais teóricos, pretende-se estabelecer aqui uma sucinta e relevante contribuição para a análise de como a demanda do estado revela-se como um meio estratégico que propicia o alcance dos fins visados pelas políticas públicas que objetivam promover uma maior inclusão social e econômica do homem no campo e como consequência contribuir para o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; cooperativismo; compras públicas.

#### **RESUMEN**

Este estudio trata de la utilización de adquisiciones de bienes y servicios realizadas por el Estado como fuerza motriz en el proceso de desarrollo de las cooperativas de agricultura familiar. Problematisa en qué medida las compras públicas pueden contribuir al desarrollo de las cooperativas de agricultura familiar, así como si las políticas públicas de compras de alimentos y el cooperativismo vinculado a los pequeños agricultores pueden actuar de forma sinérgica, es decir, fortalecerse mutuamente para mejorar sus resultados. Se presentan algunas reflexiones sobre agricultura familiar y la relación que hay entre el cooperativismo y el desarrollo local, presenta también algunas políticas de apoyo al desarrollo del pequeño productor rural, hasta llegar al uso estratégico del Poder adquisitivo. A partir de diferentes referencias teóricas, se pretende establecer aquí una breve y relevante contribución para el análisis de cómo la demanda del estado se revela como un medio estratégico que propicia el alcance de los fines perseguidos por las políticas públicas que objetivan promover una mayor inclusión social y económica del hombre en el campo y como consecuencia contribuir al desarrollo local.

**Palabras-clave:** Agricultura familiar; cooperativismo; compras públicas.

---

\* Servidora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA; Especialista em Gestão de Projetos e Direito Administrativo - Universidade Anhanguera (UNIDERP); Formação em Administração Pública (UDC). E-mail: Marinalva.lima@unila.edu.br



## 1. INTRODUÇÃO

Embora reconhecida a importância da agricultura familiar para o abastecimento e a segurança alimentar no mundo, esse segmento é desafiado a apresentar respostas cada vez mais rápidas diante do processo de globalização.

Nesse cenário, o Estado pode vir a desempenhar um papel estratégico na promoção da agricultura familiar, pois por meio de políticas públicas que incentivem compras governamentais voltadas para a absorção da produção do pequeno produtor, ele possibilita que as famílias de agricultores organizados em cooperativas sejam inseridas nos mercados institucionais, de sorte que, isso acaba por possibilitar uma maior valorização da produção de alimentos locais e regionais, incentivando ao desenvolvimento da organização cooperativa que acaba por favorecer a formalização dos agricultores, a valorização de aspectos sociais, culturais, ambientais; ampliando novas oportunidades de negócio e geração de emprego e renda.

Com a finalidade de oportunizar uma compreensão mais ampla da temática de embasamento que este ensaio propõe investigar, nas duas primeiras sessões, foi necessário apresentar alguns conceitos prévios, antes de adentrar no último tópico que trata especificamente do objetivo central de estudo.

A primeira parte situa a relação entre cooperativismo, agricultura familiar e desenvolvimento local, elencando alguns conceitos e apresentando as práticas cooperativas como um movimento com potencial de alcance para fomentar o desenvolvimento local. A segunda parte apresenta as principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar brasileira: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional da Alimentação Escolar, fortemente estabelecidos nos municípios, e que têm demonstrado ocupar um papel de destaque na dinamização do rural e do urbano local, e finalmente, a terceira parte, analisa como uso mais estratégico das compras públicas pode fomentar a inserção das cooperativas da agricultura familiar nos mercados, contribuindo para o seu desenvolvimento e apontando a existência de sinergias positivas na relação entre o desenvolvimento das cooperativas e a implementação operacionalização da política pública com ato de venda ao Poder Público.

A importância deste trabalho está em ampliar as discussões sobre o potencial que a demanda de bens e serviços da administração pública tem de intensificar positivamente os resultados visados pelo Estado, quando desempenha o papel de promotor de políticas redistributivas e indutor do desenvolvimento econômico.

Face o que foi exposto, as compras Públicas se estabelecem como uma forma de aplicação de recursos públicos que podem contribuir, apoiar e estimular grupos ou segmentos da sociedade considerados vulneráveis – agricultura familiar organizada em cooperativas- para se fortalecerem mutuamente, bem como se



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

consolidarem como organização coletiva que gera emprego e renda impulsionando o desenvolvimento local.

## 2. COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O movimento cooperativista caracteriza-se como um movimento social que surgiu com o despertar do sistema capitalista no final do século XVIII e início do século XIX, em um período que foi marcado pelas relações de conflito entre capital e trabalho provocadas pelas péssimas condições, que levaram a classe operária a se organizar de forma associativa, contrapondo-se às novas imposições do mercado formal de trabalho provocadas pelo modo de produção capitalista.

Atualmente, discute-se muito a criação de modelos de desenvolvimento alternativos aos modelos de desenvolvimento atuais. Busca-se uma nova forma que possibilite ampliar quotidianamente o cânone da produção com a promessa de emancipação social. Santos (2005)

Entre essas formas alternativas, despontam o pensamento associativista aliado com a prática cooperativa que, ao longo dos anos, vem demonstrando ser uma possibilidade viável de desenvolvimento capaz de resistir tanto aos ataques provenientes das teorias do socialismo centralizado, quanto do liberalismo individualista.

Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil. Como prática econômica. Hirst (1994) citado por Santos (2005).

Ainda sobre o cooperativismo Birchall (1997) citado pelo mesmo autor, diz que como prática econômica ele se inspira nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade.

Para Singer (1980) citado por Cunha (2003) o fenômeno do cooperativismo tem crescido atualmente, pois constitui-se como resposta ao desemprego e à exclusão social, ou melhor, à crise da sociedade salarial vigente.

Segundo Rosa (1999) citado por Zenaro (2017) pontua que um dos fatores determinantes para que os agricultores familiares não conseguissem acompanhar as alterações do cenário econômico, na década de 90, foi que nesse período, ocorreu a entrada de grandes volumes de produtos estrangeiros, atrelados à inserção de novas tecnologias, ocasionando a perda de competitividade frente aos concorrentes, pois a agricultura brasileira, que antes era protegida, tornou-se exposta à concorrência internacional.

Em resposta a essas profundas mudanças, surgem então umas das possibilidades de organização coletiva, as cooperativas da agricultura familiar, que se apresentam como um contraponto à sociedade capitalista. Oliveira (2006)



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

No âmbito da agricultura familiar, a criação de associações e cooperativas vem sendo destacado pela literatura como um canal importante de produção, organização de produção, agregação de valor e de comercialização da produção. Pires (2003) citado por Ribeiro et. al (2013).

A agricultura familiar sempre representou uma forma de contribuição na oferta de alimentos para os lares brasileiros, inegavelmente. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, sendo que a metade deles está na Região Nordeste. BRASIL. SEAD<sup>1</sup> (2018)<sup>2</sup>.

A Lei 11.326/2006<sup>3</sup> que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A atual redação traz o conceito de Agricultor familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

As cooperativas além de despontarem como uma forma de organização coletiva que possibilitam a potencialização das vantagens próprias do grupo de agricultores familiares neutralizando as desvantagens competitivas, também viabilizam o desenvolvimento local. Zenaro (2017) confirma isso apontando que há uma estreita relação entre os princípios norteadores do movimento cooperativista e desenvolvimento local, visto que a preocupação com a comunidade é o que sustentará a cooperativa no futuro e será permanentemente necessário para comandar os seus diferentes sistemas sociais, políticos, culturais e econômicos.

Na linha proposta por Amartya Sen (2010), o desenvolvimento é entendido não como sinônimo de crescimento da riqueza e sim como conjunto de fatores que resultam na melhoria das condições da vida da população, cuja sustentabilidade requer a interação de aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, bem como uma visão de longo prazo e a participação social.

---

<sup>1</sup>A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República-Sead foi criada em maio de 2016, substituindo o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

<sup>2</sup>Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 23 de out. de 2018.

<sup>3</sup>Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em 23 de out. 2018.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Alinhado à ideia de que desenvolvimento remete à melhoria da qualidade de vida, não se restringindo a critérios econômicos, Buarque (2008) destaca que o conceito de desenvolvimento local deve ser entendido como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e a competitividade da economia local.

### **3. A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.**

Conforme exposto, os produtores da agricultura familiar além de sofrerem os efeitos negativos gerados pelo processo de globalização na década de 90, também foram afetados, ao longo dos anos, por políticas agrícolas brasileiras que eram orientadas a conduzir à modernização da estrutura de produção agropecuária, tendo como foco principal o aumento da produtividade a partir da incorporação de avanços tecnológicos, e como público-alvo a empresa rural capitalizável, caracterizada por grandes extensões de terra, com acesso garantido a abundantes subsídios fiscais e creditícios (FERREIRA, SILVEIRA e GARCIA, 2001 citado por LEAL, VALLE e SILVEIRA, 2017).

Ainda sobre o fato de os agricultores familiares não terem sido contemplados em ações específicas pelo Estado, Grisa e Schneider (2015) afirmam que, historicamente, a agricultura familiar ou “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no País.

Esse processo foi responsável por grandes impactos sociais e ambientais no meio rural, pois além de interferir na dinâmica populacional brasileira, não alterou a estrutura fundiária, provocando uma crescente marginalização dos pequenos agricultores familiares e reproduzindo um padrão de desenvolvimento rural bastante excludente e desigual. Silva (2012).

Como consequência das reivindicações realizadas pelos trabalhadores rurais e por outros grupos sociais que tinham como objetivo estabelecer meios necessários ao fortalecimento da produção agrícola familiar no Brasil, o Estado passou a dar maior relevância as questões dos agricultores de base familiar, como alegam os autores Tonneau e Sabourin (2007).

Diante disso, em meados de 1990, agricultura familiar tornou-se protagonista e objeto de políticas públicas que demonstravam que a partir daquele momento essa categoria social e política passaria a ser reconhecida pelo Estado brasileiro para a construção de políticas diferenciadas de desenvolvimento social e econômico.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Segundo o entendimento de Coca (2015) as políticas públicas são resultado da disputa pelo Estado entre as classes sociais e interferem de maneira direta na conflitualidade entre o campesinato e o agronegócio. De acordo com a correlação de forças, elas podem manter o status quo ou contribuir para sua superação.

Vale ressaltar que o quantitativo de ações, políticas, novos instrumentos e estratégias, que se agregam, com a finalidade de fortalecer o pequeno produtor rural foi ampliado consideravelmente, ao longo dos anos. Contudo, este estudo irá se pautar na apresentação das três principais políticas públicas que exercem papel de grande importância na manutenção e reprodução social e econômica da agricultura familiar na escala local: Pronaf, PNAE e PAA.

### 3.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf

Dentre estes mecanismos de apoio ao agricultor, o principal foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf, que entrou em execução em 1996.

Esse programa tem como intuito propiciar financiamento à implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar. BRASIL. SEAD (2018)<sup>4</sup>.

Silva (2012) afirma que o Pronaf alcança considerável dimensão com operações em todo o território nacional, consolidando-se como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil e representando uma injeção considerável de recursos monetários na economia de muitos municípios, com destaque para os mais pobres.

### 3.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar para a cobertura de dias letivos. BRASIL. SEAD (2018)<sup>5</sup>

Com o advento da lei nº 11.947, de 16 junho de 2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. (MDS, 2018)

---

<sup>4</sup>O que é a agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em: 23 de out. de 2018.

<sup>5</sup>Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: 50 anos. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/component/k2/item/95?Itemid=841>>. Acesso em: 23 de out. de 2018.



### 3.3 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Segundo Fagundes (2015) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), contribui para a erradicação da fome e estimula a produção local sustentável.

O mesmo autor descreve que o funcionamento do PAA ocorre de forma que parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente (isenção de licitação) dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social (restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, APAE'S, asilos e abrigos).

## 4. O USO DO PODER DE COMPRAS DO ESTADO

As compras governamentais brasileiras movimentam recursos estimados entre 10% a 15% do PIB Silva e Barki (2012) mobilizando setores importantes da economia. Devido ao reconhecimento da importância do uso eficiente dos recursos públicos, a Constituição Federal de 1988 trouxe no inciso XXI, do art. 37, a previsão legal que obriga que as obras, serviços, compras e alienações públicas sejam feitos por meio de processo licitatório, assegurando igualdade de condições a todos os concorrentes.

Diante desta determinação legal foram elaboradas vários institutos normativos que tratam sobre licitações e contratos com a administração pública, entre eles o mais importante é a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993<sup>6</sup>.

Para cientificar os interessados em contratar com a administração pública são utilizados dois instrumentos: o edital e a carta-convite, onde constam todas as condições e exigências para contratação de um serviço ou aquisição de um bem, salvo quando há dispensa ou inexigibilidade da licitação.

Conforme disposição na lei geral de licitações, as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade podem ocorrer em razão do pequeno valor, de situações excepcionais, do objeto buscado ou da pessoa a ser contratada, mas sempre baseadas nos casos especificados na legislação.

Alexandrino (2015) conceitua licitação como um procedimento administrativo que observada a igualdade entre os participantes, deve ser selecionada a melhor proposta dentre as apresentadas pelos interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações a que eles se propõem.

---

<sup>6</sup>BRASIL. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Ainda o mesmo autor pontua que Licitação traz a ideia de disputa isonômica que tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa, visando o menor preço, aos interesses da administração com vistas à celebração de um contrato administrativo, entre ela e o particular vencedor do certame, para a realização de obras, serviços, concessões, permissões, compras, alienações ou locações.

A preocupação com o menor preço e trazer maiores vantagens à administração pública acaba sendo justa, principalmente num país em que os recursos públicos são invariavelmente escassos.

A partir de promulgação da lei no 12.349, de 21 de junho de 2010 que incorporou a “promoção do desenvolvimento nacional sustentável” aos objetivos precípuos da licitação, no que conta com amparo constitucional, ampliou o rol de objetivos a serem perseguidos pelo processo de compras que anteriormente era mais focado na seleção da proposta mais vantajosa era o objetivo precípuo da licitação.

Squeff (2014) sustenta que a análise das novas condições para licitações e contratações públicas, viabilizadas principalmente pelo advento da Lei no 12.349/2010, permite observar um movimento no sentido de compatibilizar nestes atos administrativos novos objetivos de políticas públicas. Se outrora a condição de vantagem das propostas era analisada, na grande maioria das licitações, apenas sob a ótica da economicidade, passa agora a administração a admitir que a proposta mais vantajosa possa ensejar o desembolso de valores superiores sob determinadas condições consideradas necessárias para a promoção do desenvolvimento nacional sustentado.

Outra iniciativa atinente ao uso consciente e racional das compras governamentais que vem sendo apontado por alguns autores como um meio de propiciar o desenvolvimento econômico e social é aquisição da produção dos agricultores familiares por meio de cooperativas, organizações coletivas que passaram a desempenhar um papel fomentador do desenvolvimento econômico pela mediação e articulação que exerceram entre os diferentes agentes econômicos, sendo os principais braços desta integração.

Visando facilitar a inserção dos agricultores familiares no PNAE, o FNDE regulamenta a utilização da Chamada Pública, procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações para o PNAE, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal sejam cumpridos, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (2018)

Para ser contemplado nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, bem como venderem a produção ao Estado, os agricultores e agricultoras



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

familiares precisam estar organizados em associações ou cooperativas, nas quais no mínimo 70% de seus sócios devem ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e pelo menos 55% do volume de sua produção beneficiada, processada ou comercializada seja oriunda de seus sócios com DAP.BRASIL. SEAD, 2018<sup>7</sup>.

Perante o exposto, após realizadas as explanações acima que tem como intuito trazer à baila o arcabouço legal que rege os procedimentos de compras e como ele se concretiza na execução dos gastos públicos, bem como apresentar como o Estado, aos poucos, por meio de legislações e políticas tem incorporado um novo sentido às compras públicas de alimentos. Alguns autores tem argumentado favoravelmente a esse movimento, entendendo que essa nova perspectiva, em relação às compras governamentais, pode funcionar como uma mola propulsora de fortalecimento mútuo entre os atores envolvidos nesse processo, ocasionando uma melhoria nos resultados.

Sobre a sinergia positiva na relação entre o desenvolvimento das cooperativas e implementação e operacionalização das políticas públicas de compra, os autores Cunha, Freitas e Salgado (2017) argumentam que o fato de os agricultores se organizarem em cooperativas contribui tanto para os agricultores, pois ela realiza todo o trabalho de organização de documentação e planejamento para acessar os mercados institucionais, bem como mercados convencionais; quanto facilita operacionalização e implementação das políticas públicas (PAA e PNAE) pois orienta os produtores da agricultura familiar como se adequarem às exigências legais e estabelecem uma nítida relação com a prefeitura para negociar o processo de aquisição de alimentos.

Conte (2013) observa que visando potencializar o papel do estado como promotor de políticas redistributivas e indutor do desenvolvimento econômico, o poder de compra governamental pode ser utilizado estrategicamente dando à demanda de bens e serviços da administração pública uma função econômica e social.

Por contribuir com a entrada do pequeno produtor no mercado e dar condições de concorrência a ele, por consequência colabora com o desenvolvimento e fortalecimento das cooperativas e otimização dos resultado, ampliando condições de geração de renda. Grisa e Schneider (2014) destacaram que o acesso a mercado é um dos maiores gargalos da agricultura familiar e limita o aumento da produção pelas famílias pela limitada fonte de recursos acessados.

Conte (2013) ratifica os argumentos dos autores que foram citados anteriormente, quanto ao fato de o processo de contratação pelo poder público realizado pela administração pública representa uma política efetiva que viabilize estratégias locais de desenvolvimento econômico sustentável, visando à geração de emprego e renda, ou mesmo à erradicação da pobreza com diminuição das desigualdades sociais.

---

<sup>7</sup>Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-DAP Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/faq>>. Acesso em: 23 de out. de 2018.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a implementação do Pronaf, PNAE e PAA e é uma construção social que se edifica no processo de interação dentre os diversos atores que se envolvem com a prática da compra institucional de alimentos.

Ficou evidente que, por meio da leitura dos autores referenciados no texto, que as metas estabelecidas nos programas constantes nessas políticas públicas podem contar como um meio de concretização e alcance de resultados, os procedimentos de aquisição de gêneros alimentícios por meio das compras governamentais, já que ao realizar absorção da produção do pequeno produtor rural da agricultura familiar, há uma indução ao aumento da produção; intensificação da qualidade dos produtos, valorização do trabalho familiar e diversificação do que é produzido propiciando o fortalecimento de cooperativas e associações camponesas.

Como bem destaca a Abrandh (2012), citado por Conte (2013) a valorização do modelo da agricultura familiar e camponesa frente ao modelo agroexportador indica para um círculo virtuoso, onde a família rural tem seu trabalho valorizado e com garantia de mercado, configurando-se, assim, condições que possibilitam a rearticulação entre produção e consumo, no sentido de propiciar relações de trocas, negociações e suporte entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE.

Em virtude dos fatos mencionados, os governos estão diante da difícil tarefa de aprender a fazer uso do seu poder de compra de forma a garantir o desenvolvimento econômico e social. Precisam aprender a comprar produtos e serviços de qualidade pelo menor preço, garantindo também o desenvolvimento econômico regional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 25 de jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso em: 23 de out. 2018.

BRASIL. **Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) Acesso em: 23 de out. 2018.

BUARQUE, Sergio. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

COCA, E. L. de F. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu – PR. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 18, nº. 26, Edição especial, p. 165-182, 2015.

CONTE, N. C. **O Poder de Compras dos Municípios como fator de desenvolvimento Local/Regional**. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2013, Rio Grande do Sul :UNISC, 2013.

CUNHA, Gabriela C.; SOUSA, A. R. de; DAKUZAKU, R. Yoneko. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

CUNHA, W. A. da; FREITAS, A. F. de; SALGADO, R. J. dos S. F. **Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG**. Tese (Doutorado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2017.

FAGUNDES, J. L. **As relações entre Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural**. Tese (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande. 2015.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. In: **Revista RESR**, Piracicaba- São Paulo, Vol. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.

LEAL, P. da R; VALLE, C.D; SILVEIRA, V.C.P. **Avanço do Programa Nacional de Fortalecimento Da Agricultura Familiar – Pronaf**. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2013, Rio Grande do Sul :UNISC, 2017.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Cultura Solidária em Cooperativas: Projetos Coletivos de Mudança de Vida**. São Paulo: USP, 2006.

ROCHA, A. J. R. da. **Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: Uma Análise dos Impactos Socioeconômicos do Pronaf no Território Médio Jequitinhonha - Mg**. Texto para discussão/pesquisa econômica aplicada. Brasília: Ipea, 2012.

RIBEIRO, K.A; NASCIMENTO, D.C. do; SILVA, J.F.B da. **Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do**



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

núcleo VI – Petrolina/PE. In: **Revista Teoria Econômica e Evidência**, Pernambuco, Ano 19, jan/jun, n. 40, p. 77-101, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, R. C.; BARKI, T. V. P. Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 63, n. 2, p. 157-175, 2012.

SQUEFF, F. de H. S. **O poder de compra governamental como instrumento de desenvolvimento tecnológico**: análise do caso brasileiro. Texto para discussão/pesquisa econômica aplicada. Brasília: Ipea, 2014.

TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. **Agricultura familiar**: interação entre políticas e dinâmicas locais ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 15/01/2019



## **O COOPERATIVISMO E AS REDES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DA COOPAZÇU NA COMUNIDADE DE NAZARÉ – AMAZONAS**

### **COOPERATIVISM AND SOCIAL NETWORKS FOR RURAL DEVELOPMENT: THE CASE OF COOPAZÇU IN THE COMMUNITY OF NAZARE, AMAZONAS**

Wendell Lima Bandeira\*

#### **Resumo**

Este trabalho busca fazer uma análise do cooperativismo e sua conexão com as redes sociais como fator de desenvolvimento em comunidades rurais na Amazônia, tomando como caso a cooperativa Coopazçu, localizada na área rural do município de Parintins, Amazonas. O objetivo do mesmo se baseia na análise de como ocorrem as dinâmicas de interações sociais existentes na comunidade na formação de uma estrutura de governança articulada pelos próprios atores sociais e de que forma a cooperativa local, ao desenvolver suas atividades econômicas, sociais e ambientais, contribui na busca de um desenvolvimento rural a partir das redes sociais. Para isso, será utilizada como metodologia a revisão bibliográfica, abordando as teorias e a conceituação que se relacionam com o objeto de estudo, tais como: o desenvolvimento a partir do Ator e interações com as redes sociais, o capital social presente nas organizações, o movimento cooperativismo e os valores de reciprocidade, confiança e cooperação, entre outros referentes à temática. Também serão utilizados dados referentes a uma pesquisa de campo realizada na comunidade onde está localizada a cooperativa. Os dados serviram pra demonstrar como a cooperativa estabelece suas relações sociais com vistas ao desenvolvimento da região onde se localiza e como os atores locais utilizam as redes sociais para impulsionar seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Cooperativismo, Redes Sociais, Desenvolvimento, Coopazçu.

#### **Abstract**

This work seeks to make an analysis of cooperativism and its connection with social networks as a development factor in rural communities in the Amazon, taking as a case the Coopazçu cooperative, located in the rural area of the municipality of Parintins, Amazonas. The objective of this study is to analyze the dynamics of social interactions in the community in the formation of a governance structure articulated by the social actors themselves and how the local cooperative in the development of its economic, social and environmental activities contributes to the search for rural development from social networks. For this purpose, the bibliographic review will be used as methodology, addressing the theories and conceptualization that relate to the object of study, such as the development from the Actor and interactions with social networks, the social capital present in organizations, the cooperative movement and values of reciprocity, trust and cooperation, among others referring to the theme. Data will also be used for a field survey conducted in the community where the cooperative is located. The data served to demonstrate how the cooperative establishes its social relations for the development of the region where it is located and how local actors use social networks to boost their development.

**Keywords:** Cooperativism, Social Networks, Development, Coopazçu.

---

\* Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). E-mail: [wendellbandeira@gmail.com](mailto:wendellbandeira@gmail.com)



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*  
**Introdução**

A emergência de um modelo de desenvolvimento capaz de solucionar os problemas da humanidade nas suas mais diversas dimensões vem sendo estudado há bastante tempo, acompanhando a própria trajetória de evolução humana.

A princípio, o desenvolvimento estava ligado ao próprio termo de evolução do homem, tentando explicar o movimento histórico da humanidade e seu próprio sentido na terra. A conceituação de desenvolvimento veio, dessa forma, durante o processo histórico, se modificando ao passo do progresso da humanidade.

De início, relacionando-a com a natureza, como aquilo que está no ciclo do crescimento - nascer, crescer, maturar, declinar, morrer e recomeçar. Com o advento do cristianismo, na virada do século IV e V, com Santo Agostinho, a variável divina entra no ciclo do desenvolvimento acima citado.

Com o racionalismo e o progresso científico, já no século XVII, a ideia de desenvolvimento se assemelha à ideia de progresso, sendo inaugurado no Iluminismo e na Revolução Industrial. Na virada do século XIX para o século XX, com a crescente institucionalização do campo científico, a ideia de desenvolvimento esteve completamente atrelada ao crescimento econômico.

Por fim, ainda no século XX, a ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento não respondia mais à preocupação para que o conjunto da sociedade alcançasse uma situação de bem-estar e igualdade social (FAVARETO, 2007).

Nessa perspectiva, é posterior à Segunda Guerra Mundial, com os aportes das ciências sociais, como sociologia e antropologia, que começaram a ser analisados os fatores macro do desenvolvimento, principalmente no que dizia respeito ao atraso econômico e ao empobrecimento da população.

Nesse sentido, busca-se verificar a proposta da teoria de desenvolvimento a partir dos atores locais, encabeçada por Long e Ploeg, sendo uma saída para a compreensão de um novo conceito de desenvolvimento que busca examinar as relações das redes sociais nas estruturas institucionais postas na sociedade. Assim, este trabalho tem como objetivo fazer uma análise do cooperativismo e sua conexão com as redes sociais como fator de desenvolvimento em comunidades rurais na Amazônia, tomando como caso a cooperativa Coopazçu, localizada na área rural do município de Parintins, Estado do Amazonas.

Considera-se que a cooperativa forma uma instituição capaz de estabelecer essas relações sociais em rede por meio de valores como reciprocidade, confiança e cooperação que contribuem para o aumento do capital social dos Atores que estão postos nessa rede e, assim, colaborando para que haja desenvolvimento local.

Os aspectos metodológicos se baseiam na pesquisa bibliográfica para a compreensão da problemática da pesquisa. Também se utilizou o estudo de caso da cooperativa localizada em uma área rural na Amazônia para ser objeto de análise. Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa de campo realizada entre



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

junho-novembro de 2017 na sede da cooperativa, juntamente com os atores sociais que pertencem à região.

Assim, este trabalho está estruturado, além da introdução e considerações finais, em três tópicos, sendo o próximo tópico uma abordagem sobre o histórico do cooperativismo. O segundo tópico trata da análise das redes sociais numa perspectiva focada no Ator e o seu Capital Social. O último tópico traz o estudo de caso da cooperativa e sua conexão com as redes sociais.

## **1. Cooperativismo: surgimento e sua relação com desenvolvimento rural**

Aqui, serão discutidos o surgimento do movimento cooperativista e sua chegada no Brasil e de que forma na atualidade esse movimento contribui para o desenvolvimento de comunidades onde por meio da cooperação em que os atores sociais estabelecem vínculos de confiança, reciprocidade e ação coletiva na busca de desenvolver uma atividade em comum para o desenvolvimento local.

A história do movimento cooperativista, como a maioria da emergência de resistência, surge a partir da união e da força da classe trabalhadora diante das precarizações e seu empobrecimento causado pela Revolução Industrial. A ajuda recíproca, a união e a cooperação para se livrar da miséria começaram a tomar conta dos trabalhadores, principalmente os tecelões, grupo bastante impactado no período da revolução.

Assim, é a partir desse movimento de união e de resistência às forças do capitalismo que estava se iniciando na Inglaterra que se tem o surgimento do chamado cooperativismo moderno, que durante seu amadurecimento perpassou pelas ideias de vários pensadores socialistas que buscaram reagir contra as injustiças sociais que vinham acontecendo na Europa com a Revolução Industrial no século XIX, e de maneira mais organizada, tendo como grandes entusiastas: os Probos Pioneiros de Rochdale, SchulzeDelitzsch e Raiffeisen (MLADENATZ, 2003).

De acordo com Sales (2010) iniciativas anteriores aos pioneiros cabem ser destacadas, mesmo não tendo obtido o mesmo sucesso em suas experiências, como os primeiros cooperativistas Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Phelippe Joseph Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882), sendo que estes já se caracterizavam como socialistas mediante as desigualdades sociais causadas pelo capitalismo. Assim, segundo Bioaloskorki (2006, p.23) “a cooperação e o próprio cooperativismo são discutidos, inicialmente, por uma linha de pensadores econômicos, os socialistas chamados de utópicos, e entre eles os associacionistas”.

Sales (2010) destaca ainda a influência de pensadores filósofos e utopistas que por meio de suas obras já aspiravam a uma organização social constituída de maneira racional em que se eliminavam as diferenças econômicas e implantava-se o bem-estar coletivo, como em “A Republica” de Platão (428 a.C.-347 a. C.), “Utopia” de Tomas Morus (1470-1535), “A Nova Atlantis”, de Francis Bacon (1561-1626) e “A cidade do Sol” de Tomás Campella (1568-1639).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Esses pensadores influenciaram de certa forma a concepção de uma doutrina cooperativa por meio das ideias dos autores acima citados, que surgiram na Inglaterra e na França, países que encabeçaram o progresso intelectual, bem como o desenvolvimento industrial da época moderna.

Essas primeiras iniciativas não obtiveram tanto sucesso devido às condições políticas desfavoráveis, porém, cabe reconhecer que eles também deixaram suas contribuições para os princípios que estão na base da organização e funcionamento das cooperativas modernas. Como exemplo disso, temos a figura de Robert Owen, considerado como o pai do cooperativismo, onde muitas de suas ideias foram evidenciadas nos estatutos dos pioneiros de Rochdale e formam parte da doutrina cooperativista que conhecemos na atualidade (BIALOSKORKI NETO, 2006).

Como pontua Mladenatz (2003), o desenvolvimento atual na qual conhecemos o cooperativismo iniciou-se na época do surgimento do capitalismo, tendo na Inglaterra seu bojo como o liberalismo econômico de Adam Smith,

A cooperativa é em geral considerada uma instituição dos tempos modernos da época capitalista. Em todo tempo, existiu um espírito de cooperação, bem como realizações que muito se aproximaram das atuais formas cooperativas. Não é menos verdade que foi na época moderna que o movimento cooperativo teve a seu alcance todos os elementos favoráveis a um verdadeiro desenvolvimento. Foi o regime econômico e jurídico moderno, o regime do liberalismo econômico e da liberdade de trabalho e da associação que criou as condições necessárias à criação das associações cooperativas de diferentes espécies (MLADENATZ, 2003, p. 22-23).

Sob esse prisma, foi necessário um certo amadurecimento de ideias para que se chegasse a um sistema cooperativo com princípios e valores como se verifica na atualidade. Esse amadurecimento teve em seu cerne, a organização de alguns tecelões de flanela do Vilarejo de Rochdale (Inglaterra) que, na qual reunidos em conselho, buscavam uma alternativa para superar a miséria que se instalava devido à precariedade do trabalho dos grupos de operários. Assim em 1843, com um dos participantes pioneiros, Holyoake, muito influenciado pela ideia de Owen e King, resolve-se formar uma sociedade cooperativa.

Dessa forma, em outubro de 1844, é criada a cooperativa de consumo denominada “Rochdale Society of Equitable Pioneers”, que em seu estatuto coloca-se como uma nova sociedade com bases éticas e econômicas diferenciadas que servirá de espelho para que se constituam outras colônias com características de justiça social e cooperação entre seus membros. Nesse sentido, esse fato é considerado, até os dias atuais, o início do movimento cooperativista mundial, ou seja, o marco fundamental do cooperativismo moderno, que ainda hoje rege os princípios da Aliança Cooperativa Internacional e as organizações cooperativas em níveis nacionais (MLADENATZ, 2003; BIALOSKORKI NETO, 2006).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Tendo sua emergência na Europa, o cooperativismo se espalhou pelo mundo, se diversificando nas mais diferentes modalidades e sistemas econômicos, sociais e culturais. No Brasil, não há como precisar o início do movimento cooperativista, mas dados estabelecem que ainda em 1610, com a constituição das primeiras reduções jesuítas no Brasil, formou-se a construção de um estado cooperativo em bases integrais, fundamentando-se em uma sociedade solidária, baseada no trabalho coletivo e no bem-estar das famílias. Porém, foi com a chegada dos primeiros colonos europeus em Santa Catarina entre 1842-1845 e no Paraná, entre 1847-1890, que se buscou implantar as cooperativas baseadas no modelo reformador europeu de cooperação, principalmente pelas ideias de Charles Fourier, com o médico francês Jean Maurice Faivre, que criou no Paraná, a Colônia Tereza Cristina, sendo que a mesma teve uma breve existência (REISDOFER, 2014).

Segundo Silva (2009) a partir de 1891, sob forte influência dos Pioneiros de Rochdale e dos imigrantes europeus que estavam no Brasil, fundou-se em Limeira, São Paulo, a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. Em 1894, no Rio de Janeiro, constituiu-se a Cooperativa Militar de Consumo do Distrito Federal. Por sua vez, em 1895, surgiu em Recife a Cooperativa de Consumo Camarajibe e, a partir de 1907, em Minas Gerais, foram organizadas as primeiras cooperativas agropecuárias, que contribuíram fortemente para o desenvolvimento do país.

Assim, foram surgindo no Brasil diversas cooperativas, sempre baseadas nos modelos de cooperação que nasceu na Europa e foram trazidos por imigrantes para o país, como as emblemáticas cooperativas de créditos, que surgiram a partir de 1900, tendo como exemplo temos a primeira cooperativa de crédito criada, em 1902, em Nova Petrópolis (RS), pelo padre jesuíta suíço, Théodor Amstadt, que lançou a ideia de organização de uma caixa de crédito rural nos moldes das Caixas Raiffeisen, batizada pelos imigrantes alemães como *Sparkasse Amstad*. Essa cooperativa de crédito existe até os dias atuais, sendo a mais antiga cooperativa deste ramo em funcionamento no Brasil, atualmente denominada de Sicredi (FUNDAÇÃO SICREDI, 2014).

Pode-se observar que o movimento cooperativo foi de grande importância para um sistema de cooperação baseado na reciprocidade entre as classes trabalhadoras que possibilitou um desenvolvimento mais justo e solidário frente ao capitalismo que estava em expansão na Inglaterra. No Brasil, esse movimento teve seu estabelecimento principalmente com os imigrantes europeus que chegavam ao país. Atualmente, este movimento se estabeleceu e consolidou-se como uma forma de desenvolvimento para o país, sendo de início com as organizações dos setores de trabalho e posteriormente com as cooperativas de crédito, que surgiram como saída para as pequenas zonas rurais que não obtinham acesso a bancos convencionais, sendo uma alternativa para o desenvolvimento rural essas cooperativas de crédito.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Na atualidade, as cooperativas que de forma direta e indireta contribuem para o desenvolvimento do espaço rural assumem diversas formas, passando pelas organizações cooperativas de crédito, produção consumo, serviços e também de conservação do meio ambiente. Ressalta-se que esta última representa um fator fundamental para o equilíbrio sustentável para a manutenção das florestas e da biodiversidade brasileira, principalmente quando se trata das comunidades rurais da Amazônia, onde está localizada a cooperativa objeto deste trabalho.

Nesta perspectiva, o Estado passou a se preocupar no estabelecimento de um marco legal para a consolidação de cooperativas localizadas em áreas rurais do país para servirem como fator de desenvolvimento rural para o país, principalmente após a redemocratização, quando surgiu de forma mais consolidado o conceito de agricultura familiar, onde movimentos sociais do campo organizados como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros, pressionaram o Estado para que inserissem essa categoria na formação de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural (COSTA; AMORIN JR; SILVA, 2015).

Assim, as cooperativas localizadas em áreas rurais tornaram-se alvo de políticas públicas para o desenvolvimento desse espaço, tendo como marco os programas de aquisição de alimentos do governo federal, que possibilitou às cooperativas de produção ganhar espaço no fornecimento de alimentos para o Estado, mediante programas como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) entre outros, gerando trabalho, renda, especialização produtiva e desenvolvimento para as famílias de produtores rurais.

No próximo tópico, será abordado como ocorre o relacionamento dos atores sociais que formam as organizações cooperativas e de que forma os princípios, normas e valores determinados na instituição social são estabelecidos para que haja uma governança baseada nas redes sociais dos atores locais.

## **2. Rede Social, Capital Social e suas contribuições para a governança cooperativa**

Neste tópico será abordada a teoria das redes sociais no desenvolvimento, partindo do pressuposto do desenvolvimento sendo dirigido a partir dos próprios atores presentes nas comunidades, que por meios de suas relações sociais estabelecem normas e valores em suas instituições que direcionam a um objetivo em comum que é o desenvolvimento de sua localidade em uma perspectiva mais ampla, envolvendo os aspectos econômico, social, ambiental e cultural.

De acordo com Gonzales (2014) a perspectiva do desenvolvimento rural orientada pelo ator, proposta por Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg constitui



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

uma importante contribuição para o entendimento da América Latina no que diz respeito ao desenvolvimento rural.

Após a Segunda Guerra Mundial, começa a ser questionado o modelo de desenvolvimento que estava em prática no momento, baseado intensamente do crescimento econômico e individualista da economia clássica, a qual se mostra insuficiente para responder as transformações sociais pelas quais o mundo estava passando no momento. Nesse contexto, principia-se a busca por entender o desenvolvimento a partir dos atores locais, partindo de um desenvolvimento de baixo para cima, enfatizando a qualidade de vida desses sujeitos (OLIVEIRA, 2002).

De acordo com Gonzales (2014) a partir da década de 1990, na busca de entender o desenvolvimento a partir das dinâmicas sociais e trocas de fluxos que formam as relações humanas, a antropologia trouxe um novo olhar, desde a incorporação de aportes teóricos, para compreender o desenvolvimento na escala humana, tendo como precursores principalmente os representantes da Escola de Wageningen: Alberto Arce, Jan Douwe Van der Poley e Norman Long, incorporando os processos sociais humanos e os fatores externos no entendimento do desenvolvimento. Dessa forma, o ator intervém no processo de desenvolvimento, não sendo apenas um receptor de políticas públicas, mas sim, contribuindo e participando na construção desse processo.

Nessa ótica, o desenvolvimento parte do método de como os atores interagem com o meio interno e externo em um processo que se retroalimenta a fim de se alcançar um estágio de desenvolvimento no qual os atores sociais estão ligados por meio de estruturas que se formam em redes não estáticas, mas que são modificadas de acordo com a reciprocidade e cooperação estabelecidas dentro da rede.

Long parte do entendimento de Weber, isto é, que para analisar o desenvolvimento temos que compreender o significado e o comportamento das instituições e grupos que formam a sociedade a partir do indivíduo, como forma de tentar explicar suas ações sociais.

A partir deste entendimento de desenvolvimento acerca do ator, aparece outro fator importante para compreender esse processo; trata-se do Capital Social, o qual vai se estabelecer como meio de se alcançar o desenvolvimento humano e endógeno de determinada localidade e região. Logo, o Capital Social do indivíduo ou grupo social vai ser fundamental para a afirmação de trocas de reciprocidade e cooperação que determinam as redes sociais que são estabelecidos dentro da estrutura social formadora da sociedade.

Putnam (2007) ao tentar compreender o processo de desenvolvimento social e econômico do Norte e Sul da Itália, sendo que o Norte do país se desenvolvia com maior intensidade que o Sul, afirmou que o Capital Social se define como as relações sociais que formam a sociedade, a cooperação e a confiança que são estabelecidos entre as instituições que proporcionam a melhoria na qualidade de vida da população, criando uma capacidade da sociedade de conduzir o seu próprio



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

desenvolvimento. Nesse sentido, quanto mais organizada for uma sociedade, com normas e regras estabelecidas, mais fácil tende a ter a cooperação e a confiança entre os indivíduos, aumentando assim seu Capital Social.

Fukuyama (2002) corrobora para esse entendimento afirmando que o capital Social,

É um conjunto de valores ou normas informais partilhadas por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Espera-se que se os outros se comportarem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência (FUKUYAMA, 2002, p. 155).

Por sua vez, Abramovay (2000) ao discorrer sobre o Capital Social dentro do desenvolvimento rural, afirma que o entendimento do mesmo vai em contraposição do modelo de sociedade clássica que diz que esta é formada por um conjunto de indivíduos independentes que agem em função de benefícios próprios. Entretanto, para Abramovay, a noção de Capital Social permite ver que os indivíduos não agem de forma isoladas e seus comportamentos nem sempre se manifestam de maneira egoístas. Assim sendo, o Capital Social é formado por estruturas sociais que são recursos ativos que facilitam as ações dos indivíduos a fim que se atinja um objetivo em comum.

Nessa acepção, as redes sociais, por meio das interações entre os atores e o Capital Social, estão diretamente ligadas às formas de cooperação e associatividade que são estabelecidas dentro de comunidades, nas quais as cooperativas podem estar inseridas como instituições formais dentro desse contexto na busca de um desenvolvimento baseado na cooperação, confiança e reciprocidade entre os atores objetivando uma melhor qualidade de vida.

A cooperativa, que pode ser entendida como uma instituição presente dentro da estrutura social dotada de interações dos atores por meio de redes e Capital Social intrínseca, carrega como seus princípios cooperativos adjetivos que observamos no decorrer da discussão, dotada principalmente de fatores de reciprocidade, confiança e ação de cooperação. São esses princípios alocados no âmago do cooperativismo que estabelecem uma governança eficiente para que haja colaboração mútua a fim de se alcançar a um objetivo comum com finalidade de se desenvolver econômica e socialmente.

De acordo com Souborin (2010) a reciprocidade aparece no centro das relações humanas, sendo estabelecida como norma social universal, que é comumente encontrada em comunidades tradicionais camponesas e indígenas, sendo uma relação simétrica entre o indivíduo e o grupo e entre cada um dos indivíduos e o grupo, assim, formando uma rede e estabelecendo relações de reciprocidade.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Ainda segundo o autor, a reciprocidade é mais fielmente construída a partir da organização coletiva dos indivíduos, onde por meio de normas e regras estabelecidas na instituição formada, irá se criar um ambiente favorável para que haja cooperação entre os membros. Nesse sentido, a governança cooperativa dentro dessas instituições formadas terá maior eficácia, pois seus membros estarão dotados de confiança e reciprocidade o que faz com que as redes sociais estabeleçam um comportamento unitário para que sejam alcançada a finalidade comum que é a melhoria na qualidade de vida (SOUBORIN, 2010).

Nesse conseguinte, percebemos o quão importante se tornam as relações sociais dos indivíduos ou grupos para que suas interações nas estruturas internas e externas que são postas na rede possam colaborar para o aumento do Capital Social e da cooperação, na qual vão estabelecer uma boa governança cooperativa para que possam estabelecer resistência frente ao mercado tradicional. A esse processo, Polanyi denomina de “contramovimentos” e Long e Ploeg chamam de exercício do seu papel de “agência”, construindo suas próprias mudanças e melhores escolhas para avanço na qualidade de vida, buscando um modelo de desenvolvimento que seja realizado por meio dos atores nas redes sociais (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

### **3. A cooperativa Coopazçu como fator de desenvolvimento da comunidade de Nazaré, AM**

A cooperativa de Agro Turismo, Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das comunidades do Zé Açú (COOPAZÇU) tem se organizado desde seu surgimento, em 2014, para viabilizar o desenvolvimento comunitário sustentável da região do Zé Açú, sendo que a mesma se trata de uma área de assentamento de reforma agrária pertencente ao município de Parintins/AM.

A sede da cooperativa onde ocorrem as reuniões dos cooperados está localizada na comunidade Nossa Senhora de Nazaré e, juntamente com mais 12 comunidades rurais, faz parte da região do Zé Açú sendo que esta região está localizada na área de assentamento rural denominado Vila Amazônia, área rural do município de Parintins. A comunidade em destaque está a 10 km de distância da sede municipal de Parintins. O acesso à mesma ocorre por meio fluvial, sendo realizado através de pequenas e médias embarcações, como barco de recreio, lanchas e voadeiras. Em média, o percurso da viagem, saindo de Parintins até a comunidade, utilizando-se de voadeira ou lancha, demora cerca de 20 minutos. Conforme a figura 01.

A *priori*, o meio de organização da comunidade constituía-se de uma associação: a Associação de Produtores Rurais de Nazaré – ASPROZARÉ. A referida Associação iniciou o trabalho de organização das atividades rurais desenvolvidas na comunidade e a participação de demandas pelo poder público das necessidades da região também era representado pela associação nas reuniões. No entanto, percebeu-se que a mesma era limitada tendo em vista que algumas

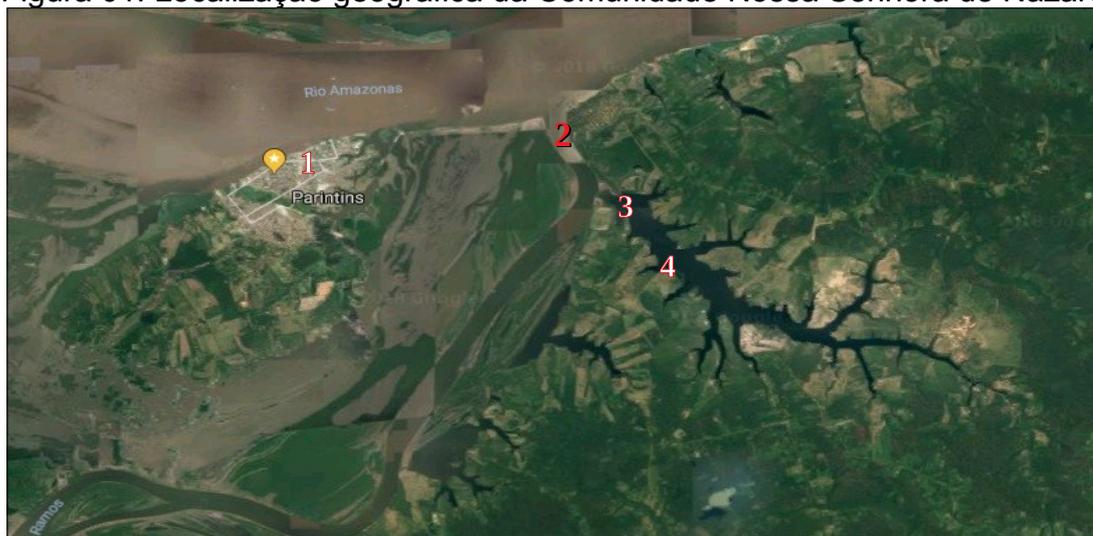


*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

atividades cuja comunidade almejava realizar na região que demandavam de recursos financeiros, sendo que essas atividades possibilitariam aos atores envolvidos uma alternativa de trabalho, renda e desenvolvimento local.

Com esse objetivo, no ano de 2014, houve a iniciativa da criação da cooperativa COOPAZÇU que, a partir de então, deu continuidade às atividades outrora já desenvolvidas pela associação que estava presente na localidade. A Cooperativa foi constituída no dia 26 de abril de 2014, sendo regulada pela Lei do Cooperativismo, princípios da autogestão e por meio do Estatuto próprio (Estatuto Social de Cooperativa, 2014).

Figura 01: Localização geográfica da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré



- 1 – Parintins/AM
- 2 – Assentamento Vila Amazônia
- 3 – Região do Zé Açú
- 4 – Comunidade de Nazaré

Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor (2018)

O movimento de cooperativismo na comunidade rural citada está caracterizado como uma cooperativa de economia solidária, pois se caracteriza por uma gestão solidária e de reciprocidade entre seus membros, através da qual, por meio de uma relação social de “compadrio”, estabelecem redes de confiança para que possam ser desenvolvidas as atividades estabelecidas em seu estatuto para que seja capaz de gerar trabalho, renda e desenvolvimento local, melhorando a qualidade de vida das famílias.

Segundo Singer (2011) as organizações sociais e econômicas estabelecidas em áreas menos desenvolvidas, como é o caso das comunidades rurais da



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Amazônia, são geridas mais pelo ato de solidariedade do que pela própria competição de mercado. A economia solidária se põe no cerne das relações das organizações a fim de que proporcionem benefícios sociais e econômicos para seus membros, colocando-se nas brechas e carências que o sistema de economia dominante se nega a resolver.

Na Amazônia, essas características aparecem mais fortes nas redes sociais que formam as estruturas de cooperação que se estabelecem em suas comunidades rurais, comunidades indígenas, reservas extrativistas e outras comunidades tradicionais. Primeiro, porque são regiões dotadas de pouca capitalização econômica para organizar uma rede de cooperação para fins puramente econômicos. Segundo, como vantagem, é que essas comunidades possuem um Capital Social bastante forte, pois a reciprocidade, a capacidade de cooperação, o respeito mútuo e a solidariedade são virtudes intrínsecas nas instituições que formam essas regiões. Assim, essa ideia corrobora para a afirmação de Singer (2001, p. 106) que “a solidariedade substitui, em alguma medida, o capital faltante”.

Para Chaves (2001) as formas de organizações sociais na Amazônia se dão de maneira diferenciada, pois o sentimento de pertencimento se estabelece de forma mais acentuada. Em síntese, o fato de pertencer e estar vinculado a uma região que por si só já se representa como pujança social e ecológica, estabelece uma capacidade de ajuda mútua muito forte dentro da estrutura social que os indivíduos estão inseridos, conforme a autora pontua.

Os vínculos de (con) vivência entre os comunitários, os laços familiares, os sentimentos de pertencimento e de estabelecimento de acordos em busca de consenso, desencadeiam interações necessárias que geram condições de igualdade: as redes comunitárias de ajuda mútua (CHAVES, 2001, p. 81).

Nesse sentido, essas redes comunitárias são formadas pelas relações de reciprocidade e confiança que são estabelecidas nas instituições, mais ou menos formais, que estão localizadas nas comunidades rurais da Amazônia. Assim, percebemos o importante papel dos atores sociais e das instituições no processo de mudança e comportamento social nessas localidades para que possam alcançar o seu desenvolvimento.

A Coopazçu, como uma cooperativa solidária localizada em uma comunidade rural, desempenha as funções claras que estão em discussão neste trabalho, sendo que os princípios do cooperativismo e a base do desenvolvimento local por meio das redes sociais e do Capital Social aparecem intrínsecos dentro do ambiente de gestão e governança da cooperativa, assim como também nas estruturas que formam essa região.

Dentro da estrutura institucional que se encontra presente na região, a cooperativa está ligada em rede com instituições que colaboram e se retroalimentam



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

em fluxos de informações e atividades que servem para o fortalecimento e melhoramento das ações econômicas, sociais, ambientais e culturais. Estabelecendo relações com, por exemplo, a Secretária de Meio Ambiente, Cultura e Turismo da cidade de Parintins, o Campus de Parintins da Universidade Federal do Amazonas, o Escritório Regional do INCRA, e também outras organizações associativas dispostas ao longo das comunidades rurais da localidade.

A formação dessa rede social com as estruturas internas e externas possibilita que a cooperativa possa se fortalecer cada vez mais dentro da região do Zé Açú, colaborando para o desenvolvimento rural das comunidades que pertencem a sua área de atuação. Assim, a cooperativa mostra-se como uma instituição importante para o desenvolvimento rural da região, onde por meio de suas atividades econômicas, sociais, ambientais e culturais, colabora para a geração de trabalho e renda, assim como também para a manutenção das tradições culturais e do meio ambiente que é de suma importância para o desenvolvimento da principal atividade econômica da cooperativa, o turismo.

As atividades turísticas ofertadas pela cooperativa se constituem num dos principais fatores de desenvolvimento para a localidade. A região do Zé Açú é caracterizada por ser uma região de lagos de cor cristalina e de praias, ocorrendo o surgimento das praias no período da vazante na Amazônia, de tal forma que a região receba diversos turistas que se deslocam para passar o dia se banhando nas praias e fazendo turismo nas comunidades. Essa dinâmica é também facilitada devido ao fato de que a localidade fica próxima à cidade.

Nesse sentido, a comunidade de Nazaré, sendo uma comunidade polo da região e próxima às áreas de praia, oferece por meio da cooperativa algumas atividades turísticas utilizando o potencial cultural e ecológico presente. O quadro 01 demonstra algumas das atividades que são ofertadas pela cooperativa e que ao mesmo tempo que geram trabalho e renda para as famílias envolvidas no processo, também conseguem estabelecer uma ligação de conservação ambiental que é de grande importância para as regiões da Amazônia.

Dessa forma, percebe-se que uma das preocupações principais das ações da cooperativa diz respeito à preservação e à conservação do meio ambiente que se fundamenta como uma das práticas inerentes aos anseios dos povos que vivem e se organizam na Amazônia.

Diante dessa perspectiva abordada, a cooperativa opera na comunidade de Nazaré com a finalidade de levar desenvolvimento local para a região de sua atuação, Região do Zé Açú. Pode-se caracterizar esse modelo de desenvolvimento baseado da teoria de desenvolvimento local endógeno que parte do entendimento dos atores locais como fundamentais para se alcançar a melhoria na qualidade de vida da população local.



Quadro 01: Atividades turística desenvolvidas pela Coopazçu

|          | Ações de TBC na Comunidade de Nazaré | Características   |
|----------|--------------------------------------|---|
| <b>A</b> | Trilhas culturais                    | Realizadas na área da comunidade, onde são apresentadas as árvores históricas, as plantações, flora e fauna componentes essenciais do modo de vida local. |
| <b>B</b> | Passeios de canoa e/ou bote          | Realizados nos rios e áreas de matas alagadas da região também apresentando as paisagens e flora com fins de contemplação.                                |
| <b>C</b> | Soltura de quelônios                 | Realizada anualmente, tem-se um evento próprio com este fim de soltura objetivando a preservação da espécie faunística.                                   |
| <b>D</b> | Almoço típico regional               | Oferecimento de alimentos à base da criação comunitária de aves e atividade de pesca local, além dos sucos naturais e frutas como sobremesa.              |
| <b>E</b> | Banho de rio                         | Realizado nas praias da região do Lago do Zé Açú  |

Fonte: Cooperativa Coopazçu, organizado pelo autor (2017)

Segundo Braga (2002), o desenvolvimento local endógeno se mobiliza na utilização dos valores sociais e no fortalecimento das potencialidades locais para a diminuição das desigualdades sociais dos territórios partindo de uma concepção de desenvolvimento de baixo para cima, valorizando a identidade sociocultural e ambiental da localidade e buscando empoderar as instituições para que a participação dos próprios comunitários se torne o protagonismo de seu próprio desenvolvimento.

Nesse sentido, podemos ponderar que a cooperativa por meio de suas relações sociais postas entre os atores, torna-se o cerne do desenvolvimento a partir das redes sociais que são colocadas dentro das diversas instituições presentes na região e por meio do capital social que traz consigo a capacidade de cooperar por meio da reciprocidade e confiança, estabelecendo uma ação coletiva na governança cooperativa capaz de gerar uma ligação unitária na busca pela melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento da localidade.

### Considerações finais

A busca pelo entendimento do desenvolvimento a partir da perspectiva do Ator diante de suas relações nas redes sociais demonstrou-se como uma questão chave na análise da cooperativa estudada e como ela se relaciona com as



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

estruturas internas, sendo os próprios cooperados por meio da governança, e também com as estruturas externas, que são as instituições que estão presentes na região e colaboram por meio de fluxos que interagem e se retroalimentam através dos valores do Capital Social e ajudam na cooperação mútua na busca pelo desenvolvimento local.

O movimento cooperativo apresenta-se desde o seu surgimento como uma instituição capaz de estabelecer normas e regras que vão colaborar para uma ação coletiva baseada na reciprocidade, colocando os atores como principal instrumento de sociabilidade nas ações individuais e tendo como finalidade o alcance de objetivos comuns que trazem benefícios e melhoria na qualidade de vida para o grupo.

Assim, a Coopazçu se estabelece como uma importante instituição colaborativa na Região do Zé Açú, capaz de proporcionar por meio de sua organização social a melhoria na qualidade de vida das famílias locais, assim como também contribuir para a manutenção da identidade cultural dos atores bem como na conservação do meio ambiente; uma questão fundamental para a Amazônia.

Finalmente, cabe enfatizar que se torna cada vez mais necessário e urgente estabelecer e incentivar as organizações sociais na Amazônia, tanto por meio de cooperativas quanto por meio de associações, para que possam através de suas relações sociais estabelecer ligações com as instituições que compõem o tecido social e de forma que possam levar alternativas de desenvolvimento que compreendam a diversidade dos fatores, tanto econômicos quanto sociais, culturais e ambientais. Assim, contribuindo para um desenvolvimento com mais justiça social e não apenas em a serviço da economia.

## Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – n° número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.
- BIALOSKORKI NETO, Sigismundo. Aspectos econômicos das cooperativas / Sigismundo Bialoskorki Neto. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006. 222 p.
- BRAGA, Tania Moreira. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Rev. Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5 / maio, 2002.
- CHAVES, Maria P. S. R. Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. **Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica)** – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

- COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 01, p. 109-126, Jan/Mar 2015.
- FAVARETO, Erilson. O que é desenvolvimento?. Extraído (com atualizações) de Arilson Favareto / **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Ed. Iglu/Fapesp, 2007, p. 35 a 56.
- FUKUYAMA, F. "Capital Social". In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FUNDAÇÃO SICREDI. **A Trajetória do Sicredi**: uma história de cooperação – Sicredi's journey: a history of cooperativism / Fundação Sicredi; [tradução de Susan Abraham]. – Porto Alegre: Fundação Sicredi, 2014. 272 p.
- GONZALES, S. R.; PEREIRA, V. C.; SOLGIO, F. K. D. A perspectiva orientada pelo Ator em estudos sobre desenvolvimento rural. **Perspectivas Rurales. Nueva época**, Año 13, Nº 25, 2014.
- MLADENATZ, Gromoslav. **História das doutrinas cooperativas**. Trad.: José Carlos Castro; Maria da Graça Leal; Carlos Potiara Castro. Confebras: Brasília. 2003.
- OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo** / Vitor Kochhann Reisdorfer – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014. 106 p.
- SABOURIN, Eric. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elionor Ostrom ao debate. **Sustentabilidade em debate**, 2010.
- SALES, João Eder. Cooperativismo: origens e evolução. **Revista brasileira de gestão e engenharia**. Número I, jan-jun, 2010, p. 23-34.
- SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 180-219.
- SILVA, Michele Cristhina. Cooperativismo no Brasil: um estudo comparativo de três perspectiva com ênfase na região de Florianópolis. **Dissertação Mestrado** (Mestrado acadêmico em administração) Universidade do Vale do Itajaí, SC, 2009.
- SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. Estado**. Vol.16 n 1-2, Brasília, June/Dec. 2001.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 17/01/2019



**ROBERT OWEN: O “PAI DA COOPERAÇÃO”, A EDUCAÇÃO ESCOLAR  
(ADULTO E INFANTIL) E O MOVIMENTO SOCIALISTA**

**ROBERT OWEN: EL “PADRE DE LA COOPERACIÓN”, LA EDUCACIÓN  
ESCOLAR (ADULTO E INFANTIL) Y EL MOVIMIENTO SOCIALISTA**

Aline Ribeiro Rosa\*  
Dirceu Basso\*\*

**RESUMO**

O cooperativismo é o movimento que ressalta a economia solidária mediante o esforço do trabalho produzido coletivamente. Nesse contexto, destaca-se o conceito genérico e de forma ampliada na sua estrutura definida. Há várias diretrizes que regem as normas das cooperativas idealizadas desde o século XVIII, estudados por alguns pensadores que vão impulsionar as teorias para as práticas do bem social comum (o socialismo utópico). Os objetivos eram: a coletividade dos mecanismos de distribuição, a propriedade coletiva, a educação escolar gratuita, melhores salários, qualidade dos ambientes de trabalho, redução da jornada de trabalho e organização da sociedade sem a divisão de classes sociais. Nesse contexto o exemplo relevante desse “tipo” de socialismo será o educador autodidata Robert Owen, considerado o “pai da cooperação”, que vivenciou na prática as doutrinas por ele estabelecidas e o pioneirismo das escolas para os adultos e para as crianças dentro das suas fábricas.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; socialismo utópico; Robert Owen.

**RESUMEN**

El cooperativismo es el movimiento que resalta la economía solidaria mediante el esfuerzo del trabajo producido colectivamente, en ese contexto se destaca el concepto genérico y de forma ampliada en su estructura definida. Hay varias directrices que rigen las normas de las cooperativas idealizadas desde el siglo XVIII, estudiadas por algunos pensadores que van a impulsar las teorías para las prácticas del bien social común (el socialismo utópico). Los objetivos eran: la colectividad de los mecanismos de distribución, la propiedad colectiva, la educación escolar gratuita, mejores salarios, calidad de los ambientes de trabajo, reducción de la jornada de trabajo y organización de la sociedad sin la división de clases sociales. En este contexto el ejemplo relevante de ese tipo de socialismo será el educador autodidacta Robert Owen, considerado el “padre de la cooperación”, que ha vivido en la práctica las doctrinas que él estableció y el pionerismo de las escuelas para los adultos y para los niños dentro de sus hijos fábricas.

**Palabras clave:** Cooperativismo; socialismo utópico; Robert Owen.

\* Graduada em Arquitetura e Urbanismo, UEG, 2010. E-mail: [aline.r.rosa@hotmail.com](mailto:aline.r.rosa@hotmail.com).

\*\* Doutor em Desenvolvimento Rural e docente da Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA), com atuação no Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Unila e Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mestrado e doutorado, sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. Membro dos Grupos de Pesquisa: Observatório das Agriculturas Familiares Latino-Americanas (Observatório AFLA); Desenvolvimento Regional e Integração Latina-Americana; Grupo Interdisciplinar e Interinstitucional de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Sustentável. E-mail: [dirceu.basso@unila.edu.br](mailto:dirceu.basso@unila.edu.br).



## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o conceito de cooperativismo sob a ótica da personalidade do socialista do século 19, Robert Owen. O cooperativismo é o meio da manifestação da economia solidária no qual as pessoas ditas “excluídas” da sociedade têm a chance de encontrar no espaço, urbano ou rural, as diversas formas de inserção social e econômica. Assim, o cooperativismo é a alternativa que o ser humano idealizou (e realizou) na área econômica capaz de alcançar os fins sociais, ou seja, as melhores condições de trabalho, o valor deste trabalho como ‘moeda’ das trocas e as disciplinas ou normas ligadas a essa “engrenagem” para que toda “máquina humana” funcionasse consonante, associada e expandida naturalmente no fluxo das suas metas.

Nesse contexto do cooperativismo destaca-se a importância do empresário galês, educador autodidata e reformista social Robert Owen, considerado o “pai da cooperação” praticando os princípios do cooperativismo nas suas indústrias e lojas, revolucionando a educação escolar, adulta e infantil.

O princípio fundamental da sua prática era melhorar as condições de trabalho e não era só atingir as metas para o resultado da produção com a mão de obra humana, mas também educar, isto é, trazer para as fábricas a educação escolar a fim de seguir o currículo de aprendizagem no qual as crianças e os adultos atingissem seus objetivos sociais, culturais e econômicos. Adiante se observa o significado da palavra “socialismo” e “capitalismo” no contexto histórico, os pensadores utópicos e os socialistas científicos, os resultados das teorias ou práticas, a função Estatal, a religião e a sociedade proletária.

## 2 COOPERATIVISMO, SISTEMA SOCIALISTA E O CAPITALISMO

O conceito de cooperativismo é, segundo o dicionário da língua portuguesa, ajuda, assistência, auxílio, colaboração, e de forma ampliada alguns significados são bem mais estruturados, como: 1) ato de colaborar para a realização de projetos comuns ou o desenvolvimento da área do conhecimento; 2) ato de unir esforços para a resolução de determinado assunto ou problema, facilitando o acesso aos meios práticos para os conseguirem; 3) política de ajuda mútua econômica e cultural às comunidades ou aos países menos desenvolvidos. O cooperativismo é o movimento da articulação da produção, é o sistema econômico que faz das cooperativas a base de todas as atividades da produção. Historicamente, o cooperativismo começou em 1844, na cidade de Rochdale, Manchester, interior da Inglaterra. O grupo de 28 trabalhadores (27 homens e 1 mulher) não conseguiam comprar produtos básicos nos mercadinhos da região, a partir disso se uniram para montar o próprio armazém. O propósito era comprar alimentos de grande quantidade



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

para conseguir preços melhores, tudo o que fosse adquirido seria dividido igualmente entre o grupo. Dessa iniciativa surge a ‘Sociedade dos Probos de Rochdale’ – a primeira cooperativa que abriu as portas para os valores e princípios morais considerados a base do cooperativismo que são: honestidade, solidariedade, igualdade e transparência. A iniciativa dos 28 pioneiros ingleses prosperou e quatro anos após a criação esta cooperativa já tinha 140 membros, e em 1856 já contava com 3.450 sócios, o capital social passou de 28 libras para 152 mil libras esterlinas.

Seguindo a linha do tempo, mais adiante na História da humanidade recorda-se o significado da palavra ‘socialismo’ que, segundo o dicionário significa: 1) Designação dada à doutrina político-econômica cujos princípios se baseiam na coletividade dos mecanismos de distribuição, na propriedade coletiva e na organização da sociedade sem a separação por classes sociais; 2) Segundo a teoria Marxista (Karl Marx) é o período que se situa entre o fim do capitalismo e a efetivação concreta do socialismo; 3) Quaisquer modos de produção que se baseiam nessa doutrina na qual predominam os mesmos princípios (produtividade e propriedade coletivas, sociedade sem separação por classes sociais). A etimologia da palavra vem do francês, ‘socialisme’.

O *socialismo* como movimento estruturado assim se define segundo a doutrina política e econômica que surgiu no final do século XVIII e caracteriza-se pela ideia da transformação da sociedade através da distribuição equilibrada das riquezas e das propriedades, diminuindo a distância entre ricos e pobres. Nesse contexto, François Noël Babeuf ou Gracchus Babeuf, jornalista, foi o primeiro pensador que apresentou propostas socialistas sem fundamentação teológica e utópica como alternativa política.

Karl Marx nasceu na Prússia de pais judeus convertidos ao protestantismo em resposta às leis antijudaicas. Como jornalista voltou-se ao radicalismo político e econômico, era filósofo do movimento e afirmava que o ‘socialismo’ seria alcançado a partir da reforma social, com a luta de classes e a revolução do proletariado, pois no sistema socialista não deveria haver classes sociais nem propriedade privada. Para ele, todos os bens e as propriedades particulares seriam de todas as pessoas e haveria repartição do trabalho comum e dos objetos de consumo, eliminando as diferenças econômicas entre os indivíduos.

Marx e Engels escreveram o ‘Manifesto comunista’ conforme os movimentos revolucionários ganhavam força por toda a Europa. Tentaram oferecer o modelo radical por meio do qual o novo tipo de política de massa emergiria. Novos partidos de trabalhadores, tais como o SPD da Alemanha, adotaram o manifesto como referência e olhavam com confiança para o futuro no qual a grande massa popular exerceria o poder político e econômico. A política mudou da preocupação das elites para a atividade de massa, como milhões de pessoas juntando-se às organizações políticas, e – conforme o direito ao voto se espalhava – muitos milhões mais participando das eleições. (KELLY, 2013, p.168).



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

O sistema socialista é oposto ao sistema capitalista, o sistema capitalista se baseia na propriedade privada dos meios de produção e no mercado liberal, concentrando a riqueza no domínio da minoria (oligarquia). A origem do *socialismo* tem raízes intelectuais e surgiu como resposta aos movimentos políticos da classe trabalhadora e às críticas aos efeitos da Revolução Industrial (capitalismo industrial). Segundo KELLY (2013, p. 193) “o capitalismo é a forma específica de organizar a produção em resposta às necessidades materiais dos seres humanos. Surgiu ao mesmo tempo que as velhas formas feudais da produção chegavam ao fim”.

A burguesia seguia apegada às doutrinas liberais, hostis a qualquer intervenção do Estado na economia, como ensinava o inglês Adam Smith. Mas a situação de crise e miséria dos trabalhadores estimulava os pensadores a buscar remédio para tantos males e a procurar nova organização para a sociedade. Tentavam descobrir as causas das injustiças sociais e meios para solucioná-las. Dessas reflexões nasceram para as doutrinas socialistas. (ARRUDA, PILETTI, 2000, p.271).

Na teoria marxista, o socialismo representava a fase intermediária entre o fim do capitalismo e a implantação do socialismo e que sugeria reforma gradual da sociedade capitalista.

Quando o ‘Manifesto’ foi escrito, os autores previram o breve colapso do sistema capitalista. Na realidade, meados do século XIX, o capitalismo estava às portas de sua fase de maior expansão. Realizaram-se, porém, algumas outras previsões, como, por exemplo, a concentração do capital, o crescimento dos monopólios gigantescos, a limitação da competição e a repetição de crises econômicas. (DOWNS, 1969, p.189).

Historicamente, o Marxismo tem falhado na sua previsão de revolução socialista conduzida pelo proletariado, que não se tornou vanguarda (cultural, ética, histórica, intelectual, política ou revolucionária) nem extinguiu as classes sociais. (ROUANET, 2013, p.132).

## **3 O SOCIALISMO UTÓPICO E O SOCIALISMO CIENTÍFICO**

Os primeiros pensadores socialistas foram Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858). Embora seja tecnicamente possível para qualquer conjunto de ideias, ou qualquer pessoa que vivencia qualquer momento da história possa ser ‘*socialista utópico*’, o termo é mais frequentemente aplicado aos socialistas que viveram no início do século XIX, o qual foi atribuído o rótulo de “*utópico*” como “*termo negativo*” por seus opositores marxistas (os quais se autodenominavam *socialistas “científicos”*), a fim de implicar ingenuidade e destituir suas ideias como fantasiosas ou irrealistas, essa



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

distinção era clara na obra de Engels, '*Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*' (1892).

Os *socialistas utópicos* eram aqueles que queriam expandir os princípios da Revolução Francesa, objetivando criar a sociedade e o sistema econômico mais racional, e apesar de serem rotulados como '*utópicos*' pelos socialistas posteriores, seus objetivos não eram sempre utópicos, e seus valores incluíam frequentemente suporte científico e a criação da sociedade baseada nos tais princípios.

Para Marx, as condições econômicas e a luta das classes são o motor da História. O triunfo do proletariado e o surgimento da sociedade sem classes seriam alcançados pela união da classe trabalhadora organizada em torno do partido revolucionário. A obra de Marx marca a ruptura no pensamento socialista. Ao elaborar a teoria sobre as desigualdades e propôr a forma de superá-las, criou o que chamou de socialismo científico, em contraste com o socialismo utópico. (ARRUDA, PILETTI, 2000, p.272).

Os *socialistas utópicos* acreditavam que a implantação do sistema socialista ocorreria de forma lenta e gradual, estruturada no pacifismo, inclusive na boa vontade da própria burguesia. O nome '*utópico*' vem do grego, que significa 'lugar nenhum', a derivação '*utópico*' é 'lugar que não existe; imaginário' e inspirou a obra "*Utopia*" de Thomas More (1478-1535). Os primeiros socialistas que propuseram a construção da sociedade igualitária foram posteriormente definidos como *utópicos*. Thomas More e Giovanni Domenico Campanella ou Tomaso Campanella (1568-1639) imaginavam a sociedade igualitária perante a lei, na França do século XVIII, Gracchus Babeuf (1760-1797) escreve o '*Manifesto dos Iguais*' coloca o abismo que separa a igualdade formal da tríade "liberdade, igualdade, fraternidade" e a desigualdade real.

No século XIX, com as condições econômicas e o capitalismo se desenvolvendo desde a Revolução Industrial, as cidades incham de proletários com baixos salários e as novas teorias exigem a igualdade real e não somente a igualdade ideal. Em 1864, foi fundada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores, mais tarde conhecida como Primeira Internacional (face à segunda, terceira e quarta, constituídas posteriormente), visando à luta para emancipação do proletariado. O '*Manifesto comunista*' é a obra significativa deste contexto e fora escrito em dois idiomas, alemão e francês, século XIX:

Toda a história da humanidade, desde que esta ultrapassou as sociedades tribais primitivas, tem sido a história das lutas de classe, conflitos entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Além disso, o "*Manifesto comunista*" afirma que só o proletariado poderia livrar a sociedade de toda a exploração, opressão, distinções e lutas de classes. (DOWNS, 1969, p.188)



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Esta união de grupos operários de vários países europeus teve em Karl Marx seu principal inspirador e porta-voz, tendo este lhe dedicado boa parte do seu tempo. Na França, o pensamento socialista teve como porta-vozes Saint-Simon, Fourier, Louis Blanc e Proudhon esses diversos teóricos do *socialismo utópico* têm ideias diferentes e propõem soluções diversas, mas é possível reconhecer traços comuns de suas teorias: 1) Reformar a sociedade através da boa vontade e a participação de todos (cooperação); 2) Melhoria dos alojamentos e boas condições de higiene e salubridade, construção de escolas, aumento dos salários e redução das jornadas de trabalho. Eram medidas com tendências filantrópicas e paternalistas, fortemente defendidas porque estas eram o modo pelo qual o trabalhador poderia produzir mais e melhor, ter educação com qualidade além de estar junto da família. O pioneiro do 'socialismo' na prática foi Robert Owen e os eventos que se seguiram o principal foi educar seus funcionários e isso incluía também as crianças e os jovens.

#### **4 ROBERT OWEN: O “PAI DA COOPERAÇÃO”**

Robert Owen era filho de modestos artesãos, nasceu em Newtown, Montgomeryshire, País de Gales, e após galgar diferentes degraus do trabalho na produção das fábricas, tornou-se diretor de importantes indústrias escocesas de fiação em Manchester. Começou a trabalhar aos dez anos de idade, foi auxiliar de alfaiate e sua contribuição nasceu da própria experiência na fábrica de fios de sua propriedade em New Lanark, Lanarkshire, Escócia, e lá observou que a maioria das pessoas trabalhava e vivia com péssimas condições de higiene e moradia. Nessa fábrica, reduziu a jornada de trabalho para 10,5 horas diárias já que a jornada de trabalho era de 14 a 16 horas, essa jornada envolvia as mulheres, os idosos, as crianças e os homens adultos.

Era o ano de 1800 e ali instalou a comunidade inspirada nos *ideais utópicos*: melhorou as casas dos trabalhadores, criou armazéns com preços acessíveis, promoveu o estrito controle das bebidas alcoólicas reduzindo o vício e o crime, e fundou a primeira escola maternal britânica (1816), promovendo a organização dos serviços comunitários de educação, saúde e assistência social. Segundo OWEN apud DOWNS (1969, p. 157) “o país mais bem governado será aquele que tiver o melhor sistema nacional de educação”. Esses princípios se tornaram a base para as lojas cooperativas na Grã-Bretanha, que continuam a operar atualmente.

A comunidade passou a se autogerir com todos os integrantes pertencendo à mesma classe e circulavam vales correspondentes ao número de horas trabalhadas. Owen era rico e influente, e empenhou-se junto aos poderes públicos para melhorar as condições de trabalho, reduzir a jornada e regulamentar o trabalho dos menores de idade, assim pregou a formação das cidades-cooperativas ou comunidades autônomas de trabalhadores como solução para a questão social.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A qualidade de vida dos seus funcionários era prioridade e por isso construiu o modo de assistência social e econômica que as pessoas pudessem sentir que poderiam melhorar não só o modo como trabalhavam, mas também a situação no convívio familiar, tendo saúde física, mental e lazer.

O programa educacional de Owen dava lugar de destaque à recreação, ao ar puro e aos exercícios físicos, eliminando a maior parte de rotina e catecismo, e introduzia jogos, dança, canto, estudo da natureza, desenho, blocos coloridos e trabalho manual de vários tipos. A educação moral recebeu grande atenção. Abriam-se escolas noturnas para as crianças que trabalhavam na fábrica e também se desenvolveu a educação dos adultos. (DOWNS, 1969, p.157).

Owen se transformou num dos mais importantes *socialistas utópicos* criando várias comunidades industriais, e com o passar do tempo tornou-se cada vez mais adepto ao '*socialismo*'. A experiência mais significativa de seus ideais socialistas fora registrada com a comunidade-modelo New Lanark, na Escócia, perto de Glasgow:

Em poucos anos, Owen transformou New Lanark na comunidade-modelo. A vila foi limpa de ponta a ponta, instalou-se o novo sistema de esgoto, construíram-se moradias confortáveis para os trabalhadores e playgrounds para as crianças. Fundaram-se duas escolas e estabeleceu-se o sistema progressivo de educação, proibiu-se a venda de bebidas alcóolicas na cidade, os comerciantes gananciosos foram expulsos, e se abriram lojas na qual as mercadorias eram vendidas ao preço de custo. (DOWNS, 1969, p.156).

## **5 A FILOSOFIA DE ROBERT OWEN: EDUCAÇÃO FORMAL E SEM RELIGIÃO**

Robert Owen (1771-1885) era industrial manufactureiro, educador autodidata, reformador social e socialista utópico, colocou seus ideais socialistas na sua fábrica de New Lanarck, melhorou as condições insalubres do ambiente de trabalho, reduziu a jornada de trabalho, aumentou o salário e construiu casas para as famílias operárias. Atuou de forma assistencial na prática, na conduta e na sua filosofia. Sua filosofia baseava-se: 1) Ninguém é responsável por sua vontade e suas próprias ações, pois todo seu caráter é formado independentemente de si mesmo, as pessoas são produtos de sua hereditariedade e ambiente; 2) As religiões são baseadas na ideia ridícula de que o homem é animal fraco, imbecil, fanático furioso ou hipócrita miserável. Sobre a religião Owen era racional, pragmático e catedrático:

A atitude de Owen com relação à religião envolveu-o numa prolongada controvérsia. Achava ele que a doutrina da responsabilidade individual pregada pelas igrejas era a influência poderosa na perpetuação dos males



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

sociais, porque atribuía a culpa das condições existentes aos indivíduos pecadores e não às falhas da organização social. (DOWNS, 1969, p.157).

A maioria das pessoas pertencentes aos grupos religiosos, assim como a maior parte daquelas antagônicas a quaisquer credos, não suspeitam quão grande é o volume dos complexos estudos para a determinação da natureza do tema “religião”. A ubiquidade geográfica do fenômeno e a multiplicidade cultural dos grupos humanos envolvidos dificultam a construção da definição unívoca. De modo geral, nas culturas ocidentais, o substantivo “religião” designa o sistema de doutrinas e preceitos da fé, a instituição sagrada. Tal instituição compreende elementos intelectuais, rituais, éticos e sociais unificados sob a égide da crença no horizonte trans-humano, seja este sobrenatural ou idealístico, descrito na forma de mito ou doutrina dogmática. (LUZ, 2011, p.31).

Os governos, afirmava ele, deparavam-se com a escolha entre duas alternativas: ou as classes trabalhadoras teriam que ser brutalmente reprimidas – e isso representava a ameaça constante da revolução e desemprego – ou o grande esforço teria que ser feito para educar as massas e elevar seu nível econômico. (DOWNS, 1969, p.156).

Sua obra ultrapassou as fronteiras de seu país, suas inovações pedagógicas tiveram grande repercussão: o jardim de infância, a escola ativa e os cursos noturnos foram desafios, mas as pessoas entenderam que sem o estudo o indivíduo não poderia ter objetivos sólidos no futuro, na sua obra *‘The New Moral World’* (1834-1845) foi o primeiro a utilizar a denominação *‘socialismo’*, expondo a sua doutrina. De volta ao Reino Unido (1829), após o insucesso da comunidade New Harmony, Indiana, EUA, organiza a rede de cooperativas e o sistema de bolsas de trabalho promovendo vasta união sindical (1834). Owen evolui da ação assistencial para a crítica frontal ao capitalismo tentando convencer as autoridades britânicas e estrangeiras sobre a necessidade das reformas nas fábricas.

Em seguida às experiências de New Lanark, Owen empenhou-se na série de empreendimentos de caráter socialista, alguns dos quais tiveram fim desastroso, como a sua empresa comunitária New Harmony, Indiana, EUA. Mas ao despeito dos seus erros e fracasso, foi notável a sua contribuição para a reforma industrial. (DOWNS, 1969, p.157).

O que mais ilustra a vida de Robert Owen era a sua visão da sociedade justa e igualitária nos direitos e deveres do homem como indivíduo que vive coletivamente. A sua empresa era a colônia industrial modelo e a função da educação tinha que ser evidente: mudar a natureza humana pela educação escolar, e por extensão, toda a sociedade. Manifestou “fé” profunda na onipotência da instrução considerando-a como o elemento determinante na criação da nova sociedade com os próprios recursos monetários. Eis o traço de personalidade forte e inovadora de Owen: a boa vontade.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

De fato, Owen era incrivelmente versátil em suas atividades e interesses. Foi industrial próspero, reformador de fábricas, experimentador da educação, líder de sindicato, criador de comunidades-modelo, pioneiro do socialismo e da cooperação e fundador do movimento “racionalista” – tudo isso durante a carreira de 87 anos. Sua personalidade teve qualquer coisa de indecifrável, mesmo para seus contemporâneos. (DOWNS, 1969, p.155).

Essa proposta do modelo fabril junto à escola regular propõe a “*manufatura do caráter*”, o indivíduo tende a perceber a esperança dos dias melhores, ia produzir homens e mulheres plenamente desenvolvidos por meio da disciplina, trabalho produtivo e ensino, aliado ao exercício físico e ao lazer. Acreditava que as pessoas bem alimentadas, descansadas e com atividade escolar regular tinham melhor produtividade, e nesse contexto, considerava que a sociedade era a expressão do indivíduo, propondo que o homem se tornasse honesto e laborioso, e obter assim a sociedade igualitária, ordenada e justa.

Owen foi visionário, porque, nos dias atuais notam-se as tentativas dos investimentos profundos na educação escolar dos países europeus e na América do Norte, os governos desses países tratam com seriedade e maturidade as políticas públicas educacionais como prioridade, da primeira infância até a formação profissional. É o exemplarismo do que é ser um Estado-gestor e responsável pela sua comunidade, outro exemplo é que as escolas têm aproximado seus educadores, os pais e os alunos, na prática que propicia aos pais conhecerem melhor a vida escolar de seus filhos resultando na tranquilidade e melhor produtividade nos seus locais de trabalho.

## **6 OS PENSADORES SOCIALISTAS E A CONDIÇÃO SOCIAL**

*Claude-Henri de Rouvroy ou Conde de Saint-Simon (1760-1825)* pensava a sociedade industrial dirigida por produtores (classe operária, empresários, sábios, artistas e banqueiros), o conflito entre trabalho e capital não está presente no seu trabalho, mas admite que os chefes controladores da produção devessem administrar conforme o interesse da sociedade. Publicou “*Novo Cristianismo*”, onde: “*O papel da sociedade deveria ser lutar pelo aprimoramento da moral e da vida material das pessoas pobres; a sociedade deveria se organizar da melhor forma para atingir seus fins*”.

*François Marie Charles Fourier (1772-1837)* tentava organizar os *falanstérios* ou as *falanges* (pequena unidade social abrangendo entre 1.200 e 2.000 pessoas na comunidade) que eram baseadas na forma de cooperativismo integral e autossuficiente, eram o “*Estado harmônico*”. Antecipa a linhagem do socialismo libertário dentro do movimento socialista, também com críticas sobre a moral burguesa e cristã, restritiva do desejo e do prazer.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

*Louis Jean Joseph Charles Blanc* (1811-1882) foi socialista francês, teve importante participação na Revolução de 1848, quando suas idéias foram colocadas na prática devido à associação entre os liberais e os socialistas, na tentativa de derrubar a monarquia: 1) As associações profissionais dos trabalhadores foram criadas do mesmo segmento de produção: as *Oficinas Nacionais* financiadas pelo Estado; 2) O lucro seria dividido entre o Estado, os associados e para fins assistenciais. A obra (1839) "*A Organização do Trabalho*" criticava a economia liberal e a concorrência exacerbada que levava as pessoas à miséria.

*Pierre Joseph Proudhon* (1809-1865), era filósofo político e economista francês, foi membro do Parlamento Francês, afirmava que a propriedade privada significava a espoliação do trabalho. Preconizava a igualdade e a liberdade, pois o homem livre é aquele que encontra no outro a relação de semelhança.

Proudhon disse que os direitos à liberdade, igualdade e segurança eram naturais, absolutos e invioláveis e constituíam a própria base da sociedade. No entanto, dizia que o aparente direito à propriedade não se igualava a esses. De fato, insistia que a propriedade minava esses direitos fundamentais: enquanto a liberdade dos ricos e dos pobres coexistia, a propriedade dos ricos continuava à margem da pobreza de muitos. (KELLY, 2013, p.182).

A "*propriedade*" deveria ser distribuída igualmente e limitada na dimensão daquilo que poderia ser utilizado e trabalhado individualmente ou nas associações familiares e operárias.

As revoluções do século XIX favoreceram o surgimento dos socialistas que Marx e Engels chamaram de 'utópicos'. Entre eles, além de Owen, estariam os franceses Fourier, Saint-Simon, Louis Blanc. Blanc, autor de "*A organização do trabalho*", participou da Revolução de 1848 na França. Para ele, a igualdade social só seria possível se o Estado se apropriasse de todo o sistema econômico. (ARRUDA, PILETTI, 2000, p.272).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo foi solução real da produção distribuída igualmente para a comunidade na época da Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra, onde tudo iniciou. A situação das fábricas era degradante: ambiente imundo e insalubre onde os trabalhadores, de todas as idades, ficavam ali de 12 até 16 horas ganhando pouco e contraindo doenças diversas. É desse modo que a dignidade humana tão degradante chamou a atenção dos socialistas ditos 'utópicos', afinal, "utopia" é o local que não existe, mas a situação existia! E era bem real!

Na Inglaterra da Revolução Industrial existia não só a indústria, mas também fora a época dos grandes inventos e tecnologias altamente eficientes, era sobretudo a fase experimental das técnicas de quase tudo que conhecemos atualmente: o



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

motor, o pistão, as engrenagens, a ferrovia, entre outros. A maioria das comunidades ou condados ingleses passava por essa revolução e progresso, principalmente os locais onde a instalação das indústrias mudava a paisagem urbana associada à realidade laboral do proletariado.

Alguns dos filósofos socialistas ditos “socialistas utópicos” conviviam de perto com a situação precária do proletariado inglês, decadente e desanimado, sem qualquer expectativa de qualidade de vida ou de trabalho. Imagine ter que laborar num local sujo, abafado, úmido e ganhando pouco? Para ilustrar o exemplo da preocupação do industrial com seus funcionários observa-se o trabalho assistencial de Robert Owen, dito o “pai da cooperação”. Trabalhara desde criança e sentiu na pele a insalubridade das fábricas, o salário ruim e as horas exaustivas, quando se tornou industrial sua preocupação não era somente melhorar a salubridade do ambiente físico, era a preocupação com o ser humano proletário.

Maior preocupação ainda era o fato de que havia crianças na idade escolar tendo que trabalhar para ajudar no orçamento da família, que muitas vezes, era órfão de pai ou de mãe, ou de ambos. E essa época na Inglaterra, basta assistir qualquer filme ou documentário sobre a Revolução Industrial ou a história da Inglaterra para observar quão grande era o número de crianças órfãs. Robert Owen era autodidata e grande empreendedor que percebeu a situação precária da fábrica na qual trabalhou planejando de forma pragmática e prática a qualidade de vida e de trabalho dos seus funcionários com recursos financeiros próprios, ao exemplo da comunidade-modelo *New Lanark*, em *Lanarkshire*. Era o exemplo do cooperativismo, atitude esta que certamente não era “utópica”, foi dito por ele o termo ‘socialismo’, apesar de não se dizer “socialista” muito menos “utópico”, Owen apenas preocupava-se com seus funcionários, indistintamente.

A teoria Karl Marx e Engels não convence e ao que já se mostrou tantas vezes não eleva a classe trabalhadora, pelo contrário, usa do discurso de que a luta de classes vai resolver o estado de pobreza e miséria da condição dos trabalhadores, se é que esta condição é a mesma exatamente em todos os lugares do planeta, se é que os trabalhadores querem realmente “lutar” entre si! O ‘Manifesto do partido comunista’ como o nome diz, é apenas o “manifesto” na visão dos autores de que a luta de classes resolve o capitalismo, resolve a propriedade privada para coletiva, resolve que o Estado deve oferecer tudo, resolve os direitos individuais, resolve o capital social, entre outras, porém não deixa claro suas práticas ou exemplarismo do que propuseram. Apenas teorias, e as práticas?

A prática de Robert Owen foi pontual, até porque era a situação da própria fábrica e tendo experimentado tais situações que o levou a raciocinar que o trabalhador que não tem estudo regular e lazer terá sua capacidade laboral reduzida. Essa prática deve-se ao fato de que convivia com o problema diretamente, havia seus recursos financeiros aplicados ali, ou seja, o exemplo quase perfeito do patrão que cuida dos seus funcionários, simplesmente porque o principal instrumento de trabalho eram (são) as pessoas humanas.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Sua boa vontade assistencial foi tão evidente, prática e profícua que criou escolas regulares, tempo para estudar, tempo diário de currículo escolar, para adultos e crianças, e ainda incentivou seus funcionários ao lazer. Ou seja, combinou as três fórmulas para o ser humano progredir: trabalho, estudo e lazer. Ressalta-se que esta atitude benevolente nada tem a ver com a religião, e a sua visão sobre a religião era que o homem está subjugado e infeliz, apenas queria que a escola regular de fato moldasse a ética, a moral e o caráter, que fosse a “manufatura do caráter”: “(...) para preparar o mundo para a paz universal e infundir o espírito da caridade, da tolerância e do amor nas pessoas”. Este sim é o exemplo da prática do socialismo.

## REFERÊNCIAS

- COOPERATIVISMO. **Nova Enciclopédia BARSÁ**. Vol 4. São Paulo: *Encyclopaedia Britannica* do Brasil Publicações. 1998. Págs. 399 e 400.
- ARRUDA, José Robson de A.; PILETTI, Nelson. **TODA A HISTÓRIA: HISTÓRIA GERAL E HISTÓRIA DO BRASIL**. São Paulo: Editora Ática, 2000. Pág. 271 e 272.
- BEER, Max. **HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CORAZZA, G.; Cruz, C. A. S.; Souza, N. A. de. **AMÉRICA LATINA – OLHARES E PERSPECTIVAS**. Florianópolis: Insular, 2015.
- DOWNS, Robert B.; Tradução: Hilda P. S. Maciel e Maria Celina D. Hahn. **OBRAS BÁSICAS: FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO MODERNO**. Rio de Janeiro: Editora Renes, Biblioteca do Exército, Coleção General Benício, v. 76, 1969. Pág. 188,189.
- HOFMANN, Werner. **A HISTÓRIA DO PENSAMENTO DO MOVIMENTO SOCIAL DOS SÉCULOS 19 E 20**. Rio de Janeiro: Tempo, 1984.
- KELLY, Paul; (et al). **O LIVRO DA POLÍTICA**. Trad. Rafael Longo. São Paulo: Globo, 1ª edição, 2013. Págs.168, 192,193.
- LUZ, Marcelo da. **ONDE A RELIGIÃO TERMINA?** Foz do Iguaçu: Associação Internacional Editares, 1ª edição, 2011.
- PIKETTY, Thomas. **A ECONOMIA DA DESIGUALDADE**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Intrínseca, 1ª edição, 2015.
- POLONIO, Wilson Alves. **MANUAL DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS**. São Paulo: Editora Atlas, 2ª edição, 1999.
- PRAHALAD, C. K. **A RIQUEZA NA BASE DA PIRÂMIDE: COMO ERRADICAR A POBREZA COM O LUCRO**. Trad. André de Godoy Vieira. Porto Alegre: Bookman, 2010.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

ROUANET, Marcelo. **A CONSCIÊNCIA MULTIFACETADA: ANÁLISES TRANSDISCIPLINARES DA EVOLUÇÃO CONSCIENCIAL**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013. Pág. 132.

SEVERINO, A. J. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**. São Paulo: Cortez Editora, 22ª edição, 2002.

**Sites visitados**

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cooperativismo>, visitado dia 12/07/2018.

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/RoberOwe.html>, visitado dia 12/07/2018.

<http://mundodosocialismo.blogspot.com.br/2011/12/owen.html>, visitado 12/07/2018.

<http://pgl.gal/robert-owen-promotor-da-educacao-infantil-e-reformador-social-documen-tarios-sobre-a-sua-vida-e-obra/>, visitado dia 12/09/2018.

<http://historianointerior.blogspot.com.br/2012/02/o-socialismo-chamado-utopico-robert.html>, visitado dia 12/09/2018.

<http://www.cresul.coop.br/o-que-e-cooperativismo/>, visitado dia 12/10/2018.

<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>, visitado dia 12/07/2018.

<https://www.dicio.com.br/cooperacao/>, visitado dia 12/10/2018.

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/coopera%C3%A7%C3%A3o>, visitado dia 20/10/2018.

<http://www.frasesfamosas.com.br/frases-de/robert-owen/>, visitado dia 20/07/2018.

<https://www.dicio.com.br/socialismo/>, visitado dia 20/10/2018.

<https://www.significados.com.br/socialismo/>, visitado dia 20/10/2018.

<https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo/>, visitado dia 12/10/2018.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 17/01/2019



**ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS COM RACIONALIDADE EM TRANSIÇÃO QUE VIVENCIARAM O PROGRAMA DE EXTENSÃO RURAL DA CRESOL BASER\***

**STRATEGIES OF MODERN FAMILY FARMERS WITH RATIONALITY IN TRANSITION WHO EXPERIENCED THE CRESOL BASER'S RURAL EXTENSION PROGRAM**

Dirceu Basso\*\*

Nardel Luiz Soares da Silva\*\*\*

Ari de David\*\*\*\*

**RESUMO**

A pesquisa tem o propósito de compreender as estratégias produtivas e de organização do trabalho adotadas pelos agricultores familiares modernos com racionalidade do tipo "em transição", que vivenciaram o Programa de Extensão Rural da Cresol Baser no período de dois anos (2015-2017). A racionalidade em transição encontra-se presente na ampla maioria dos agricultores. Portanto, tal fato justifica o empreendimento de ampliar os conhecimentos dessas famílias de agricultores. Para a Cresol Baser, em particular, a importância do estudo justifica-se no sentido de melhor oferecer produtos financeiros e serviços em favor da melhoria da qualidade de vida das famílias e do desenvolvimento rural. O universo social desse estudo foi composto por 56 estabelecimentos de agricultores familiares, das regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná. A perspectiva de abordagem do estudo está baseada nos agricultores, num olhar sobre suas condutas e práticas sociais. Para isso valorizou-se os conceitos weberianos de ação social e racionalidade social e o método de tipos ideais. Além de leituras bibliográficas e documentais, valorizou-se o banco de dados construídos pelos profissionais de extensão durante o período de acompanhamento às famílias. Por fim, foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas, pelo pesquisador, a partir de uma amostra de agricultores constituída por sorteio. Como parte dos resultados observou-se que entre essas famílias existe uma expressiva diversidade de maneiras de estruturar o sistema produtivo e de organizar o trabalho no meio rural. Observou-se uma tendência declinante dos cultivos de cereais, ao mesmo tempo vem ganhando espaço as estratégias de cultivos de hortifruticultura, além da atividade leiteira, ainda, fortemente presente nessas famílias. A profissionalização, a organização social (cooperativismo), o trabalho não-agrícola e o acesso aos mercados, dentre outros aspectos, se apresentam como desafios e condição para a permanência das famílias no meio rural. O artigo está organizado em quatro partes, incluindo a introdução. O segundo visa apresentar um quadro teórico para fins de análise sobre os atores sociais, a diversidade de racionalidades e o desenvolvimento rural. Em seguida é apresentado os dados da pesquisa dos agricultores situados na experiência da Cresol Baser com o Programa de Extensão Rural. Por fim, as considerações finais.

**Palavras-chave:** Agricultores Familiares; Racionalidade em transição; Cresol; Extensão Rural; Desenvolvimento Rural.

\* A pesquisa situa-se no Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, Convênio nº 012/2017, celebrado entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, a Fundecamp, o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário e a Central Cresol Baser e do Projeto de Pesquisa Agricultores Familiares e os Mercados: a diversidade de estratégias produtivas, protocolado na Unioeste e na Unila.

\*\* Doutor em Desenvolvimento Rural - UFRGS. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Unila e Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE, sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. E-mail: dirceu.basso@unila.edu.br

\*\*\* Doutor em Agronomia. Professor do Centro de Ciências Agrárias nos Cursos de Graduação em Agronomia e Zooternica e no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campos Marechal Candido Rondon. E-mail: nardel.silva@unioeste.br

\*\*\*\* Especialista em Cooperativismo e Desenvolvimento Rural pela Unioeste. Sócio-Gerente da Empresa David Consultoria Empresarial Ltda. E-mail: davidconsultoria@hotmail.com



### ABSTRACT

The research aims to understand the productive and work organization strategies adopted by the modern family farmers with a "transition" type of rationality, who experienced the Cresol Baser Rural Extension Program in the period of two years (2015-2017). The rationality in Transition is present in the majority of farmers. Therefore, this fact justifies the undertaking of expanding the knowledge of these farmer's families. For Cresol Baser, in particular, the importance of the study is justified in order to better offer financial products and services in favor of improving the quality of families life and rural development. The social universe of this study was composed of 56 establishments of family farmers, from the Southwest and Midwest regions of Paraná. The perspective approach of the study is based on the farmers, on looking at their behaviors and social practices. In this way, the Weberian concepts of social action, social rationality and the ideal type's method were valued. In addition to bibliographical and documentary readings, the database constructed by extension professionals during the period of follow-up of the families was valued. Finally, ten semi-structured interviews were carried out by the researcher, based on a sample of farmers constituted by lottery. As part of the results, it was observed that among these families there is an expressive diversity of ways of structuring the productive system and of organizing work in rural areas. There was a declining tendency of cereal crops, while at the same time the strategies of horticultural crops were gaining ground, in addition to the milk activity that is strongly present in these families. Professionalization, social organization (cooperativism), non-agricultural work and access to markets, among other aspects, present themselves as challenges and conditions for the permanence of families in rural areas. The article is organized in four parts, including the introduction. The second part aims to present a theoretical framework for purposes of analysis on social actors, diversity of rationalities and rural development. Next, we present the survey data from farmers based on the experience of Cresol Baser with the Rural Extension Program. Finally, the final considerations.

**Keywords:** Family Farmers; Rationality in transition; Cresol; Rural extension; Rural Development.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo resulta da demanda firmada em Convênio de Cooperação Técnica firmada entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário e a Central Cresol Baser.

O quadro social da Cresol Baser é constituído, majoritariamente e como público preferencial, por agricultores familiares com diversas maneiras de fazer a agricultura (racionalidades) e viver no meio rural. De acordo com estudo realizado por Basso (2013), os agricultores familiares modernos podem ser analisados a partir de três racionalidades: convencional, em transição e não-convencional. A racionalidade em transição encontra-se presente na ampla maioria dos agricultores familiares modernos e, ao mesmo tempo, se materializa por meio de uma grande diversidade de estratégias produtivas e formas de organização do trabalho. Situação que não ocorre com os agricultores que adotam a racionalidade convencional e/ou a não-convencional.

Diante dessa realidade mais complexa vivenciada pelos agricultores com racionalidade em transição é que se coloca o objetivo desse estudo: compreender as tendências das estratégias produtivas e do trabalho desses agricultores.

Justifica o empreendimento a necessidade de ampliar os conhecimentos dos projetos desses agricultores objetivando, por parte de Cresol Baser e demais



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

parceiros, o atendimento a esses sócios tanto com produtos e serviços financeiros quanto com programas e ações de desenvolvimento rural.

O reconhecimento alcançado pela agricultura familiar nas últimas décadas e sua contribuição fundamental para o desenvolvimento rural já está amplamente demonstrada em diversos estudos. Reconhecimento esse que vem sendo consolidado por meio das políticas públicas, com destaque para aquelas políticas relacionadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e aos Programas de aquisição de alimentos para o mercado institucional (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE).

Diante disso, a perspectiva deste estudo está baseada nos agricultores familiares com racionalidade em transição, no olhar sobre as suas práticas sociais. Os agricultores são capazes de criarem valores e de atribuírem significados às suas condutas, ou seja, dar sentido às suas ações. Esses valores orientadores de condutas expressam-se em racionalidades. Para esse empreendimento são utilizados, portanto, os conceitos weberianos de ação social e racionalidade social, bem como a perspectiva metodológica dos tipos ideais.

O universo social desse estudo foi composto por 56 estabelecimentos de agricultores familiares das 125 famílias acompanhadas pelo Programa de Extensão Rural Cresol<sup>1</sup>, da Cresol Baser, da Região Sudoeste e Centro do Paraná. Essas famílias receberam no período de 2 anos (2015-2017) o serviço de extensão rural do Programa, com visitas sistemáticas de um profissional pertencente a equipe técnica. Entre as ferramentas utilizadas pelos técnicos e os agricultores, para auxiliar nas tomadas de decisões, destaca-se a construção de uma planilha de gestão com os dados das propriedades. Essas planilhas, em programa de Excel, serviram como base de dados para a presente pesquisa.

Com base na tipologia de racionalidades estudada por Basso (2013) foram identificadas, do conjunto dos 125 produtores, 56 famílias com condutas orientadas pela racionalidade em transição<sup>2</sup>. Também foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas, pelo pesquisador, a partir de uma amostra de agricultores sorteados. As mesmas foram realizadas com o objetivo de ampliar a compreensão das condutas produtivas dessas famílias. Ainda, o pesquisador participou na dinâmica das ações do Programa de Extensão Rural da Cresol, em atividades de capacitação da equipe de técnico, de construção e de avaliação das ações realizadas. Tal imersão participante contribuiu para qualificar a análise da racionalidade desses agricultores.

---

<sup>1</sup> O Programa de Extensão Rural Cresol iniciou em agosto de 2015 com o acompanhamento mensal a 125 empreendimentos familiares, disponibilizando assessoria técnica e suporte metodológico, objetivando construir referências produtivas e conhecimentos.

<sup>2</sup> Entre as 125 famílias, outras 38 encontram-se orientadas pela racionalidade convencional e 31 pela racionalidade não-convencional.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

As análises dos dados possibilitaram observar, entre os agricultores participantes desse estudo, diversas tendências quanto as estratégias produtivas e formas de organizar o trabalho. Destacamos, a tendência declinante no cultivo de cereais por parte desses agricultores. Ao mesmo tempo vem ganhando espaço as estratégias de cultivos de hortifruticultura. A atividade leiteira se encontra fortemente presente nessas famílias, mas a atividade vem passando por uma forte transformação tecnológica, profissionalização e concentração da produção. A profissionalização, a organização social (cooperativismo) e o acesso aos mercados, dentre outros aspectos, se apresentam como desafios e condição para a permanência das famílias no meio rural.

O artigo está organizado em quatro partes, incluindo a introdução. A segunda parte contempla uma revisão teórica objetivando trazer elementos que nos permitam compreender as estratégias dos agricultores. Em seguida são apresentados os dados obtidos junto aos agricultores com racionalidade em transição envolvidos nesse estudo. Por fim, as considerações finais com propósito de verificar as implicações/desafios/perspectivas colocadas à Cresol Baser com vistas ao atendimento desses cooperados.

## **2. ATORES SOCIAIS, DIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Na (re)construção dos projetos para garantirem sua existência social, parte expressiva dos agricultores familiares resistem a desenvolver práticas sociais conforme as prescrições dominantes da sociedade centrada no mercado (racionalidade convencional). Prescrições essas que tendem, ainda, em sustentar-se numa astúcia de induzir os atores sociais a internalizar em seus projetos a perspectiva da revolução verde da agricultora como sendo o único caminho possível para viver no espaço rural.

Esses agricultores ao vivenciar um processo de “contramovimentos” (POLANYI, 2000), materializadas nas práticas emergentes das relações sociais entre eles e com outros atores bem como na relação com a natureza, objetivam restaurar projetos produtivos e modos de vida no meio rural de maneira diferente. Contribuem para a construção de uma economia substantiva (POLANYI, 2000 e RAMOS, 1989), na medida em que buscam satisfazer suas necessidades, manter sua identidade socioprofissional (BASSO, 2013) e permanecer no meio rural. De acordo com Ramos (1989, p.XVI), essas condutas de restaurar (e de inovar) o que a sociedade centrada no mercado deformou, ou o que, em parte, destruí, como os elementos permanentes da vida humana, pode ser compreendida como uma “revolução silenciosa”. Para além da perspectiva da produção de commodities, apresentada pelos atores dominantes como sendo o caminho único aos agricultores familiares, estudos recentes estão dando visibilidade a estas maneiras diversas de fazer agricultura e viver no meio rural.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A percepção dessas diversas condutas emergentes pelos atores sociais tem importância para o desenvolvimento rural, pois constitui uma referência crítica à sociedade moderna e a sua ideologia. Perspectiva essa que visa comandar um processo orientado por uma racionalidade convencional (instrumental a lógica capitalista) subordinando os atores a metas que nada (ou pouco) têm haver com a emancipação social e a sustentabilidade social (no sentido de permanecer no meio rural no futuro).

Por meio de práticas distintas das preconizadas pela racionalidade convencional (BASSO, 2013), parte dos agricultores demonstram capacidades (SEN, 2000) para implementar seus projetos, possibilitando a presença de outras significações em suas condutas. Assim, nos dias atuais, diversas categorias sócias, entre elas situam-se parte dos agricultores familiares, recusam-se a implementar projetos produtivos e viver no meio rural sob a lógica estrita da perspectiva da modernização (racionalidade convencional). Desse modo, contribuem para evidenciar a presença de diversas racionalidades (SANTOS, 1999), ou seja, diversas maneiras de produzir e viver o meio rural.

Evidenciando, portanto, que é preciso (re)construir a noção de desenvolvimento rural. O tema do desenvolvimento (incluindo o rural) retornou a ocupar espaço nas agendas tanto de pesquisadores e movimentos sociais quanto dos formuladores de políticas, seja no âmbito do Estado ou dos atores organizados da sociedade civil. Pois o desenvolvimento, em sua forma mais ambiciosa e orientada unicamente pela perspectiva da modernização (racionalidade convencional), perdeu sua força de libertação e de criação (TOURAINÉ, 1994), de emancipação social (SANTOS, 1999) e de sustentabilidade social. Diante disso, é necessário superar a perspectiva que reduziu o projeto de modernidade a racionalização instrumental e funcional a dinâmica capitalista (ASCOBAR, 1998).

No espaço rural, em particular com os agricultores familiares, é importante observar a diversidade de maneiras de fazer a agricultura e de promover o uso do espaço rural. Distintas formas de produção, organização do trabalho, consumo, ação coletiva, comunicação e de conhecimentos penetram na sociedade e todas necessitam ser percebidas enquanto contemporâneas. A questão que merece atenção das instituições, públicas e privadas, é a de compreender como cada ator (coletivo ou individual) desenvolve sua sociabilidade nos mercados e se sente responsável perante si mesmo e diante a sociedade. Os agricultores familiares, ao se orientarem a partir de condutas e práticas sociais com diversas racionalidades (resultantes de significados atribuídos por eles) se apresentam como atores modernos construindo a realidade social e, ainda, buscam serem reconhecidos pelas suas identidades socioprofissionais (BASSO, 2013).

Atores que com sua conduta podem alterar o meio ambiente material e, sobretudo, o social no qual estão situados, transformando a divisão do trabalho, as formas de tomada de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais (TOURAINÉ, 1994). A diversidade da agricultura familiar emergente (BASSO, 2013;



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

BASSO e GEHLEN, 2015) evidencia os diferentes modos básicos de organizar e viver a vida no meio rural. A heterogeneidade de conhecimentos utilizados pelos agricultores está em conexão específica com as diferentes condutas e práticas sociais. Assim, os agricultores familiares, ao viver sua historicidade e sua dinâmica de movimento social, tornam possível a emergência de diferentes significados da conduta social e diferentes tipos de relações sociais. Na gestão da historicidade os atores demarcam formas e normas de reprodução dos comportamentos e do consumo, participando da produção de modelos culturais (TOURAINÉ, 1996). Por conseguinte, os agricultores manifestam afirmar-se mais como produtores do que como consumidores da situação social. Reclamam pela liberdade e pelo direito de serem diversos para dar forma social às orientações culturais que valorizam em seus projetos.

Assim sendo, novos atores e novos conflitos sociais emergem e demandam um olhar (tarefa de compreender) dos demais atores sociais (públicos e privados) sobre suas experiências, seus projetos familiares. Ao colocar-se na perspectiva da construção social interessa, portanto, compreender as práticas sociais pelos quais os atores e as redes sociais comprometem-se e reproduzem, sejam repertórios culturais existentes, improvisados/experimentados e/ou por conta aprendidos nas circunstâncias que se inserem (LONG, 2007). Tal empreendimento parte da assertiva de que não é suficiente basear a análise em conceitos de determinação externa, pois as determinações externas são mediadas e transformadas pelos atores e pelas suas estruturas sociais. As diversas condutas (racionalidades) dos agricultores familiares, dotadas de significados, emergem como resultado de interações, negociações e lutas sociais que têm lugar entre os diversos atores e as redes sociais.

Os agricultores familiares modernos não se limitam, portanto, a desenvolver a racionalidade instrumental, de identificar a modernidade como um modo particular de modernização (o modo capitalista); vivenciam, também, outras racionalidades não-convencionais em seus projetos de produzir e viver no meio rural. Condutas outras que podem “[...], por um lado, romper com a perspectiva de mercadorização da vida, de uma coisificação do ser e, por outro, de perceber a natureza não somente como mera condição de produção” (BASSO, 2013, p. 185). Diante disso, coloca-se a necessidade de alargar a compreensão da racionalidade para além de sua matriz eurocêntrica, com sua perspectiva universalista (LEFF, 2002).

As reflexões assinalam para a necessidade de compreender as múltiplas matrizes de racionalidades enquanto um potencial criativo da humanidade (dos atores sociais). De acordo com Santos (1999), o desafio nos dias atuais está em (re)construir um arquipélago de racionalidades locais, quer existentes, quer potenciais, pois quanto mais global for o problema, mais locais e mais múltiplas devem ser as soluções para o desenvolvimento rural.

Tal empresa, nos remete a necessidade de compreender “[...] o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

peças desfrutam” (SEN, 2000:17). As liberdades, de acordo com este estudo para os agricultores familiares em transição, estão condicionadas a determinantes, como as disposições sociais e econômicas, por exemplo: acesso a profissionalização, as tecnologias, aos mercados e os vínculos de sociabilidade, as políticas públicas, entre outros. Desse modo, as perspectivas expostas nesse estudo, possibilita investigar o processo de desenvolvimento rural integrando determinantes socioeconômicos, políticos, ambientais e culturais.

As possibilidades para a existência de várias racionalidades produtivas estão abertas devido ao desenvolvimento científico e tecnológico, destaca Romeiro (1998). Contudo, o sucesso do empreendimento encontra-se fortemente dependente da ação do Estado na implementação de políticas públicas de apoio e, em ainda, da emergência de novos atores (individuais e coletivos) dos mercados. Entre os novos atores, de acordo com Portilho (2009), situam-se aqueles que constroem uma nova cultura de ação política visando a reapropriação da economia a partir de valores próprios.

Diversos estudos evidenciam que os agricultores familiares praticam em seus projetos produtivos estratégias diversas. Para Almeida (1994: 212-213), a (busca de) autonomia se encontra “[...] no coração das principais manifestações em favor de uma agricultura alternativa ou diferente”. A autonomia, para esses agricultores, é objeto de reivindicações, de proposições ou de aspirações contra uma determinada forma de trabalho, a preponderância da racionalidade moderna, destruição dos equilíbrios naturais fundamentais, uma corrida acelerada e esgotante em direção as mudanças, entre outros aspectos. Entre as diversas estratégias dos agricultores situam-se aquelas que visam: ultrapassar a ruptura entre as funções de produção e aquelas de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas; transgredir a ruptura entre o agrícola e não-agrícola; sistemas diversificados objetivando renda ao longo do ano; recuperar tecnologias e procedimentos mais tradicionais; práticas sociais que respeitem o meio ambiente; a auto-organização com vista a solidariedade (cooperativas, associações).

Ao analisar as mudanças estruturais que ocorrem na agropecuária brasileira, as quais estão em interface com o desenvolvimento científico e tecnológico, Gehlen (2001) evidencia duas tendências simultâneas, distintas, e por vezes conflitantes no que se refere às pesquisas e às tecnologias. Uma visa, de forma crescente, circunscrever a produção agropecuária como segmento especializado, intensivamente tecnificada e altamente dependente (conhecida como produção moderna convencional). A outra tendência busca à redefinição de um modelo tecnológico, cuja “[...] competitividade garanta as condições de reprodutibilidade sustentável sociocultural, econômica e ambiental, no tempo e no espaço, cuja autonomia se assenta na interação, através de redes organizativas dos sistemas produtivos e dos produtores e através de políticas de desenvolvimento” (GEHLEN, 2001, p. 74).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Com o propósito de compreender as distintas trajetórias do desenvolvimento rural, Nierdele (2007), em sua pesquisa, destaca que a discussão sobre a diversidade da agricultura em regiões amplamente integradas à lógica dos mercados globais de *commodities* vem sendo um tema cada vez mais atual. Na análise constatou que as transformações da agricultura e do meio rural, em região profundamente marcada pela lógica da modernização da agricultura, estão associadas a intenso processo de mercantilização e externalização das unidades produtivas. Tais processos em seu curso revelam mudanças, qualitativas e quantitativas, fundamentais sobre a tríade terra, trabalho e família, e em relação às sociabilidades e representações sociais dos agricultores. As transformações não afirmaram uma única via histórica de desenvolvimento das unidades familiares de produção, mas sim diferentes trajetórias que se expressam em distintos estilos de agricultura e múltiplas estratégias produtivas.

Ao estudar a diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar num contexto de estresse ambiental (estiagem), crise econômica (baixa renda das ocupações) e crise social (diminuição da população), Perondi (2007) constatou que a renda foi maior nas famílias com mais diversidade, possibilitando um meio de vida mais sustentável. Observou que as famílias que agregam valor e/ou são pluriativas possuem renda maior e um meio de vida mais sustentável do que aquelas famílias que atuam apenas com *commodities* agrícolas e/ou são beneficiadas pela assistência social.

Ao analisar as racionalidades dos agricultores familiares modernos, Basso e Gehlen (2015) destacam que os agricultores (re)constróem diferentes racionalidades para orientar suas condutas produtivas. Elas estão fundadas nos significados atribuídos à sustentabilidade social, econômica e ambiental. De acordo o estudo, a diversidade entre os agricultores familiares na contemporaneidade é resultante da sua capacidade de adaptação no universo social e, por sua vez, contribui de forma relevante na construção do conceito de agricultura e dos próprios agricultores familiares.

Estudos realizados por Abramovay (2007) destacaram diversos modelos de análise da racionalidade da produção familiar. Entre eles, destaca o modelo apresentado por Theodore Schultz (1965) no qual analisa as práticas do agricultor como equivalente a uma empresa moderna no que diz respeito a racionalidade econômica. Nesse modelo, a perfeição está enraizada na eficiência e na maximização do lucro. Contestando a perspectiva de Schultz, Michael Lipton (1968) destaca que os agricultores adotam condutas que visam a maximização de seu bem-estar. Para isso definem os meios para o seu alcance e consideram o contexto em que se inserem para alcançar o objetivo. Argumenta Lipton de que existe diferenças de riscos entre a lógica da empresa e do agricultor familiar. Diante disso, os agricultores agem a partir da conduta de aversão ao risco, assumindo um comportamento maximizador de oportunidades de sobrevivência, considerando o



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

ambiente ecológico, institucional, as imperfeições dos mercados e social hostil a essa sobrevivência.

Diante das reflexões expostas, na seção 03, apresenta-se as estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares modernos com racionalidade em transição que participaram do Programa de Extensão da Cresol Baser.

### **3. AGRICULTORES FAMILIARES COM RACIONALIDADE EM TRANSIÇÃO: COMBINANDO DIFERENTES CONDUTAS DE COMO FAZER AGRICULTURA E VIVER NO MEIO RURAL**

Inicialmente faz-se necessário esclarecer que não é propósito deste estudo abarcar todas as estratégias produtivas implementadas pelos agricultores familiares com racionalidade em transição. Pois, diferentemente dos agricultores com racionalidade convencional e não convencional, esses agricultores fazem uso de um portfólio bastante amplo de iniciativas produtivas para inserir-se nos mercados. A análise dos dados deste estudo situa-se nas experiências dos agricultores acompanhados pelo Programa de Extensão Rural da Cresol Baser.

Ao analisar os dados desses agricultores observa-se que, para permanecer no meio rural e desenvolver atividades ligadas a agricultura, as famílias reorientam os cultivos produtivos e valorizam a pluriatividade objetivando ampliar renda. Uma parte dessas famílias desejam alcançar uma estratégia de diversificação, com três ou mais produtos comerciais; outra, organiza o projeto produtivo com inserção simultânea em diferentes canais de comercialização, ou seja, no mercado de proximidade e no mercado a distância; ao mesmo tempo, outras famílias complementam a renda com venda da força de trabalho para atividades não agrícolas e/ou serviços agrícolas para terceiros, entre outras estratégias.

As condutas adotadas pelas famílias consideram, em grande medida, o amplo processo de reorganização das cadeias produtivas de *commodities*, ocorrido nas últimas décadas. De acordo com os dados da amostra Gráfico 01, 62,5% (35) das famílias encontram-se com a atividade leiteira, a hortifruticultura está presente em 55% (31), a produção em pequena agroindústria (formal e informal) em 34% dos produtores e a produção de grãos é encontrada em 25% (14) das famílias.

Observa-se, portanto, que a produção de cereais para 75% desses agricultores vem perdendo importância na renda monetária. Tal fato é justificado pela necessidade de buscar cultivos produtivos de maior renda por unidade de área e maior valorização do trabalho no decorrer do ano. As atividades de produção de leite, hortifruticultura e de agregação de valor, em pequenas unidades de processamento da matéria prima, tem maior importância que a de grãos respectivamente.

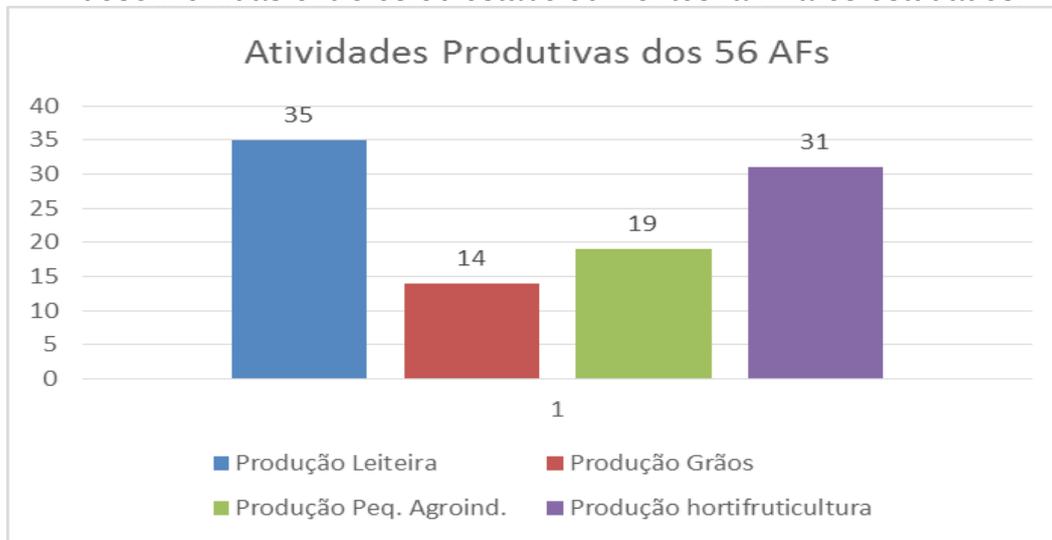
Para essa situação contribuem os fatores como o bloqueio fundiário, a necessidade de comprar serviços de máquinas e equipamentos e a redução da



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

renda dos cultivos de cereais (*squeeze* agrícola). Ao analisar o tamanho das áreas de terra das famílias estudadas observa-se que 59% das famílias possuem menos de 10 ha e outros 30% entre 10 a 20 ha.

Gráfico 01 – Quantidade de famílias e as atividades produtivas comerciais desenvolvidas entre os 56 estabelecimentos familiares estudados.



Fonte: Programa Extensão Rural – Cresol Baser, 2017

Em relação aos serviços de máquinas e equipamentos agrícolas para realizar os cultivos observou-se que 71% (40) das famílias compram de terceiros e 29% (16) vendem alguns serviços. Os dados indicam que mais de dois terços desses agricultores compram serviços necessários para realizar os cultivos de cereais, com prioridade para os serviços de plantio direto, de colheita e transporte de cereais.

As atividades produtivas de bovinocultura de leite, hortifruticultura e agregação de valor em pequena escala contribuem, de forma expressiva e em diversos arranjos, para o processo de (re)estruturação dos sistemas produtivos desses agricultores. Como exemplo, em visita a uma das propriedades (Ent. 01, Família em Salgado filho) observou-se que ao mesmo tempo no qual o cultivo de uvas estava sendo praticamente eliminado, após vários anos de cultivo e dificuldades, outra atividade estava sendo incorporada (aves de postura, em pequena escala e no sistema de integração com empresa regional). Essa com finalidade tanto para ampliar a renda monetária quanto para utilizar adubo orgânico (reduzir custos) na produção de forrageiras para produção de leite (atividade principal). Esse arranjo produtivo da família teve como fator importante o retorno do filho a propriedade, argumentaram os pais, depois dele trabalhar mais de dois anos fora da agricultura.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Os dados obtidos nos permitem observar o processo de construção dos arranjos produtivos sendo constantemente realizado pelas famílias; ou seja, a importância dada às diversas atividades no conjunto do sistema de produção. Ao analisar as famílias que possuem a atividade leiteira verificou-se que para 77% (27) delas o leite se apresenta como primeira atividade produtiva e segunda para outras 17% (6). As atividades de agregação de valor, entre os agricultores que as realizam, situam-se como primeira atividade para 42% (8) e segunda atividade para outros 42%. Já, a hortifruticultura ocupa a posição de primeira atividade para 55% (17) dos que a praticam e segunda para outros 29% (9).

Contudo, no que se refere a atividade leiteira, com mais ênfase, é importante destacar que parte dos agricultores não se adaptam (não desejam) um padrão altamente tecnificado e inserido na produção de commodities (BASSO, 2013). Entretanto, se num primeiro momento a produção de leite se apresenta como uma alternativa de renda frente a dos cereais, no curso da dinâmica da cadeia produtiva, hegemonicamente orientada pela lógica da modernização convencional (escala, produtividade, capital intensivo e concentração da produção), visualiza-se um processo de saída de parte desses produtores da atividade leiteira. Diante disso, é importante observar o ritmo e os impactos diversos sobre o projeto familiar quando ocorre a desistência da produção de leite (fenômeno conhecido pela lógica de concentração da produção em poucos produtores com elevação da escala produtiva). Pois, nos dias atuais, ela é ainda responsável por parte expressiva da renda da família. Como destacado acima, a atividade leiteira é a fonte de renda que ocupa a posição de primeira ou segunda atividade do estabelecimento familiar, da maior parte das famílias envolvidas nessa pesquisa.

No que se refere ao crédito, nas linhas de custeio e investimentos, verifica-se que a linha de investimento foi utilizada por 77% (43) desses agricultores e a de custeio por apenas 48% (27). Apenas 16% (9) das famílias não utilizaram crédito do Pronaf. Essa realidade, ou seja, maior demanda de crédito investimento, pode ser compreendida pela situação de (re)estruturação da atividade produtiva vivida pelas famílias nos últimos anos. Por outro lado, o fato de cerca da metade das famílias não utilizarem crédito de custeio evidencia a relação dessa linha de crédito com a cultura de cereais. Conforme os dados observados, o cultivo de cereais para fins de renda direta situa-se como quarta atividade de importância entre os agricultores desse estudo.

Os dados dos canais de mercado utilizados pelas famílias contribuem, ainda mais, para observar os arranjos produtivos, Gráfico 02. Importante considerar que as famílias utilizam um ou mais canais de comercialização para vender os produtos. Do conjunto de agricultores estudados (56), 60% (34) utilizam o canal de proximidade (feiras livres, venda direta e em lojas, no âmbito local/regional). O canal institucional (comércio de compras realizadas por instituições públicas) é utilizado por 53% (30). Já, o canal de *commodities* (comércio a distância ou virtual, integrando a



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

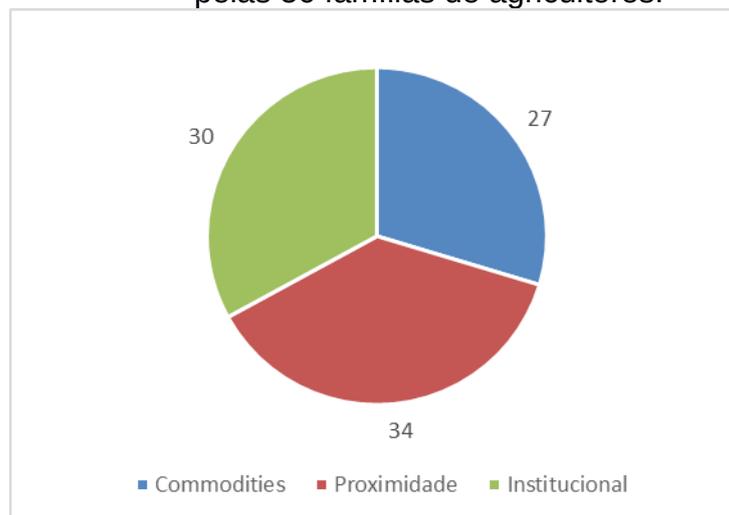
intermediação comercial do atravessador, da cooperativa ou da empresa privada) é utilizado por 48% (27).

Portanto, parte deles estabelecem vínculos tanto no canal de comercialização de commodities, quanto nos canais institucional e/ou proximidade. A valorização maior de um ou de outro canal de comercialização para acessar o mercado está ligada às estratégias da unidade produtiva adotada pela família observando o contexto no qual está inserida. Contudo, chama a atenção para o fato de que um pouco menos da metade desses agricultores fazem uso do comércio a distância ou virtual (*commodities*).

Com base nos dados desse estudo, evidencia-se uma tendência de diminuição na produção de cultivos destinados ao canal de comercialização a distância, por consequência, observa-se que mais da metade fazem uso dos canais institucionais e/ou de proximidade. Esses últimos agricultores passaram a dar importância aos cultivos de hortifruticultura e as atividades ligadas a agregação de valor das matérias primas, diante as dificuldades crescentes das famílias em obter renda, particularmente, com os cultivos de cereais.

Diante disso, pode-se constatar que os ajustes produtivos realizados por esses agricultores objetivam a sustentabilidade social e, para isso, passam a valorizar os diferentes canais de comercialização. Desse modo contribuem na oferta de alimentos para a sociedade com qualidade diferente daquela produzida sob a perspectiva da racionalidade convencional (ou produtos de *commodities*).

Gráfico 02- Os diferentes canais de comercialização utilizados pelas 56 famílias de agricultores.



Fonte: Programa Extensão Rural – Cresol Baser, 2017



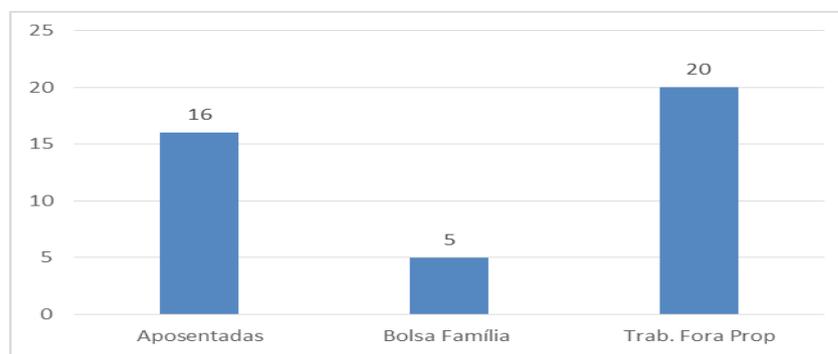
*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Faz-se necessário compreender de que essa maneira de fazer agricultura e viver no meio rural implica aos agricultores e as suas organizações o desenvolvimento de capacidades (SEN, 2000) para transformar e/ou (re)valorizar processos e produtos e para acessar os distintos canais de mercados.

Ademais, ambos os canais de comercialização operam sob regras/normas que podem ser apenas tácitas, que são mais evidente nas vendas de proximidade, ou formais (BASSO, 2013). Essas últimas normas orientam, predominantemente, os processos de vendas nos canais institucionais e de *commodities*. A venda por meio do mecanismo institucional impõe aos agricultores a necessidade de conhecimentos outros (aprendizados coletivos), como os relacionados a licitação pública, planejamento de produção – diversidade, qualidade e apresentação -, logística de distribuição, organização social, atendimento as normas sanitárias, entre outros. Por sua vez, aqueles que vende os produtos nos mercados de *commodities* relacionam-se com um mecanismo de comercialização, cujo padrão de referência, com caráter de universalização, representam os interesses setoriais de alguns setores dominantes ou resultam de um consenso mais amplamente negociados no interior da cadeia produtiva (WILKINSON, 2008). As estratégias produtivas e os canais de comercialização da maioria desses agricultores valorizam o enraizamento local (GRANOVETTER, 1985).

A pluriatividade enquanto uma prática social decorrente da busca de formas alternativas de trabalho não-agrícola para garantir a sustentabilidade e a reprodução social é valorizada por parte das famílias desses agricultores. Com base nos dados analisados neste estudo, das 56 famílias 36% (20) possuem renda com trabalho fora da unidade familiar (Gráfico 03). A média de renda anual obtida pelas famílias com trabalho fora da unidade familiar foi de R\$ 12.604,00.

Gráfico 03 – Número de famílias com rendas não agrícolas, aposentadoria, programa social e trabalho fora da unidade familiar, entre os 56 estabelecimentos estudados.



Fonte: Programa Extensão Rural – Cresol Baser, 2017

A aposentadoria complementa a renda para 29% (16) e a bolsa família está presente em 9% (5) das famílias estudadas. A renda média total (de base agrícola,



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

não-agrícola e de programas sociais) das 56 famílias, no ano, foi de R\$ 48.989,00. Tomando como referência para análise os valores médios das famílias com trabalho fora da unidade familiar, verifica-se que 25% da renda total tem origem externa.

**BOX 01 – Resumo de quatro entrevistas realizadas com famílias de agricultores com racionalidade em transição**

**Ent. 01 – Família de Salgado Filho (C. P.)**

Fazem 23 anos que deixaram Curitiba para se instalarem em Salgado Filho, numa propriedade que conta com 22,9 ha, dividida em duas áreas. De acordo com a esposa, na segunda área tem uma casa construída “ [...] quando ele [filho] casar poderá ir morar na outra terra”. Comentou isso devido ao retorno do filho a propriedade (pais felizes e gratos), depois de trabalhar dois anos em atividade urbana. O sistema de produção tem a atividade leiteira em primeiro lugar (mais de dois terços da renda total) e, nesse momento, está reduzindo em 50% o cultivo de uvas e incorporando a produção de ovos (aviário de pequeno porte, 5 mil aves e em início de postura, por meio da integração com empresa). Dois aspectos tiveram importância nos ajustes das atividades: a primeira foi o retorno do filho (mais mão-de-obra e ampliar renda) e a segunda para reduzir custos na produção de forragens para os animais leiteiros (em direção a produção de leite a base de pasto com baixo custo). Ao comentar sobre seus colegas vizinhos prevê que quem morra perto das fazendas de gado tendem a vender. Outras famílias aguardam pelo que vai ocorrer: é leite e leite; o resto já foi testado (ao comentar de outras iniciativas, a exemplo das uvas). Os vizinhos estão aguardando os sinais do que pode vir; a baixa no preço do leite pode levar a desistência da atividade e fragilizar a renda das famílias.

**Ent. 02 – Família de Capanema**

A jovem família entrevistada em Capanema está há quatro anos na propriedade, em uma área de 6 há. Desenvolvem uma atividade agrícola (produção de leite) e outra não-agrícola (marido trabalho como agente de saúde). Argumentam que não desejam sair do local para ir trabalhar na cidade. A esposa mencionou que o preço do leite, nesse momento da visita, está desanimador, mas mesmo assim vem realizando melhorias tecnológicas. Ao comentar sobre seus vizinhos disse: “[...] eles estão parados (não fazem ajustes no sistema produtivo) e muitos estão abandonando o meio rural.” A esperança da família para ver suas condições de vida melhorada está em poder ampliar área de terra (por meio de herança) e realizar também a criação de gado de corte.

**Ent. 03 – Família de Pinhal de São Bento (P. G. R.)**

Depois de deixar a roça para ir trabalhar em Curitiba, a família da Ent. 03 retornou e a 10 anos está numa propriedade de 11 ha, cultivando fumo e produzindo leite. Entre as suas práticas agrícolas faz uso de um sistema de irrigação para ambas as atividades, utiliza tração animal para determinadas atividades na propriedade e faz uso da contratação de serviços para complementar demanda de trabalho. Sua renda é complementada por uma pensão de dois salários mínimos. Contudo, nos primeiros anos do seu retorno a atividade de horticultura com venda local (proximidade) fez parte de sua trajetória. Ao argumentar que estar na ‘roça’ é melhor do que viver na cidade, “[...] pois tenho um ambiente social de comunidade muito boa e adoro jogar bola. [...] ainda vou comprar um carro zero”. Seguiu dizendo, “[...] planto fumo porque não tenho 10 alqueires de terra para plantar soja .... e, se der problema com o leite volto a plantar verduras”. Ao comentar sobre seus agricultores vizinhos, “[...] muitos foram para a atividade do leite, poucos na soja. Se elas saírem da produção de leite as famílias irão se complicar (impactos negativos na renda). Muitas das famílias, mesmo com pouco área de terra, possuem renda que provem de arrendamento para outros que cultivam soja, a estratégia da propriedade articular o arrendamento, na safra da soja, com a produção de leite”.

**Ent. 04 - Família de Pérola do Oeste (J.)**

Com propriedade próximo a cidade (cerca de 1 KM), de 3,6 ha, a família reside a 57 anos no local. Devido a pouco área de terra, deixou a atividade leiteira como terceira opção de renda (venda de queijo colonial) e incorporou o cultivo de verduras a quatro anos (com uso de sombrite e irrigação e venda direta) e o trabalho não-agrícola (cuidador de uma torre para Rádio AM). Quando vier a aposentadoria (nos próximos três anos) “vamos reorganizar nosso trabalho”, argumentou o marido. Seus filhos residem com os pais, mas trabalham fora da unidade familiar de forma independente. Ao comentar sobre como percebe seus vizinhos, disse ele: “[...] os produtores estão com leite e lavouras, com áreas pequenas. Se a atividade leite entrar em dificuldades vamos ter dias ruins. Algumas famílias compram verduras minhas. Se piorar tem que aguentar a pulga”.

A renda não-agrícola obtida pelas famílias ajuda a compreender com mais pormenores como é organizado o trabalho familiar. Assim, objetivando uma renda complementar, maior estabilidade financeira e qualidade de vida o trabalho fora da unidade familiar é exercida tanto por homens quanto por mulheres. Novas



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

necessidades financeiras vem sendo criadas no âmbito da unidade familiar e da unidade de produção demandando dos agricultores uma ampliação da relação com o mercado.

Diante o exposto, verifica-se que as estratégias produtivas implementada pelas famílias na (re)estruturação das atividades produtivas se insere numa perspectiva de mercantilização, aprofundada em diversas direções/caminhos e não se resumindo ao processo de modernização da agricultura.

Para aqueles agricultores que orientam suas condutas em direção a diversificação dois aspectos merecem atenção. De um lado, é preciso prestar atenção na qualidade da diversificação, que é dada, por exemplo, pela incorporação da atividade de agregação de valor e pela busca de práticas sociais que ofereça maior autonomia; de outro, é preciso averiguar a capacidade (SEN, 2000) de diversificação das famílias.

As iniciativas de ajustes dos projetos produtivos dos agricultores visam garantir a sua permanência no meio rural. Nesse sentido, valorizam os diferentes conhecimentos e participam da construção de modelos culturais que permitem atuarem mais como produtores do que consumidores da situação social. Ou seja, ainda que considerando suas diferenças, esses agricultores fazem uso (reclamam) de suas liberdades para (re)construir seus projetos produtivos orientados pelos valores culturais de que valorizam. Assim sendo, se apresentam como novos atores, com seus interesses e valores próprios, portanto, novos conflitos têm lugar entre os diversos atores da sociedade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente destacamos ser demasiado ambicioso desejar compreender a ampla gama de estratégias produtivas dos agricultores familiares com racionalidade em transição. As possibilidades de condutas produtivas assumidas pelas famílias são muitas e estão fortemente correlacionadas com fatores locais e/ou globais e, ainda, por ambos. Entre esses caminhos pode estar o de permanecer com atividades agrícolas, podendo assumir racionalidades diversas (convencional, não-convencional (agroecológica) e/ou continuar em transição); ou, mesclar atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade); optar pela verticalização da produção (agregação de valor), com ênfase nas cadeias curtas; por fim, no limite, deixar o meio rural. Portanto, o cenário produtivo e projeto de vida para esses agricultores encontra-se aberto e diverso. Seus projetos de produção e de organização do trabalho estão dependendo de como deseja integrar-se nos mercados. Suas ideias de visão de mundo, os significados (valores) que desejam assumir para orientar suas condutas e os condicionantes do ambiente socioeconômico, organizativo e político (incluindo as políticas públicas) serão por eles refletidos/analizados para orientar suas estratégias produtivas. Assim, situam-se em um momento muito



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

diferente dos agricultores com racionalidade convencional e/ou agroecológica que já possuem projetos produtivos definidos e inseridos na dinâmica socioeconômica vigente.

Quais podem ser as implicações/desafios/perspectivas que esse cenário do qual vivem os agricultores em transição se apresenta para a Cresol Baser? São muitas quando tomadas a luz da missão institucional, da inclusão nos mercados por meio do crédito e do conhecimento.

Tendo o cuidado que a questão exige, passamos a destacar apenas alguns aspectos. Assumindo como uma hipótese (ver novos estudos), nesse momento, esses agricultores representam cerca da metade ou mais do quadro social da Cresol Baser. Evidências claras são percebidas, como exemplo, nos dados sobre as operações de Pronaf no âmbito da Cresol Baser (Basso, 2017), no qual se observou a tendência de redução do número de operações com elevação dos valores tomados. Portanto, são dezenas de milhares de famílias associadas vivenciando tal situação produtiva, com práticas de resistência para permanecer na atividade agrícola e no meio rural.

A gestão de riscos das operações de crédito vem recebendo forte atenção especial por todos os agentes financeiros, objetivando reduzir a inadimplência dos empréstimos e manter a “saúde” da organização. Diante disso, e considerando as incertezas do ambiente sobre as quais estão alicerçados parte expressiva dos projetos produtivos desses agricultores, como atender tais demandas de crédito, em particular na linha de investimento? Entre os desafios destacamos a urgente profissionalização das atividades, incluindo a gestão do empreendimento; o fortalecimento e a consolidação do cooperativismo, com capacidades de gestão profissional, para inserção nos mercados; a capacitação das famílias para acessar os mercados de proximidades e institucionais (na lógica das cadeias curtas) poucos desenvolvidos; ampliar a interface dos produtores com os consumidores (produção e consumo consciente); e, por fim, manter e ampliar o acesso de políticas públicas destinadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural inclusivo.

Tomamos outro aspecto, os desafios colocados para a Extensão Rural (ER) da Cresol Baser, em particular, no que se refere ao perfil de formação dos profissionais que atuam junto aos agricultores. A diversidade de projetos produtivos entre os associados demanda da ER, também, equipes técnicas com capacidades diversas, em particular para as demandas dos agricultores desse estudo. Situação que implica em organizar equipe de extensão rural com perfil diverso para atender as distintas racionalidades dos projetos produtivos das famílias, num cenário de poucos quadros e, em sua maioria, com formação profissional voltada a agricultura convencional.

Outra implicação/desafio, como exemplo final, está nas demandas de serviços e produtos financeiros de parte desses agricultores. Se tomarmos aquelas famílias com pluriatividade (rendas não agrícolas) vemos que elas tendem a demandar, cada vez mais, serviços e produtos iguais ou próximos a um morador/trabalhador urbano



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

e, ainda, situam-se nos riscos e oportunidades de rendas semelhantes as urbanas. Estudos indicam que cada vez mais a renda agrícola das famílias tende a diminuir e a aumentar a renda de outras fontes (pluriatividade, políticas sociais, aposentadorias, etc).

Por fim, alertamos no que se refere a importância de compreender a maneira de fazer a agricultura e viver no meio rural desses agricultores com racionalidade em transição. Tal situação demanda dos agricultores e das suas organizações o desenvolvimento de capacidades para transformar e/ou (re)valorizar processos e produtos objetivando a inserção nos mercados e o desenvolvimento rural.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, J. A busca de autonomia na agricultura: estratégias, limites e possibilidades. In: **Cadernos de Sociologia** / Programa Pós-Graduação em Sociologia. V.6. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994. p. 212-229

\_\_\_\_\_. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. – Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

BASSO, D. **Racionalidades Modernas e Identidades Sócioprofissionais de Agricultores Familiares**. Tese de Doutorado. Porto Alegre. PGDR/UFRGS. 2013, 240p.

BASSO, D; GEHLEN, I. **Agricultores familiares e diversos**. Revista Orbis Latina. Volume 5, nº 2, jan a dez/2015. Edição Especial. p. 22-38

GEHLEN, I. Pesquisa e competitividade na agropecuária brasileira. In: **Sociologias** – UFRGS, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre, ano 3, n. 6, jul-dez, 2001, p.70-93.

GRANOVETTER, M. **Economic action ans social structure**: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology, v.91, n.3, Nov.1985. p. 481-510

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIPTON, M. **The theory of optimising peasant**. The Journal of Developmento Studies, 1968.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo**: uma perspectiva centrada en el actor. - México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colégio de San Luis, 2007.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

- MELLOR, J. W. **The use and productivity of farm labor in early stages of agricultural development.** Journal of Farm Economics, 45 (3), 1963.
- NAKAGIMA, C. N. Subsistence and commercial family farms: Some theoretical models of subjective equilibrium. In: WHARTON Jr, C.R. (org). **Subsistence agriculture and economic development.** Chicago, Aldine Publishing Co, 1969.
- NIEDERLE, P. A. **Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar.** Revista Extensão Rural, DEAER/PPGEXR – CCR – UFSM, Ano XVI, nº 18, Jul – Dez de 2009
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época.** 2ª ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. Política e Sociedade, volume 8 – Nº 15, out.2009.
- RAMOS, G. **A nova ciência das organizações.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SANTOS, B. S.. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 6.ed.- São Paulo: Cortez, 1999.
- SCHNEIDER, S.. Introdução. In: **A diversidade da agricultura familiar** (Org). Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.7-12
- SCHULTZ, T. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Peasants and dualism with or without surplus labor.** The Journal of Political Economy, LXXIV (5), 1966.
- TOURNAINE, A. **O retorno do actor: ensaio sobre sociologia.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Crítica à modernidade.** Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- WEBER, M. **Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva.** Fondo de Cultura Económica. 2. Reimpresión, Madri: FCE, 2002.
- WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 17/01/2019



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*  
**A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO EDUCACIONAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**THE IMPORTANCE OF EDUCATIONAL COOPERATIVISM FOR  
REGIONAL DEVELOPMENT**

Angélica Mosele Siqueira\*

**RESUMO**

Este artigo trata da importância de fomentar o cooperativismo educacional, com a finalidade de estimular o desenvolvimento social e econômico da região. Por meio da presente pesquisa busca-se identificar as primeiras cooperativas educacionais desenvolvidas no Brasil, destacando a importância da criação dessas instituições para gerar educação de qualidade sem altos custos. A metodologia utilizada na presente pesquisa consiste na análise documental e bibliográfica, partindo-se de materiais já publicados sobre o tema, como artigos e livros. O objetivo da presente pesquisa é identificar a atuação e como ocorre a criação das cooperativas, além de expor como estas instituições podem contribuir para o desenvolvimento da região.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; Cooperativa educacional; Desenvolvimento.

**ABSTRACT**

This paper discusses the importance of fostering educational cooperativism, with the purpose of stimulating the social and economic development of the region. This research aims to identify the first educational cooperatives developed in Brazil, highlighting the importance of creating these institutions to generate quality education without high costs. The methodology used in this research consists of documental and bibliographic analysis, starting with materials already published on the subject, such as articles and books. The objective of the present research is to identify the performance and how the creation of the cooperatives occurs, as well as to expose how these institutions can contribute to the development of the region.

**Keywords:** Cooperativism; Educational Cooperatives; Development.

---

\* Aluna especial na disciplina de Cooperativismo e Desenvolvimento no Mestrado em Políticas Pública e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Faculdade Damásio e Especialista em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná – EMAP. Graduada em Direito pela Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu – UNIFOZ. Email: angelicamosele@gmail.com.



## 1. INTRODUÇÃO

O tema escolhido possui grande relevância social, pois trata da cooperativa educacional como um meio alternativo de oferecer educação de qualidade por um preço justo.

Partindo desse prisma, o presente trabalho busca analisar como surgiram as primeiras cooperativas educacionais no Brasil, e como ganharam destaque no atual cenário econômico.

Além disso, objetiva-se examinar a legislação reguladora das sociedades cooperativas, com ênfase nas disposições gerais da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que são aplicáveis também às cooperativas educacionais.

Igualmente, busca-se enfatizar a importância de fomentar a criação de cooperativas educacionais, visando conceder oportunidade de crescimento econômico igualitário, e a obtenção de educação de qualidade sem altos custos para toda a sociedade.

A metodologia utilizada consiste na pesquisa documental indireta, correspondente à análise documental e bibliográfica, partindo-se de materiais já publicados sobre o tema, como artigos, livros e legislação vigente.

## 2. BREVE RESUMO HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

Inicialmente, busca-se expor os primeiros indícios de cooperativismo identificados, com o objetivo de demonstrar que a cooperação sempre esteve presente em diversos pontos importantes da história.

O economista alemão Lujó Brentano considera as ágapes dos primeiros cristãos uma forma primitiva da cooperativa de consumidores: o consumo ocorria em comum, pelos cuidados de certas pessoas encarregadas da organização do abastecimento (MLADENATZ, 2003, p. 18).

O cooperativismo como uma iniciativa, dentre outras, dos trabalhadores contra a exploração capitalista dos meios de produção remonta ao início do século XIX. Importantes pensadores como Robert Owen (Inglaterra), William King (Inglaterra), François Charles Fourier (França), Philippe Buchez (Bélgica) e Louis Blanc (França) contribuíram efetivamente para a elaboração da teoria social sobre o associativismo (OLIVEIRA, 2011).

Existiram igualmente entre os gregos e romanos sociedades de funerais e de seguros de pequenos artesãos, baseadas da ajuda mútua (MLADENATZ, 2003, p. 18).

O movimento cooperativo, na sua forma moderna, é uma manifestação social de data relativamente recente. Só se desenvolveu na época do capitalismo moderno. No pensamento de quase todos os precursores do movimento cooperativo



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

moderno, o sistema cooperativo confundia-se com os sistemas preconizados pelos pioneiros de uma nova ordem baseada na socialização. Por outro lado, uma parte dos verdadeiros fundadores do capitalismo moderno era formada por adeptos do pensamento econômico liberal (MLADENATZ, 2003).

As cooperativas educacionais surgiram como alternativa às deficiências do ensino público e às altas mensalidades do ensino privado. A primeira experiência brasileira e latino-americana de cooperativismo na educação surgiu em 1948, com a fundação, por professores, das Escolas Reunidas Cooperativa Ltda., em Belo Horizonte (MG). O reconhecimento do ramo, porém, aconteceu apenas décadas mais tarde, em 1987, com a criação da Cooperativa de Ensino de Itumbiara (CEI), mantenedora do Colégio Cora Coralina. E até meados da década de 1980, existiam apenas onze cooperativas educacionais no Brasil (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB, 2018).

A grande expansão do segmento só começou a acontecer na década de 1990, quando foram abertas mais de oitenta novas escolas cooperativas em todo o Brasil. A explosão foi um reflexo da queda da qualidade do ensino público e dos altos preços cobrados no setor privado e da baixa remuneração aos professores (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB, 2018).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, ficou expressa a possibilidade de criação das cooperativas, sendo que o art. 5º, inciso XVIII, prevê como um dos direitos e garantias fundamentais que a criação de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Atualmente, as cooperativas são regidas pelo Código Civil, pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, e por Leis complementares. Sendo que todas as cooperativas, independente do ramo, devem basear sua criação e elaboração do Estatuto Social, em conformidade com o disposto na legislação.

Assim, compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público, conforme enunciado do art. 1º, da Lei nº 5.764/71.

### **3. COOPERATIVAS EDUCACIONAIS**

Tendo em vista que um dos principais objetivos da cooperativa consiste em atender às necessidades econômicas e sociais, é possível afirmar que as cooperativas trabalham para estimular o desenvolvimento cultural e social de seus membros e promover o crescimento econômico satisfatório aos cooperados.

Por isso, busca-se com o presente trabalho explicar a importância do papel das cooperativas educacionais no desenvolvimento econômico regional, bem como demonstrar as vantagens de se tornar cooperado.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Com a criação das escolas cooperativas, evidenciou-se traços marcantes de uma postura ativa, inovadora, ensejando a participação e a mobilização dos indivíduos, à medida que o surgimento das cooperativas educacionais revelou a organização de um segmento da sociedade civil para desenvolver soluções alternativas, mais eficazes e mais econômicas, face à limitação das opções de educação formal existentes (SERVA, 1994).

Ainda, é possível perceber na cooperativa a questão da economia solidária, que reforça a idéia de que um grupo de pessoas a partir do trabalho coletivo passa a desenvolver formas de geração de renda, em que todos e todas têm suas necessidades satisfeitas e o uso dos recursos naturais é feito de forma responsável e consciente. Na economia solidária, o trabalho não tem patrão e empregado (MARRA, 2016).

Destaca-se que o cooperativismo educacional vem se desenvolvendo neste cenário, por ser uma alternativa com custo acessível à educação de qualidade.

Além de oferecer educação de qualidade e contribuir para a formação de cidadãos mais atuantes, as cooperativas educacionais também funcionam como um modelo de trabalho empreendedor para professores. As possibilidades são diversas e, por isso, as cooperativas educacionais podem ser formadas tanto por pais de alunos quanto por profissionais da educação ou, ainda, por estudantes (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB, 2018).

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 5º, define que as sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.

Quanto ao ramo da cooperativa, a Lei nº 5.764/71, dispõe que as sociedades se classificam também de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por ela ou por seus associados.

Conforme o disposto no art. 4º, da Lei nº 5.764/71, as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, sendo que uma das características que a distingue das demais sociedades é a adesão voluntária, com número ilimitado de associados e retorno das sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelo associado.

Vale destacar, que a cooperativa educacional é regulamentada em sua criação e funcionamento, pelas disposições gerais da legislação atinente às cooperativas, bem como pelo Código Civil de 2002.

Uma das principais características gerais das cooperativas elencadas pelo Código Civil brasileiro (2002), no art. 1.094, inciso VII, enuncia que a distribuição dos resultados ocorre de forma proporcional ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado.

Enfatiza-se que o objetivo principal é oferecer educação de qualidade acessível aos cooperados, sem altos custos, tendo em vista que as cooperativas são



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

instituições que não visam lucros, ou seja, todo o lucro obtido, que é conhecido como sobra, que é repartido entre os cooperados.

A busca do lucro, segundo Owen, é um dos males fundamentais da humanidade. O lucro se obtém pelo fato dos produtos serem vendidos a um preço mais elevado do que o preço de custo. O lucro é portanto, uma iniquidade. O objeto do lucro é o dinheiro. Que se afaste então o dinheiro (MLADENATZ, 2003).

Quanto a constituição da sociedade cooperativa, dispõe o art. 14 da Lei 5.764/71, que a sociedade cooperativa constitui-se por deliberação da Assembléia Geral dos fundadores, constantes da respectiva ata ou por instrumento público.

A gestão das cooperativas é basicamente colegiada, dando-se grande ênfase nas assembleias gerais. Os dirigentes são escolhidos dentre os associados, e empossados para exercer mandatos, em geral, de dois anos (SERVA, 1994).

Além disso, conforme previsão do Código Civil brasileiro, outra característica importante da cooperativa é a indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

Quanto a tema, a Lei 5.764/1971, confere expressamente a obrigação da constituição de fundos legais: Fundo de Reserva e Fates – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

A legislação prevê que as cooperativas são obrigadas a constituir o Fundo de Reserva destinado a reparação de perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício, conforme previsão do art. 28, inciso I.

Já o Fates (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), com previsão no art. 28, inciso II da supracitada Lei, é destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, bem como são destinados a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

Vale ressaltar, que a Lei faculta a criação de outros fundos, até mesmo rotativos, desde que aprovados em assembleia geral.

Outro ponto importante nas sociedades cooperativas, expresso no Código Civil brasileiro, diz respeito ao direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação.

Ainda, destaca-se que o ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, conforme enuncia o art. 29 da lei que trata das cooperativas.

Diante disso, ressalta-se que a busca pela igualdade entre os cooperados encontra-se expressa na legislação regulamentadora das cooperativas, não havendo possibilidade de maior ou menor participação nas sobras, sendo que toda a sobra é distribuída de forma igualitária aos cooperados.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Ante o exposto, observa-se inúmeras vantagens econômicas e sociais em se estimular a criação das cooperativas educacionais para fomentar o desenvolvimento regional, haja vista a acessibilidade e os custos inferiores frente ao modelo tradicional dos atuais estabelecimentos de ensino.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a regulamentação própria das sociedades cooperativas, bem como seus aspectos gerais de criação e funcionamento, ressaltando o papel fundamental no desenvolvimento econômico e social, tendo em vista que estas instituições não possuem fins lucrativos, bem como é livre a adesão por parte do interessado.

Ainda, resta claro a importância de fomentar a criação de cooperativas educacionais na região, tendo em vista as diversas vantagens econômicas que esta instituição traz à sociedade frente aos padrões das escolas atuais.

Igualmente, destaca-se que a criação de cooperativas educacionais, traz incentivos ao desenvolvimento econômico e social, tendo em vista distribuição igualitária das sobras entre os cooperados, o benefício do preço justo e o acesso à educação de qualidade proporcionado por estas instituições.

Neste trabalho, a metodologia de pesquisa utilizada foi a documental indireta, correspondente à análise documental e bibliográfica, que demonstrou pontos importantes quanto a criação e atuação das cooperativas do ramo educacional.

Como resultado da pesquisa, conclui-se pela necessidade de incentivar a criação e desenvolvimento das cooperativas educacionais na região, tendo em vista a possibilidade de acesso à educação sem altos custos.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 11 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L5764.htm)>. Acesso em 21 out. 2018.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em 09 nov. 2018.

MARRA, A. V. **Associativismo e cooperativismo.** E-tec Brasil, 2016. Disponível em: <[http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/578/Aula\\_03.pdf?sequence=6&isAllowed=y](http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/578/Aula_03.pdf?sequence=6&isAllowed=y)>. Acesso em 10 nov. 2018.

MLADENATZ, G. **História das Doutrinas cooperativistas.** Confedbras: Brasília, 2003.

OLIVEIRA, E. S. **A gestão e o trabalho associado no cooperativismo educacional.** Universidade Estadual Paulista – UNESP. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0158.pdf>>. Acesso em 19 out. 2018.

OCB. **Oganização das Cooperativas brasileira.** Cooperar em prol da educação. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/ramo-educacional>>. Acesso em 10 out. 2018.

SERVA, M. ET AL. **Um novo ator no cenário organizacional:** As cooperativas educacionais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 34, n. 4, p. 46-53. Jul. Ago. 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n4/a06v34n4.pdf>>. Acesso em 19 out. 2018.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 17/01/2019



## **CONTRIBUIÇÕES DE KARL POLANYI E ALEXANDER CHAYANOV PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

### **CONTRIBUTIONS FROM KARL POLANYI AND ALEXANDER CHAYANOV TO THE SOLIDARITY ECONOMY**

Fabíola Graciele Besen<sup>\*</sup>  
Clério Plein<sup>\*\*</sup>  
Dirceu Basso<sup>\*\*\*</sup>  
Valdir Serafim Junior<sup>\*\*\*\*</sup>

#### **RESUMO**

O objetivo deste artigo centra no resgate das contribuições de Karl Polanyi e Alexander Chayanov para compreender e avançar nos debates atuais em torno da Economia Solidária. O método consiste numa pesquisa bibliográfica buscando sumarizar temas e definições caras aos respectivos autores e relacioná-las aos processos contemporâneos em torno do desenvolvimento (rural) centrado numa economia diferenciada das relações puramente capitalistas. Como principal resultado destaca-se a organização de cooperativas (Chayanov) como exemplos de contramovimentos (Polanyi).

**Palavras-chave:** Karl Polanyi, Alexander Chayanov, Contramovimentos, Cooperativas.

#### **ABSTRACT**

The aim of this article is to rescue the contributions of Karl Polanyi and Alexander Chayanov to understand and advance the current debates around the Solidarity Economy. The method consists of a bibliographical research seeking to summarize themes and definitions that are dear to the respective authors and to relate them to the contemporary processes of (rural) development centered on an economy differentiated from purely capitalist relations. The main result is the organization of cooperatives (Chayanov) as examples of countermovement (Polanyi).

**Keywords:** Karl Polanyi, Alexander Chayanov, Countermovement, Cooperatives.

---

\* Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável – Professora Assistente do Curso de Ciências Contábeis, UNIOESTE – CAMPUS Foz do Iguaçu. E-mail: fabiologracielebesen@gmail.com

\*\* Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor da UNIOESTE. E-mail: clerio.plein@gmail.com

\*\*\* Doutor em Desenvolvimento Rural e docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com atuação no Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Unila e Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mestrado e doutorado, sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. Membro dos Grupos de Pesquisa: Observatório das Agriculturas Familiares Latino-Americanas (Observatório AFLA); Desenvolvimento Regional e Integração Latino-Americana; Grupo Interdisciplinar e Interinstitucional de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Sustentável. E-mail: dirceu.basso@unila.edu.br

\*\*\*\* Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável – Professor Assistente do Curso de Ciências Contábeis, UNIOESTE – CAMPUS Foz do Iguaçu. E-mail: jr\_valdir@hotmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

Karl Polanyi em sua obra *A grande Transformação* (1944), chama a atenção para a existência de economias que não eram controladas por mercados antes da Revolução Industrial e do desenvolvimento da sociedade de mercado. Polanyi (2000, p. 69) escreveu que em tais sociedades: [...] é vedada a ideia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social (POLANYI, 2000, p.69).

Para Polanyi (2000), “a econômica do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais”, até porque “Ele não age desta forma para proteger o seu interesse individual na posse de bens materiais”, assim “age para salvaguardar sua situação social, sua exigência social, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos” (POLANYI, 2000, p. 65).

Mas, a industrialização transformou a sociedade antes primitiva numa sociedade de mercado, e com isso “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000, p.60).

Para embasar sua teoria, Polanyi explica que todos os sistemas econômicos conhecidos foram organizados segundo três princípios: de reciprocidade, de redistribuição e troca mercantil, ou ainda uma combinação dos três. “Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual [...] fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia” (POLANYI, 2000, p. 75).

Os princípios eram institucionalizados a partir de uma organização social, o lucro não ocupava um papel central, mas sim motivações, como costumes, lei, magia e religião que induziam “o indivíduo a cumprir as regras de comportamento” que “eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 75 *apud* Kischener *et al*, 2015).

Quando o sistema de mercado, baseado, exclusivamente na forma de integração – troca mercantil – tornou-se a forma prevalente “[...] em vez de a economia estar enraizada nas relações sociais, as relações sociais passaram a estar enraizadas no sistema econômico (CANGIANI, 2012, p. 14). Houve uma separação do mercado das demais instituições sociais, tornando-o autônomo, e o mercado, que antes estava imerso na sociedade, que o regulava, passou a ser o regulador da sociedade.

O autor afirma que “A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns *contramovimentos* protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo” (POLANYI, 2000, p. 98).

Segundo Abramovay (2004), Polanyi mostrou que esse sistema de mercado não contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

sobrevivência humana. A economia mercantil é o modo de produção dominante, mas não representa a totalidade das economias na atualidade. Para Polanyi, diferentes formas de integração podem coexistir, mesmo, em uma sociedade capitalista.

São os chamados “*contramovimentos*”, e que podem acontecer a partir da capacidade dos atores em “(re)construir processos que promovam diversificação produtiva e tecnológica, economias de escopo, bem como mecanismos de troca e distribuição enraizados em relações sociais baseadas em princípios de reciprocidade e redistribuição” (Polanyi, 2000).

A Economia Solidária, pelo fato de priorizar valores como solidariedade, dependência recíproca, ajuda mútua e cooperação, se aproxima dos princípios abordados por Polanyi.

As cooperativas se apresentam, dentro da Economia Solidária, como importantes ferramentas na busca de ganhos sociais. Porém, nem todas estão dentro do perfil desta Economia. Para que isso ocorra há a necessidade que haja a gestão compartilhada por todos os sócios, ou seja, a autogestão. Havendo isto, aliado à solidariedade, pode-se afirmar que se trata de um empreendimento Econômico Solidário (EES) (SILVA et al, 2011, p.99).

Alexander Chayanov (1888-1930), economista, agrônomo, professor e estudioso dos assuntos ligados ao desenvolvimento agrícola, também pesquisou a respeito do cooperativismo na Rússia, França, Itália, Alemanha e Bélgica e escreveu a obra *A Teoria das Cooperativas Camponesas* (1927), e na sua opinião, as cooperativas “[...] poderiam ser a base sob a qual se estruturaria um modelo social e econômico eficaz na alocação individual dos resultados alcançados de forma coletiva” (SCHNEIDER, 2017, p.9).

Chayanov elaborou um “modelo teórico de explicação para entender como funcionam os empreendimentos camponeses cooperativos e como a cooperação poderia ser utilizada em diversos ramos e atividades, desde a produção, comercialização e consumo” (SCHNEIDER, 2017, p.9).

Nesse sentido, a Economia Solidária poderia ser considerada um *contramovimento*, pois em 1917, após a Revolução Russa, houve um crescimento das cooperativas e muitos acreditavam, que o “movimento cooperativo poderia oferecer a sociedade russa caminhos para superar os problemas sociais que acompanhavam uma modernização econômica fundada na industrialização” (DANILOV, 2017, p.11).

Para esse estudo, utilizar-se-á a ideia de desenvolvimento rural a partir de Schneider e Escher (2011, p.186), que afirmam que o “desenvolvimento rural é um “processo instituído” por meio de “contramovimentos” dos atores sociais no contexto das contradições características do capitalismo contemporâneo”, com a pretensão de demonstrar que a Economia Solidária é um processo de *contramovimento*.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A partir das considerações acima, o presente artigo tem o objetivo de discutir os princípios presentes na obra de Karl Polanyi e Alexander Chayanov e suas contribuições para a Economia Solidária (em suas atuais versões), a partir da perspectiva de *contramovimento*.

O artigo está estruturado em duas seções, além dessa introdução. Na segunda seção, faz-se uma apresentação do quadro teórico de Karl Polanyi e de Alexander Chayanov. A terceira seção (considerações finais) traz uma discussão sobre as contribuições dos autores para a Economia Solidária e as referências bibliográficas.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Esse tópico faz um resgate das teorias de Karl Polanyi e de Alexander Chayanov, dada a importância e atualidade de seus pensamentos na discussão sobre Economia Solidária.

### **2.1 O QUADRO TEÓRICO DE KARL POLANYI: A ECONOMIA COMO “PROCESSO INSTITUÍDO” E AS “FORMAS DE INTEGRAÇÃO”**

Karl Polanyi (Áustria, 1886 – Canadá, 1964) foi um dos mais originais cientistas sociais do século XX. Sua obra *A grande transformação*, publicada em 1944, foi eleita pelo jornal Folha de São Paulo como um dos 100 mais importantes livros do século XX, e seus estudos são referenciados para a compreensão da economia plural e do processo de desenvolvimento em termos multidimensionais (KISCHENER et al, 2015; RODRIGUES e SANTOS, 2017).

Em sua obra, Polanyi faz uma análise minuciosa da formação da economia capitalista de mercado.<sup>1</sup> Busca identificar os processos através dos quais o mercado se separou das demais instituições sociais, se tornando uma esfera autônoma, autorregulável, que pretende dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria.

Segundo Polanyi, nenhuma sociedade poderia existir, sem que houvesse uma economia de qualquer espécie. Mas, anterior a nossa época, nenhuma economia era controlada por mercados. E embora ela existisse desde a idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica (POLANYI, 2000).

Polanyi entende que “a econômica do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais”, pois “Ele não age desta forma para proteger o seu interesse individual na posse de bens materiais”, assim “age para salvaguardar sua situação

---

<sup>1</sup> Uma economia, de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa (POLANYI, 2000, p.62).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

social, sua exigência social, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos” (POLANYI, 2000, p. 65).

Em termos de sobrevivência, a explicação é simples. Tomemos o caso de uma sociedade tribal. O interesse econômico individual só raramente é predominante, pois a comunidade vela para que nenhum de seus membros esteja faminto, a não ser que ela própria seja avassalada por uma catástrofe, em cujo caso os interesses são ameaçados coletiva e não individualmente. Por outro lado, a manutenção dos laços sociais é crucial. Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber (POLANYI, 2000, p.65-66).

Para embasar sua teoria, Polanyi explica que todos os sistemas econômicos conhecidos foram organizados segundo três princípios: de reciprocidade, de redistribuição e troca mercantil, ou ainda uma combinação dos três. “Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual [...] fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia” (POLANYI, 2000, p. 75).

Os princípios eram institucionalizados a partir de uma organização social, o lucro não ocupava um papel central, mas sim motivações, como costumes, lei, magia e religião que induziam “o indivíduo a cumprir as regras de comportamento” que “eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 75 *apud* KISCHENER *et al*, 2015).

Mas, então, como se garante a ordem na produção e na distribuição? É a pergunta que Polanyi faz, e segundo ele, “a resposta é fornecida, em sua maior parte, por dois princípios de comportamento não associados basicamente à economia: reciprocidade e redistribuição (POLANYI, 2000, p. 67).

Polanyi (2012, p.84), busca explicar as formas de integração, imaginando “diagramas que representam a movimentação de bens e pessoas na economia, quer essa movimentação consista em mudanças de localização, de apropriação ou de ambas”.

A reciprocidade consiste em um movimento de bens e serviços entre pontos correspondentes de um agrupamento simétrico. O princípio da reciprocidade observa a relação estabelecida entre várias pessoas por meio da troca de natureza social, visando criar ou reforçar laços sociais. Os recursos e a produção se dão por meio de relações de parentesco, amizade, cooperação. É promovida pelo padrão institucional da simetria e está ligada à semelhança entre grupos; corresponde à relação estabelecida a partir da proximidade e da interação entre os atores (POLANYI, 2012, SCHNEIDER e ESCHER, 2011; RODRIGUES e SANTOS, 2017).

A redistribuição representa um “movimento para um centro e, depois para fora dele, quer os objetos sejam fisicamente deslocados, quer se altere apenas a



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

maneira de dispor deles” (POLANYI, 2012, p.84). Há uma organização central, tanto em termos políticos, quanto econômicos onde a produção do grupo é armazenada para ser repartida de forma igual a todos (SCHNEIDER e ESCHER, 2011).

Estas “formas de integração” institucionalizam-se por meio da socialização de práticas baseadas em dispositivos de ação coletiva e em sistemas de regras, como parte reguladora do ordenamento da vida social, econômica e política das pessoas, com seus valores e lógicas de operação específicas (SCHNEIDER e ESCHER, 2011, p.193).

A troca mercantil é um movimento bidirecional de bens entre pessoas orientadas para o ganho que cada uma delas obtém dos termos resultantes. De maneira simplificada, é a troca de serviços ou mercadorias para obter o máximo de proveito, tendo como práticas a pechincha e o regateio, um padrão comportamental exigido pelo mecanismo de mercado (POLANYI, 2012).

Segundo Polanyi (2012) o que interessa nessa forma de integração é a utilidade das relações econômicas, diferente da reciprocidade e da centralidade, esse sistema privilegia o lucro como elemento determinante.

Assim, o padrão de mercado, relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado e ao se dar uma importância vital a atividade econômica, a economia ao invés de estar embutida nas relações sociais, torna as relações sociais embutidas no sistema econômico (POLANYI, 2000, 2012).

Segundo Abramovay (2004), Polanyi mostrou que esse sistema de mercado não contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à sobrevivência humana. “Os ‘motivos econômicos’ reinavam supremos, num mundo próprio, e o indivíduo foi levado a neles calcar os seus atos, sob a pena de ser esmagado pelo mercado avassalador” (POLANYI, 2012, p. 213).

“Como o desenvolvimento do sistema fabril se organizara como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento” (POLANYI, 2000, p. 97), e a ficção de serem produzidos tornou-se princípio organizador da sociedade, e a sociedade humana tornou-se um acessório do sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 97)”.

Para Polanyi, a questão essencial não é tanto a exploração econômica, mas principalmente a desincrustação do meio cultural do homem. Apesar do processo econômico poder constituir um veículo de degradação que força a cedência da parte mais fraca, o golpe mortal é infligido quando são atingidas as instituições nas quais a vida do homem se encontra incrustada (Polanyi, 1944, p. 334 *apud* PEREIRA, 2016).

A libertação do dogma de que o homem funcionava como um ser egoísta que apenas visava a obtenção do lucro, numa sociedade de mercado, foi possível graças a Polanyi ao introduzir na equação outros padrões de



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

integração para além do mercado. Tal facto, permitiu a evolução de uma economia “pobre” e ineficiente na obtenção de respostas às questões sociais atuais, para “outras economias” mais próximas do ser humano e da natureza, com um desenvolvimento de base territorial e cultural. Atualmente, podemos falar de várias versões da Economia Solidária, todas elas com bases científicas sólidas e que refletem os contributos teóricos de Polanyi (PEREIRA, 2016).

Deste modo, identificar as relações atuais baseadas nos princípios redistribuição e reciprocidade pode contribuir para a reconstrução de um pensamento para além de uma economia de mercado, pois Polanyi Em ‘A Nossa Obsoleta Mentalidade Mercantil’, já indicava a necessidade de:

“(…) restauração daquela unidade de motivos que devem informar o homem na sua atividade quotidiana de produtor, para a reabsorção do sistema econômico na sociedade, para a adaptação criadora das nossas maneiras de viver em um ambiente industrial. [...] Hoje enfrentamos a tarefa fundamental de restituição à pessoa humana de sua integridade, ainda que isto signifique uma sociedade tecnologicamente menos eficiente” (POLANYI, 1977c, p.16 *apud* AMBROSINI e FILIPPI, 2008).

E isso, se dá pelo que Polanyi (2000) denomina de “duplo movimento”, que é a alternância do controle da economia pelo social e o controle do mercado sobre a sociedade e os *contramovimentos* defensivos que refrearam a ação do mecanismo autodestrutivo (economia de mercado), evitando assim, a aniquilação dos seres humanos.

## 2.2 ALEXANDER CHAYANOV E OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Alexander Chayanov (1888-1930), economista, agrônomo, professor e estudioso dos assuntos ligados ao desenvolvimento agrícola, escreveu em 1927, “A Teoria das cooperativas camponesas”, que servirá de aporte teórico para o desenvolvimento do estudo.

Chayanov acreditava que o cooperativismo e a integração vertical das unidades camponesas eram a melhor solução frente ao impasse entre a coletivização estatal e o modelo capitalista mercantil [...] desenvolveu um modelo teórico de explicação para entender como funcionam os empreendimentos camponeses cooperativos e como a cooperação poderia ser utilizada em diversos ramos e atividades, desde a produção, comercialização até o consumo [...] E destacou de forma enfática, que o sucesso das cooperativas deveria ser medido pelo crescimento da renda de seus membros e não pelos lucros da própria cooperativa (CHAYANOV, 1991 *apud* HERTZEN, 2017, p.9)

No espaço agrário russo, o campesinato compunha a maioria da população rural, ignorada pelo programa agrário dos marxistas. Após a Revolução Russa de 1917, os bolcheviques, imbuídos das formulações de Marx e



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

representados por Lênin, propuseram a imediata expropriação das grandes propriedades e a nacionalização das terras, inclusive as dos camponeses. Numa posição totalmente oposta, a Liga pela Reforma Agrária, representada por Chayanov, sugeriu a transferência de toda a terra às unidades camponesas. (HEYNIG, 1982, p.128).

Como membro do comitê Central da Liga, ele ajudou na elaboração de um documento que tinha o objetivo de “definir os parâmetros que deveriam orientar as discussões sobre o problema agrário, e segundo o documento, três questões eram emergentes: (1) a transferência das terras para as cooperativas de unidades camponesas autônomas, que deveriam formar a base do sistema agrário da Rússia, (2) essa transferência deveria acontecer com base em um plano de estado para a organização da Terra, implementado de forma planejada, sem prejuízos à economia nacional, (3) e essa organização da terra é apenas uma parte da solução para o problema agrário, que envolve todas as questões relacionadas às condições gerais da produção agrícola, organização das unidades camponesas autônomas e organização dos vínculos entre essas unidade e a economia mundial (CHAYANOV, 1991 *apud* DANILOV, 2017).

Essa reforma tinha um propósito maior, que era assegurar o “desenvolvimento de forças produtivas” e a criação de “novas relações de produção”, de forma a atender dois critérios básicos: “(1) a máxima produtividade do trabalho investido pelas pessoas na terra; e (2) a democratização da distribuição da renda nacional” ((CHAYANOV, 1991 *apud* DANILOV, 2017, p.29).

Conforme Chayanov, o desafio consistia em harmonizar os dois princípios, e apenas a cooperação seria capaz de alcançar isso, e assim, o sistema agrário a ser implantado deveria se basear em cooperativas ((CHAYANOV, 1991 *apud* DANILOV, 2017, p. 29). Dessa forma, a defesa de um futuro cooperativo, passou a representar a proteção da unidade camponesa de pequena escala sob condições de competição de mercado, e também nos méritos sociais da cooperação, se comparada aqueles da economia capitalista de larga escala. Chayanov acreditava que as unidades rurais de pequena escala ao se unirem as cooperativas, tinham a possibilidade de alcançar uma escala e um potencial maior do que das maiores propriedades rurais privadas (CHAYANOV, 1991 *apud* DANILOV, 2017).

Segundo Chayanov, a unidade agrícola camponesa é condicionada pela relação entre a mão-de-obra disponível (familiar) e os alimentos necessários para reprodução desse grupo familiar. Para a comercialização somente se destinava o excedente gerado. Dessa forma, a orientação não era o mercado, mas a subsistência do produtor e de sua família (ABRAMOVAY, 2012).

“Diferentemente de um trabalhador assalariado, o camponês é um sujeito criando sua própria existência” (CHAYANOV, 1986 *apud* ABRAMOVAY, 2012, p. 69).

A unidade camponesa, mesmo quando integrada em organizações cooperativas, continua sendo uma entidade de pequena escala, no sentido



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

de que a trama cooperativa – independentemente de quantas ramificações possa desenvolver e de quão estável ou complexa possa tornar-se – estará ainda baseada na unidade camponesa individual, dirigida por um pequeno agricultor independente que administra a unidade por sua própria conta e risco. Além de não representar qualquer ameaça à independência da unidade camponesa, a cooperação torna essa última mais segura por melhorar seus resultados e seus padrões técnicos [...] (TUGAN-BARANOVSKII, 1921 *apud* DANILOV, 2017, p.21).

Para Chayanov, o ponto essencial era identificar que uma das formas de penetração do capitalismo na agricultura, se dava pela integração vertical de um número grande de estabelecimentos fragmentados que passam a ser controlados pela agroindústria, um comando centralizado. E de fato, a agroindústria e o capital financeiro estavam transformando a agricultura familiar parte integrante da divisão social do trabalho em nível internacional, modificando seus traços essenciais. Os agricultores, a partir da integração com a agroindústria passam a obedecer a padrões (quantidade produzida, qualidade, venda), deixando de ser “o sujeito criador de sua própria existência” (ABRAMOVAY, 2012, p.79).

Chayanov (2017) percebeu que não, obrigatoriamente, deveriam ser os capitais privados os agentes organizadores desse planejamento do trabalho agrícola, e para que houvesse a socialização crescente do trabalho camponês, a modalidade de cooperativa seria a solução.

Algumas vezes, esta concentração vertical, segundo a situação econômica geral, assume forma cooperativa ou mista e não capitalista. Neste caso, o controle dos empreendimentos necessários ao sistema de comércio, ao transporte, à irrigação, ao crédito e ao processamento que concentram e guiam a produção agrícola parcial ou totalmente, este controle pertence não aos proprietários de capital, mas aos pequenos produtores mercantis organizados que contribuíram com seu próprio capital a estes empreendimentos ou foram capazes de criar capital social (CHAYANOV, 1986 *apud* ABRAMOVAY, 2012, p.79)

No cooperativismo, como uma forma particular do processo de concentração vertical da agricultura, é o próprio camponês quem cede setores de sua economia. Inicia-se com a parceria entre pequenos produtores para a aquisição dos meios agrícolas de produção, e após algum tempo, as cooperativas se voltam para a comercialização dos produtos agrícolas, desenvolvidas na forma de alianças com os pequenos agricultores. Com a extensão do sistema cooperativo à comercialização e processamento técnico, com a assistência do Estado e à concessão de crédito estatal, “as cooperativas agrícolas trazem consigo a concentração e a organização da produção agrícola, segundo padrões novos e mais elevados (CHAYANOV, 2017, p. 49). Permitiria, segundo Chayanov, que os pequenos produtores passariam a adaptar o plano organizativo de sua unidade agrícola de acordo com a política da



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

cooperativa, além de melhorar sua tecnologia e adoção de melhores práticas de cultivo da terra e produção animal, assegurando padrões uniformes para os produtos (CHAYANOV, 2017).

Com o cooperativismo, a absorção de todas as inovações técnicas seria mais fácil, o que permitiria a sobrevivência das pequenas unidades camponesas, além de permitir que o desenvolvimento da industrialização manter-se-ia sob o controle dos agricultores (WANDERLEY, 1998).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro aspecto que se pode identificar nas teorias apresentadas, é o fato de que não se pode pensar em desenvolvimento na agricultura, em particular na agricultura familiar, a partir da lógica da economia de mercado.

Polanyi aponta para a necessidade de reincrustação social de instituições, já que as relações sociais, após a Revolução Industrial, passaram a ser subordinadas à lógica de mercado. O homem se transformou em um ser puramente econômico e a economia humana tornou-se uma economia de mercado (POLANYI, 2000).

Em vários momentos, Polanyi afirma que as sociedades primitivas, foram capazes de criar um sistema de organização social que conseguia atender às necessidades básicas do povo. Em nenhuma sociedade anterior à sociedade de mercado, um indivíduo viu sua própria subsistência ameaçada, a menos que a comunidade como um todo, também estivesse em situação semelhante. Os laços de solidariedade permeavam as relações sociais (RODRIGUES e SANTOS, 2017).

Assim, ele acredita que há necessidade dos atores sociais em “(re)construir processos que promovam diversificação produtiva e tecnológica, economias de escopo, bem como mecanismos de troca e distribuição enraizados em relações sociais baseadas em princípios de reciprocidade e redistribuição” (Polanyi, 2000 *apud* SCHNEIDER e ESCHER, 2011, p.210). Dessa forma, os atores sociais (agricultores) voltam a ter autonomia sobre o processo de produção e trabalho. Chayanov, também afirma que o camponês deve manter sua individualidade e autonomia. Para Chayanov (2017, p.56):

[...] as cooperativas camponesas representam uma variante altamente aperfeiçoada de economia camponesa, possibilitando ao pequeno produtor, separar de seu plano organizativo aqueles itens cuja produção em larga escala apresenta vantagens indubitáveis em relação a pequena escala - e a fazê-lo sem sacrificar sua individualidade. O camponês consegue organizar a produção desses itens em conjunto com seus vizinhos, de modo a alcançar um modo de produção de grande escala, ainda que, possivelmente, utilizando mão de obra contratada.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Além de ser o sujeito criador de sua própria existência, outro aspecto que o trecho acima aponta, se refere a “organização da produção dos itens em conjunto com seus vizinhos”, remetendo ao conceito de reciprocidade e redistribuição, de que trata Polanyi. O cooperativismo de Chayanov e as formas de integração “reciprocidade” e “redistribuição” de Polanyi, possuem o mesmo princípio: cooperação. Ao se inserirem em processos que tem como princípio a cooperação, os agricultores passam a desenvolver e a desenvolver uma sociedade mais organizada, mais justa e um maior bem-estar a todos, baseados em princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática.

Quanto a contemporaneidade de Polanyi e Chayanov, diante da lógica de mercado vigente e da necessidade de um desenvolvimento social e ambiental, para proporcionar condições dignas de vida as pessoas, ações baseadas em solidariedade, igualdade, reciprocidade, confiança, ajuda mútua, foram surgindo ao longo do tempo, vindo posteriormente a se chamar Economia Solidária. Há uma diversidade conceitual grande entre os autores que estudam a Economia Solidária, e discuti-los não é o objetivo desse estudo. Mas, dentro de uma perspectiva holística e geral pode-se associar a Economia Solidária, segundo SILVA *et al* (2011, p. 100):

(...) a ações que envolvam cooperações, que busquem solidariedade, igualdade, interações, respeito ao próximo, autonomia, poder de voto, participação, desalienação, incentivo ao aprendizado, dentre outras características que se apresentam como alternativas ao sistema de mercado vigente. Tais valores podem ser desenvolvidos em cooperativas, associações ou em outra forma de reunião que busque não a separação entre pessoas, mas, sim, a união, a busca por uma vida digna, justa e igualitária.

Segundo Schneider e Escher (2011), as mudanças no meio rural causados pela reestruturação capitalista e de ações e políticas do Estado e das grandes corporações, não são acatadas de forma passiva pelos agricultores. “A interação dialética entre os agricultores e os modelos de agricultura e de estrutura econômica hegemônicos produz padrões diferenciados e heterogêneos de reprodução social e de dinâmicas territoriais” (SCHNEIDER e ESCHER, 2011, p.209). Por essa razão, a economia solidária, no contexto atual, pode ser classificada como um *contramovimento*, proposto por Polanyi.

De acordo com as experiências, valores, interesses dos atores envolvidos nesse processo de mudança, eles buscam meios de resistir às tendências tecnológicas e institucionais hegemônicas, intervindo e alterando diretamente os processos de trabalho e produção e, assim, os próprios espaços de produção e vida. Por essa razão, o espaço rural é tão heterogêneo. Os agricultores buscam práticas diversas e heterogêneas, visando defender e criar autonomia e melhores condições de vida como respostas locais para problemas globais (SCHNEIDER e ESCHER, 2011).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Outro aspecto importante que pode ser considerado através da análise de Polanyi e Chayanov, se refere as relações entre os agricultores e a economia de mercado. Para Polanyi, as diferentes “formas de integração” podem coexistir, mesmo em uma sociedade de mercado, em uma economia capitalista. Para Chayanov, “o sistema econômico camponês existe e pode desenvolver-se no interior de organizações sociais, as mais diferentes. Daí resulta sua universalidade e a possibilidade de sua caracterização como sistema econômico” (ABRAMOVAY, 2012, p.86).

Os dois autores abordam que há outras possibilidades de modelos econômicos, diferentes do modelo vigente atualmente, a economia de mercado. “O direito à não-conformidade deverá ser o selo que autentica uma sociedade livre” (Polanyi, 1944, p. 468). No quadro 01, encontram-se as contribuições de Karl Polanyi e Alexander Chayanov, apresentadas no decorrer do texto:

Quadro 01 – Contribuições de Karl Polanyi e Alexander Chayanov

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| Karl Polanyi                     | <ul style="list-style-type: none"><li>• Teoria da economia plural</li><li>• Princípio da reciprocidade</li><li>• Introdução ao conceito de Economia Solidária</li></ul>   |
| Alexander Chayanov               | <ul style="list-style-type: none"><li>• Teoria da unidade econômica camponesa;</li><li>• Teoria das cooperativas camponesas</li><li>• Aumento de unidades familiares =&gt; Manutenção da unidade econômica camponesa ou a formação de cooperativas coletivas;</li></ul> |
| Atualidade de Karl Polanyi       | <ul style="list-style-type: none"><li>• Contramovimentos</li></ul>  |
| Atualidade de Alexander Chayanov | <ul style="list-style-type: none"><li>• Cooperativismo</li></ul>  |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao revisitar estes dois autores que escrevem suas obras na primeira metade do século XX, percebe-se sua atualidade para compreender os processos de desenvolvimento ou, mais especificamente, de desenvolvimento rural centrado na agricultura familiar. Suas reflexões são atemporais. Os autores conseguem, ao mesmo tempo, captar as profundas modificações na “autonomia relativa” dos agricultores à medida que as relações capitalistas entram na agricultura, bem como, apontam para a ação social destes mesmos agricultores na construção de alternativas frente aos novos desafios. Se, por um lado, as relações capitalistas criam um ambiente extremamente hostil para os agricultores, por outro lado, estes reagem ao processo, construindo alternativas na busca por um certo grau de autonomia. Em outras palavras, a organização de cooperativas trata-se de um *contramovimento* da agricultura familiar na busca por sobrevivência centrado em outras formas de relações econômicas mais justas e coerentes para produtores e consumidores, um dos princípios da Economia Solidária.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. – São Paulo: Edusp, 2012.

AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E.E. (2008). Da era do desenvolvimento ao desenvolvimento rural: sistemas produtivos localizados sob a perspectiva de Karl Polany. **Revista Redes**, 13 (3), 121-139.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas** /Alexander Chayanov; revisão e tradução de Regina Vargas – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

HEINIG, Klaus. Principales enfoques sobre la economía campesina. **Revista de La CEPAL**, Chile, n. 16, p. 115-142, abr. 1982.

KISCHENER, M.A. PERONDI, M.A. MONTEIRO, M.A. BATISTELA, E.M. BORGES, R.T. KISCHENER, R. A contribuição de Polanyi na compreensão do processo de mercantilização da sociedade rural. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v.17, n.31 p. 206-217, jan-jun.2015.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

\_\_\_\_\_. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Grande Transformação - As Origens Políticas e Econômicas do Nosso Tempo**. Edições 70, 1944.

PEREIRA, A.C.F.D.; **Polanyi e a economia social e solidária: contributos para respostas aos problemas sociais atuais**. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária). ISCTE – IUL, Instituto Universitário de Lisboa, 2016, 93 p.

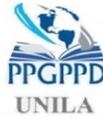
RODRIGUES, W. SANTOS, N.S. Karl Polanyi e o desenvolvimento econômico: um novo olhar sobre o regional/local? **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** Salvador, BA - Ano XIX – V. 1 - N. 36. – P. 168 – 190, 2017.

SCHNEIDER, S. ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.27, mai/ago.2011, p.180-219.

SILVA, F. A. G., CALAZANS, D.L.M e S; GONZALEZ, J.M.R; SOUZA, W.J. Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado de Cruz (Currais Novos/RN). **RECADM**, Campo Largo, v. 10, n. 2, jul./dez., 2011, p. 93-106.



REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



página 269

*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

STIGLITZ, J. Prefácio.: In Polanyi, K. (Ed.). **A grande transformação**: as origens políticas e económicas do nosso tempo. Lisboa: Edições 70. p. 9-37.

WANDERLEY M. N. B. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. In: FERREIRA, A. D. D. F. e BRANDENBURG, A. (Org.). *Para pensar*: outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 17/01/2019



**UM ESTUDO SOBRE A ADERÊNCIA DO PROJECT MANAGEMENT FOR DEVELOPMENT PROFESSIONALS (PMD PRO) A PROJETOS COOPERATIVOS DE AGRICULTURA FAMILIAR**

**UN ESTUDIO SOBRE LA ADHERENCIA DEL PROJECT MANAGEMENT FOR DEVELOPMENT PROFESSIONALS (PMD PRO) A PROYECTOS COOPERATIVOS DE AGRICULTURA FAMILIAR**

**A STUDY ON THE ADHERENCE OF PROJECT MANAGEMENT FOR DEVELOPMENT PROFESSIONALS (PMD PRO) TO COOPERATIVE PROJECTS OF FAMILY FARMING**

Alessandra de Sant'Anna\*  
Dirceu Basso\*\*

**Resumo**

O ensaio propõe a reflexão sobre a aderência do *Project Management for Development Professionals* (PMD Pro) aos projetos desenvolvidos no âmbito de cooperativas de agricultura familiar. O PMD Pro funciona como uma caixa de ferramentas para gerenciamento de projetos para o desenvolvimento os quais se caracterizam pelo ambiente menos controlado dada a maior necessidade de participação social, fomento de capital social, transferência de conhecimento entre os atores durante o processo de desenvolvimento do projeto. A cooperação é uma estratégia adotada pelas sociedades visando à sobrevivência dos indivíduos grupos e famílias, se apresenta como uma resposta ao aprofundamento do capitalismo e superação das desigualdades produzidas posto que permite inclusão social de populações vulneráveis. A dinâmica de uma cooperativa requer a participação e o controle social dos associados desde sua conformação passando pela gestão, resolução de problemas, respostas aos riscos e gestão de mudanças. Tais características apontam alinhamento entre os princípios, valores e conteúdos cooperativos com os pressupostos de gerenciamento de projetos no PMD Pro. Este estudo, tem como ponto de partida a revisão da literatura sobre gerência de projetos e cooperativismo, seguido da caracterização das necessidades de um projeto cooperativo e da análise do ciclo de vida de um projeto orientado pelo PMD Pro, por último faz-se um paralelo de modo a apontar o potencial de aderência da metodologia aos projetos cooperativos.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; Gestão de Cooperativas de Agricultura Familiar; Gerenciamento de Projetos; PMD Pro.

---

\* Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, pesquisadora colaboradora do Grupo de Estudos de Desenvolvimento Regional nos países e regiões da América Latina, Bolsista DS/UNILA. E-mail: [alessandradesantanna@gmail.com](mailto:alessandradesantanna@gmail.com)

\*\* Doutor em Desenvolvimento Rural e docente da Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA), com atuação no Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Unila e Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mestrado e doutorado, sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. Membro dos Grupos de Pesquisa: Observatório das Agriculturas Familiares Latino-Americanas (Observatório AFLA); Desenvolvimento Regional e Integração Latina-Americana; Grupo Interdisciplinar e Interinstitucional de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Sustentável. E-mail: [dirceu.basso@unila.edu.br](mailto:dirceu.basso@unila.edu.br)



### Resumén

El ensayo propone la reflexión sobre la adherencia del Project Management for Development Professionals (PMD Pro) a los proyectos desarrollados en el marco de cooperativas de agricultura familiar. El PMD Pro funciona como una caja de herramientas para gestión de proyectos para el desarrollo que se caracterizan por el ambiente menos controlado dada la mayor necesidad de participación social, fomento de capital social, transferencia de conocimiento entre los actores durante el proceso de desarrollo del proyecto. La cooperación es una estrategia adoptada por las sociedades para la supervivencia de los individuos grupos y familias, se presenta como una respuesta a la profundización del capitalismo y superación de las desigualdades producidas puesto que permite la inclusión social de poblaciones vulnerables. La dinámica de una cooperativa requiere la participación y el control social de los asociados desde su conformación pasando por la gestión, resolución de problemas, respuestas a los riesgos y gestión de cambios. En este estudio, tiene como punto de partida la revisión de la literatura sobre gestión de proyectos y cooperativismo, seguida de la caracterización de las necesidades de un proyecto cooperativo y del análisis del ciclo de vida de un proyecto orientado por el PMD Pro, por último, se hace un paralelo para apuntar el potencial de adherencia de la metodología a los proyectos cooperativos.

**Palabras-clave:** Cooperativismo; Gestion de Cooperativas de Agricultura familiar; Gerencia de Proyectos; PMD Pro.

### Abstract

This essay proposes the reflection on the adherence of the Project Management for Development Professionals (PMD Pro) to the projects developed within the scope of family agriculture cooperatives. PMD Pro functions as a toolbox for project management for development, which is characterized by the less controlled environment given the greater need for social participation, social capital building, knowledge transfer among the actors during the project development process. Cooperation is a strategy adopted by societies aimed at the survival of individuals groups and families, is presented as a response to the deepening of capitalism and overcoming the inequalities produced since it allows social inclusion of vulnerable populations. The dynamics of a cooperative requires the participation and social control of the members from their conformation through management, problem solving, risk response and change management. These characteristics point to the alignment of the principles, values and cooperative contents with the PMD Pro project management assumptions. This study has as a starting point the review of the literature on project management and cooperatives, followed by the characterization of the needs of a project cooperative and the life cycle analysis of a project guided by the PMD Pro, finally a parallel is made to point out the potential of adherence of the methodology to the cooperative projects.

**Keywords:** Cooperatives; Management of family farming cooperatives; Project Management; Development; PMD Pro.



## **Introdução**

Este ensaio tem como propósito refletir sobre a aderência do *Project Management for Development Professionals* (PMD Pro) a projetos de Cooperativas de Agricultura Familiar (CAF), um conceito que, segundo Schneider (2003) ganha expressão no Brasil, na década de 1990.

A agricultura familiar é percebida por Abramovay (1997) como uma forma de produção onde o trabalho, a gestão e a propriedade derivam de relações de consanguinidade ou do estabelecimento de casamentos. As CAF são compreendidas por Gregolin et al. como “empreendimentos solidários, democráticos e participativos nos quais os agricultores podem conduzir os seus rumos” (2017, p. 1), o que implica em uma gestão complexa dada a necessidade de estabelecer consensos e pactuações internas, clareza nos processos de comunicação e tomada de decisão uma vez que os associados são, ao mesmo tempo, clientes, donos e fornecedores.

Taschetto e Walkowicz (2007) consideram que a agricultura familiar apresenta como características: (a) a presença maciça de mão de obra familiar podendo, nos momentos de alta produtividade, contratar mão de obra adicional; (b) a família é a responsável pela organização do processo produtivo; (c) a diversificação na produção de modo a otimizar a ocupação da área, o emprego da mão de obra e elevar a renda; (d) uma especial atenção na conservação dos recursos naturais que são o principal recurso de manutenção e reprodução da família.

Dentre os elementos apontados por Correa (2015) na distinção entre agricultura familiar e agricultura patronal, três são cruciais para este estudo: o primeiro se relaciona à gestão e os outros dois à tomada de decisão. Na agricultura familiar, gestão e trabalho estão intrinsecamente ligados, pois a mão de obra é quem responde pelo gerenciamento dos processos cooperativos. Sobre a tomada de decisão, àquelas ações que apresentam um caráter imediato são dotadas de alto grau de imprevisibilidade e nos casos em que os processos decisórios são tomados o interior da cooperativa, eles estão mais fortemente vinculados às especificidades do produto.

Há que se considerar, ainda, que a agricultura familiar bem como a sua organização, por meio de cooperativas, apresenta um alto potencial de impacto sobre o desenvolvimento dos territórios e regiões uma vez que são mecanismos viabilizadores de desenvolvimento. Retomando o pensamento de Celso Furtado (1961), ele propõe que o desenvolvimento expressa a partir do resultado de um fluxo de renda real derivado do aumento da capacidade produtiva e do impacto que esta elevação causa na dinâmica da sociedade. A partir desta perspectiva, é possível verificar que as cooperativas têm potencial de impacto no desenvolvimento da economia dos territórios.

Mais do que um modo de produção, a agricultura familiar é uma forma de envolver os indivíduos de uma unidade familiar na (re) produção de valores, cultura,



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

mercado e subsistência os quais tendem a estar presentes nos princípios, estratégias, objetivos e métodos adotados. Por se vincular a economia e viver a dinâmica dos mercados, a gestão da cooperativa passa a ser fator crítico de sucesso na condução dos projetos de produção do quadro social e na dinâmica das próprias cooperativas. Adicione-se a este conteúdo a qualidade no manejo dos processos sejam eles de caráter produtivo, comercial, organizativo ou administrativo.

Em seu estudo sobre a gestão de CAF no Oeste do Paraná, Gregolin et al. (2017) apontam para a necessidade de fortalecer a gestão de modo a conferir mais técnica tanto a área produtiva quanto a área comercial. Neste sentido, o planejamento se apresenta como uma dimensão relacionada à gestão que requer uma análise minuciosa, entre outros aspectos, do estado atual do negócio, dos mercados, dos objetivos e metas que se esperam alcançar, dos recursos disponíveis e da articulação com outros atores locais que direta ou indiretamente se vinculem às cooperativas.

Neste cenário, a adoção de instrumental capaz de converter e orientar a lógica das cooperativas de agricultura familiar para atender sua missão institucional implica na geração de resultados satisfatórios, mitigação dos riscos e seus efeitos de modo a fortalecer a atuação da cooperativa no âmbito dos mercados em que se inserem e, também, em sua contribuição para o desenvolvimento dos territórios e regiões em que estão enraizadas.

Faz-se necessário destacar que a gestão das cooperativas é uma das dimensões da Lei 12.188/2010 que normatiza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) a qual expressa um compromisso com a promoção, o desenvolvimento e o estímulo na apropriação de inovações e recursos organizativos pelos agricultores familiares de modo a contribuir para a sua integração aos mercados produtivos brasileiro.

Ao optar por uma gestão por projetos, as cooperativas de agricultura familiar potencializam os seus pontos fortes, permitem ampliar a sua visão do que podem se constituir riscos e melhorar a sua capacidade de gerar respostas a estes problemas o que vai se traduzir na qualidade da sua inserção nos mercados. Amaru Maximiano (2014) aponta para a dimensão estratégica dos projetos que viabilizam mudanças, resolvem problemas, criam inovações relacionadas ao mercado, à sociedade e à elaboração de novos sistemas.

O êxito do projeto está na fragmentação dos seus objetivos em entregas possíveis as quais se realizam por meio de processos que são as sequências de ações que formam um sistema interativo e inter-relacionados, racionalmente encadeados, o que acaba por produzir um resultado esperado. Assim, o emprego dos recursos nas atividades do projeto auxilia no melhor emprego de fatores que são escassos.

O PMD Pro é uma forma de encadear estas atividades, sistemas e processos em uma estrutura orientada para resultados que direciona, racionaliza e estimula a produção de capital social uma vez que se trata de um modelo participativo. Trata-se



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

de uma metodologia elaborada pela *Project Management for Non-Governmental Organizations* (PM4NGOs) com o objetivo de melhorar a qualidade de projetos voltados para o desenvolvimento e prevê a participação social não apenas nas ações de planejamento, mas em todo o ciclo de vida dos projetos.

Projetos do setor de desenvolvimento são caracterizados por cinco princípios que se traduzem em palavras chave as quais orientam todo o ciclo de vida destes empreendimentos: equilíbrio, abrangência, integração, participação e reiteratividade (PM4NGOS, 2012). Tais características parecem conferir alinhamento entre os pressupostos dos projetos para o desenvolvimento e desafios presentes no cotidiano de projetos cooperativos de agricultura familiar.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa como metodologia a revisão da literatura no âmbito da agricultura familiar e cooperativismo brasileiro bem como no âmbito da gestão de projetos com especial ênfase ao PMD Pro. Em seguida, propõe a realização de um estudo de caso em dois projetos de cooperativas de agricultura familiar onde estratifica os processos e aplica em cada uma das partes os pressupostos da metodologia do PMD Pro a qual preconiza a participação social em todas as etapas do ciclo de vida do projeto e, parece atender aos mesmos princípios e valores de uma modelo de uma cooperativa solidária.

O trabalho, se estrutura em dois eixos de discussão. No primeiro, intitulado “A gestão de projetos no âmbito de cooperativas de agricultura familiar” propõe o resgate histórico da trajetória da agricultura familiar enfatizando, no caso brasileiro, os pressupostos de gestão para o setor por meio das ações do Programa “Mais Gestão” e da gestão de projetos para profissionais de desenvolvimento a partir do PMD Pro.

Em um segundo momento, o debate versa sobre “Princípios cooperativos, capital social e o ciclo de vida dos projetos no PMD Pro” de modo a retomar os princípios cooperativos, o capital social a participação social em projetos para o desenvolvimento e, a partir disso começar a perceber o alinhamento entre os pressupostos de cooperativas de agricultura familiar e a metodologia PMD Pro a partir da construção de um pensamento para a ação que tem como ponto de partida a dimensão individual para a construção de um projeto coletivo.

## **1. A gestão de projetos no âmbito de cooperativas de agricultura familiar**

### **1.1. Cooperativas de agricultura familiar**

Existem diferentes abordagens do que se configura agricultura familiar, para autores como Schneider (2003) e Abramovay (1997), o principal nessa conceituação é o tipo de vínculo estabelecido entre os entes no processo produtivo. Do ponto de vista das políticas públicas como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a conceituação do que é a



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

agricultura familiar se relaciona mais fortemente com as especificações relacionadas à propriedade em que se dá a produção.

Em razão da natureza do objeto deste estudo, optou-se por enfatizar a agricultura familiar a partir do tipo de vínculo estabelecido com a mão de obra posto que é a relação entre os atores envolvidos somado aos princípios que se estabelecem no processo produtivo, os principais fatores que podem levar a aplicabilidade de uma metodologia de projetos voltada para a participação social.

Mariano e Braga sinalizam que os

[...] agricultores familiares representam produtores agrícolas que possuem vínculo familiar ou pertencem ao mesmo grupo social, que se organizam em torno do patrimônio familiar e constituem uma forma de trabalhar e um modo de vida que são alicerçados por laços familiares e de vizinhança (2018, p. 190).

Tal perspectiva é apontada anteriormente por Taschetto e Walkowicz em seu esforço em que aponta as características da agricultura familiar. Em seu estudo,

[...] a agricultura familiar tem como características: mão de obra basicamente familiar, contratando mão de obra complementar nos períodos de “pico”; a organização do processo produtivo é realizada pela família; produção diversificada, com objetivo de ocupar melhor a área, a mão de obra familiar e aumentar a renda; cuidados com a conservação dos recursos naturais, pois dependem totalmente destes para a reprodução da família (2007, p. 24).

Esta percepção é fundamental para se estabelecer um traçado histórico do desenvolvimento da agricultura familiar que tem como principal motor a satisfação das necessidades de consumo da família, comercializando-se apenas o excedente como forma de adquirir recursos que venham a satisfazer as necessidades básicas da família ou que possibilitem a manutenção do processo produtivo. Em sua gênese a integração do agricultor familiar com o mercado foi parcial e, ainda, numa situação de caráter incompleto dos mercados. Essa percepção é fundamental para compreender a vulnerabilidade que acomete as cooperativas de agricultura familiar, nos dias atuais, e a importância de oferecer uma estrutura capaz de garantir a viabilidade econômica do negócio cooperativo.

A partir da ascensão e do aprofundamento das relações capitalistas de produção, a indústria passa a ser o principal motor da economia e trazem mudanças importantes para a realidade da agricultura familiar. Stoffel (2004, p. 18) recorre ao relato de Kaustky que retrata os impactos da industrialização que ao expropriar

[...] os camponeses, a grande empresa amplia o seu domínio, mas reduz o número de homens que o cultivam. Disso já resulta que, apesar de sua superioridade técnica, ela jamais consegue reinar com exclusividade numa determinada região. A grande propriedade, por sua vez, repila todos os



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

camponeses livres, sempre terá uma parte deles à sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários (1968, 179).

Em seu estudo, Taschetto e Walkowicz apresentam os fatores que, historicamente contribuem para a vulnerabilidade da agricultura familiar e para a emergência de uma indústria caseira como uma forma resposta a esses problemas.

Os agricultores familiares, desde os tempos mais remotos enfrentavam problemas como: isolamento imposto pela falta de estrada, falta de transporte para os produtos agrícolas, e a inexistência de um comércio próximo. Para garantir a reprodução do núcleo familiar, passaram a ter paralelamente com o trabalho da propriedade rural, algum tipo de indústria caseira para suprir a necessidade doméstica e/ou da comunidade (2007, p. 28).

Ao se manterem individualizados e com frágil/tênua sociabilidade nos mercados, os agricultores familiares encontram expressivas dificuldades para ocupar um lugar nos mercados objetivando consolidar e fortalecer os seus empreendimentos. O estabelecimento de associações entre os agricultores familiares se torna o ponto de partida para o cooperativismo que, na ótica de Gonçalves de Souza, apresenta especial contribuição para “a integração, dinamização e fortalecimento econômico da agricultura familiar, com peculiaridades em relação a outras formas tradicionais de organização do segmento” (2016, p. 13).

Quando se retoma as origens do cooperativismo e os valores que o sustenta em termos de organização social, construção de redes solidárias e inclusão social, fica claro que o cooperativismo se refere muito mais a um estilo de vida do que uma forma de gerar economia, embora apresente um nítido potencial de desenvolvimento territorial e regional e conseqüentemente capacidade de fomentar a economia, como apontam os estudos de Silva Pires (2011) e de Martinez; Silva Pires (2002).

É este potencial que necessita ser apropriado pelos atores locais, sobretudo pelos gestores públicos, de modo que o cooperativismo possa ser incluído na estratégia de desenvolvimento do território ou região. Sob esta perspectiva, a gestão estratégica das cooperativas se torna fundamental e isso se torna bastante perceptivo quando se retoma os pressupostos da PNATER que contempla o Programa Mais Gestão e que será um instrumento importante para as cooperativas de agricultura familiar no Brasil.

## 1.2. O Programa Mais Gestão

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Portaria nº 17/2010, instituiu a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (DAP Jurídico) como instrumento de regulação dos empreendimentos de agricultura familiar. A DAP Jurídica regula a atividade, mas as organizações permanecem os óbices decorrentes da estruturação e aprimoramento dos seus processos de gestão



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

(coordenação de recursos, processos e estruturas) de modo a obter resultados e melhorar seu posicionamento (político, social e econômico) frente a um mercado marcado pela competitividade.

A associação dos agricultores familiares em cooperativas, são uma estratégia para o ingresso e sobrevivência no mercado em que concorrem, mercado este marcado pela competitividade e pela disputa de espaço com empreendimentos de maior envergadura. O cooperativismo tem como base a colaboração entre os entes associados e com a finalidade de gerar melhores condições de vida para os associados de modo a mitigar a exclusão. Esta, segundo Alves et al., afeta “especialmente dos pequenos produtores mais humildes que procuram a inserção de seus produtos no comércio” (2010, p. 5).

No caso das cooperativas brasileiras, o avanço das políticas neoliberais nos anos 1990, fazem dessas associações uma alternativa ao desemprego. Souza (2009, p. 2), sinaliza que “com a abertura econômica do governo Collor e adoção de políticas neoliberais que ocasionaram fechamento de fábricas e altas taxas de desemprego, que o número desse tipo de empreendimento cresceu consideravelmente”.

Embora sejam uma alternativa à exclusão social, as cooperativas precisam subsistir em um mercado competitivo num contexto de baixa capacidade em termos de estrutura e conhecimento em seus empreendimentos e, ainda, de baixo aporte governamental para seus estabelecimentos. Somado a estes fatos, tem-se um contexto hostil, dado pela predominância das relações capitalistas, das políticas neoliberais e da globalização, que dificulta a consolidação das CAF e levando parte expressiva delas ao fechamento. Fato esse que impede a emergência e consolidação de arranjos cooperativos, tornando ainda mais vulneráveis as situações de pequenos agricultores rurais. Moreira et al. estudam a competitividade do mercado como um elemento de risco para as cooperativas e, observam que

[...] a competitividade promove novos processos de coordenação e organização, em que a livre negociação é substituída ou complementada por contratos, alianças ou até mesmo pela completa integração vertical [...] Por conta disso, os produtores rurais, sobretudo os menores, devem buscar associações, cooperativas, alianças ou outras formas de apoio para se fortalecerem e conseguirem exercer algum papel que seja efetivamente significativo (2012, p. 52).

Neste sentido, as competências no âmbito da gestão e o alinhamento entre as dimensões econômica, social e política de uma cooperativa é fundamental para a sua manutenção e sobrevivência e para a promoção de seu desenvolvimento. No âmbito do Programa Mais Gestão, o desenvolvimento organizacional é percebido como

[...] um processo gradual, que deve ser disposto em etapas e que envolve um intenso trabalho de aprendizagem e construção de competências no



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

âmbito da organização apoiada. A participação dos diferentes membros da organização é considerada fator essencial. Essas pessoas detêm a experiência acumulada e devem ser agentes de um processo de mudança que precisa ser socialmente pactuado (GIZ, 2018, p. 7).

Uma vez que se tem uma orientação de onde se pretende chegar, é importante pensar sobre os fatores que podem inviabilizar o alcance destes objetivos. Oliveira (2001) faz essa discussão e o que se verifica a partir de sua leitura é que existem três fragilidades (questões) que precisam ser consideradas sobre o ponto de vista da gestão e que se referem à perda dos fundamentos cooperativismo quais sejam: a falta de cooperação entre os entes internos; a inadequação dos modelos de gestão; e insuficiências de recursos no trato com a concorrência.

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Mais Gestão foi lançado no ano de 2012, pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a finalidade de fortalecer a gestão de cooperativas assistidas e contribuir para o seu acesso a mercados institucionais em função do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A assessoria técnica às cooperativas constitui o principal recurso ofertado pelo programa que congrega cinco etapas: (a) adesão das cooperativas ao Programa; (b) diagnóstico situacional de modo a identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças ao empreendimento considerando suas interrelações com diferentes setores do negócio; (c) uma análise do nível de maturidade da organização; (d) a elaboração de um plano de desenvolvimento bem como o mapeamento dos eixos prioritários de ação que se constituem nas oportunidades e definição de mecanismos de viabilização; e (e) monitoramento dos resultados e avanços.

A Cooperação Técnica Alemã ou *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) em seu guia sobre a metodologia do programa, destaca que

[...] a assessoria organizacional proposta pela metodologia ATER Mais Gestão, por sua vez, está voltada para empreendimentos coletivos cujos desafios são a organização da produção, o beneficiamento, a comercialização e a inserção mercadológica. Todos esses aspectos dependem fundamentalmente dos processos de gestão (2018, p. 6).

O que se observa em relação ao perfil das cooperativas atendidas pelo programa, é que elas apresentam traços comuns cujo ponto de partida reside no fato de possuírem DAP jurídica e uma alinhamento potencial com os programas instituídos no âmbito da Agricultura Familiar. Adicionalmente, Gregolin et al. apontam ser possível verificar componentes geográficos como um elemento comum entre estes empreendimentos, uma vez que estão “aliados à localização geográfica, basicamente em territórios ou regiões pobres, garantiram a escalação de cada uma



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

delas para o “Mais Gestão”. Contudo, elas se encontram em estágios diferenciados no que diz respeito à aplicação de rotinas de gestão (2017, p. 6).

Assim, o Programa Mais Gestão apresenta seis ações a empreender visando o alcance do objetivo geral do programa, quase sejam: a ampliação das capacidades de governança e de liderança das organizações da agricultura familiar por meio do cooperativismo e do associativismo; implementação de um sistema de melhoria da gestão nas organizações da agricultura familiar via rede das instituições de ATER; ampliação do acesso das organizações a produtos e serviços de apoio gerencial disponíveis em instituições dos setores público e privado; desenvolvimento mecanismos que viabilizem o acesso das organizações aos mercados institucionais e privados; facilitação do acesso das organizações ao crédito; construção de parcerias estratégicas com os setores público e privado em prol do cooperativismo e associativismo da agricultura familiar.

A metodologia do programa é orientada pelo Desenvolvimento Organizacional Participativo (DOP) e pelo Capacity Works que são métodos que buscam a participação social na produção de consensos ou tomada de decisão em contraposição à modelos mais hierarquizados ou rígidos de gestão.

Naves et al., em seu estudo sobre o diagnóstico organizacional participativo considera que a participação é uma forma de romper com os padrões hierarquizados predominantes nas organizações até os anos 1990 os quais geravam insatisfações e dificuldades na mobilização dos atores internos.

Amarradas ao jogo da competitividade, muitas organizações encontram dificuldades em incorporar novas formas de gestão guiadas pelos princípios de criatividade e flexibilidade. Assim, embora divulguem propostas de transformação mais humanistas, na prática, agem em função das pressões do mercado e da competitividade, deixando de lado sua dimensão humana, e alimentando a obsessão pela eficácia, pelo desempenho, pelo rendimento a curto prazo e pela manipulação do ser humano (2000, p. 54).

No caso das cooperativas de agricultura familiar, um modelo de gestão e aplicação de metodologias que permita aos atores expor suas diferentes perspectivas sobre uma determinada questão e construir estratégias coletivas, gera impacto na qualidade da comunicação; no correto emprego dos recursos e na adequada priorização das ações, processos, sistemas e objetivos.

Esta forma de atuação fica visível quando se observam os princípios que envolvem o Programa Mais Gestão: clareza e transparência; ciclos de assessoria; e mudança organizacional desejada. O princípio da clareza e transparência se explicita nos processos de comunicação e na certeza de que “todas as pessoas envolvidas tenham clareza sobre os objetivos da parceria, papéis e atribuições e métodos de trabalho” (GIZ, 2018, p. 7). Os ciclos de assessoria se constituem um conjunto de ações capazes de viabilizar o cumprimento ou alcance de um determinado objetivo em um dado espaço de tempo. Requerem um planejamento,



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

estratégia, encadeamento de atividades, emprego de recursos e se orientam por resultados.

Por último, o princípio de mudança organizacional desejada parte do pressuposto de que o desenvolvimento é, antes de tudo, uma mudança de um estado para outro.

É importante que o grupo apoiado tenha clareza da sua condição atual e reflita sobre quais mudanças são desejadas e quais são os horizontes futuros da organização. No âmbito da gestão as mudanças quase sempre envolvem o abandono de práticas gerenciais antigas e a adoção de novas, visando melhorar o desempenho econômico e a motivação dos associados (GIZ, 2018, p. 7).

Tais pressupostos orientam a escolha dos instrumentos de gestão a serem aplicados nos âmbitos das cooperativas. Justamente em razão da necessidade de escolher ferramentas que potencializem os princípios cooperativos ao mesmo tempo que resolvam ou mitiguem problemas relacionados a gestão, este artigo propõe refletir sobre a orientação da gestão com ênfase em projetos e resgata os pressupostos da metodologia PMD Pro.

### 1.3. A Gestão por projetos e o PMD Pro

A gestão de projetos não é algo novo, contudo, nos anos de 1990 se observa um impulso no emprego desta metodologia como forma de estimular a eficácia, eficiência das ações e garantir a viabilização de resultados tangíveis.

A gestão de projetos é caracterizada por duas ondas, segundo Carvalho e Rabechini Jr. A primeira se refere à construção das bases da gestão de projetos, proliferação de treinamentos com ênfase em aspectos relacionados ao escopo, prazo e custo, com detalhamento em mecanismos de acompanhamento físico-financeiro e maior apropriação por profissionais da área de tecnologia de informação.

É no âmbito desta primeira onda que emerge o Project Management Institute (PMI) que cria uma metodologia de projetos consolidada no PMBOK que se orienta para projetos empresariais. A Project Management for Non Governmental Organizations (PM4NGOS) desenvolveu o Guia de Gerenciamento de Projetos para Profissionais de Desenvolvimento (PMD Pro). PMBOK e PMD Pro são caixas de ferramentas para os gerentes de projetos que vem passando por revisões e adequações de modo a atender às demandas postas pelo ambiente de projetos.

A segunda onda é resultado da adoção das organizações de uma cultura de gestão de projetos que ultrapassa os parâmetros da eficiência para garantir a eficácia requerendo não apenas conhecimento técnico, mas criatividade.

Enquanto na primeira onda os gerentes de projetos aprenderam a desenvolver seus empreendimentos, administrando isoladamente escopo,



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

prazos, custo e qualidade, na segunda onda é necessário aprimorar áreas de conhecimento como o gerenciamento de riscos em projetos (2009, p. 2).

O primeiro aspecto a ser considerado nesta discussão é a conceituação de projeto que constitui uma atividade presente no cotidiano das organizações independente da profissionalização ou do entendimento de que a atividade empreendida é um projeto, posto a palavra pode ser usada com diferentes sentidos. Amaru Maximiano apresenta uma definição de projeto enquanto “empreendimento intencionalmente orientado para um objetivo” (2014, p. 4).

A perspectiva de Amaru Maximiano é bem pertinente ao contexto de projetos para o desenvolvimento que não se restringem à entrega de produtos tangíveis uma vez que costumam se associar a novas práticas, mudança social ou comportamento. Existe um componente nos projetos de desenvolvimento que é a sua inserção na dinâmica social.

Os projetos de desenvolvimento são responsáveis não apenas por fornecer produtos tangíveis, mas também fornecer resultados menos tangíveis para promover a mudança social e/ou a mudança de comportamento. Os projetos de desenvolvimento têm menos probabilidade de se concentrar no fornecimento de produtos concretos como objetivo máximo. Em vez disso, eles consideram esses produtos como um meio que leva a melhorias no bem-estar das populações alvo do projeto (PM4NGOS, 2012, p. 9).

O sequenciamento das atividades dos projetos de desenvolvimento contempla elementos que tornam seus processos menos controláveis, que outras metodologias de gerenciamento dos projetos, como o PMBOK, mas ao mesmo tempo apresentam maior possibilidade de inserção no contexto de organizações sociais ou que tenham como pressuposto uma dinâmica participativa como é o caso das cooperativas.

Outro aspecto se torna relevante na metodologia de projetos para o desenvolvimento é o fato de que respondem à problemas complexos como a pobreza, a inclusão social e a desigualdade. Além disso, é necessário destacar que os contextos destes projetos são bastante desafiadores tanto em função do volume de partes interessadas quanto da importância da abordagem que se faz tão relevante quanto o alcance dos objetivos.

Adiciona-se a este conjunto a importância da transferência de conhecimento que ocorre em todo o ciclo de vida do projeto, fundamental para o protagonismo dos atores envolvidos, que é fundamental neste contexto que, como dito anteriormente, é marcado pela complexidade. O ciclo de vida de um projeto é definido por Carvalho e Rabechini Jr. (2009) como as fases que conectam o início e o fim de um projeto e conectam as entradas (inputs) e saídas (outputs) de cada grupo de processos ou sistemas o que favorecem um maior controle e gestão do projeto.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

O que caracteriza um projeto nos termos de Cavalieri e Ribeiro (2011) é o seu caráter temporário (início e fim), exclusivo (novo, diferente dos demais) e progressivo (a sua compreensão leva ao encadeamento dos processos). Embora inscritos na dinâmica social, os projetos para desenvolvimento não deixam de se perceber como uma atividade capaz de converter ideias, pensamentos e estratégias em ações concretas, no sentido de que imprimem racionalidade à vários processos necessários à entrega de um determinado bem ou serviço, logo são dotados de intencionalidade e objetivos pactuados com os atores sociais envolvidos nos processos.

A percepção de que projetos expressam um encadeamento de processos fornece o caldo necessário para o seu gerenciamento e está presente no pensamento Tuman, citado por Carvalho e Rabechini Jr (2009), onde o projeto é percebido como:

[...] uma organização de pessoas dedicadas que visa atingir um propósito ou objetivo específico. Projetos geralmente envolvem gastos, ações únicas ou empreendimentos de alto risco que tem que ser completados numa certa data por um montante de dinheiro, dentro de alguma expectativa de desempenho. No mínimo, todos os projetos necessitam de ter seus objetivos bem definidos e recursos suficientes para poderem desenvolver as tarefas requeridas (p. 3).

O gerenciamento de projetos é considerado crucial por Valeriano (2008, p. XIV). No âmbito dos projetos de desenvolvimento, esta atividade abarca todo o ciclo de vida de um projeto e apresenta desafios para a sua concretização. O Gerenciamento de projetos é percebido como disciplina capaz de realizar entregas dentro do tripé da gestão: tempo, custo e escopo com a máxima qualidade.

O gerenciamento de projetos para o desenvolvimento considera um ciclo de vida de projetos composto por seis fases (identificação e design; definição; planejamento; implementação; monitoramento, avaliação e controle; e transição para o final), que envolvem um mínimo de gerenciamento de seis sistemas processuais (escopo, tempo, recursos, riscos, justificativas e partes interessadas), os quais devem considerar os cinco princípios da gestão de projetos para o desenvolvimento (equilíbrio, abrangência, integração, participação e reiteratividade).

Os princípios do gerenciamento de projetos para o desenvolvimento e os princípios das cooperativas de agricultura familiar oferecem o alinhamento para a adoção do PMD Pro ao cotidiano dos projetos cooperativos possibilitam a participação social, a construção e fortalecimento do capital social presente nas associações sem desconsiderar o alcance dos objetivos e metas propostas.



## **2. Princípios cooperativos, capital social e o ciclo de vida dos projetos no PMD Pro**

### **2.1. Cooperação, capital social e a participação dos atores sociais em projetos para o desenvolvimento**

As pessoas estabelecem a cooperação ao identificar um objetivo em comum e verem na resolução desse problema algo capaz de contribuir para a sua qualidade de vida. Diante das necessidades ou interesses em torno de um objeto são construídas vinculações políticas e solidárias onde são desenvolvidas estratégias para satisfação das necessidades do grupo. Tais estratégias implicam na articulação, organização, definição e pactuação de atividades e processos visando alcançar os objetivos previamente estabelecidos.

As cooperativas surgem como uma alternativa ao capitalismo, que em seu aprofundamento gerava maiores desigualdades e exclusão das pessoas do mercado de trabalho. Mazzuchetti, Stoffel e Tarifa explicitam algumas singularidades das cooperativas agrícolas, objeto deste ensaio.

O surgimento/fortalecimento do cooperativismo agrícola está para representar esses produtores familiares em suas especificidades. Surge essa necessidade a partir de alguns aspectos, tais como: os problemas da baixa produtividade, socialização do conhecimento, auxílio na comercialização/distribuição dos produtos e, por fim, a necessidade de unir forças a fim de superar os obstáculos, cujos princípios devem estar aliados ao espírito de solidariedade e democracia (2017, p. 62).

Derivadas das associações de Rochale, as cooperativas se constituem de princípios baseados em “um código de conduta moral, ratificados posteriormente em Genebra, no ano de 1895, ocasião em que foi criada a Aliança Cooperativa Internacional” (SOUZA, 2009, p. 1). Mark Granovetter destaca a o papel da ação humana nos processos, os quais não se estabelecem em ambiente neutro, mas complexo, conflitivo e desafiador. É importante destacar o papel dos atores no processo de tomada de decisão.

Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais (2007, p.8).

A tomada de decisão implica escolher o melhor caminho para se alcançar um objetivo ou resolver um determinado problema. Não se trata de uma tarefa tão simples, na verdade, se torna ainda mais complexa quando vinculada a contextos



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

tão desafiadores quanto o das cooperativas de agricultura familiar em função da escassez de recursos, da vulnerabilidade da sua inserção no mercado e, também, porque os atores envolvidos neste processo possuem laços que não se restringem ao ambiente de trabalho. Os laços de solidariedade são um fator que requer mais ainda a qualidade dos processos decisórios porque deles dependem as cooperativas, da qualidade das relações que se estabelecem em seu interior. Gomes; Gomes e Almeida sinalizam para a dimensão relacional presente nos processos de tomada de decisão ao considerar que,

[...] tomar decisões complexas é, de modo geral, uma das mais difíceis tarefas enfrentadas individualmente ou por grupos de indivíduos, pois quase sempre tais decisões devem atender a múltiplos objetivos, e frequentemente seus impactos não podem ser corretamente identificados. Os grupos envolvidos em decisões complexas ou não, realizam processos sociais que transformam uma coleção de decisões individuais em uma ação conjunta (2009, p. 2).

A decisão, segundo Bazerman (2004) possui uma anatomia, composta de seis etapas que atribuem racionalidade ao processo: (a) definição do problema; (b) identificação dos critérios; (c) ponderação dos critérios; (c) geração de alternativas; (d) classificação das alternativas segundo os critérios; (d) classificação de cada alternativa segundo cada critério; (e) identificação de uma solução ótima.

Nesse sentido, é importante considerar que todo processo de tomada de decisão é resultado de negociação. Os custos de uma negociação ruim para uma cooperativa são inúmeros porque ela opera com baixa quantidade de recursos sejam eles humanos, materiais ou financeiros. No âmbito de uma cooperativa a qualidade da negociação, a clareza do problema, dos processos e do que se espera conseguir ajudaria na motivação dos associados e facilitaria os processos de mudança e gestão de riscos. O fator crítico de sucesso nesse processo de decisão é a presença, manutenção e fortalecimento do capital social da cooperativa.

O capital social é objeto de discussão de Pierre Bourdieu para quem ele é,

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (1980, p. 67).

Putnam introduz a discussão sobre o capital social no cenário econômico, ao estudar os fatores que levaram ao desenvolvimento de regiões da Itália. Para ele, o capital social “refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilita coordenação e cooperação para benefícios mútuos. Capital



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

social aumenta os benefícios de investimento em capital físico e capital humano” (1993, 1).

O capital social passa a ser um conceito apropriado em diferentes áreas de conhecimento posto que expressa capacidades construídas nas interações entre diferentes atores sociais. O capital social presente nas cooperativas de agricultura familiar passa a ser um diferencial capaz de garantir o seu posicionamento no mercado uma vez que ele é capaz de potenciar os impactos das ações e políticas públicas.

Cabe ressaltar, como bem aponta Putnam que “o capital social não é um substituto para uma política pública, mas um pré-requisito para isso e, em parte, uma consequência disso. O capital social, como sugere nosso estudo italiano, funciona através de Estados e mercado, não no lugar deles” (1991, p. 1). Em outros termos, o capital social presente nas cooperativas de agricultura familiar vai orientar a forma com estas organizações acessam às políticas públicas e como interagem com o mercado e Estado. A confiança, discutida por Costa e Reis, passa a ser uma importante promotora de capital social,

[...] a confiança social é um componente básico do capital social, como promotora da cooperação, pois ‘quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a possibilidade de haver cooperação’, o que gera mais confiança. Entretanto, essa não é uma confiança cega. Ela deriva de regras de reciprocidade ou de sistemas de participação cívica que, embora não tendo força legal, essas regras são cumpridas pelas pessoas e isso fortalece a confiança social. E é o acúmulo de capital social que vai determinar os níveis de participação (2009, p. 182-3).

A participação social no PMD Pro, está presente em todo o ciclo de vida do projeto de modo a garantir tanto o equilíbrio quanto a completude do projeto naquilo que se propõe a tender. Na metodologia do PMD Pro, a taxonomia das necessidades sociais apontadas por Bradshaw (1972) serve de ponto de origem projetos de desenvolvimento que podem responder: (a) dificuldades percebidas pelo grupo que demanda pela resolução do problema ou criação/incremento de algum bem ou serviço; (b) dificuldades expressadas por algum conjunto de atores, no caso das cooperativas os clientes, fornecedores ou a rede parceira; (c) o cumprimento de alguma norma de mercado ou política pública a que estejam vinculados ou suscetíveis; e (d) uma necessidade comparativa onde são expostas fragilidades e aspectos a melhorar.

Quando se reflete sobre o valor gerado pela participação social nas fases de um projeto para o desenvolvimento e os impactos sobre a cooperação e capital social, as informações foram sistematizadas a partir do seguinte quadro:



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Quadro 01 - Participação dos atores nas fases do PMD Pro e impacto em CAF

| Fases do Projeto no PMD Pro         | Como os atores participam  | Impacto sobre uma CAF   |
|-------------------------------------|--|---|
| Design e Identificação              | Na identificação e definição das necessidades, exploração de possibilidades, análise do ambiente e proposição de linhas de ação. | As pessoas são mobilizadas, busca-se perceber sua percepção sobre o problema, como pode contribuir e quais as possibilidades de enfrentamento                                 |
| Definição                           | Autorizam o projeto, identificação das partes interessadas e como será a estrutura de governança do projeto.                     | É o momento dos associados se comprometerem com o que foi proposto, estabelece-se uma espécie de pacto social.  |
| Planejamento                        | O projeto é elaborado e o plano de implementação definido.   | As pessoas têm clareza dos porquês do projeto, dos papéis (com limites e possibilidades para cada parte) e o encadeamento das atividades e o fluxo de comunicação é alinhado. |
| Implementação                       | Certificam-se de que as etapas estejam sendo cumpridas tal como planejado, identificam possíveis óbices, propõem soluções        | O emprego das pessoas, que são um recurso escasso em cooperativas de agricultura familiar, se dá com maior qualidade  |
| Monitoramento, avaliação e controle | Acompanhamento dos objetivos, resultados, gestão e resposta aos riscos   | Menos perda e maior orientação para o resultado   |
| Transição para o Final              | Confirmação das entregas, verificação de ações futuras   | Análise dos resultados, cumprimento dos objetivos e identificação de novas possibilidades ou necessidades   |

Fonte: elaborado pelos autores.

Em um projeto para o desenvolvimento, as etapas iniciais do projeto que requerem um maior nível de negociação e alinhamento entre as partes são bastante desafiadoras, um aspecto fundamental é como estruturar as ações de planejamento para que se gere uma ação, bem ou serviço de detenha um caráter coletivo fundamental para mobilizar as partes durante todo o processo e determinante para o seu engajamento que expressa os níveis de confiança entre os atores.



## 2.2. Planejamento para a ação: do individual ao coletivo

O planejamento é uma etapa fundamental em qualquer empreendimento, mais ainda em projetos. Se estes projetos forem voltados para o desenvolvimento, há que se ter uma maior atenção dada a complexidade no manejo de interesses (negociação) e produção de consensos via tomada de decisão.

Amaru Maximiano ao pensar sobre o planejamento de projetos usa alguns conceitos chave que são pertinentes ao contexto das cooperativas de agricultura familiar: necessidades e objetivos. É a partir da necessidade, do problema que se quer solucionar que são empreendidos os esforços para alcançar os objetivos. Entre o problema e a solução tem-se o planejamento e a implementação e cada uma dessas grandes áreas outras pequenas ações se colocam e poderão ser melhor compreendidas na seção seguinte.

As necessidades, para Amaru Maximiano se constituem, portanto, em

[...] uma palavra genérica, que indica todos os tipos de situações das quais projetos podem se originar: encomendas, problemas, ideias criativas ou oportunidades. [...] as necessidades fornecem justificativas aos projetos, definem-se o produto principal e todos os demais entregáveis do projeto (2014, p.46).

O esclarecimento da necessidade é um momento complicado porque envolve manifestação das partes no entendimento desta necessidade, nas suas origens, possibilidades de superação e construção de uma estratégia para sua satisfação ou solução. O esclarecimento da necessidade permite ter clareza por meio da análise do estado atual para que se possa prever um estado futuro no sentido de onde se espera chegar com uma determinada ação.

É comum ouvir dizer que a necessidade de pensar estrategicamente é das grandes organizações, porque as pequenas, mais empreendedoras, poderiam buscar outras rotas de crescimento. Isso na prática não é verdade, os pequenos negócios não podem contar com a inércia do mercado para sobreviver porque, ao contrário dos grandes, não chegam ao sucesso pela força bruta, com investimentos pesados e uma inesgotável fonte de recursos. As pequenas organizações têm de se valer do ambiente competitivo e por isso precisam atuar de maneira clara, com objetivos bem definidos e balizadas em posições que possam ser defendidas. Isso é estratégia. Pensar estrategicamente implica analisar, primeiro, o próprio negócio (REZENDE, 2008, p. 4).

A compreensão da razão de ser uma cooperativa, o resgate dos fatores que levaram os associados a se associar deve estar presente em todo o processo de planejamento da ação. Essa percepção auxilia no cumprimento dos requisitos de um projeto para o desenvolvimento. O PMD Pro utiliza os pressupostos de Doran ao indicar que os objetivos de um projeto devem ser específicos (quantidade, qualidade



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

e local), mensuráveis (indicadores quantificáveis), alcançáveis (escopo, tempo e custo), relevantes (ter clareza na mudança que se quer empreender) e limitado pelo tempo (a data em que os objetivos serão alcançados). Isso significa que nas escolhas de um projeto, em todo o seu ciclo, deve-se observar sua exequibilidade e para isso o PMD Pro fornece algumas ferramentas.

Quadro 02 – Ferramentas de Análise PMD Pro

| Objetivo  | Ferramenta   |
|---|--|
| Organizar informações   | Matrizes de vulnerabilidade  |
| Priorizar dados de avaliação  | Mapas mentais<br>Diagramas de afinidade<br>Matrizes de exercícios de classificação |
| Identificar o estado atual da prestação de serviços                 | Análise de avaliação de deficiências<br>Mapeamento                                 |
| Promover o raciocínio crítico por parte dos interessados no projeto | Discussões em grupo<br>Grupos focais<br>Oficinas                                   |
| Investigar relações de causa e efeito                               | Análise de campo de força<br>Árvores de problemas                                  |

Fonte: PM4NGOS (2012, p. 29).

A partir das necessidades apontadas, as ferramentas acima descritas funcionarão de três formas: identificar o posicionamento de cada indivíduo, abrir espaço para a negociação e construir um projeto coletivo.

As ferramentas do PMD Pro, permitem, inicialmente, coletar as informações de cada um dos participantes no sentido de dar visibilidade ao que cada indivíduo traz, como percebe o fato, os seus interesses e o quanto está disposto a contribuir com os demais associados e a CAF. Em um projeto para o desenvolvimento, as três fases iniciais são bastante sensíveis por determinarem os rumos do projeto e por isso são estratégicas para qualquer empreendimento. Como aponta Resende, “planejamento estratégico se constitui de atividades complexas, desafiadoras e inovadoras na organização, principalmente porque procura estruturar os diferentes e diferentes anseios envolvidos interna e externamente” (2008. p. 129).

Outro aspecto é que a apropriação das ferramentas propostas pelo PMD Pro abrem espaço para negociação, uma vez que as diferentes perspectivas tendem a possibilitar o diálogo, a identificação de tensões e a mobilização dos associados em torno de uma causa comum. As cooperativas nascem de necessidades comuns, mas é a manutenção desses interesses um dos fatores capazes de fazer com que as pessoas continuem associadas.

Se identificamos a cooperação como uma boa dinâmica pessoal e social sobre a qual se possa fundar uma sociedade voltada para a emancipação do ser humano e seu desenvolvimento material, psíquico e espiritual, é por ela que devemos trabalhar. Não precisamos que nossa natureza nos habilite ou desabilite a



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

isso. Simplesmente porque enquanto humanos, nós a construímos incessantemente (BARRETO, 2003, p. 298.)

Por último, é possível retomar o pensamento de Oliveira (2008) sobre a realidade organizacional, mas que atende aos anseios de uma CAF, uma vez que ela se relaciona com o mercado, logo tem inserção econômica. Na visão do autor,

[...] o propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz. Dentro deste raciocínio, pode-se afirmar que o exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos, desafios e metas estabelecidos (2008, p. 5).

Neste sentido, tais ferramentas permitem direcionar os objetivos para um projeto capaz de gerar um valor coletivo que vai se traduzir nas melhores escolhas para a cooperativa, na clareza da comunicação e na melhor aplicação dos recursos.

### 2.3. O Ciclo de vida dos projetos no âmbito do PMD Pro

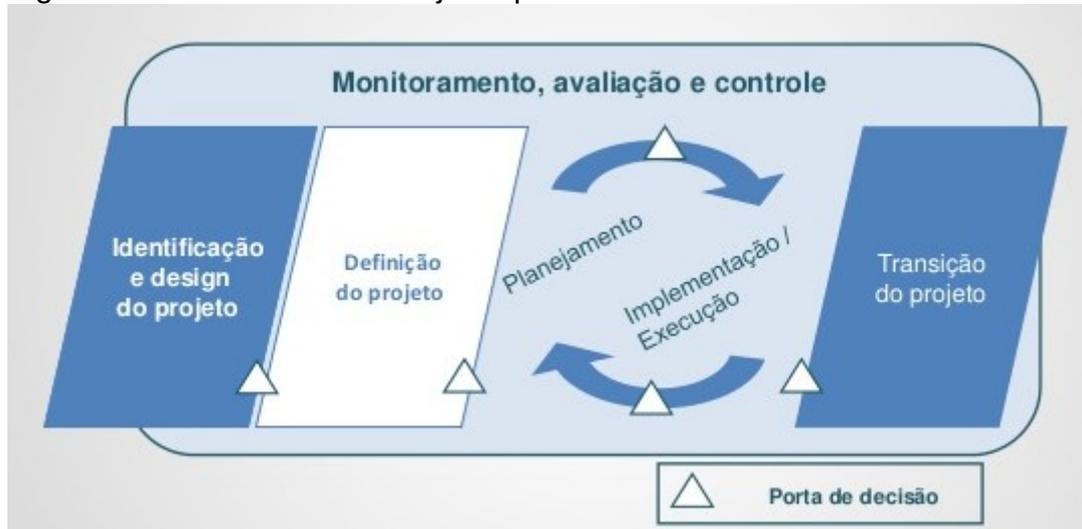
Como foi apontado anteriormente, o ciclo de vida de um projeto para o desenvolvimento segundo o PMD Pro (Figura 1) contempla seis fases: identificação e design; definição; planejamento; implementação; monitoramento, avaliação e controle; e transição para o final. Em cada uma dessas fases existem intervalos de revisão do projeto com a finalidade de revisar suas justificativas, identificar possíveis desvios e propor correções necessárias para o cumprimento/alcance dos objetivos propostos.

O processo de identificação e desenho do projeto é o momento em que se identifica qual a origem da necessidade, se elabora um diagnóstico e se iniciam os esforços na elaboração de uma linha de ação. Os desafios desta fase estão em conseguir mapear as demandas individuais, estabelecer um processo de negociação e direcioná-las para um objetivo coletivo e esta é uma das funções da gestão.

A maioria dos fracassos nas organizações cooperativas não se deveu, provavelmente, à falta de espírito cooperativo, mas sim, à falta de visão empresarial, de conhecimento do mercado e de visão técnico administrativa. A cooperativa não é uma entidade beneficente ou filantrópica, mas é sempre uma empresa. Quando a cooperativa fracassa como empresa econômica, fracassa igualmente na sua pretendida projeção social e humana, arrastando consigo o descrédito da instituição (SCHNEIDER, 2002, p. 252).



Figura 1: Ciclo de Vida de Projetos para o Desenvolvimento – PMD Pro



Fonte: PM4NGOS (2012)

A identificação e desenho do projeto no âmbito de uma CAF vai funcionar como um instrumento inicial de gestão, capaz de analisar o estado atual, o posicionamento, as redes, os vínculos, as possibilidades a partir da adoção de metodologias capazes de manter e fortalecer o capital social dos associados que são também gestores. O PMD Pro apresenta como elementos desse processo a identificação dos interessados no projeto; os pontos positivos, oportunidade e visão da comunidade; sucessos e capacidade; ambiente biológico/físico; redes organizacionais; infraestrutura; instituições jurídicas, de regulação e políticas; e, ainda, as condições culturais e sociais presentes.

Nesta fase, são identificadas as possibilidades de intervenção futura considerando a priorização das necessidades, o cenário externo, a adequação e a capacidade institucional, disponibilidade de recursos, viabilidade financeira e econômica, sustentabilidade e viabilidade técnica. A partir disso, é construída a estrutura lógica do projeto.

Na fase de definição do projeto, os objetivos do projeto são definidos, as partes interessadas e como serão estabelecidas as relações de autoridade, responsabilidade como serão realizados os processos de tomada de decisão. Em outras palavras, é estabelecida a estrutura de governança do projeto. A primeira decisão do projeto, a autorização para início do projeto também é tomada neste momento por meio da Ata de Constituição ou Termo de Abertura do Projeto (TAP).

A cooperativa é uma entidade que, à semelhança de qualquer empreendimento econômico, deve pautar-se pela racionalidade econômica, com clara definição dos objetivos e meios, e que demanda disciplina interna,



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

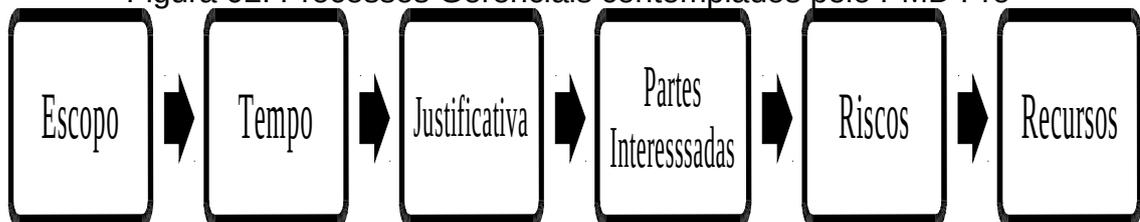
ordem, planejamento, uso adequado dos recursos e hierarquia na busca dos seus objetivos. Busca resultados econômicos, segundo critérios de crescente produtividade e qualidade. Em função disso, deve assegurar a capitalização da cooperativa, seja através de estratégias de auto capitalização, seja pelo acesso ao capital de terceiros, porém, sem comprometer a sua autonomia (SCHNEIDER, 2012, p. 253).

A terceira fase, o planejamento do projeto inclui cinco elementos: planejamento do início do projeto (sistematização dos sistemas de processos), planejamento do projeto (atualização e monitoramento), planejamento para implantação do projeto (detalhamento segundo um cronograma e um orçamento), planejamento para monitoramento e avaliação do projeto (se refere a garantia de que as etapas ocorram tal como foram planejadas) e planejamento para transição do projeto (satisfação das condições para o seu encerramento).

Os planos do projeto não são estáticos. Como parte das melhores práticas, os planos devem ser revisitados regularmente e atualizados para refletir nos dados de monitoramento mais recentes. Se isso acontecer, entretanto, a prática da revisão do plano do projeto precisa incluir oportunidades e recursos para a equipe de projeto e para os principais interessados revisitarem o plano para garantir que ele esteja adequado, preciso e realista (PM4NGOS, 2012, p. 51).

O planejamento vai sistematizar as seis macro áreas de gerenciamento (Figura 2) apontadas pelo PMD Pro quais sejam: escopo, tempo, justificativa, partes interessadas, riscos, recursos.

Figura 02: Processos Gerenciais contemplados pelo PMD Pro



Fonte: Elaborado a partir de PM4NGOS (2012).

O planejamento em ondas sucessivas pode contribuir para mitigação de riscos em ambientes com maior grau de incerteza como é o espaço em que as cooperativas de agricultura familiar operam.

O planejamento em ondas sucessivas pode ser especialmente útil em situações em que as informações do projeto são difíceis de coletar ou mudam muito rapidamente (por exemplo, em contextos de alto risco ou emergenciais). Nessas situações, conforme as novas informações do projeto são coletadas, dependências adicionais, requisitos, riscos, oportunidades, considerações e limites serão identificados. Mudanças



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

significativas em qualquer uma dessas áreas que ocorra durante toda a vida do projeto pode disparar a necessidade de alterar um ou mais elementos do plano de implantação (PM4NGOS, 2012, p. 55).

A fase seguinte se refere à implementação onde ao cumprimento da etapa anterior que pode apresentar maior ou menor grau de dificuldade em função da necessidade de habilidades técnicas no âmbito do gerenciamento de problemas, gerenciamento de pessoas e gerenciamento de controles internos.

A quinta fase que trata do monitoramento avaliação e controle do projeto está presente em todo o ciclo de vida do projeto, porém, vinculada ao processo de implementação permite maior clareza dos riscos ao objetivo proposto. E o desafio está na elaboração das melhores respostas a estes riscos. O monitoramento se vincula à etapa operacional do projeto respondendo às seguintes questões: “o quê?”, “por quê?”, “quando?” e “como?”.

A avaliação se volta para o acompanhamento do progresso do projeto e “os dados de avaliação são coletados e analisados menos frequentemente e na maioria dos casos exigem uma intervenção mais formal (frequentemente de conselheiros técnicos ou avaliadores externos) para mostrar os resultados do projeto” (PM4NGOS, 2012, p. 65).

O controle se insere no âmbito dos sistemas de processos e tomada de decisão para traçar as correções necessárias ao bom andamento do empreendimento, ou seja, a gestão das mudanças no projeto. Um aspecto relevante desta ação de refere às tolerâncias do projeto uma vez que elas “definem os limites de desempenho dentro dos quais o gerente de projetos pode manter a autonomia. As tolerâncias positivas (o valor até o qual você pode ir) são as mais comuns. Entretanto, as tolerâncias negativas também são muito importantes” (PM4NGOS, 2012, p. 71).

Por último, a transição para o final do projeto decorre das especificidades do setor de desenvolvimento onde um projeto pode ter desdobramentos em relação a sua extinção, continuidade ou inserção de novas propostas de ação.

Os planos completos do projeto precisam incluir um plano de transição do projeto que descreve como o projeto pretende evoluir após a conclusão do calendário do projeto e garantir que o progresso na direção dos impactos continuará. Um plano de transição pode incluir várias situações ou contingências que tratem dos riscos e também podem alocar recursos adicionais quando não for possível sair inteiramente. O setor de desenvolvimento considera a transição especialmente importante devido à sua preocupação de que os impactos sejam mantidos após a finalização do projeto (PM4NGOS, 2012, p. 83).

Em cada uma dessas fases haverá portas de decisão que garante a participação dos associados e a reiteratividade do projeto de forma a garantir a legitimidade e motivação dos envolvidos o que zela pelas relações de solidariedade que marcam a cultura das cooperativas de agricultura familiar.



## Considerações Finais

O PMD Pro é uma metodologia de gestão de projetos para o desenvolvimento que se mostra alinhado aos princípios presentes em cooperativas de agricultura familiar, uma vez que consegue fornecer suporte à gestão, objetivando os processos decisórios e criando uma matriz racional que contempla a estrutura lógica do projeto.

Por ser participativa, em todas as fases de um projeto, o PMD Pro é uma ferramenta capaz de contribuir para o fortalecimento dos vínculos entre os associados e potencializar o capital social presente nas cooperativas de agricultura familiar. Este estudo, não se esgota nesta discussão, verifica-se a necessidade de se pensar quais os limites da aplicação desta ferramenta e para isso vislumbra-se a sistematização dos resultados alcançados em cooperativas de diferentes portes e em diferentes regiões.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: **Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: PNUD, 1997.

ALVES, Adilson F.; BORILE, Luiz Cláudio; BELON, Ivone; REINHER, Claudia Laís. (Org.). **Manual para cooperativas: boas práticas na gestão cooperativada**. Francisco Beltrão, UNIOESTE: UNICAFES: SETI, 2000.

AMARU MAXIMIANO, Antonio Cesar. **Administração de projetos: como transformar ideias em resultados**. 5ª ed.; São Paulo: Editora Atlas, 2014.

BARRETO, André Valente de Barros. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Org.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

BAZERMAN, Max H. **Processo decisório: para cursos de administração e economia**. Tradução: Arlete Simille Marques. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRADSHAW, Jonathan. A taxonomy of social need. In: MACHLACHLAN, F. **Problems and progress in medical care**. London, Oxford University Press, 1972.

CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR., Roque. Perspectivas da Gestão de Projetos. In: RABECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (Org.) **Gerenciamento de projetos na prática: casos brasileiros**. São Paulo: Atlas, 2009.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

CAVALIERI, Adriane; RIBEIRO, Pedro C. A estrutura e padrão do gerenciamento de projetos. In: DINSMORE, Paul Campbell; CAVALIERI, Adriane (Org.). **Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos: livro base de preparação para a certificação PMP – Project Management Professional**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2011.

CORREA, Marcos Lúcius de Carvalho. **Desenvolvimento Local e agricultura familiar: o papel da COAF (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar) no município de Bebedouro – SP**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Franca: Uni-FACEF, 2015.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; REIS, Suzete da Silva. Cidadania. Participação e capital social na gestão de políticas públicas. **Revista do Direito**. n.31, 2009.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961.

GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira de. **Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES DE SOUZA, Rodrigo. **Alcance de políticas públicas federais no cooperativismo da agricultura familiar em Goiás do na de 2007 ao ano de 2014: fragilidades e potencialidades**. Goiânia, UFG: Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, 2016.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE – Eletrônica**. v. 6, n.1, art. 9, 2007.

GREGOLIN, Marcos Roberto; et al. Diagnóstico das cooperativas da agricultura familiar do estado do Paraná de acordo com as ferramentas do Programa de ATER “Mais Gestão”. In: **Anais do 55º Congresso Brasileiro de Economia Administração e Sociologia Rural: inovação, extensão e cooperação para o desenvolvimento**. Rio Grande do Sul: UFSM, 2017.

MARIANO, Thiago Heleno; BRAGA, Marcelo José. Programa Mais Gestão: coerência entre diagnósticos e planos de ação nas cooperativas de agricultura familiar da Região Sudeste. **REVER: Revista de Extensão e Estudos Rurais**. V. 7, n.1, jan./jun., 2018.

MARTINEZ, Inmaculada Buendía; SILVA PIRES, Maria Luiza Lins e. Cooperativa e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 19, n. 1, jan./abr., 2002.

MAZZUCHETTI, Roseli Natalina; STOFELL, Jaime; TARIFA, Marcelo Resquetti. Capital social e desenvolvimento rural: estudo empírico em cooperativas de agricultura familiar no estado do Paraná. **RGC. Santa Maria**, v. 4, n. 8, 2017.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

MOREIRA, Vilmar Rodrigues et al. O cooperativismo e a gestão de riscos de mercado: análise da fronteira da eficiência do agronegócio paranaense. **RESR. Piracicaba**, v. 50, n. 1, jan./mar., 2012.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de gestão de cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas. 2001.

\_\_\_\_\_. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 25<sup>a</sup> ed., São Paulo: Atlas, 2008.

PM4NGOs. **PMD Pro 1: Um Guia de Gerenciamento de Projetos para Profissionais de Desenvolvimento**. Toronto: Canadá, 2012.

PUTNAM, Robert. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. In: **The American Prospect** nº 13, 1993. Disponível em: <http://prospect.org/article/prosperous-community-social-capital-and-public-life> Acesso em: 20 de maio de 2018.

RESENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico para organizações públicas e privadas: guia prático para a elaboração do projeto de plano de negócios**. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, José Odelso. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores e princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**. v.3, n. 2, 2012.

SILVA PIRES, Maria Luiza Lins e. Cooperativismo e dinâmicas produtivas em zonas desfavorecidas: o caso das pequenas cooperativas agrícolas do Sul da França. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 26, jan-abril, 2011.

SOUZA, Leticia Pelcides de. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. **Vitrine da Conjuntura**. Curitiba, v. 2, n. 2, 2009.

TASCHETTO, Paulo Renato; WALCOWICZ, Jussara. A realidade da agricultura familiar no Oeste do Paraná. In: NAZZARI, Rosana Katia; BERTOLINI, Gleysler Rogis Flor; BRANDALISE, Loreni Teresinha (Org.). **Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

VALERIANO, Dalton. **Moderno Gerenciamento de Projetos**. São Paulo: Pearson Hall, 2005.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 17/01/2019



**A PERCEPÇÃO DO COOPERATIVISMO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSOCIADOS DACOOPERATIVA MISTA AGROFAMILIAR DE VERA CRUZ DO OESTE - A TULHA**

**THE PERCEPTION OF COOPERATIVISM FOR THE FAMILY FARMING ASSOCIATED WITH THE AGROFAMILIARY COOPERATIVE OF VERA CRUZ DO OESTE - "A TULHA"**

Caroline Monique Tietz Soares\*  
Juliane Vanderlinde Hort\*\*  
Renée Bejamini\*\*\*  
Dirceu Basso\*\*\*\*

**RESUMO**

É notório o reconhecimento do papel da agricultura familiar como impulsionadora de desenvolvimento, crescimento e organização socioeconômico dos pequenos agricultores. Considerando a atual competitividade dos mercados nacional e internacional, as cooperativas desempenham papel fundamental, vinculando o produtor rural ao mercado. São muitas as famílias da agricultura familiar que, através de processos de organização da produção, com assistência técnica, acesso ao crédito e ao mercado, se fortaleceram provocando a dinamização na economia local, atestando serem as cooperativas uma ferramenta necessária para garantir o desenvolvimento local e para ampliar as ações de erradicação da pobreza rural. O presente estudo trata-se de um trabalho de campo de caráter descritivo, com visão qualitativa de análise, e desenvolveu-se na cooperativa A TULHA. Foram realizadas entrevistas em questionário estruturado aplicado à dez cooperados. Os dados foram analisados por meio das técnicas de análise descritiva, em relação aos seus procedimentos, e através do uso do software SPSS Statistics. Foram abordadas questões no âmbito da percepção do cooperativismo pelos agricultores familiares associados a A TULHA. As informações levantadas demonstram que apesar das dificuldades enfrentadas pelos agricultores, a colaboração entre eles, através do cooperativismo, desempenha um papel fundamental e estratégico para o fortalecimento dos agricultores familiares, como agentes relevantes para o desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Rural; Produtores; Desafios.

\* Mestra e doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tecnóloga em Biocombustíveis pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: carol.tietz@hotmail.com

\*\* Mestra e doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Enfermeira e Bióloga pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: julianevanderlinde@hotmail.com

\*\*\* Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Contadora pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. E-mail: reneebejamini@gmail.com

\*\*\*\* Doutor em Desenvolvimento Rural e docente da Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA), com atuação no Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Unila e Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mestrado e doutorado, sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. Membro dos Grupos de Pesquisa: Observatório das Agriculturas Familiares Latino-Americanas (Observatório AFLA); Desenvolvimento Regional e Integração Latina-Americana; Grupo Interdisciplinar e Interinstitucional de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Sustentável. E-mail: [dirceu.basso@unila.edu.br](mailto:dirceu.basso@unila.edu.br)



### ABSTRACT

It is fundamental the recognition of the role of family agriculture as a driver of development, growth and socioeconomic organization of small farmers. Considering the current competitiveness of national and international markets, cooperatives are responsible for a fundamental role, linking rural producers to the market. Many family of farming families, through processes of production organization, with technical assistance, access to credit and the market, have been strengthened and have been stimulating the local economy, attesting that cooperatives are a necessary tool to guarantee a local development and to expand rural with poverty eradication actions. The present study is a descriptive fieldwork with qualitative vision of analysis, and it was developed in the cooperative A TULHA. Interviews were conducted in a structured questionnaire applied to ten members. The data were analyzed through the techniques of descriptive analysis, in relation to their procedures, and through the use of SPSS Statistics software. Questions were raised regarding the perception of cooperativism by family farmers associated with A TULHA. The information gathered shows that, despite the difficulties faced by farmers, collaboration among them, through cooperativism, plays a fundamental and strategic role for the strengthening of family farmers as agents of development.

**Keywords:** Rural; Producer; Challenges.

## 1. INTRODUÇÃO

Da ótica sociológica, Pinho (1962, p. 7) sistematiza que “cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo”. A cooperação supõe, necessariamente, a independência de trabalhar em comunidade (PINHO, 1986).

Por outro lado, os cooperados avocam papel duplo na cooperativa, de donos e usuários praticando a autogestão (PEREIRA JÚNIOR; GONÇALVES, 1995; PINHO; AMARAL, 1993; POLONIO, 2001; BIALOSKORSKI NETO; ZYLBERSZTAJN, 1994; OCB, 2018; NOVAES, 2011).

As cooperativas possuem controle doutrinário distinto (Lei n. 5.764/71), o qual determina que o direito ao controle do proprietário é desvinculado de suas cotas de capital ou montante das transações econômicas efetuadas na organização. Paralelamente a características como propriedade difusa e assimetria de informação, problemas de agência levam à expropriação dos cooperados (CARVALHO, 2005). Para Singer (2008), a retomada do cooperativismo autogestionário somente se tornou possível pelo apoio de instituições governamentais e da sociedade civil.

Tauile (2009) assegura que foi propriamente na década de 1990, que o fenômeno da economia solidária se difundiu largamente pelo Brasil e, assim, um número expressivo de trabalhadores passaram a se organizar nos chamados empreendimentos econômicos solidários, principalmente, sob a forma de cooperativas autogestionárias. De acordo com Figueiredo e Caggiano (2009), o cooperativismo teve suas primeiras instituições implantadas no sul.

Esse conjunto de experiências econômicas, chamado de economia solidária, para muitos vem sendo interpretado como uma forma de resistência à exclusão



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

social, pobreza e desemprego a que muitos trabalhadores são submetidos, e também como “prenúncio de um novo modelo de desenvolvimento econômico” (CUNHA et al., 2003).

Atualmente, no Brasil, o cenário do cooperativismo apresenta-se como uma importante força econômica no país. De acordo com a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (2018), há hoje mais de 6,6 mil cooperativas, distribuídas em 13 ramos de atividades. Nos últimos anos, o número de cooperados alcançou o patamar de 13,2 milhões de associados, os quais geram cerca de 376 mil empregos formais. Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de cooperados representa 6,3% da população brasileira. Se somadas as famílias dos cooperados, estima-se que o movimento cooperativista agregue em torno de 25,4% da população brasileira (IBGE, 2015).

Gramacho (1997) apresenta em seu estudo as mudanças no cenário econômico nacional e o inevitável aumento da competitividade, que vem exigindo das cooperativas uma revisão de seus princípios doutrinários como forma de se adaptarem a esses novos tempos. Para ambos, a revisão de estratégias, estruturas administrativas e informações contábeis eficientes são ações que visam a aumentar a eficácia e a competitividade dessas organizações.

Índices de desigualdade social, distribuição desigual de renda e de terras, e desemprego acentuado tratam-se de panoramas econômicos, sociais e políticos preocupantes e característicos do Brasil, tornando os agricultores familiares cada vez mais marginalizados e submissos à dívidas e dificuldade na manutenção da propriedade. A problemática continua quando há necessidade da comercialização dos produtos produzidos na agricultura familiar. É neste contexto que se enquadra a cooperativa, a fim de auxiliar na comercialização da produção e na assistência ao produtor (SCHMIDT et al., 2005).

A agricultura familiar se organiza de várias formas. O ramo agropecuário articula estratégias produtivas e pode ser considerado o setor que mais exige atenção, pois o mercado está em constantes mudanças e essas dificilmente dialogam com as diretrizes produtivas ou comerciais presentes nas cooperativas. As inovações do mercado e do capital são ininterruptas e pedem respostas imediatas aos grupos e cadeias organizadas. Ao mesmo tempo, não existe um sistema nacional de controle e fomento a estas dinâmicas, exigindo que este ramo se articule de maneira complementar (UNICAFES, 2017).

É notório o reconhecimento do papel da agricultura familiar como impulsionadora de desenvolvimento, crescimento e organização socioeconômico dos agricultores, por ser elemento gerador de alimentos, de cuidado com o meio ambiente, com a geração de renda, além de manter o “rural com gente”. Considerando a atual competitividade dos mercados nacional e internacional, no que se refere aos produtos agrícolas de exportação brasileira, as cooperativas desempenham papel fundamental, vinculando o produtor rural ao mercado (SCHMIDT et al., 2005).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

As experiências de trabalho desenvolvida por cooperativas da agricultura familiar permitiram que milhares de pessoas, historicamente excluídas, fossem inseridas no sistema econômico nacional e passassem a se organizar de forma inclusiva. São milhares as famílias que, através de processos de organização da produção, com assistência técnica, acesso ao crédito e ao mercado, se fortaleceu provocando a dinamização na economia local, atestando serem as cooperativas uma ferramenta necessária para garantir o desenvolvimento local e para ampliar as ações de erradicação da pobreza rural (UNICAFES, 2017).

As cooperativas com suas especificidades e características defendem a produção diversificada de alimentos, a produção orgânica, agroecológica e a permanência das famílias no campo, valorizando as diversidades regionais e promovendo a segurança alimentar.

Os sistemas agroecológicos são adaptados à realidade da agricultura familiar e reforçam a busca por outro modelo de desenvolvimento para o campo, o qual propõe a distribuição das terras e a produção descentralizada, agregando mão de obra, dinamizando economias e abastecendo mercados locais com alimentos saudáveis (LONDRES, 2011).

A agricultura familiar surge como um novo modelo de desenvolvimento econômico dentro do sistema sustentável, capaz de orientar a organização de unidades produtivas politicamente corretas. Esse modelo valoriza o agricultor em sua propriedade rural, diante dos efeitos da interdependência gerada entre a agricultura e a indústria. A biodiversidade desse novo modelo, o qual é apenas o resgate de um modelo de agricultura antiga e camponesa, é muito mais expressiva que a de um latifúndio monocultor, pois gera a capacidade de produzir alimentos agroecológicos de qualidade (MOTTA, 2005).

Na pequena propriedade do agricultor familiar começa o exercício de práticas sustentáveis. Dessa forma, a prática local influencia a global e, assim, o sujeito se enxerga como parte de um processo mais extenso, no qual suas ações sejam responsáveis por alterações de qualidade de vida e promovam saúde para as gerações futuras (KUMMER, 2007).

Segundo Sachs (2000), a ideia de uma agricultura familiar sustentável revela uma crescente insatisfação da agricultura moderna e, nesse contexto, qualquer política de desenvolvimento que pretenda ser sustentável deve ter como peça-chave a agricultura familiar dentro do contexto agroecológico.

A agroecologia objetiva propor alternativas para minimizar a artificialização do ambiente natural agricultável. Utiliza-se de um enfoque científico, com ferramentas teóricas e hipóteses próprias, o que lhe comporta trabalhar no âmbito dos agroecossistemas e no desenvolvimento de sistemas agrícolas complexos e diversificados (ASSIS, 2006).

Ao se voltar aos princípios da sustentabilidade rural, busca-se promover recursos de produção às gerações futuras e, nesse sentido, deve-se haver uma preocupação real com as questões ambientais e sociais, promovendo o



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

desenvolvimento humano, aliado à qualidade de vida. A sustentabilidade ambiental está ligada à preservação ou ao aprimoramento da base produtiva dos recursos (MOTTA, 2005; CHAMBERS; CONWAY, 1992).

Infelizmente quando se pensa em futuras gerações, surgem novos desafios para agricultura familiar. Esta vem perdendo dia após dia sua juventude para as áreas urbanas. Além da grande perda com o envelhecimento do agricultor rural, também existe o problema do inchaço das cidades, onde com as grandes populações, diminuem a demanda de empregos e aumentam as pessoas desempregadas (KIMURA, 2016).

Os jovens que migram para as cidades são atraídos pelas ofertas de trabalho, estudo e tudo o que as cidades oferecem, assim, partem em busca de uma melhor condição de vida e deixam de se preparar para dar continuidade às atividades da propriedade rural. Quando percebem a realidade, acabam retornando para a propriedade dos pais, muitas vezes já com uma família constituída e em uma situação pior do que aquela que tinham quando saíram (KIMURA, 2016).

O processo sucessório na agricultura familiar está articulado a transição e a passagem definitiva da gestão do estabelecimento para os sucessores. A sucessão deve ser conduzida com muita habilidade pelo patriarca enquanto ainda detém o poder e este processo é fundamental para manter este segmento social (MELLO et al, 2003).

Atualmente, muitos problemas são enfrentados nas propriedades rurais no que tange a sucessão familiar e a educação cooperativista. Atualmente as Políticas Públicas relacionadas com a agricultura familiar passam por um processo de revisão governamental, sendo importante que o Estado continue fomentando este segmento pela sua capacidade de promoção e construção do desenvolvimento local e de produção de alimentos saudáveis (UNICAFES, 2017).

Considerando os desafios encontrados atualmente na produção dentro da agricultura familiar, diante da agricultura moderna, é importante diagnosticar a situação atual de famílias de pequenos agricultores e suas relações com a cooperativa, afim de produzir trabalhos que possam auxiliar na promoção de ações que favoreçam o pequeno agricultor e a sua permanência no campo.

## 2. METODOLOGIA

O presente estudo desenvolveu-se no ambiente de uma organização caracterizada legalmente como sociedade cooperativa, a qual foi objeto de estudo. A pesquisa foi realizada na A TULHA (Figura 1) localizada no município de Vera Cruz do Oeste, Paraná.



Figura 1. A TULHA, a) interior e b) exterior.



(a)



(b)

Fonte: Os autores

Vera Cruz do Oeste situa-se no 3º Planalto do Estado do Paraná ou Planalto de Guarapuava, na região oeste paranaense, com uma altitude de 620 metros acima do nível do mar, uma área de 327,09 km<sup>2</sup> e população estimada de 8.918 pessoas. Situado junto às rodovias estaduais PR-488 e PR-585, tem como municípios limítrofes São Pedro do Iguaçu, Céu Azul e Diamante do Oeste (IBGE, 2017).

Em julho de 2002 em Vera Cruz do Oeste, foi inaugurada a Associação A TULHA, com o objetivo de que os agricultores do município pudessem comercializar hortaliças, frutas, plantas medicinais, panificação, mel, grãos, artesanatos, leite e derivados. Visualizando a importância de constituírem pessoa jurídica, a fim de



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

alcançar novos canais de comercialização, em dezembro de 2008 fundaram a Cooperativa Mista Agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste (A TULHA, 2015).

Essa cooperativa teve como finalidade colaborar (de modo recíproco) e congregar agricultores e praticantes da agricultura familiar, a promover e ampliar a defesa dos interesses econômicos, integração, solidariedade e o crescimento social, cultural e harmônico dos seus cooperados, tendo como principais atividades econômicas o comércio atacadista e varejista de bens de consumo em geral, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal, bem como prestação de serviços de transporte e de mão de obra (A TULHA, 2015).

Hoje a cooperativa conta com 48 cooperados, sendo que 15 destes são ativos e atuantes (A TULHA, 2018).

A abordagem da pesquisa caracterizou-se, quanto aos objetivos, como exploratória descritiva (LAKATOS; MARCONI, 2003). Do ponto de vista da estratégia para abordagem da situação problema caracteriza-se como qualitativa. Diehl e Tatim (2004) mencionam que há dois tipos de pesquisa: a quantitativa e a qualitativa, sendo a escolha entre elas determinada pela natureza da situação de causa e efeito, teste de hipóteses etc. Diversamente da abordagem quantitativa, a abordagem qualitativa preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado que não é perceptível nem captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2009).

O presente estudo é descritivo, com abordagem qualitativa por meio da estratégia de estudo de campo. A abordagem qualitativa envolve entrevistas e observações que não resultam em dados qualitativos, mas em descrições dos resultados e das impressões dos eventos. Com este enfoque, é possível explorar relações que não poderiam ser feitas de outra forma. Geralmente, não é possível incluir amostras representativas, em virtude de problemas práticos de escala e da natureza das observações e das situações estudadas (HAIR JÚNIOR et al., 2005).

Cervo et al. (2007) ressaltam que a escolha do método está vinculada ao objeto de pesquisa. No presente estudo, a considerar tratar-se de um caso específico, em uma área delimitada do ponto de vista dos procedimentos utilizados pode ser classificado como um estudo de campo, pois explora, em profundidade, situações específicas dentro de uma comunidade, aprofunda-se neste campo, porém, não é amplo.

A abordagem metodológica qualitativa tem a facilidade de

[...] analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 2006, p. 117).



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Tal escolha ocorre pelo fato que essa técnica de coleta de dados, conforme Blau e Scott (1970, p. 33), é um “[...] plano de pesquisa tipicamente empregado no estudo das organizações formais”. Esses autores ressaltam que o estudo de campo permite o desenho de um quadro geral da organização, além de informações a respeito da interdependência de suas partes constituintes.

### 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção foram apresentados os resultados obtidos e as análises realizadas dos dados coletados e, para que isso fosse possível, previamente fez-se necessária a caracterização da organização objeto deste estudo.

A pesquisa realizou-se nos meses de junho e julho de 2018. Para o agendamento das entrevistas na cooperativa os pesquisadores entraram em contato via telefone, informando a finalidade didático-científica do estudo e o roteiro da entrevista a ser efetuada, após a aceitação, a mesma foi agendada.

A entrevista foi alicerçada em um questionário estruturado, composto por 13 questões abertas, cuja aplicação foi realizada junto a 10 cooperados. Por meio da assinatura de um TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a garantia de confidencialidade foi assegurada aos pesquisados, bem como obteve-se a permissão para utilização e publicação das informações levantadas para fins científicos.

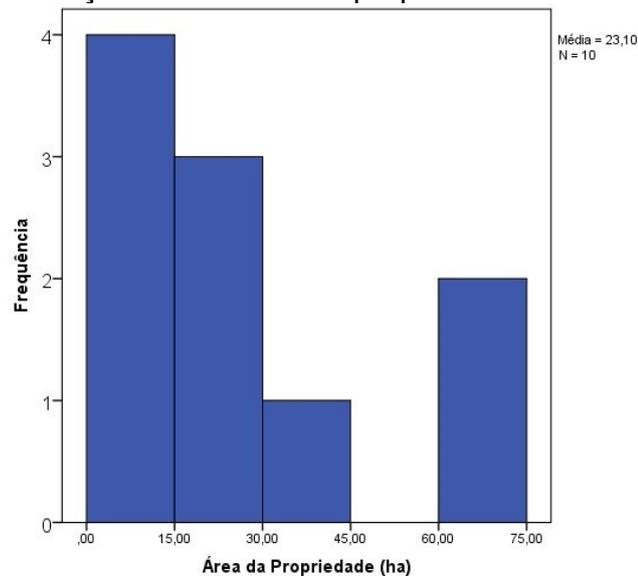
Os dados foram analisados por meio das seguintes técnicas: análise descritiva dos mesmos, em relação aos seus procedimentos; e através do uso do software SPSS Statistics.

A seguir serão apresentados os dados coletados durante as entrevistas de campo, em que foram abordadas questões no âmbito da percepção do cooperativismo pelos agricultores familiares associados a A TULHA.

Em relação ao tamanho das propriedades, verificou-se que a maior parte dos entrevistados (70%) possuía propriedade com área de até 30 ha. Sendo que apenas 20% dos entrevistados possuíam propriedade com área superior a 60 ha. Averiguou-se também que a área média das propriedades dos entrevistados ficou em 23,10 ha. Observa-se na Figura 2 a distribuição das propriedades dos entrevistados quanto a sua área.



Figura 2. Distribuição das áreas das propriedades dos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria

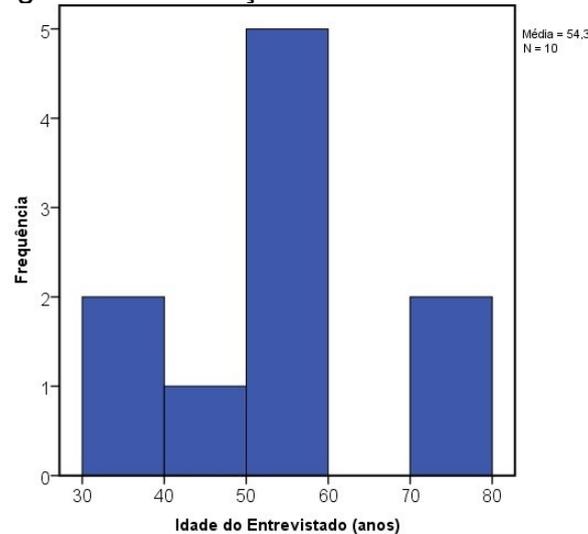
Os agricultores possuem em sua maioria, pequenas propriedades, características da agricultura familiar. Nessas propriedades é que se busca o resgate da agricultura familiar, objetivando minimizar os efeitos da crise agrícola, buscando caminhos alternativos a partir da prática da agroecologia e do resgate compartilhado de saberes ancestrais, desqualificados pela modernização da agricultura convencional, competitiva, movida por interesses utilitaristas de mercado (SANTOS, 2000).

Os entrevistados mostraram-se distribuídos dentro de várias faixas etárias (Figura 3), sendo que a idade média ficou em 54,3 anos. Verificou-se que a maior parte dos entrevistados (70%) possuíam idade superior a 50 anos e apenas 20% idade inferior a 40 anos.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Figura 3. Distribuição das idades dos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria

Um dos grandes desafios da agricultura familiar é a sucessão familiar. Os jovens, em sua grande maioria, buscam nos centros urbanos uma melhor condição de vida e estudo, não assumindo a produção no campo. Esses fatos são ainda mais relevantes nos pequenos municípios, os quais têm sua base econômica centrada na agropecuária, pois os jovens são atraídos para municípios maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho, ocasionando a diminuição da população, a perda de mão de obra qualificada e o envelhecimento da população rural (KIMURA, 2016; MELLO et al., 2003).

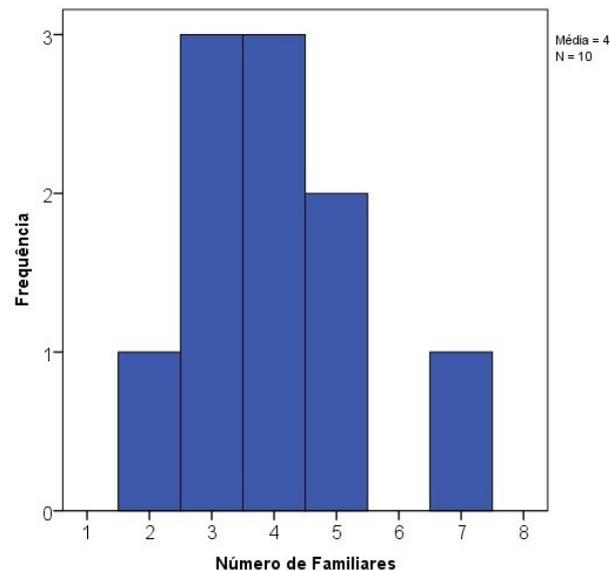
Em relação à escolaridade, apurou-se que a maior parte dos entrevistados, 60%, possuíam ensino médio completo, 10% ensino médio incompleto e apenas 30% não completaram o ensino fundamental. Não houve nenhum caso de analfabetismo ou de graduação.

Tratando-se da relação do número de familiares nas propriedades, verificou-se que as famílias dos entrevistados haviam em média 4 membros. Constatou-se que 60% das famílias tinham de 3 a 4 membros, conforme a Figura 4.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

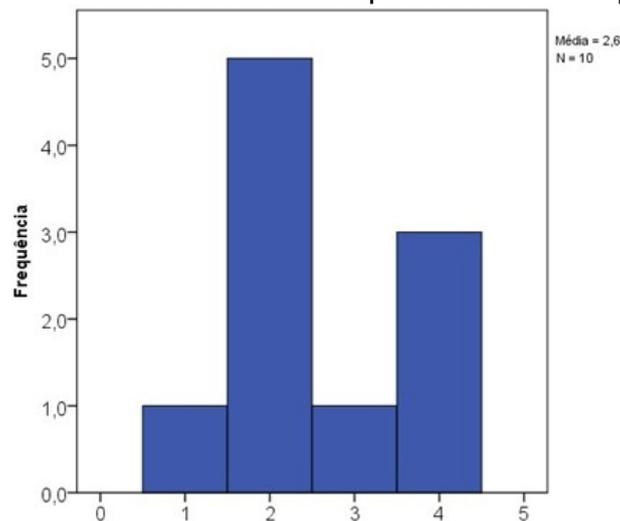
Figura 4. Número de familiares na propriedade.



Fonte: Elaboração própria

Em relação aos membros da família que trabalhavam na propriedade, verificou-se que 60% dos entrevistados possuíam até 2 membros ativos com mais de 14 anos de idade (Figura 5).

Figura 5. Membros da família que trabalham na propriedade.



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito ao uso de mão de obra contratada, apenas dois entrevistados declararam que havia contratação, sendo que um mencionou ser esta realizada esporadicamente, a fim de auxiliar na propriedade, e outro, havia



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

terceirização da limpeza. Portanto são caracterizados como estabelecimentos que praticam agricultura familiar, pois predomina a interação entre trabalho e gestão, na qual os agricultores são os agentes do processo produtivo, enfatizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (BRASIL, 2006).

Em relação ao sistema da propriedade, constatou-se que 80% dos proprietários possuíam produção convencional, enquanto 20% eram convencional e orgânico. Como produtos orgânicos eram produzidos: feijão, milho, alface, almeirão, temperos e beterraba. O TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná e a BIOLABORE - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná eram os responsáveis pela certificação dos produtos orgânicos produzidos nessas propriedades mistas.

Muitas são as características que levam a alta proporção pela produção convencional, mesmo dentro da agricultura familiar, cujo espaço é ideal para o cultivo agroecológico. Após as duas grandes guerras mundiais, a indústria química encontrou na agricultura um novo mercado para os seus produtos. Conseqüentemente, várias políticas foram implementadas em todo o mundo com o objetivo de assegurar este mercado e promover a sua expansão (LONDRES, 2011).

Pesquisadores voltaram a atenção para o desenvolvimento de sementes selecionadas que pudessem responder às aplicações de adubos químicos e agrotóxicos, dando origem a um sistema de monocultura altamente mecanizado e fácil de ser organizado. Como grandes promotores da difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde estavam a FAO – Órgão das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e o Banco Mundial. No Brasil, a implementação da chamada “modernização da agricultura” foi forçada por várias políticas (LONDRES, 2011).

Iniciou-se na década de 70 a era dos defensivos agrícolas, por conta do grande estímulo do governo ao liberar crédito facilitado vinculado ao uso de agrotóxicos (MACHADO, 2007).

De acordo com dados do SINDAG - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, como protagonista deste processo, em 1965 o SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural foi o grande promotor da difusão de insumos agrícolas, no entanto, esse sistema de crédito vinculou a obrigatoriedade da compra de sementes e insumos. Nessa condição, o sistema convencional se tornou um círculo vicioso no qual não existe libertação do agricultor. Este está preso com dívidas ao sistema, pelo financiamento de sementes e insumos agrícolas (LONDRES, 2011).

A agricultura química vem apresentando resultados piores na relação produtividade x custos de produção, deixando agricultores cada dia mais descapitalizados ao longo das últimas décadas. Como resultado, somente a produção em escala é capaz de proporcionar ganhos satisfatórios, colaborando para a concentração de terra e renda no país, marginalizando e expulsando os agricultores familiares, reféns do modelo convencional. A autora ainda chama a



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

atenção de que este modelo só se mantém funcional devido ao forte subsídio do Estado, com a bancada ruralista, ano após ano, renegociando e indultando dívidas do setor (LONDRES, 2011).

Em outra análise, encontra-se a complexidade da produção orgânica em meio às vastas produções convencionais. Regulamentações e questões impostas pelas leis e certificadoras tornam-se um entrave para o crescimento das unidades de produção orgânica, bem como para a conquista de novos mercados a partir da certificação de seus produtos. A produção orgânica igualmente requer mão de obra e conhecimento agroecológico para manejo adequado da produção (PINHEIRO, 2012).

A agroecologia é uma ciência que busca estabelecer uma base teórica para diferentes movimentos de agricultura não convencional. Requer o profundo entendimento acerca do funcionamento de agroecossistemas, bem como de suas interações, tendo como princípio a conservação e o aumento da biodiversidade dos sistemas agrícolas, capazes de produzir autorregulação e, por conseguinte, sustentabilidade (ASSIS, 2006).

Para Porto (2007), a produção agroecológica é, normalmente, realizada em estabelecimentos rurais familiares, mas necessita, no entanto, maior mão de obra do que a produção realizada de forma intensiva e convencional, sendo essa característica mais um entrave que dificulta a produção orgânica e agroecológica. Pois ainda para Barros e Silva (2010), a tecnificação e industrialização da agricultura provocaram impactos significativos nos setores ambientais, sociais e econômicos, com aumento do desemprego e do êxodo rural, conseqüentemente, diminuição da mão de obra.

Em relação aos produtos produzidos, verificou-se que 90% dos entrevistados produziam 6 ou mais produtos, sendo que o restante (10%) produzia 2 produtos para venda na cooperativa.

Constatou-se que as propriedades detêm de uma produção diversificada, incluindo: alface, rúcula, agrião, almeirão, acelga, brócolis, couve-flor, couve-folha, chicória, repolho, laranja, limão, mexerica, pêssego, ponkan, uva, soja, milho verde, feijão, nabo, rabanete, chuchu, pepino, cenoura, beterraba, vagem, quiabo, jiló, mandioca, tomate, batata doce, inhame, abobrinha, pimenta, temperos diversos, pão, cuca, calça virada, pé de moleque, quibe, coxinha, pastel, lasanha, macarrão, salame, conservas, ovos, frango caipira, leite, ervas medicinais, entre outros.

A produção diversificada de produtos é uma característica presente em muitas unidades familiares (ABRAMOVAY, 1997). A diversificação é considerada uma estratégia de redução dos riscos (climáticos, oscilações de preços etc.) usada pelos agricultores familiares, também pode ser vista como uma possibilidade de inserção de todos os membros da família em



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

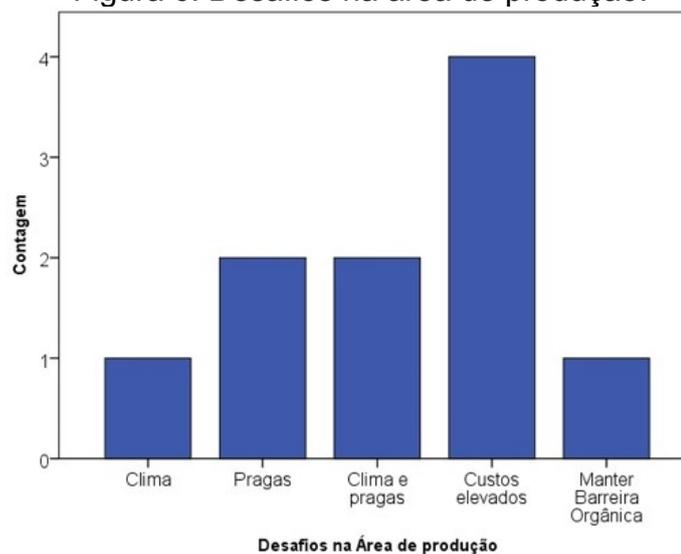
determinadas atividades que podem ser de caráter agrícola e não agrícola (BUAINAIN et al., 2003).

Em relação aos desafios na área de produção, 50% dos proprietários mencionaram que clima e pragas isoladamente ou concomitantemente representavam os maiores desafios a serem vencidos. Dos entrevistados, 40% apontaram os custos elevados na produção e 10% manter a barreira orgânica (Figura 6).

Além dos desafios citados pelos entrevistados, a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária elenca como maior desafio da agricultura na atualidade a obtenção da lucratividade, capaz de remunerar os custos, assegurar novos investimentos e garantir adequada qualidade de vida ao agricultor.

Com o passar do tempo, novas tecnologias estão sendo incorporadas aos sistemas produtivos, o que tem assegurado contínuo aumento de produtividade. De março de 1990 até hoje, a área plantada com grãos cresceu 61%, enquanto a produção aumentou 310%, um aumento espetacular da produtividade. No Brasil incorporar aos diferentes modelos de produção existentes, os conhecimentos disponíveis, proporcionará um salto significativo para a agricultura, que ofertará mais alimentos, energia e fibra para a população mundial, além de assegurar melhor nível de renda àqueles que se dedicam (EMBRAPA, 2018).

Figura 6. Desafios na área de produção.



Fonte: Elaboração própria

Os desafios em relação a produção nas maiores propriedades concentrou-se em manter a barreira orgânica e preocupações com o clima. Em propriedades menores de 1 ha houve receios relacionados aos custos elevados. Na faixa de



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

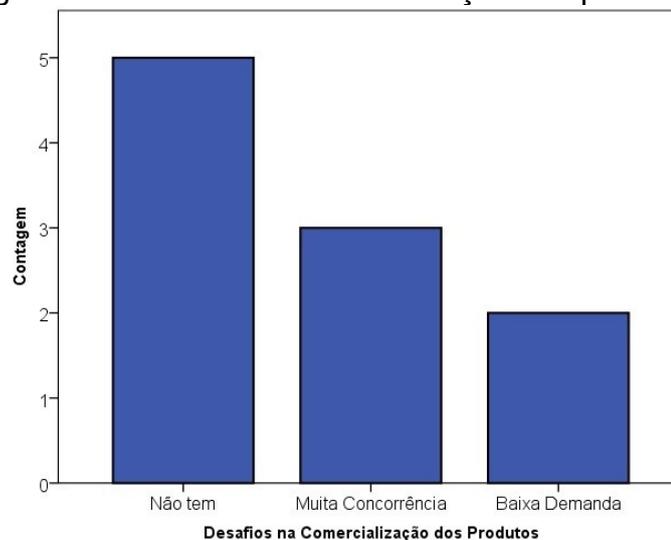
propriedades intermediárias (7,26 a 31,46 ha) apresentaram-se inquietações com relação ao clima, pragas e custos elevados.

Em relação aos desafios na comercialização, 50% dos entrevistados apontaram não ter dificuldades. Os demais mencionaram a elevada concorrência e a baixa demanda, conforme a Figura 7.

O cooperado encontra, cada vez mais, um consumidor exigente sobre a decisão de compra. Quanto ao consumidor, ele considera um conjunto de fatores como: preço, qualidade, origem, procedência, sustentabilidade, relação com o meio ambiente, com os colaboradores e comunidades participantes do processo (BITTENCOURT, 2018).

As estruturas cooperativas modernas precisam manter o seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar uma organização preparada para competir com empresas de outras naturezas com orientação para o mercado (ZYLBERSZTAJN, 1994).

Figura 7. Desafios na comercialização dos produtos.



Fonte: Elaboração própria

Com relação ao processo de comercialização, onde se encontram os principais gargalos para os agricultores, as cooperativas contribuem para que estes possam oferecer o que o mercado demanda em termos de volume, diversidade, qualidade e regularidade na oferta (SILVA; SCHULTZ, 2017).

Recentemente, a criação de políticas públicas de apoio à comercialização foi responsável por estimular a criação de cooperativas, associações, consórcios, redes e outros arranjos organizativos da ação coletiva que refletem a diversidade encontrada no campo da agricultura familiar. Tais empreendimentos apesar de terem ganhado novo impulso a partir do estímulo das políticas, trazem consigo os desafios inerentes ao processo de mercantilização da agricultura familiar, sobretudo



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

no campo da gestão, o que dificulta seu próprio acesso aos programas governamentais, pois estes, ainda que pretendam ser específicos para a realidade dos agricultores familiares, tendem a seguir a lógica dominante do mercado (SILVA; SCHULTZ, 2017).

Ao serem questionados sobre os canais de comercialização dos produtos, os entrevistados relataram além da cooperativa em estudo, a feirinha municipal de Vera Cruz do Oeste, a COOPERCAM - Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa, CEASA de Foz do Iguaçu - Centro de Abastecimento, restaurantes e mercados do município e de municípios vizinhos, amigos e conhecidos da cidade, entre outros.

De acordo com Zardo (2014), canal de comercialização é o caminho percorrido pela mercadoria desde o produtor até o consumidor final, ou seja, é a sequência de etapas pelas quais passa o produto, sob ação de diversos agentes, até atingir o destino final, o qual também mostra a forma como os agentes se organizam e se agrupam para o exercício da transferência da produção ao consumo.

A composição do canal está vinculado as características do produto, da produção e do mercado consumidor. Quanto mais pulverizada for a produção, isto é, grande número de produtores e baixo volume de produção, maior o número de agentes necessários para reunir esta produção em lotes maiores; bem como quanto mais perecível for o produto, mais curto deve ser o canal a fim de minimizar as perdas deste; quanto maior a proximidade da produção ao centro consumidor, mais curto tende a ser o canal; quanto mais elevado o valor unitário do produto, mais curto deve ser o canal, porque o lucro é obtido da venda de poucas unidades; e consumos sazonais oferecem canais mais longos (ZARDO, 2014).

Zardo (2014) enfatiza a importância de se conhecer os canais de comercialização de um produto para saber o funcionamento do mercado e compreender o processo de formação de preços é essencial para identificar possíveis oportunidades de negócios ou possíveis parceiros nestas oportunidades.

Outro quesito importante para o desenvolvimento das atividades produtivas é a capacitação dos cooperados, a qual se refere a um processo educativo, relacionado à realidade do seu meio, visando a ampliação e a melhoria nas competências diárias, o que refletirá em melhor produtividade, rentabilidade e competitividade no setor (SENAR, 2014).

A grande maioria dos cooperados (90%) relataram que estão em constante aperfeiçoamento, buscando a participação em cursos, sendo os mesmos oferecidos pela Biolabore, Emater - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, Prefeitura do Município de Vera Cruz do Oeste e de São Pedro do Iguaçu (cidade vizinha), Itaipu Binacional, FAG - Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Sindicato Patronal, bem como participam de palestras e dias de campo.

Quando questionados sobre as razões de se associarem com outros produtores os entrevistados citaram: a possibilidade de interagir com outras



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

peessoas, o que permite a troca de conhecimento; a maior facilidade de venda de produtos, enfatizando o caso da venda de produtos para a Merenda Escolar do município, o qual só se tornou possível através da cooperação de produtores; além da possibilidade de negociar o preço de insumos adquiridos em maior quantidade (embalagens para os produtos e farinha para a produção de panificados).

Para Batalha et al. (2005, p. 15) a sobrevivência sustentável da agricultura familiar brasileira depende da capacidade de intensificar a geração/agregação de valor, sendo que:

a maior parte das estratégias de agregação de valor passa, necessariamente, pela criação e gestão de formas associativas que congreguem um conjunto de agricultores familiares. Estas instituições associativas podem ter formas e objetivos diferentes. Quanto à forma, podem se traduzir em associações ou cooperativas com alcance, estratégias e objetivos muito diversificados.

Os autores ainda acrescentam que aumentar o poder de barganha frente a fornecedores de insumos ou clientes e alcançar escalas de produção que possibilitem acesso aos canais de distribuição nos quais isoladamente não poderiam participar, são alguns dos objetivos de os produtores familiares associarem-se (BATALHA et al., 2005).

Lourenzani e Silva (2003), estudando pequenos produtores de tomates nas regiões de Itapetininga, Mogi-Mirim e Campinas - SP, verificaram a relevância da escala de produção para o acesso dos produtores à distribuição via super e hipermercados, bem como ineficiência no controle financeiro, nos sistemas de gestão da qualidade e a ausência de planejamento da produção nas propriedades rurais dificultam sobremaneira a participação destes produtores em canais de distribuição mais dinâmicos.

Tratando-se dos principais pontos fortes da cooperativa A TULHA, foram citados pelos entrevistados: a sua localização, facilitando a venda dos produtos e a maior divulgação dos artigos, feita pelos funcionários da cooperativa.

Dentre os pontos fracos da cooperativa em estudo, os entrevistados enfatizaram os problemas relacionados a administração e gestão anterior, devido à atrasos no pagamento e acúmulo de dívidas. Já em relação a presente gestão foi mencionado a maior necessidade de organização, em razão de muitos produtores venderem o mesmo produto.

Batalha et al. (2005) salientam que formas associativas de produtores agrícolas familiares enfrentam desafios diferentes e para que uma determinada rede seja capaz de explorar eficientemente as externalidades positivas desta, é de extrema necessidade a disposição de uma organização interna eficiente.

Quando os cooperados foram questionados sobre de que forma a cooperação com outros produtores influenciava para o seu desenvolvimento pessoal, obtiveram-se as seguintes respostas (Tabela 1):



Tabela 1. Influência da cooperação com outros produtores para o desenvolvimento pessoal.

| Entrevistados   | Respostas   |
|-----------------|---|
| Entrevistado 1  | "A cooperação permite a troca de ideias entre os produtores, um ajuda o outro. Trocamos ideias sobre plantio, pragas, defensivos, entre outros, evitando gastar dinheiro à toa. Também trocamos mudas e variedades".  |
| Entrevistado 2  | "Pouco, pois quase não vejo os outros cooperados. Nos vemos mais nas reuniões".   |
| Entrevistado 3  | "Troca de ideias e mudas".  |
| Entrevistado 4  | "A cooperação melhorou a questão financeira da família, pois compramos um carro. Com melhor condição financeira nos sentimos melhor pois podemos comprar um calçado, caminhoneta, trator, facilitando a vida. Moramos a 15 km da cidade, sendo 5 km com estrada de chão, dificultando a chegada do caminhão da prefeitura, hoje temos o nosso próprio trator. A comunidade não depende tanto do prefeito. Melhoramos a casa com o dinheiro do campo, 80% melhorou com o trabalho no campo, economia, aproveitamento e valorização em tudo que produz. Temos planos de comprar uma caminhoneta maior". |
| Entrevistado 5  | "Troca ideias e faz muitas amizades".   |
| Entrevistado 6  | "Troca de informações, as vezes falsas e as vezes verdadeiras, o que é sempre um aprendizado. Não pode confiar em ninguém hoje em dia".   |
| Entrevistado 7  | "Gera benefícios para a saúde, pois sei que vendo os produtos e isso é um incentivo para trabalhar".  |
| Entrevistado 8  | "Integração, troca de experiências e ideias".   |
| Entrevistado 9  | "Não influencia".   |
| Entrevistado 10 | "Traz benefícios na renda, troca de informações para futuramente produzir orgânicos".   |

Fonte: Elaboração própria

A dificuldade é encontrar o ponto de equilíbrio entre as propensões de cada membro da sociedade e os objetivos coletivos simbolizados nas necessidades da cooperativa em continuar ativa e dinâmica. A organização dos cooperados em torno da sua cooperativa tem a função principal de buscar um canal de interlocução frequente destes com a sua administração propiciando o equilíbrio que a sociedade necessita (OCEPAR, 1992). Consequentemente, o obstáculo para as estruturas cooperativas modernas é manter seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo, desenvolver uma organização capaz de competir com empresas de outras naturezas com orientação para o mercado, isso na visão de Zylbersztajn (1994).

Muitos têm sido os motivos que levam pessoas a desenvolverem trabalhos conjuntos. Na visão de Contractor e Lorange (1988), a cooperação promove simultâneos caminhos para o sucesso. A colaboração entre produtores tem assumido um significado crescente, no que se refere à forma potencial para a solução de problemas, uma vez que que estão em um ambiente aberto e sujeito a mudanças.

A cooperação pode ser considerada como um meio de formar parcerias, uma verdadeira relação de troca nos diversos sentidos, econômicos, tecnológicos,



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

socioculturais e formando relações que permitam um acesso mais rápido às constantes transformações trazidas pela globalização (PEREIRA; LOPES, 2013).

Clegg e Hardy (2001) citam que pode existir para uma troca de informações formais e informais para um processo, buscando favorecer o desenvolvimento econômico e proporcionar a criação e distribuição de riquezas.

Por fim, na última pergunta da entrevista realizada, foi questionado aos cooperados quais entidades do município contribuía com ações para o desenvolvimento do cooperativismo. As entidades mencionadas foram a Prefeitura Municipal, citada por 100% dos respondentes, seguida da Emater, com 60% e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vera Cruz do Oeste, com 20%.

Os números refletidos nas citações dos entrevistados demonstraram que embora algumas entidades são mais abordadas pelos agricultores, todas tem parcelas significativas, tanto em relação aos seus processos produtivos, quanto comerciais, lhes fornecendo suporte e orientação, por meio da promoção de cursos e treinamentos gratuitos, assistência técnica, fornecimento de local para a sede da cooperativa, divulgação de produtos e logística.

É relevante os esforços enviados por estas entidades cujo objetivo é atender os desafios de aliar crescimento econômico com distribuição de renda e geração de oportunidade de trabalho, no sentido de fortalecer as cooperativas de agricultura familiar, contribuindo decisivamente na promoção do desenvolvimento local sustentável, por meio da produção e comercialização de alimentos, redução da pobreza e inclusão socioeconômica de milhões de brasileiros que buscam melhores condições de vida (FERREIRA, 2005).

#### 4. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo identificar a percepção dos cooperados da A TULHA, visando fortalecer sua participação no mercado local para comercialização de seus produtos.

O cooperativismo está presente no cotidiano das pessoas, participando de modo geral do desenvolvimento da sociedade. Busca a promoção do bem coletivo, mutualidade, redução de desigualdades, entre outros aspectos importantes que foram destacados no decorrer da pesquisa. Compreende-se que a soma de valores coletivos, repassados de geração para geração, modifica conceitos junto à sociedade gerando benefícios e desenvolvimento local.

Ao coletar e analisar os resultados obtidos através dos atores entrevistados, foi possível observar a agricultura familiar, não à margem de uma inserção no mercado, mas ao contrário, no que diz respeito à forma equilibrada dessa inserção, se organizando como uma cooperativa.

Existem grandes desafios na produção orgânica, considerando o desejo de alguns agricultores iniciarem o cultivo orgânico, e também na desistência da



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

produção orgânica devido à complexidade em termos de manejo e cuidado. A sucessão familiar traz grandes preocupações para a vida dos pequenos agricultores no campo. Muitos estudos demonstram o envelhecimento da população rural e o êxodo dos jovens do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho, dados corroborados pelos resultados obtidos nas entrevistas.

Ainda, conforme evidenciado nos resultados, semelhante às empresas, as cooperativas da agricultura familiar para conseguirem cumprir o papel de garantir melhores condições de acesso aos mercados para os agricultores familiares, têm necessidade de se adequar as regras de funcionamento do processo de comercialização cooperativo, promovendo a articulação com todos os segmentos.

As informações levantadas na cooperativa em estudo evidenciam que, apesar dos desafios no processo produtivo e na comercialização dos produtos, problemas enfrentados no campo de gestões e demais dificuldades encaradas de um modo geral, colocam o cooperativismo como responsável por desempenhar um papel fundamental e estratégico para o fortalecimento dos agricultores familiares, como agente relevante para o desenvolvimento. Para isso, é preciso que a cooperativa supere o conjunto de desafios diários e passe da perspectiva da individualidade isolada a perspectiva planetária, através do sentimento de comunidade e prestação de auxílio mútuo para um fim comum.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.

ASSIS, R.L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1. Ribeirão Preto, 2006.

A TULHA - Cooperativa Mista Agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste. **Estatuto Social**. 2015.

BARROS, J.D.S.; SILVA, M.F.P. da. Práticas agrícolas sustentáveis como alternativas ao modelo hegemônico de produção agrícola. **Sociedade e Desenvolvimento Rural OnLine**. v. 4, n. 2, 2010.

BATALHA, M.O.; BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H.M.; BATALHA, M.O. (Org.). Gestão integrada a agricultura familiar. São Carlos: Edufscar, 2005.

BIALOSKORSKI NETO, S.; ZYLBERSZTAJN, D. Cooperativismo: economia de empresas e estratégias. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 29, n. 84, p. 7-22, 1994.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

- BITTENCOURT, D. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. SF Agro, FARMING. EMBRAPA, 2018.
- BLAU, P.M.; SCOTT, W.R. **Organizações formais**: uma abordagem comparativa. São Paulo: Atlas, 1970.
- BRASIL. Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.
- BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, a. 5, n. 10, p. 312-347. 2003.
- CARVALHO, M.F. **Uma contribuição ao estudo da controladoria em instituições financeiras organizadas sob a forma de banco múltiplo**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R.D. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G.R. **Sustainable rural livelihoods**: practical concepts for the 21st century. Institute of development studies: Discussion Paper, n. 296. 1992.
- CLEGG, S.R.; HARDY, C. Organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 2. 2001.
- CONTRACTOR, F.; LORANGE, P. Why should firms cooperate? The strategy and economics basis for cooperative ventures. In: CONTRACTOR, F.; LORANGE, P. (Ed.). **Cooperative strategies in international business**. Lexington: Lexington Books, 1988.
- CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y.; SOUZA, A.R. de. (Org.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003. 320 p.
- DIEHL, A.A.; TATIM, D.C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Pearson, 2004.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Os desafios da agricultura moderna**. 2018.
- FERREIRA, J.P.C. **Estatuto Social da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES**. Luziânia: 2005.
- FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P.C. **Controladoria**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

- GRAMACHO, A. Cooperativas agrícolas e globalização. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, p. 14-15, 1997.
- HAIR JÚNIOR, J.F. ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. **Análise Multivariada de dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 600 p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sala de imprensa**. 2015. \_\_\_\_\_ . **Vera Cruz do Oeste**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/vera-cruz-do-oeste/panorama>>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- KIMURA, I.M. **Sucessão na agricultura familiar**. 2016.
- KUMMER, L. **Metodologias participativas no meio rural**. Uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007. 155 p.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.
- LOURENZANI, A.E.B.S.; SILVA, A.L. Gestão da propriedade rural e seus impactos acerca dos canais de distribuição: um estudo exploratório sobre o tomate in natura. **Anais... XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora. 2003.
- MACHADO, E.P. **Relação entre taxas de mortalidade do câncer e a quantidade de agrotóxicos teoricamente usada no Estado do Paraná**. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Farmácia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- MELLO, M.A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; DORIGON, C.; FERRARI, D.L.; TESTA, V.M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Revista de Economia Agrícola**, v. 50, n. 1, p. 11-24, São Paulo, 2003.
- MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009. 80 p.
- MOTTA, M.M.M. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NOVAES, H.T. Qual autogestão? In: NOVAES, H.T. (Org.). **Retorno do caracol à sua concha**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, D.P.R. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2006.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. 2018. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Autogestão – a função do cooperado**: como organizar-se. 2 ed. Curitiba: OCEPAR, 1992. 64 p.

PEREIRA, A.S.; LOPES, F.D. A influência da cooperação estratégica no processo de desenvolvimento do turismo de Natal (RN): análise de relações entre os stakeholders. **Revista Brasileira de Estratégia**, v. 6, n. 2, p. 137-150. 2013.

PEREIRA JÚNIOR, P.J.; GONÇALVES, P.R.S. **A empresa enxuta**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

PINHEIRO, K.H. **Produtos orgânicos e certificação**: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira – PR. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2012.

PINHO, D.B. **Dicionário de cooperativismo**: doutrina, fatos gerais e legislação cooperativa brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962.

PINHO, D.B. **A cooperativa**: associação de pessoas e empresa econômica. São Paulo: Coopercultura, p. 9-17, 1986.

PINHO, D.B.; AMARAL, C.M. **Cooperativas brasileiras de trabalho**: atividade solidária criação de emprego e qualidade de vida. São Paulo: Fapesp/Unimed do Brasil IPE/FIPE, 1993.

POLONIO, W.A. **Manual das sociedades cooperativas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PORTO, M.F. Agrotóxicos, saúde coletiva e insustentabilidade: uma visão crítica da ecologia política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 15-24, 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHMIDT, R.M.; TEODORO, P.A.V.B.; MIYAZAKI, J.; GAFFURI, J.; NAZZARI, R.K.; BERTOLINI, G.R.F. Cooperativismo, uma alternativa de geração de renda para pequenos e médios produtores rurais. In: 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. UNIOESTE, 2005.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Formação profissional rural - O que é?** 2014.

SILVA, C.V.S.; SCHULTZ, G. Acesso a mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Espaço**, v. 38, n. 44, 23 p. 2017.



REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



página 319

*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2008. 139 p.

TAUILE, J.R. **Trabalho, autogestão e desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. 385 p.

UNICAFES - União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Documento Base V Congresso**, Brasília. 2017.

ZARDO, A.R. **Plano de aprimoramento da cooperativa**. Foz do Iguaçu: Emater, 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano de aprimoramento de cooperativa**. 2 ed. Foz do Iguaçu: Emater, 2014.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafio e tendências. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 23-32. 1994.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 17/01/2019



## ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento, fronteiras ou temas de políticas públicas e planejamento urbano e regional. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) **Artigos Científicos** – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em, pelo menos, dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.
- ii) **Resenhas** – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato *word* ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples.
- iii) **Demais Contribuições** – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato *word* ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações, sem identificação, através do *website da revista* - <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>.